



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO - ICHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGGEO
ANÁLISE URBANO-REGIONAL

LEONARDO DANIELLI

**A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO URBANO E A SEGREGAÇÃO
SOCIOESPACIAL: UM ESTUDO SOBRE O BAIRRO SÃO JOÃO E O CONJUNTO
HABITACIONAL VILA SÃO PEDRO NA CIDADE DE PATO BRANCO/PR**

RIO GRANDE

2019



LEONARDO DANIELLI

**A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO URBANO E A SEGREGAÇÃO
SOCIOESPACIAL: UM ESTUDO SOBRE O BAIRRO SÃO JOÃO E O CONJUNTO
HABITACIONAL VILA SÃO PEDRO NA CIDADE DE PATO BRANCO/PR**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Análise Urbano-regional

Orientador: Dr. Solismar Fraga Martins

RIO GRANDE

2019

Ficha Catalográfica

D185p Danielli, Leonardo.
A produção capitalista do espaço urbano e a segregação socioespacial: um estudo sobre o bairro São João e o conjunto habitacional Vila São Pedro na cidade de Pato Branco/PR / Leonardo Danielli. – 2019.
324 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio Grande/RS, 2019.

Orientador: Dr. Solismar Fraga Martins.

1. Espaço Urbano 2. Direito à Cidade 3. Desigualdade Socioespacial 4. Segregação Socioespacial 5. Políticas Públicas 6. Moradia I. Martins, Solismar Fraga II. Título.

CDU 911.375

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

Nome: Leonardo Danielli

Título: **A produção capitalista do espaço urbano e a segregação socioespacial:** um estudo sobre o bairro São João e o conjunto habitacional Vila São Pedro na cidade de Pato Branco/PR.

Dissertação de Mestrado em Geografia, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, como requisito para à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: 17 de dezembro de 2019, com conceito “A” atribuído pela banca de avaliação.

BANCA EXAMINADORA

Orientador:

Dr. Solismar Fraga Martins

Instituição: FURG - ICHI/PPGGEO

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Membro Examinador I:

Dra. Leda Velloso Buonfiglio

Instituição: UFF/FURG - ICHI/PPGGEO

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Membro Examinador II:

Dr. Jefferson Rodrigues dos Santos

Instituição: IFRS

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Membro Suplente I:

Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares

Instituição: UFRGS/FURG - ICHI/PPGGEO

Julgamento: _____

Assinatura: _____

RIO GRANDE

2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe Tânia!

Mulher guerreira, sagaz, dona de um coração astronômico que transborda amor, carinho, afeto e simplicidade, uma amiga de longa data que sempre me apoiou e acima de tudo, acreditou e me encorajou a enfrentar um mundo com caminhos tortuosos e repleto de buracos e espinhos, afirmando perpetuamente “ainda que eu caminhasse descalço dentre os espinhos, um dia eu iria correr pelo campo das flores”. Foi ela quem “embarcou” comigo neste sonho, mesmo sabendo que nossos corpos por hora estariam separados territorialmente, mas jamais perderiam a conexão firmada pelo amor divino de mãe e filho. Ser humano luzente, dona de um sorriso arrebatador, que me ensinou a correr riscos e ousar diante das dúvidas e incertezas, ela que olhando fixamente em meus olhos proferiu a mim locuções positivas que transmitiam força e coragem. Mãe, a você o meu profundo e eterno agradecimento e meu sempiterno amor.

In memoriam:

À minha avó Lourdes, que partiu nos deixando um legado de que é preciso acreditar, lutar, não se abater e jamais perder as esperanças, até mesmo quando no fundo sabemos que já não é mais possível prosseguir. Vó, infelizmente não somos criaturas eternas, hoje a saudade é grande, rasga o peito e faz as lágrimas rolaem pelo rosto, mas o amor, a admiração, o respeito e o orgulho por você sempre serão eternos.

*Aos moradores do bairro São João e do Conjunto habitacional Vila São Pedro:
Embora já cansados, mantem-se lutando e acreditando em um amanhã melhor!*

Hoje, quero dizer que não fui somente eu que cheguei até aqui, mas que juntos aqui estamos!

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação de mestrado não poderia chegar a contento sem o precioso apoio de diversas pessoas. Sou grato por todos aqueles que diretamente ou indiretamente contribuíram para a construção dos meus valores pessoais, meus pais, os mestres do passado e todos os que compartilharam e por ventura ainda dividem um pouco do que sabem comigo.

Inicialmente, não poderia deixar de agradecer meu orientador Professor Dr. Solismar Fraga Martins, assim como manifestar minha admiração por ti. Solismar, regocio por ter acreditado em meu potencial e compromisso acadêmico, por toda a paciência, empenho e sentido prático que sempre me orientou neste trabalho, dedicando-se a prestar orientações que sempre ultrapassavam o cunho acadêmico e tornavam-se para mim, ensinamentos de vida, me motivando e fazendo crer que era possível sim, construir um trabalho de excelência. Muito obrigado por ter me corrigido quando necessário sem nunca me desmotivar.

À professora Leda Velloso Buonfiglio, por ter me acolhido de coração aberto durante o período do mestrado, por me permitir realizar o estágio de docência na disciplina de Geografia Urbana, onde foi possível aprender muito e reafirmar o meu amor pela docência. Sou grato por todos os cafés, conversas, risos, encaminhamentos e ensinamentos que juntos construímos no Núcleo de Análises Urbanas – (NAU), bem como, pelas incontáveis vezes que sempre com muita boa vontade me acalmou em momentos de dúvidas e incertezas, agradeço por me acompanhar durante o processo de construção e elaboração da pesquisa.

Aos professores do NAU/FURG por todo ensinamento passado e pela dedicação e seriedade que conduzem o árduo trabalho de ensinar. Aos professores convidados para compor as bancas de qualificação e defesa: Jefferson Rodrigues dos Santos, Leda Velloso Buonfiglio e Paulo Roberto Rodrigues Soares.

A todos os amigos e colegas que construí em terras Riograndinas durante minha estadia, vocês me acolheram calorosamente, principalmente os colegas da turma de 2018 do mestrado em Geografia. Vanderli, agradeço pela amizade, companheirismo e pela rica troca de conhecimentos. Heitor Valente, colega de apartamento e amigo, você foi uma “peça chave” durante minha caminhada nesses dois anos! Obrigado pela companhia “maninho”.

Gratulo a compreensão da família que sempre soube compreender que minha ausência neste período se fez necessária, entendendo quando minha preocupação e atenção pareciam se voltar exclusivamente para essa pesquisa. Remerceo à minha mãe por nunca me deixar só e

firmemente caminhar junto de mim, acreditando e me encorajando em todos os momentos; às minhas irmãs Francielli e Fernanda, e meu cunhado Joelmir, pelo companheirismo, lealdade, amizade e por todo apoio prestado; à minha prima, irmã e amiga Keila que sempre esteve ao meu lado torcendo pelo meu sucesso.

Sou formidavelmente grato aos meus fiéis amigos de longa data, em especial a vocês Indianara e Lucas, pessoas que fazem transbordar o significado de “ser importante”, quero que saibam que por onde eu estiver levarei vocês comigo no lado esquerdo do peito, embrulhados em muito amor, carinho, cumplicidade e lealdade, admiro e amo vocês! Sou grato pois nos momentos que mais precisei, vocês foram solícitos e se fizeram presentes, sempre torcendo pelo meu sucesso, por isso, não posso deixar de agradecer por confiarem em mim.

Não poderia deixar de citar, as amizades que se iniciaram durante a graduação e que perduram até hoje. Obrigado por terem acreditado e me encorajado quando alimentei o sonho do mestrado, percebo que a distância fez com que a saudade fosse posta em evidência e reforçasse ainda mais o valor da amizade, Thailana, Carolina e Julia a vocês o meu muito obrigado. Aline, não poderia deixar de agradecer pela sua amizade e companheirismo, bem como, pela ajuda prestada na pesquisa de campo.

Constança, querida professora e orientadora da graduação, hoje colega de profissão e amiga, gostaria de dizer que sem você nada disso teria acontecido, palavras não podem expressar tamanha gratidão, apreço e admiração que sinto por ti. Lembro-me como se fosse ontem, aquela noite fria e chuvosa em que você entrou na sala de aula e mudou minha visão sobre a disciplina de urbanismo, posso dizer que você mudou minha vida, pois, a partir daquele momento tracei novos horizontes, planos, metas e ideais... foi mágico! Aliás ainda é, pois, cada dia que passa reforço a vontade de lutar, acreditar e não perder a esperança de que nós podemos sim fazer uma política urbana justa e igualitária, mas só o que não podemos é desistir e deixar-se abater.

Algumas instituições merecem e devem ser lembradas, a Universidade Federal do Rio Grande – (FURG) por disponibilizar sua estrutura e permitir a construção deste trabalho, ao PPGGEO, pelas disciplinas, debates e a possibilidade da construção de um pensamento crítico, e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior, Brasil - (CAPES) por financiar¹ a presente pesquisa.

A todos os aqui citados, pessoas que contribuíram direta ou indiretamente com a construção deste trabalho, vocês são causas da minha motivação e de todo meu esforço, por

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio CAPES - Código de Financiamento 001.

isso, deixo registrado nas primeiras páginas desta pesquisa meu profundo carinho, agradecimento, reconhecimento e amor.

Muito obrigado a todos vocês!

“Estamos na situação de uma criancinha que entra em uma imensa biblioteca, repleta de livros em muitas línguas. A criança sabe que alguém deve ter escrito aqueles livros, mas não sabe como. Não compreende as línguas em que foram escritos. Tem uma pálida suspeita de que a disposição dos livros obedece a uma ordem misteriosa, mas não sabe qual ela é.”

(Albert Einstein)

“De alguma maneira é preciso morar. No campo, na pequena cidade, na metrópole, morar como vestir, alimentar, é uma das necessidades básicas dos indivíduos. Historicamente mudam as características da habitação, no entanto é sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar espaço.”

(Arlete Moysés Rodrigues)

RESUMO

DANIELLI, Leonardo. **A produção capitalista do espaço urbano e a segregação socioespacial:** um estudo sobre o bairro São João e o conjunto habitacional Vila São Pedro na cidade de Pato Branco/PR. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019.

O presente estudo investiga a existência de uma relação entre a produção capitalista do espaço urbano periférico do bairro São João e do conjunto habitacional Vila São Pedro, localizados na malha urbana, zona oeste, do município de Pato Branco/PR, com a legislação municipal e a práxis vivenciada pelos moradores desses locais, com vistas à efetivação do exercício do direito à cidade. Os objetos de estudo surgem em tempos históricos distintos. A criação do bairro remete à década de 1970/1980, realizado por meio de uma ação do poder público municipal, em um projeto denominado de “desfavelamento” das margens da BR-158. Por sua vez, o conjunto habitacional foi edificado através do Programa Minha Casa Minha Vida 2 (faixa 1), no ano de 2015, em área limítrofe ao perímetro do bairro. Para subsidiar a análise dos objetos de estudo, o referencial adotado foi o materialismo histórico dialético que se aliou a uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva, contemplando a articulação de dados qualitativos e quantitativos. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, onde foram inquiridos três servidores públicos municipais, bem como por meio da aplicação de formulários aos moradores das áreas. Ao todo, foram ouvidos 40 moradores, sendo 20 residentes do bairro São João e 20 residentes no conjunto habitacional Vila São Pedro. Para a apresentação do estudo, realizou-se a exploração e descrição dos dados e informações coletadas durante a pesquisa de campo, utilizado-se a técnica de análise de conteúdo e análise interpretativa, bem como a construção de gráficos e quadros demonstrativo e comparativo. Durante o processo de estudo o cohecimento e interpretação da realidade local foi viabilizada tomando como fundamento a técnica da observação não participante, inclusive, com registro fotográfico. A resposta do problema da pesquisa envolve processos complexos e históricos, normativos e políticos. Identificou-se a existência de estreita relação entre a produção do espaço urbano periférico, a legislação municipal e a busca pela garantia de condições para o livre exercício do direito à cidade. O produto final da pesquisa consistiu na elaboração de um diagnóstico urbanístico das áreas de estudo. Paulatinamente, ao decorrer da história, essas áreas começaram a ser notadas pelo poder público, sendo albergadas pelos instrumentos da legislação municipal, dentre eles a política urbana habitacional, imprimindo ao longo do tempo, condições para a efetivação do direito à cidade e à moradia aos residentes dessas áreas. Atualmente, a execução da política urbana em nível municipal contribui, ainda que em parte, para a efetivação do direito à cidade e a moradia, máxime se considerar que o fragmento de urbano em estudo é segregado e se desenvolve pautado pela desigualdade socioespacial.

Palavras-chave: Espaço Urbano; Direito à cidade; Desigualdade Socioespacial; Segregação socioespacial; Políticas públicas; Moradia.

ABSTRACT

DANIELLI, Leonardo. **The capitalist production of urban space and socio-spatial segregation:** a study about the São João district and the Vila São Pedro housing complex in Pato Branco city, state of Paraná. 2019. Dissertation (Master in Geography) - Graduate Program in Geography, Federal University of Rio Grande, in Rio Grande city, 2019.

The present study aims to investigate the existence about the relationship between the capitalist production of peripheral urban space of São João district and the Vila São Pedro housing complex, located in urban area, west zone of the municipality of Pato Branco, state of Paraná, with the municipal legislation and the practice experienced by the residents of these places, aiming to the effective exercise of the right to the city. The objects of study emerge in distinct historical times. The creation of the district dates back to the 1970's and 1980's, carried out through an action by the municipal government, in a project called “slowing” of the margins of BR-158. In turn, the housing complex was built through the “My house my life 2” Program (lane 1), in 2015, in an area bordering the district perimeter. To support the analysis of the study objects, the adopted framework was dialectical historical materialism which was combined with an exploratory and descriptive research, contemplating the articulation of qualitative and quantitative data. The data collection was performed through semi-structured interviews, where three municipal civil servants were interviewed, along with applying forms to residents of the areas. At all, 40 residents were heard, 20 residents of the São João district and 20 residents in the Vila São Pedro housing complex. For the presentation of the study, we performed the exploration and description of data and information collected during the field research, using the technique of content analysis and interpretative analysis, as well as the construction of graphs and tables demonstrative and comparative. During the study process, the knowledge and interpretation of local reality was made possible based on the technique of non-participant observation, including photographic record. The answer to the research problem involves complex and historical, normative and political processes. The existence of a small relationship between the production of the peripheral urban space, the municipal legislation and the search for the guarantee of conditions for the free exercise of the right to the city was identified. The final product of the research consisted in the elaboration of an urbanistic diagnosis of the studied areas. Gradually, throughout the history, these areas began to be noticed by the public power, being sheltered by the instruments of municipal legislation, among them the urban housing policy, showing over time, the conditions for the realization of the right to the city and housing for the residents of these areas. Currently, the implementation of urban policy at the municipal level contributes, albeit in part, to the realization of the right to the city and housing, especially considering that the urban fragment under study is segregated and develops based on socio-spatial inequality.

Keywords: Urban space; Right to the city; Socio-spatial inequality; Socio-spatial segregation; Public policies; housing.

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|-----------------|--|
| APRRH | Área de Proteção de Recursos Hídricos |
| APEE | Área de Proteção de Encostas |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| BNH | Banco Nacional da Habitação |
| CA | Coefficiente de Aproveitamento |
| CADÚNICO | Cadastro Único |
| CANGO | Colônia Agrícola Nacional General Osório |
| CCT | Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática |
| CF | Constituição Federal |
| CHVSP | Conjunto habitacional Vila São Pedro |
| CO | Código de Obras |
| CP | Código de Posturas |
| CRAS | Centro de Referência de Assistência Social |
| CREAS | Centro de Referência Especializado de Assistência Social |
| DER | Departamento de Estradas de Rodagem |
| EC | Estatuto da Cidade |
| FAR | Fundo de Arrendamento Residencial |
| FCM | Fernando Collor de Mello |
| FDS | Fundo de Desenvolvimento Social |
| FGTS | Fundo de Garantia do Tempo de Serviço |
| FGHab | Fundo garantidor da Habitação Popular |
| FHC | Fernando Henrique Cardoso |
| FHS | Fundo de Habitação Social |
| FJP | Fundação João Pinheiro |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IFDM | Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal |
| INPE | Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais |
| IPTU | Imposto Predial e Territorial Urbano |
| ISO | Organização Internacional de Normatização |
| LC | Lei Complementar |

| | |
|-----------------|---|
| LO | Lei Orgânica |
| LOAS | Lei Orgânica de Assistência Social |
| LULA | Luís Inácio Lula da Silva |
| LUPA | Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo |
| MCidades | Ministério das Cidades |
| MDS | Ministério do Desenvolvimento Social |
| MDR | Ministério do Desenvolvimento Regional |
| MOPS | Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos |
| NAU | Núcleo de Análises Urbanas |
| NBR | Norma Brasileira Regulamentadora |
| NOB | Norma Operacional Básica |
| ONG | Organização Não Governamental |
| OGU | Orçamento Geral da União |
| PAC | Programa de Aceleração do Crescimento |
| PAR | Programa de Arrendamento Residencial |
| PCR | Portador de Cadeira de Rodas |
| PD | Plano Diretor |
| PEUC | Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios |
| MDB | Movimento Democrático Brasileiro |
| PGV | Planta Geral de Valores |
| PLANHAP | Plano Nacional de Habitação Popular |
| PMCMV | Programa Minha Casa Minha Vida |
| PNH | Programa Nacional de Habitação |
| PNHU | Plano Nacional de Habitação Urbana |
| PNHR | Plano Nacional de Habitação Rural |
| PPGCEO | Programa de Pós-Graduação em Geografia |
| PSL | Partido Social Liberal |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| SFH | Sistema Financeiro Habitacional |
| SM | Salário Mínimo |
| SUAS | Sistema Único de Assistência Social |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| TO | Taxa de Ocupação |

| | |
|--------------|-----------------------------------|
| UBS | Unidade Básica de Saúde |
| UFM | Unidade Fiscal Municipal |
| UH | Unidade Habitacional |
| UNESP | Universidade Estadual Paulista |
| UTM | Universal Transversa de Mercator |
| ZEIS | Zona Especial de Interesse Social |
| ZEX | Zona de Expansão |
| ZR4 | Zona Residencial 4 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|--|-----|
| Mapa 1: Delimitação da área e dos objetos de estudo..... | 36 |
| Mapa 2: Delimitação da área do bairro São João; conjunto habitacional Vila São Pedro; conjunto habitacional Vila Nova II | 165 |
| Mapa 3: Valor venal do solo urbano do município de Pato Branco/PR..... | 196 |
| Mapa 4: Pontos de aplicação dos formulários | 203 |
| Mapa 5: Avaliação por raios de influência CMEI'S | 239 |
| Mapa 6: Avaliação por raios de influência EMEF's e EEEF's | 243 |
| Mapa 7: Avaliação por raios de influência - CEEM | 247 |
| Mapa 8: Avaliação por raios de influência das Faculdades e Universidades..... | 251 |
| Mapa 9: Avaliação por raios de influência dos equipamentos de saúde primários e secundários | 254 |
| Mapa 10: Avaliação por raios de influência dos Equipamentos de Segurança, Trabalho e Administração Pública..... | 259 |
| Mapa 11: Avaliação por raios de influência dos equipamentos de esporte e lazer | 267 |
| Mapa 12: Avaliação por raios de influência dos Equipamentos Comunitários Culturais | 272 |
| Mapa 13: Avaliação por raios de influência dos equipamentos públicos de Transporte Coletivo | 275 |
| Mapa 14: Avaliação por raios de influência para os Equipamentos Públicos Comunitários: Mapa Síntese urbano do município de Pato Branco/PR..... | 278 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1: Calculadora Geográfica do INPE..... | 54 |
| Figura 2: Linha do tempo - 1ª Fase da Política Urbana (1964-1985)..... | 109 |
| Figura 3: Linha do tempo - 2ª Fase da Política Urbana (1985-2003)..... | 111 |
| Figura 4: Linha do tempo - 3ª Fase da Política Urbana (2003-2018)..... | 113 |
| Figura 5: Prospecção de localização: País; Estado; Região; Município..... | 139 |
| Figura 6: Divisão Político-Administrativa do Sudoeste do Paraná (2007) | 142 |
| Figura 7: Diagrama esquemático de localização: Brasil; Paraná; Pato Branco e seu perímetro urbano | 145 |
| Figura 8: Área de remoção das famílias que deram início ao bairro São João..... | 147 |
| Figura 9: Diagrama esquemático de localização do bairro..... | 149 |
| Figura 10: Fotografia de uma das primeiras residências que foram construídas no bairro São João..... | 150 |
| Figura 11: Fotografia de duas residências na década de 1980 no bairro São João..... | 151 |
| Figura 12: Residências implantadas no bairro São João na década de 1980..... | 151 |
| Figura 13: Moradora no interior de sua residência (década de 1980) | 152 |
| Figura 14: Interior de uma residência, na década de 1980, localizada no bairro São João | 152 |
| Figura 15: Interior de uma residência na década de 1980 | 153 |
| Figura 16: Fotografia de uma das primeiras ruas do bairro São João | 154 |
| Figura 17: Fotografia do bairro São João | 154 |
| Figura 18: Fotografia de uma das ruas do bairro São João | 155 |
| Figura 19: Diagrama esquemático de localização do bairro / conjunto habitacional..... | 157 |
| Figura 20: Projeto aprovado do conjunto habitacional Vila São Pedro | 158 |
| Figura 21: Evolução urbana da área de estudo | 160 |
| Figura 22: Vista da Rua Setembrino Tomazi: acesso ao bairro São João | 162 |
| Figura 23: Vista do alto do bairro São João e do conjunto habitacional Vila São Pedro..... | 162 |
| Figura 24: Perspectiva de ilustração do projeto do Parque Ambiental no bairro São João.... | 164 |
| Figura 25: Linha do tempo - Política Urbana Municipal (1951-1988)..... | 168 |
| Figura 26: Linha do tempo - Política Urbana Municipal (1989-2019)..... | 169 |
| Figura 27: Acessos e tempo de deslocamento até o bairro São João | 180 |
| Figura 28: Horários de circulação de transporte coletivo até o bairro São João | 182 |

| | |
|---|-----|
| Figura 29: Mapa de Zoneamento do município de Pato Branco | 184 |
| Figura 30: A) Conjunto habitacional Vila São Pedro; B) Bairro São João | 211 |
| Figura 31: Fotografias das ruas do bairro São João: A) Rua José Oldoni; B) Rua Sadi Bertol (final); C) Rua Jacinto Zanardi; D) Rua Sadi Bertol (início) | 212 |
| Figura 32: Fotografias das ruas do conjunto habitacional Vila São Pedro, no bairro São João: A) Rua Vilson Batista dos Santos; B) Rua Vilson Batista dos Santos (vistas ao início); C) Rua Vilson Batista dos Santos (vistas ao final); D) Rua Clarice Recalcatti esquina com Rua Vilson Batista dos Santos | 214 |
| Figura 33: Padrão construtivo das residências do bairro São João..... | 224 |
| Figura 34: Padrão construtivo das moradias do conjunto habitacional Vila São Pedro..... | 225 |
| Figura 35: CMEI São João – Bairro São João..... | 241 |
| Figura 36: Escola Municipal Udir Cantu - bairro São João | 245 |
| Figura 37: Colégio Estadual São João - bairro São João..... | 248 |
| Figura 38: Edifício da UBS São João – bairro São João..... | 256 |
| Figura 39: Edifício do CRAS Paulina Bonalume Andreatta – bairro São João | 262 |
| Figura 40: Área para prática esportiva de campo - bairro São João..... | 265 |
| Figura 41: Polo esportivo - bairro São João | 270 |
| Figura 42: Ponto de ônibus - bairro São João..... | 276 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1: Síntese da metodologia e do método de pesquisa | 57 |
| Quadro 2: Déficit habitacional total, Brasil 2007-2015 | 116 |
| Quadro 3: PMCMV: Linhas do programa..... | 119 |
| Quadro 4: Distribuição por faixa de renda do PMCMV | 122 |
| Quadro 5: Resultados globais PMCMV - desagregados por modalidade de atendimento..... | 123 |
| Quadro 6: Fluxo operacional com doação de terra pelo Estado/Município – Habitação para famílias com renda de até 3 SM | 125 |
| Quadro 7: Fluxo operacional para construtoras – Habitação para famílias com renda de até 3 SM | 126 |
| Quadro 8: Roteiro de ação da gestão municipal no PMCMV | 127 |
| Quadro 9: Fluxo operacional do PMCMV Entidades para Habitação para famílias com renda de até 3 SM..... | 129 |
| Quadro 10: Fluxo operacional para construtoras – Habitação para famílias com renda de 3 SM a 10 SM..... | 130 |
| Quadro 11: Atribuições de cada esfera envolvida no processo de produção e execução do PMCMV | 132 |
| Quadro 12: Classificação de cores e faixas referenciais para o mapa do valor venal do solo urbano de Pato Branco/PR..... | 195 |
| Quadro 13: Informações e localização das CMEI's | 238 |
| Quadro 14: Informações e localização das Escolas de Ensino Fundamental - EMEF e EEEF | 241 |
| Quadro 15: Informações e localização dos Colégios Estaduais de Ensino Médio - CEEM .. | 246 |
| Quadro 16: Informações e localização das Faculdades e Universidades de Pato Branco/PR | 250 |
| Quadro 17: Equipamentos Comunitários de Saúde: Primários e Secundários..... | 253 |
| Quadro 18: Equipamentos de segurança, administração pública e trabalho | 257 |
| Quadro 19: Equipamentos públicos comunitários de interesse social..... | 260 |
| Quadro 20: Equipamentos públicos comunitários de esporte e lazer | 263 |
| Quadro 21: Equipamentos públicos comunitários de cultura e equipamentos de cultura privados | 271 |
| Quadro 22: Síntese geral: compilação dos principais resultados da análise urbana..... | 280 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1: Financiamentos e Repasses - Quantidades de UH | 118 |
| Gráfico 2: Faixa etária da população pesquisada | 202 |
| Gráfico 3: Gênero dos moradores pesquisados | 202 |
| Gráfico 4: Escolaridade predominante da população pesquisada | 204 |
| Gráfico 5: Profissão da população pesquisada | 205 |
| Gráfico 6: Pessoas que possuem trabalho formal com carteira assinada atualmente | 206 |
| Gráfico 7: Número de pessoas que residem na mesma moradia | 207 |
| Gráfico 8: Condição da residência da população pesquisada | 208 |
| Gráfico 9: Motivo pelo qual a população pesquisada optou por residir no bairro São João .. | 209 |
| Gráfico 10: Avaliação dos moradores sobre a estrutura física das ruas em que moram | 210 |
| Gráfico 11: Avaliação dos moradores sobre a estrutura física das ruas do bairro São João como um todo | 215 |
| Gráfico 12: Locomoção dos moradores em curtos trajetos intrabairro | 216 |
| Gráfico 13: Locomoção dos moradores em longas distâncias | 217 |
| Gráfico 14: Avaliação dos moradores com relação a proximidade do bairro São João aos principais equipamentos públicos de uso coletivo | 218 |
| Gráfico 15: Avaliação dos moradores com relação a proximidade do bairro São João aos principais equipamentos de lazer, cultura e entretenimento | 219 |
| Gráfico 16: Satisfação dos moradores quanto à quantidade e qualidade dos equipamentos do bairro São João | 220 |
| Gráfico 17: Tipos de equipamentos que os moradores gostariam que o bairro São João tivesse | 221 |
| Gráfico 18: Avaliação dos moradores sobre os serviços de transporte público coletivo prestado no bairro | 222 |
| Gráfico 19: Visão dos moradores sobre a atuação da gestão municipal no bairro São João: O município deixa o bairro em segundo plano? | 222 |
| Gráfico 20: Avaliação dos moradores em relação a estrutura física da casa onde residem: A) Bairro São João e B) Conjunto habitacional Vila São Pedro | 223 |
| Gráfico 21: Avaliação da vizinhança pelos moradores | 227 |
| Gráfico 22: A influência do local de moradia na obtenção de um emprego | 229 |

| | |
|--|-----|
| Gráfico 23: Avaliação do bairro São João pelos moradores | 230 |
| Gráfico 24: Moradores que gostam ou não gostam de morar no bairro São João..... | 231 |
| Gráfico 25: Percentual de moradores que se pudessem, se mudariam para outro bairro da cidade | 231 |

LISTA DE APÊNDICES

| | |
|--|-----|
| Apêndice I: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE..... | 306 |
| Apêndice II: Roteiro de perguntas aplicado aos moradores do bairro São João e do conjunto habitacional Vila São Pedro | 308 |
| Apêndice III: Roteiro de perguntas para entrevista semiestruturada: Técnico do Departamento de Habitação da Secretaria Municipal de Assistência Social de Pato Branco/PR | 311 |
| Apêndice IV: Roteiro de perguntas para entrevista semiestruturada: Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano de Pato Branco/PR..... | 312 |
| Apêndice V: Roteiro de perguntas para entrevista semiestruturada: Assistente Social do CRAS Paulina Bonalume Andreatta do Município de Pato Branco/PR..... | 313 |
| Apêndice VI: Mapa dos bairros urbanos do Município de Pato Branco/PR..... | 314 |

LISTA DE ANEXOS

| | |
|--|-----|
| Anexo I: Linhas do Programa Minha Casa Minha Vida - PNHU E PNHR..... | 316 |
| Anexo II: Parâmetros Urbanísticos para localização de Equipamentos Urbanos | 320 |
| Anexo III: Mapa de evolução da ocupação urbana de Pato Branco/PR..... | 323 |
| Anexo IV: Mapa de Declividade no Perímetro Urbano de Pato Branco/PR..... | 324 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1. INTRODUÇÃO | 24 |
| 1.1 PROBLEMATIZAÇÃO | 30 |
| 1.2 OBJETIVOS | 32 |
| 1.3 JUSTIFICATIVA | 33 |
| 1.4 DESCRIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO | 34 |
| 2. METODOLOGIA | 43 |
| 3. REFERENCIAL TEÓRICO | 59 |
| 3.1 MÉTODO DE PESQUISA..... | 60 |
| 3.1.1 Materialismo histórico dialético | 61 |
| 3.2 A CIDADE E O URBANO: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL | 63 |
| 3.3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO SOB A LÓGICA CAPITALISTA: PRODUZINDO E (RE)PRODUZINDO DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS | 67 |
| 3.4 O ESPAÇO URBANO E O DIREITO À CIDADE..... | 76 |
| 3.5 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E O ACESSO À MORADIA | 84 |
| 3.6 O ESTADO CAPITALISTA, SUAS INTERFERÊNCIAS E O PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS E HABITACIONAIS | 94 |
| 3.6.1 A relação das políticas públicas urbanas (no contexto brasileiro) e a construção de moradias na cidade contemporânea | 105 |
| 3.6.2 O Programa Minha Casa Minha Vida | 115 |
| 4. FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL: CONTEXTUALIZANDO E EXPLORANDO OS OBJETOS DE ESTUDO | 138 |
| 4.1 RESGATE HISTÓRICO DE PATO BRANCO: DE COLÔNIA A MUNICÍPIO | 138 |
| 4.2 O BAIRRO SÃO JOÃO E O CONJUNTO HABITACIONAL VILA SÃO PEDRO..... | 146 |
| 4.3 QUESTÕES URBANAS LOCAIS: ANALISANDO LEIS, EXPLORANDO DOCUMENTOS E AVERIGUANDO FATOS..... | 167 |
| 5. O ESPAÇO URBANO SOB A PERSPECTIVA DOS GRUPOS SOCIAIS SEGREGADOS: OS MORADORES DO BAIRRO SÃO JOÃO E OS RESIDENTES DO CONJUNTO HABITACIONAL VILA SÃO PEDRO | 201 |
| 6. DIAGNÓSTICO URBANO, UMA ANÁLISE NECESSÁRIA: AVALIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE USO COMUNITÁRIO | 233 |
| 6.1 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS EDUCACIONAIS | 237 |
| 6.2 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE..... | 252 |

| | |
|--|------------|
| 6.3 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TRABALHO | 257 |
| 6.4 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS DE INTERESSE SOCIAL | 260 |
| 6.5 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS DE ESPORTE E LAZER | 262 |
| 6.6 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS CULTURAIS E CINEMAS | 271 |
| 6.7 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS URBANOS: MAPEAMENTO DOS PONTOS DE ÔNIBUS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO | 273 |
| 6.8 MAPA SÍNTESE DOS EQUIPAMENTOS DE USO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO/PR..... | 277 |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 282 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 289 |
| APÊNDICES | 305 |
| ANEXOS | 315 |

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação se constitui como o produto das inquietudes decorrentes dos processos e das transformações que aconteceram no espaço urbano do município de Pato Branco e que provocaram mudanças significativas na vida de determinados grupos de moradores. Mesmo assim, o propósito da pesquisa não se limitou unicamente ao exame desse contexto de forma isolada.

O trabalho abrange vários aspectos que pudessem refletir as relações individuais dos grupos sociais e a intervenção do Estado, sob aspecto histórico e contemporâneo, no que se refere à produção capitalista do espaço urbano, ao direito à cidade, à segregação socioespacial, desenvolvimento desigual do espaço, às políticas públicas habitacionais e demais temáticas correlatas que foram alvo de exploração no decorrer da pesquisa.

No mundo contemporâneo há uma severa diferenciação entre os padrões de moradia, infraestrutura urbana e de equipamentos públicos de uso comunitário, nos bairros em que habitam ricos e pobres, o que constitui a válvula propulsora de profundas desigualdades no que atine aos espaços utilizados e apropriados pelos diferentes grupos sociais, refletindo, por decorrência, numa intensa segregação no espaço das cidades.

Há, de um lado, a propagação em massa pelo país de uma auto-segregação, condomínios residenciais de alto padrão e luxo, com bairros assistidos de ampla infraestrutura de equipamentos públicos, onde habita a população mais abastada do país. Noutro lado, há um vertiginoso crescimento do número de bairros pobres sobretudo de favelas e de loteamentos criados na clandestinidade, a maioria com escassa ou nenhuma infraestrutura urbana.

A sistemática dos processos de produção do espaço urbano pode se propagar de maneiras distintas, ainda que inseridos dentro de uma mesma cidade. O espaço urbano, como complexo e instável campo de pesquisa científica, permite ao pesquisador múltiplas perspectivas de abordagem e análises, cujos esforços podem ser canalizados à interpretação e compreensão de um determinado aspecto dessa temática ou buscar analisar seus fenômenos mais intrínsecos, na tentativa de compreender o espaço urbano em seu contexto geral.

Notoriamente, o acesso à moradia é um dos fatores que propicia aos cidadãos a sobrevivência em dignas condições de vida na cidade. A habitação, por sua vez, é um direito básico suplantado na garantia constitucional da cidadania. O direito à moradia e a busca por melhor qualidade de vida estão atrelados às políticas públicas urbanas e de habitação, assim como às condições socioeconômicas da população.

Nessa linha de pensamento, é o Estado o agente mediador dos processos de produção de moradias, cuja ingerência se promove através da criação de políticas públicas, as quais são implementadas como forma de viabilizar direitos e o atendimento das demandas da sociedade, em especial, no presente caso, na área de habitação.

Na contemporaneidade, um dos principais problemas sociais urbanos no Brasil é a questão da moradia, tema este, estreitamente ligado ao direito à cidade, assunto que terá uma abordagem detida no desdobrar do presente trabalho. O direito à cidade é um conceito que teve como precursor o filósofo marxista francês Henri Lefèbvre, quando escreveu o livro “Direito à Cidade” (*Le droit à la ville*), publicado em 1968. Nesta obra, o autor sistematiza reflexões sobre a cidade a partir do eixo espaço temporal, conferindo uma abordagem diacrônica. Mais recentemente, o conceito foi dissertado pelo geógrafo marxista inglês David Harvey, em seu livro “Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana”, publicado em 2012, cuja obra se concentrou sobejamente ao estudo do tema. As reflexões de Lefèbvre sobre a cidade não se encerram na obra do Direito à Cidade. No ano de 1970 o autor publica o livro “A revolução Urbana” efetuando uma crítica ao poder industrial de modelar a cidade² de acordo com seus interesses e suas necessidades, analisando a sociedade como totalidade e contradição, buscando criar uma estratégia urbana capaz de subsidiar a transição para um novo tipo de vida.

Na concepção proposta pelo filósofo, o direito à cidade não poderia se restringir à defesa de condições mínimas de acesso e expressão social. Para ele, o direito à cidade equivale ao direito inerente a todo homem de transformar democraticamente o espaço onde vive, numa visão da cidade como obra, refugindo às intervenções de comércio do espaço público, que por sua vez, apresenta-se como mercadoria pautada na deplorável tônica do "valor de troca" sobre o "valor de uso" (LEFÈBVRE, 2008a).

No entendimento do autor, o direito ao trabalho, à saúde, à instrução, à educação, à habitação, ao lazer e à vida, transformariam sobremaneira a realidade humana se implementados de fato na prática social. Entre esses direitos em formação se aloca o direito à cidade. Entretanto, não o direito à cidade arcaica, mas, à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e íntegro desses momentos e locais.

² Lefèbvre considera que um espaço da cidade não pode ser explicado por si mesmo, é preciso situá-lo em relação a sua totalidade o que compreende abordar também a sua história, e não destituir da história do País, do Estado e etc., só assim é possível entender os acontecimentos de uma cidade, a partir da observação de suas interfaces e tais fenômenos. Pode-se comparar o processo de compreensão da cidade com um trabalho de arqueologia, onde é preciso “escavar” as relações que constituíram esse local, para então, compreender a contemporaneidade. Está é sem dúvidas, uma forma de investigar de modo mais aprofundado o espaço de uma cidade (LEFÈBVRE, 2008b).

Nessa conjuntura, observa-se que o direito à cidade vem se construindo em um conceito de amplos significados, com uma diversidade de orientações, contemplando desde o direito de ir e vir, o direito a exercer poder sobre o processo de urbanização, até o direito à obra e à apropriação.

Com efeito, a cidade se tornou um dos espaços da reprodução social. Diante disso, é preciso compreender sobre o percurso da cidade ao longo da história, posto que como uma das expressões da produção social a cidade passou por transformações estritamente relacionadas com os modos de produção.

O aumento populacional significativo das cidades intensificado a partir da década de 1950, tem como consequência reverses de ordem social, assim como relacionadas com os processos de divisão e luta de classes. Hodiernamente, 54% da população mundial vive em áreas urbanas, com perspectivas de crescimento, sendo que para o ano de 2050, há estimativa de uma elevação para 66% (ONU, 2019). Nesse sentido, gerir áreas urbanas se tornou ao longo da história um dos maiores desafios do Século XXI.

O resultado do crescimento acelerado e do modo de produção capitalista das cidades, associado à ausência de planejamento urbano, ou ainda, à omissão na efetivação do planejamento e das legislações existentes, trouxe à tona intrínsecos problemas sociais, pois uma parcela significativa da população se encontra desassistida do acesso à cidade e suas infraestruturas básicas, dentre elas: abastecimento e distribuição de água, energia elétrica, serviços de saneamento, transporte público e equipamentos de uso comunitário.

O atual modelo de desenvolvimento urbano tem seguido uma lógica bastante comum entre todas as cidades brasileiras. Nele se percebe a mercantilização das cidades, tornando o solo urbano uma mercadoria suscetível às ações dos agentes produtores do espaço urbano. É recorrente a prática da organização espacial das cidades a partir de condições socioeconômicas de seus habitantes. Esse modelo de urbanização capitalista desigual, disperso, fragmentado e alvo do mercado imobiliário, agrava os problemas urbanos através da ocupação de terrenos irregulares, fazendo com que novos loteamentos clandestinos sejam constituídos.

Resta evidente a existência de espaços nas cidades com carência ou até mesmo ausência de infraestrutura urbana apropriada. Há, igualmente, ano a ano, um aumento no déficit habitacional, assim como um crescimento expressivo de moradias em condições absolutamente precárias. Estima-se que o déficit de moradias no Brasil ultrapassa a marca de 7,78 milhões de unidades (GRAVAS, 2019).

Segundo Maricato (2009, p. 2), a terra urbana pode ser entendida como “um pedaço da cidade” quando possui infraestrutura e serviços urbanos. Harvey (1982) e Singer (1982) afirmam que ela é uma mercadoria essencial para a reprodução do capital, indispensável como suporte físico para empreendimentos imobiliários. Todavia, sua valorização no mais das vezes, se realiza através dos investimentos públicos.

Assim, a terra urbana se torna não apenas a principal variável na urbanidade de determinada localização, mas, também um fator decisivo da equação engendrada para decidir o destino de investimentos imobiliários, pois, associado ao preço da construção, o custo da terra é que, realmente, define o preço final de um imóvel e à margem de lucro a ser apropriada pelo mercado. Tais definições subordinam a localização do imóvel à renda do consumidor do produto, levando a escolha do mercado a recair nas faixas de maior poder aquisitivo quando se trata de lotes mais valorizados, pois potencializam seus ganhos, fato que torna tais localizações inacessíveis aos menos favorecidos.

Esse processo explica não apenas as razões que despertam os investimentos imobiliários em áreas valorizadas, como também as formas com que atua o mercado imobiliário de alta renda no espaço urbano. Como o setor não pode ter controle de algo que, por uma parte, é fruto de investimentos públicos em acessibilidade e infraestrutura e, por outro lado, resulta de um processo social de aglomeração urbana – compondo um contexto sociopolítico de difícil previsão (RIBEIRO, 1997), o capital busca interferir no processo de variadas maneiras, das interferências na legislação urbanística às pressões políticas e econômicas sobre o executivo e o legislativo municipais, justificadas publicamente por meio da construção da ideologia dos lugares de seus interesses, relacionando-os à modernidade e ao progresso (VILLAÇA, 2001).

Assim, vislumbra-se uma prática empresarial que assume um claro viés político e irá culminar, nas cidades capitalistas, na “ideologia do crescimento”, isto é, criação de redes de “interesses especiais ativos que exercem poder monopolístico sobre o espaço e canalizam o processo de desenvolvimento para certas formas espaciais muito distintas” (GOTTDIENER, 1993, p. 254).

Efetivamente, o vertiginoso processo de urbanização da sociedade brasileira acabou por transformar os centros urbanos em locais de marcantes desigualdades sociais. As cidades são por essência lugar onde as contradições do modo capitalista se apresentam de forma mais explícita, e como resultado, por vezes, deixam de cumprir com sua função social e de viabilizar o direito à cidade a todos os habitantes. Ressalta-se, que este direito básico se constitui também em legitimar a dignidade do indivíduo como pessoa humana.

O acesso às infraestruturas, aos serviços urbanos essenciais, ao entorno e à moradia digna ensejaram a discussão sobre o “direito à cidade”. Tal conceito, amplamente estudado e debatido até os dias atuais, caracteriza a forma como se sucede a distribuição social da cidade, propondo o reestabelecimento dessa como obra coletiva. Aproximando-se da sua essência, esse processo se daria por meio do acesso e da (re)produção dos bens concretos e simbólicos produzidos na esfera social e histórica.

No Brasil, as discussões sobre a função social da cidade se passaram a partir da década de 1980, através da percepção da carência de políticas públicas responsáveis por regulamentar o crescimento e a expansão das cidades, que gradualmente ganhava força através do êxodo rural. Contudo, é somente no ano de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, que a controvérsia é reconhecida e passa ter assento normativo. Nesse aspecto, a Carta Magna trata em seu artigo 182, acerca da política de desenvolvimento urbano, tendo por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Já o artigo 183, dispõe sobre políticas de usucapião³.

Em conjunto, ambos os artigos são responsáveis por regulamentar a política urbana do país. Amparado na Constituição Federal, a Lei Federal nº 10.257, denominada Estatuto da Cidade e sancionada no ano de 2001, foi elaborada para regulamentar, esclarecer e legislar sobre a política de desenvolvimento urbano e da função social da propriedade. É a partir dessa ordem, que se definem instrumentos urbanísticos de planejamento urbano, como por exemplo, os Planos Diretores – que passaram a ser obrigatórios a todos os municípios com mais de 20 mil habitantes, instrumentos que se tornaram responsáveis por operacionalizar as ações de planejamento urbano.

O Estatuto da Cidade exterioriza uma luta de mais de uma década dos movimentos sociais e entidades civis em defesa do direito à cidade, habitação, melhores serviços públicos e uma oportunidade de uma vida digna. Para tanto, estabelece diretrizes gerais para a política urbana, objetivando, principalmente, o pleno desenvolvimento da função social da cidade. O intervalo de mais de uma década entre a Carta Magna e a aprovação do Estatuto da Cidade foi notadamente marcado por aprofundados debates sobre a política urbana nacional, originando a compilação de instrumentos inovadores. Nessa perspectiva, de acordo com o entendimento firmado por Rolnik:

³ Pela usucapião o legislador permite que uma situação de fato que se prolonga no tempo, possa ser regularizada, gerando um novo fato para aquele que esteve na posse por longo período, e que agora passa não só a ter a posse, mas, uma aquisição da propriedade, constituindo, em síntese, a ocupação somada ao tempo.

As inovações contidas no Estatuto situam-se em três campos: um conjunto de novos instrumentos de natureza urbanística voltados para induzir – mais do que normatizar – as formas de uso e ocupação do solo; uma nova estratégia de gestão que incorpora a ideia de participação direta do cidadão em processos decisórios sobre o destino da cidade e a ampliação das possibilidades de regularização das posses urbanas, até hoje situadas na ambígua fronteira entre o legal e o ilegal (2001, p. 5).

Nada obstante, nos dias atuais uma análise da produção e reprodução do espaço urbano se apresenta como fator imprescindível para um estudo categórico acerca da questão da habitação e do direito à cidade. Sabe-se que as cidades são o *locus* que acomodam a maior parte da população, que, paradoxalmente, faz parte do processo de produção e reprodução do espaço urbano. Todavia, uma expressiva fração dessa população não possui acesso, efetivamente, aos bens produzidos.

É neste contexto que o presente trabalho, inscrito na linha de pesquisa Análise Urbano-regional do Programa de Pós-graduação em Geografia, pertencente ao Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande, visa contribuir para as discussões acerca do tema, conduzindo ao entendimento e interpretação das repercussões urbanas e rurais ocasionadas pelo projeto que se denominou de “desfavelamento” das margens da Rodovia BR-158, na cidade de Pato Branco, ocorrido na década de 1970/1980, que culminou com a criação do bairro São João e a instalação do conjunto habitacional Vila São Pedro, no ano de 2015. Nessa esteira de exploração, buscou-se compreender os impactos da atuação do Estado por meio dos processos de transformação social e o alcance da população aos equipamentos urbanos, estimulando o exercício do que se conceitua como direito à cidade.

Logo, insta refletir sobre a produção do espaço urbano no recorte espacial delimitado ao bairro São João e ao Conjunto Habitacional Vila São Pedro, na cidade de Pato Branco/PR, inseridos à oeste da malha urbana, caracterizada como região periférica da cidade. O posicionamento geográfico dos objetos de pesquisa, às margens do perímetro urbano, o configuram como um espaço fragmentado e segregado socioespacialmente da cidade, efetivando o que Corrêa (2004) destaca como característica própria do espaço urbano capitalista: a desigualdade.

A preocupação que instigou e motivou o desenvolvimento desta pesquisa se deu por meio do envolvimento profissional do pesquisador enquanto servidor público municipal atuante na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano do Município, no período compreendido entre os anos de 2014 a 2018, onde laborou essencialmente em projeto de regularização fundiária do Bairro São João. Sendo parte do cotidiano e de suas atribuições, o pesquisador se encontrava em constante contato com assistentes sociais e com os moradores do bairro, onde observava,

mesmo que empiricamente, as limitações e dificuldades vivenciadas pelos moradores do bairro que residiam nesse fragmento segregado do espaço urbano. Tais dificuldades se expressavam principalmente por meio da dificuldade de locomoção até as áreas centrais da cidade.

O presente trabalho foi estruturado e dividido em capítulos, tendo como abordagens iniciais a explanação acerca da metodologia científica utilizada e a construção do referencial teórico, elaborado a partir de uma lógica escalar do macro para o micro, da abordagem de conceitos amplos até conceitos pontuais. O constructo teórico foi elaborado a partir das teorias marxistas e lefebvrianas, consideradas imprescindíveis para o desenvolvimento do trabalho, assim subsidiando conceitualmente a pesquisa.

Imbuído na concepção do desenvolvimento teórico, necessário para a compreensão dos aspectos empíricos dos objetos da pesquisa, busca-se descrever o método e os procedimentos metodológicos de investigação adotados ao longo da pesquisa e que servirão de base para que o atingimento dos objetivos do trabalho, bem como para que ao final se torne possível responder ao questionamento estabelecido para o problema de pesquisa. Neste sentido, a seção seguinte apresenta a problemática abordada na presente dissertação, cuja indagação se afigura indispensável responder.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

Inicialmente, para conduzir a estruturação de ideias e concepções deste trabalho, impõe-se definir cientificamente o conceito de pesquisa. Segundo Gil (2007), pesquisa pode ser definida como um procedimento sistemático e racional que tem como escopo propiciar respostas aos problemas que são indicados. Se desenvolve a pesquisa por meio de um processo constituído de diversas fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados encontrados. Portanto, somente se dá início a uma investigação de pesquisa caso exista um questionamento para qual se buscam respostas, cuja questão norteia todo processo de pesquisa.

Nesse sentido, analisando os objetos de estudo é possível observar a segregação espacial e econômica dos grupos sociais. Com efeito, pode-se dizer que os sujeitos que possuem profissões mais valorizadas e faixas salariais superiores habitam as melhores porções do espaço geográfico. Logo, pessoas que possuem profissões desvalorizadas e salários inferiores, e que, de consequência, possuem poucas condições financeiras, acabam marginalizadas, ocupando áreas periféricas ou de risco, localizadas em encostas ou próximas às margens de rios e demais

áreas onde os serviços básicos prestados pelo Estado se apresentam insatisfatórios do ponto de vista urbano.

Este cenário faz com que se torne cada vez mais conhecidos os problemas correlacionados a ordem deficitária de habitação e a inadequação das moradias em diversos municípios brasileiros.

No âmbito municipal, desde meados dos anos 2000, Pato Branco vivencia um notável aumento populacional, bem como um crescimento expressivo da área urbanizada, com frequentes expansões do perímetro urbano e a aprovação de novos loteamentos, consolidando o cenário da exclusão socioespacial de determinados grupos sociais.

Destarte, o problema de pesquisa consiste em investigar a dinâmica municipal relacionada à produção do espaço urbano por meio da edificação do Conjunto Habitacional Vila São Pedro, implantado sob as bases do Programa Minha Casa Minha Vida, assim como a criação do Bairro São João, realizado por meio de uma ação histórica da gestão pública municipal, em um projeto que se definiu como “desfavelamento”, em um determinado trecho da BR-158, ambos constituindo áreas contíguas do perímetro urbano da cidade de Pato Branco, objetivando compreender sua dialética com função social da propriedade, abordada pela Lei 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade, e a garantia do exercício do direito à cidade.

A pesquisa tenciona responder a seguinte indagação: em que medida o direito à cidade, teórico e garantista, previsto constitucionalmente, e sob ótica de instrumento propulsor da dignidade da pessoa humana e da garantia da qualidade de vida dos cidadãos, ganha contornos práticos no cotidiano urbano dos moradores do bairro São João e do Conjunto Habitacional Vila São Pedro?

No intuito de que ao final da pesquisa seja possível responder ao questionamento gerado, elenca-se um objetivo geral e alguns objetivos específicos a serem cumpridos no decorrer do processo de pesquisa, os quais atuarão como alicerce na compreensão científica do objeto.

1.2 OBJETIVOS

A problemática de pesquisa e o desejo de respondê-la se traduzem na força motriz que move o pesquisador a desenvolver o trabalho, passando por processos que vão desde a inicialização e formulação do plano de trabalho até os resultados e o respaldo da pesquisa com a comunidade pesquisada, fato que confere credibilidade ao estudo.

Nada obstante, é necessário compreender que a totalidade do objeto se apresenta de forma grandiosa e complexa, tornando viável a divisão da pesquisa em fragmentos, ou seja, objetivos que, se atingidos com êxito e de forma uníssona, poderão gerar um panorama geral do objeto de estudo.

Portanto, o objetivo geral para a presente pesquisa consiste em: investigar como o processo de produção do espaço urbano periférico do bairro São João e do Conjunto Habitacional Vila São Pedro se correlacionam com a legislação municipal, e ainda, como estes se ligam com o fornecimento de condições básicas para o livre exercício do direito à cidade.

Para obtenção do sucesso almejado na busca do objetivo geral, seguem elencados objetivos específicos de menor interferência para a pesquisa, mas, que são essenciais nesse processo:

- Compreender o processo histórico e contemporâneo de formação dos objetos de estudo: o bairro São João e o Conjunto Habitacional Vila São Pedro;
- Analisar as legislações municipais relacionadas com a produção do espaço urbano e da cidade visando compreender como o município busca fornecer condições para que os cidadãos efetivem o exercício do direito à cidade;
- Analisar a origem da criação do bairro São João e a implantação do Conjunto Habitacional Vila São Pedro, traçando paralelos com a inserção urbana e a valoração do solo;
- Compreender a situação de vida e as necessidades dos moradores do bairro São João e do Conjunto Habitacional Vila São Pedro;
- Elaborar um diagnóstico urbanístico baseado na análise dos equipamentos de uso comunitário.

Diante disso, afigura-se primordial para o desdobramento de um trabalho científico, justificar a relevância e a necessidade da pesquisa. Nesse viés, a próxima seção apresenta as justificativas para o desenvolvimento do presente trabalho.

1.3 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa se justifica pela essencialidade de estudo, análise e compreensão do espaço urbano e sua complexa relação de produção e (re)produção. Essa complexidade é campo de estudo de diversas áreas do conhecimento, fato que propicia investigações multidisciplinares e sob diversas óticas.

Nesse cenário de investigação, buscou-se traçar um recorte espacial que possibilitasse observar a concreta influência desse processo. Situam-se, dentro da área de estudo estabelecida, dois diferentes espaços urbanos com dimensões geográficas marcantes e consideráveis, sendo um deles o conjunto habitacional empreendido através da execução de uma política pública de habitação, e o outro um bairro de interesse social já estabelecido em razão de circunstâncias e fatos históricos, fazendo-se necessário, então, um estudo sobre as dinâmicas de produção de ambos os espaços ali presentes. Logo, o trabalho se manifesta relevante, pois busca demonstrar de forma científica a realidade socioespacial em estudo, tendo como objetivo prático, estimular a municipalidade a promover projetos e melhorias urbanas melhorando a qualidade de vida da população pesquisada.

Sabe-se que a “pasta habitacional” é um problema latente, contemporâneo e histórico no país, cujo panorama não é distinto no município de Pato Branco, fato que pode ser auferido analisando os cadastros municipais por demanda habitacional. De forma geral, essa representação pode ser mensurada pela taxa de déficit habitacional⁴ verificado nos estados e cidades brasileiras.

Nessa linha de ideias, o direito à moradia passou a ser considerado fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, em meados de 1948. Por conseguinte, trata-se de um direito social adquirido e esculpido no artigo 6º da Constituição Federal, fundamentado no princípio da dignidade da pessoa humana, que compreende além da garantia da própria moradia, a qualidade de vida do cidadão, vinculados a existência e acesso às redes de infraestrutura urbana, bem como o acesso aos equipamentos público de uso comunitário.

Portanto, revela-se necessário avaliar de que forma o município vem produzindo e (re)produzindo o espaço urbano em áreas de interesse social, tendo como pressuposto a

⁴ Segundo o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná, déficit habitacional corresponde à quantidade de moradias novas que necessitam ser produzidas para atender às demandas. Pode ser entendido como déficit por reposição de estoque, quando engloba as moradias sem condições de habitabilidade, devido à precariedade das construções ou em virtude de desgaste da estrutura física; e como déficit por incremento de estoque, no caso de famílias que convivem em uma mesma habitação junto a outra família e aquelas que vivem em cômodos (PARANÁ, 2012, p. 11).

aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, buscando saber de que forma se estabelecem condições para a legitimação de condições para o exercício básico do direito à cidade, através do acesso justo, universal e democrático aos bens e equipamentos públicos.

Especificamente, preconiza avaliar se os residentes do bairro São João e os moradores do Conjunto Habitacional Vila São Pedro, detém das infraestruturas básicas que permitem e fornecem condições mínimas para a prática do livre exercício do direito à cidade e a moradia.

Diante do panorama de crescimento acelerado da demanda habitacional no município, a pesquisa propõe a apresentação de subsídios concretos por meio do diagnóstico urbano do bairro para argumentações, debates e sugestões para os próximos conjuntos habitacionais que futura e eventualmente possam ser implantados no município.

Enfim, o trabalho propõe como ponto de partida a análise do espaço urbano quanto à completude das infraestruturas e dos seus locais de implantação, mormente porque apenas fornecer moradias à população ou buscar resolver a inadequação das habitações visando à superação do déficit apontado pelos estudos, não se mostra como melhor solução da controvérsia, mas, disponibilizar moradias dotadas de infraestruturas básicas e que permitam o acesso aos equipamentos de uso comunitário, garantindo ao morador, mesmo que em escalas diminutas, o atingimento de direitos sociais básicos à subsistência humana.

1.4 DESCRIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Preliminarmente, com o escopo de situar o leitor em relação ao ambiente de estudo, convém abordar alguns dados e informações gerais sobre o município como forma de apresentar a realidade socioespacial onde se situam os objetos de estudo.

Pato Branco é uma cidade localizada na região Sudoeste do Estado do Paraná, com estimativa populacional para o ano de 2019, de 82.881 pessoas (IBGE, 2019). Atualmente, é destaque no setor educacional, ofertando mais de 90 cursos em nível superior, tendo como fortes atrativos os setores de comércio, serviços, agronegócio e a área industrial, principalmente, ligadas ao setor metalmeccânico, tecnológico e moveleiro. Como reflexo disso, é uma das cidades mais desenvolvidas do país.

A cidade “ocupa o 4º lugar do Paraná no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal⁵ - (IFDM), com destaque para a Saúde, Educação e geração de emprego e renda. Entre os 5.571

⁵ O IFDM é um estudo anual criado para acompanhar o desenvolvimento humano, econômico e social dos municípios que leva em conta três indicadores: emprego & renda, educação e saúde. Devido às suas características,

municípios brasileiros, assume a 19ª posição no País”, sendo líder na região do Sudoeste Paranaense (PATO BRANCO, 2019).

No ano de 2017, foi reconhecida como a 5ª cidade, com até 100 mil habitantes, “mais inteligente do Brasil”, em estudo divulgado em 2017 pela Revista Exame. Nessa linha de destaque, ocupou ainda o 64º lugar no ranking geral das 100 cidades e capitais “mais inteligentes do Brasil” (CALEGARI, 2017). A revista IstoÉ, relacionou as melhores cidades de médio e pequeno porte, sendo que Pato Branco ocupou a 25ª posição, considerando indicadores sociais, econômicos, fiscais e digitais. Igualmente, a Revista Exame, no ano de 2017 listou as 40 melhores cidades pequenas do Brasil para envelhecer, com base na maneira em que as cidades são pensadas, tendo ocupado a 11ª colocação no ranking (PRADO, 2017). Todos esses dados colocam Pato Branco em evidência quando comparado aos demais municípios do Sudoeste Paranaense.

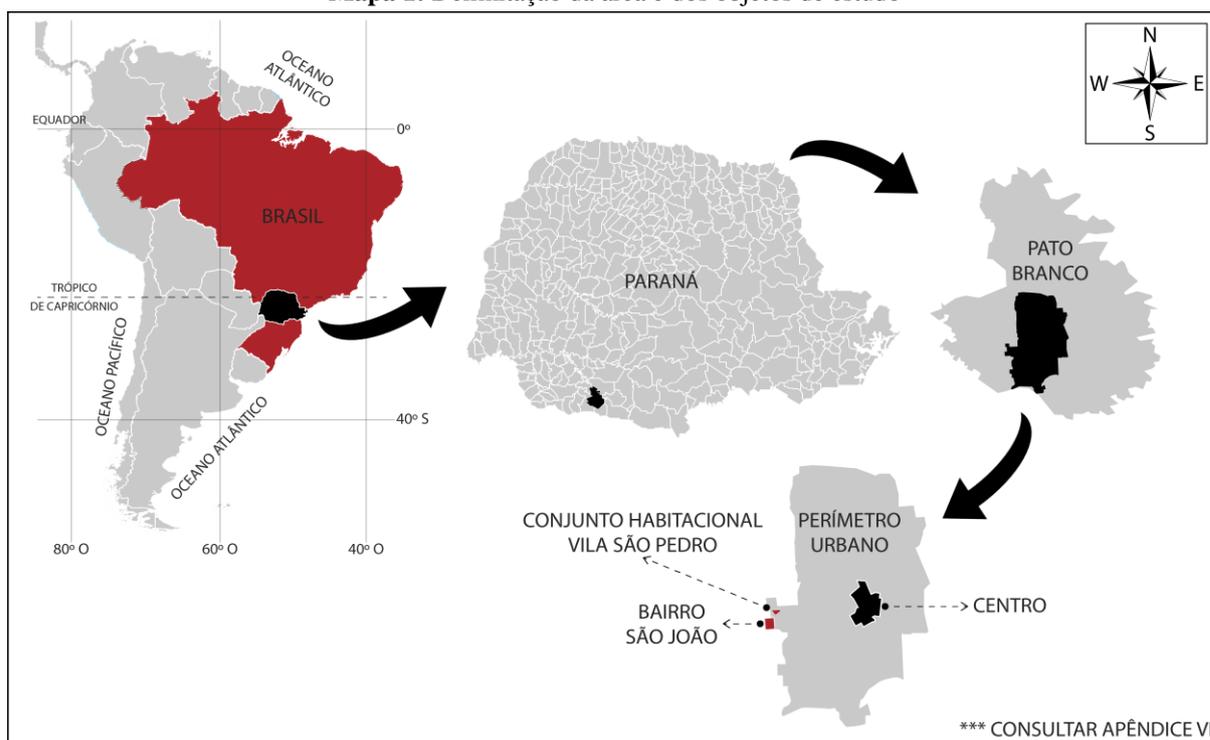
Noutro giro, embora se apresente como uma cidade destaque em inúmeros segmentos de relevância, notadamente, vivencia-se inúmeros problemas urbanos decorrentes do modo capitalista de produção e (re)produção do espaço urbano. Fala-se isso uma vez que a ocupação do território das cidades pode ser caracterizada, sobretudo, por processos complexos, nos quais a distribuição populacional ocorre no contexto social. Isto posto, as camadas sociais habitam setores urbanos de acordo com o poder aquisitivo. É o que ocorre no município objeto de estudo, mais expressivamente no bairro São João e no Conjunto Habitacional Vila São Pedro.

Sendo assim, o recorte espacial idealizado para o estudo desenvolvido na presente dissertação está situado dentro do perímetro urbano⁶, orientados a oeste da cidade. Possui como principais vias de acesso à Rua Setembrino Tomazi e uma Estrada Municipal sem nomenclatura definida. O mapa 1 projeta uma prospecção geográfica partindo da macro para micro escala, ilustrando o Brasil, o Estado do Paraná e o município de Pato Branco. Na mesma perspectiva se propõe um esboço do quadro urbano da cidade, apresentado e demarcando os limites e confrontações das áreas de estudo.

a ferramenta tem servido como uma fotografia de políticas públicas e como fonte para "estudos nacionais e internacionais a respeito do desenvolvimento brasileiro".

⁶ Lei Complementar Municipal Nº 54, de 10 de setembro de 2013, a qual “Acrescenta o art. 138-A a Lei Complementar Nº 46/2011, para dispor sobre o recuo do alinhamento predial nos lotes localizados em esquina, e altera o Perímetro Urbano, o Zoneamento e os Anexos I, II, III, IV e VII da Lei Complementar nº 46/2011, que regulamenta o Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo no Município de Pato Branco (PATO BRANCO, 2013).

Mapa 1: Delimitação da área e dos objetos de estudo



Fonte: Danielli, (2019).

Mostra-se relevante advertir, embora se trate de duas áreas de interesse social consolidadas na malha urbana municipal, que o bairro São João, contando com aproximadamente quatro décadas de existência não está definido como zona especial de interesse social - (ZEIS), porém, o conjunto habitacional Vila São Pedro edificado em 2015 é caracterizado com tal parâmetro de zoneamento. Sem margem de dúvidas, o antagonismo destas situações se verifica por se tratar uma delas – o conjunto habitacional, da efetivação de uma política pública habitacional, que relegada a uma porção do território exige a delimitação prévia da área como ZEIS. O assunto será tratado em tópico subsequentes, inclusive, com a demonstração das etapas de implantação de conjuntos através do PMCMV.

Posto isso, analisando o mapa 1, percebe-se que se tratam de áreas consolidadas que carregam em sua gênese a característica comuns às cidades brasileiras, como a periferização e a segregação espacial e, conseqüentemente, a segregação social dos seus residentes.

Notadamente, a produção do espaço urbano dessas áreas periféricas se deu em dois momentos: o bairro São João tem sua data de criação indefinida, contudo, sabe-se que a ocupação desta área fora imposta pelo Poder Público Municipal da época no final da década de 1970 e início da década de 1980, em razão das finalidade de um projeto denominado “desfavelamento”, que visava erradicar a população de baixa renda residente às margens da Rodovia BR-158 naquele período, e que “atravessa” a malha urbana do município. Esta ação,

na verdade, tinha como intuito “esconder a pobreza” daquela população, desassistindo essas famílias de melhores condições de vida, sobretudo pelo contexto em que as famílias foram removidas daquela área; já o conjunto habitacional Vila São Pedro é fruto de uma política pública urbana denominada de Programa Minha Casa Minha Vida, lançada no ano de 2009 pelo Ministério das Cidades, tendo sido edificado no ano de 2015, quando foram entregues 180 unidades habitacionais à população com renda familiar de até R\$ 1.800,00.

Assim, se configura a área de estudo da presente pesquisa, sendo produzida e (re)produzida historicamente, tendo como um dos agentes de transformação o Estado. Desse modo, a pesquisa possibilita comparar esses antagonismos através de uma análise detida e realística das transformações urbanas, baseadas na formulação e na aplicação de leis, assim como das políticas de habitação.

Desse modo, objetivando delinear a estruturação da pesquisa, são apresentados na sequência os capítulos que compõe esse estudo, discorrendo em breves linhas sobre o conteúdo de cada seção e subseção, referenciando os principais autores que subsidiaram a compreensão, interpretação e sustentação das teorias aqui abordadas.

O capítulo 2 apresenta e explica teoricamente as metodologias utilizadas na construção da presente pesquisa, bem como expõem o modo como estas foram operacionalizados, objetivando angariar respostas para o problema de pesquisa, e conseqüentemente, produzir resultados satisfatórios. Discorre-se sobre tópicos ligados: a abordagem, qualitativa e quantitativa; a natureza aplicada; do tipo exploratório e descritivo; sobre os procedimentos metodológicos de pesquisa bibliográfica, análise documental, pesquisa de campo, observação não participante, realização de entrevistas em profundidade do tipo semiestruturada e aplicação de formulários; e ainda, sobre as técnicas de análise de dados utilizadas, sendo elas, análise de conteúdo e análise interpretativa. Para isso, são utilizados os seguintes autores: Bardin (1977), Deslauries; Kérisit (2010), Fonseca (2002), Gerhard; Silveira (2009), Gil (2008), Lakatos; Marconi (2003), Minayo (1994), Minayo (2007), Pinto (1979).

O capítulo 3 é permeado pela discussão do referencial teórico, onde se trabalhou com temas e conceitos ligados a produção capitalista do espaço urbano, desigualdades socioespaciais, direito à cidade e moradia, segregação socioespacial, o estado capitalista e a produção de políticas públicas urbanas e habitacionais.

O referido capítulo fora dividido em seis seções e duas subseções: na seção 3.1 “Materialismo histórico dialético” procurou-se conceituar este método de pesquisa empregado durante a construção do trabalho, manifestando o ponto de vista do autor sobre os objetos de

estudo. Utiliza-se deste método de pesquisa para averiguar a estrutura espacial contextualizando o modo de produção capitalista do espaço urbano e a formação socioeconômica, o que contribui para a interpretação das realidades socioespaciais. Foram utilizados os seguintes autores como forma de conceituação teórica: Gerhard; Silveira (2009), Gil (2008), Lakatos; Marconi (2003), Triviños (1987).

Noutro vértice, tem-se a seção 3.2 “A cidade e o urbano: uma abordagem conceitual”, onde se discutem as principais distinções entre tais conceitos, visto que a Arquitetura e Urbanismo e a Geografia, embora ciências correlatas que se debruçam sobre o mesmo objeto – o espaço, possuem distinções epistemológicas nas aludidas áreas. O espaço é apenas o ponto de partida de ambas, logo, julga-se pertinente elucidar tais conceitos no pensamento geográfico. Neste sentido, utilizou-se dos seguintes autores: Araújo (2012), Benevolo (2008), Carlos (2008), Corrêa (2004), Lefèbvre (1972), Lefèbvre (2001), Lefèbvre (2008a), Maricato (2013), Munford (2008), Rolnik (1988), Santos (1994), Singer (1973), Sposito (2014).

A seção 3.3 “A produção do espaço urbano sob a lógica capitalista: produzindo e (re)produzindo desigualdades socioespaciais” versa sobre o modo de produção capitalista do espaço urbano, visto que a atividade capitalista está em constante busca por novos espaços para geração de lucros, consumindo-o e o dominando, e como isso relaciona-se com a produção desigual do espaço urbano, fato que impacta diretamente o direito básico de morar, por exemplo. Para que esse encontro de ideias fosse possível, utilizou-se dos seguintes autores como fonte teórica: Corrêa (2004), Gonçalves (1984), Gottdiener (1993), Gottdiener (1997), Harvey (1980), Lefèbvre (2008a), Lefèbvre (2008b), Rodrigues (2017), Rodrigues (2017), Soja (1993), Villaça (1998).

Continuando, chega-se a seção 3.4 “O espaço urbano e o direito à cidade”, onde se discorre sobre como se articula a teoria do direito à cidade segundo o filósofo Henri Lefèbvre, com o espaço urbano e com a cidade, considerando que a mesma deveria se reestabelecer como obra, não como um simples instrumento para o capital. Nesta seção, se estabeleceu um diálogo entre os autores: Araújo (2012), Gottdiener (1997), Harvey (2009), Lefèbvre (2006), Lefèbvre (2008a), Lefèbvre (2008b), Lefèbvre (2008c).

Por consecutivo, na seção 3.5 “Segregação socioespacial e o acesso à moradia” se analisa como decorre o acesso a moradia da camada empobrecida da população que, via de regra, habita áreas segregadas das cidades brasileiras. O objetivo é teorizar a segregação socioespacial, explicitando as diferenças entre a segregação social e espacial e como elas negam o urbano à população. Registre-se que este conceito tem uma relação intrínseca com o

desenvolvimento desigual do espaço urbano, sobretudo porque tais processos normalmente não ocorrem dissociados um do outro. A segregação é o motor para o desenvolvimento desigual do espaço, geralmente dirigido pelo Estado. Para compreensão do tema, recorreu-se os autores: Arantes; Vainer; Maricato (2013), Bialecki (2008), Carlos (2007), Carlos (2008), Corrêa (2004), Davis (2006), Lojkine (1997), Maricato (1996), Maricato (2001), Maricato (2017), Ribeiro (2007), Rodrigues (2017), Romero et al. (2014), Santos et. al (2004), Sposito (2001), Sugai (2002), Villaça (1998).

O fechamento deste capítulo se perfaz na seção 3.6 “O estado capitalista, suas interferências e o planejamento das políticas públicas urbanas e habitacionais”, onde o debate se concentra na ideia de que o Estado é um importante agente que desempenha múltiplos papéis na produção do espaço urbano, e neste ponto, focou-se em compreender como ele planeja, produz e implanta as principais políticas urbanas e habitacionais. Tomou-se como base teórica os autores: Arantes; Vainer; Maricato (2013), Amâncio; Amâncio; Amâncio (2006), Buonfiglio (2015), Carnoy (1988), Corrêa (2012), Hernandez; Bugiato (2008), Melazzo (2010), O’Donnell (1986), Silva; Castro (2008), Silva; Souza (2006), Souza (2017), Poulantzas (1977), Poulantzas (1978), Poulantzas (2015), Silva et al. (2017), Weber (1979).

Noutro viés, a subseção 3.6.1 “A relação das políticas públicas urbanas (no contexto brasileiro) e a construção de moradias na cidade contemporânea” traçou, ainda que em breve síntese, a trajetória das principais políticas urbanas, dando ênfase na política habitacional brasileira, não dissociando dos mais relevantes acontecimentos políticos no decorrer da história. Foi utilizado como fonte de dados: leis, decretos, normas, cartilhas e websites governamentais. A elaboração dos conceitos foi amparada pelos autores: Alvim (2010), Buonfiglio (2015), Harvey (2014), Maricato (2001), Maricato (2006), Lefèbvre (2008a), Lojkine (1997), Reis (21-?), Silva; Castro (2008), Silva (1989), Silva (2016), Shimbo (2011), Villaça (1998).

A subseção 3.6.2 “O Programa Minha Casa Minha Vida” tratou especificamente sobre esta política habitacional, explicitando a estrutura do programa, linhas de financiamento, taxas de juro e etc., bem como o percurso que deve ser traçado para a efetivação do programa em nível municipal. Para que isso fosse possível se usou como fonte de dados leis, decretos, normas, cartilhas e *websites* governamentais, em consonância com os pensamentos dos autores e estudiosos da área: Bonduki (2009), Buonfiglio (2015), Cardoso; Aragão (2013), Carlos (2007), Ferreira (2012), Lefèbvre (2001a), Parmezani (2013).

Posto isso, cabe registrar que a estruturação do capítulo 3 e as teorias utilizadas, se mostraram essenciais para compreensão dos fenômenos observados no campo. Eles foram

capazes de explicar os aspectos empíricos observados na pesquisa e subsidiar o rumo de investigação dos demais capítulos. Este tópico responde ao primeiro objetivo específico trilhado para a pesquisa.

Numa perspectiva factual, o capítulo 4 “Formação socioespacial: contextualizando e explorando os objetos de estudo”, faz um breve relato histórico da formação territorial do município e dos objetos de estudo, tendo como objetivo demonstrar a realidade socioespacial da área. O final do capítulo concentrou uma análise sobre diversas questões urbanas, pautado no estudo das leis municipais, decretos e documentos relevantes. Por conseguinte, o capítulo 4 se desdobra em três seções.

A seção 4.1 “Resgate histórico de Pato Branco: de colônia a município”, se concentra em esclarecer a formação territorial do município até o momento da sua emancipação, bem como apresenta dados socioeconômicos. Utilizou como suporte elementar os autores: Dartora (2014), Machado (2019), Pizato (2016), Pozza (2014), como forma de elucidar os acontecimentos.

A seção 4.2 “O bairro São João e o conjunto habitacional Vila São Pedro” tem como objetivo relatar a história de formação dos objetos de estudo, o histórico de formação do bairro São João fora construído através de relatos dos primeiros moradores ocupantes da área, catalogado por pesquisadores do tema, considerando-se a inexistência de bibliografias a respeito. Esta seção reúne fotos históricas, mapas, dados e análises da legislação correlata ao assunto. As pesquisas produzidas por Franceschetto (2016) e Pizato (2016) fundamentaram a base de pesquisa desta seção.

A seção 4.3 “Questões urbanas locais: analisando leis, explorando documentos e averiguando fatos”, concentrou seus esforços em analisar, principalmente, a Lei Orgânica, o Plano Diretor e a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do solo urbano no município de Pato Branco não deixando de estabelecer um elo com os principais acontecimentos políticos e o sancionamento de leis tais como o Código de Obras e o Código de Posturas, as entrevistas em profundidade, semiestruturadas, elucidaram alguns acontecimentos e esclarecem fatos. A presente seção é essencial para compreender a política urbana e habitacional no município, é através dele, que em nível local, fora possível entender algumas tomadas de decisões dos gestores municipais. Esta seção responde ao segundo e terceiro objetivo específico da pesquisa.

No que lhe concerne, o capítulo 5 “O espaço urbano sob a perspectiva dos grupos sociais segregados: os moradores do bairro São João e os residentes do conjunto habitacional Vila São Pedro” teve como intuito averiguar, conhecer e interpretar os anseios dos moradores dessas

áreas. Para possibilitar esse processo, procedeu-se a aplicação de formulários de pesquisa, onde foram ouvidos 40 moradores das áreas de estudo, buscando aferir inúmeros aspectos sobre a qualidade do bairro, inserção urbana, qualidade habitacional, disposição de infraestrutura urbana e equipamentos de uso coletivo, entre outros dados. Tais levantamentos tem como fundamento orientar e, posteriormente, confrontar os dados obtidos com a elaboração do diagnóstico urbanístico da área, partindo-se do pressuposto de que um diagnóstico bem elaborado possibilita traçar diretrizes de projeto fidedignas com as reais necessidades de determinado grupo social, alvo da pesquisa.

O capítulo 6 “Diagnóstico urbano, uma análise necessária: avaliação dos equipamentos de uso comunitário”, consistiu no levantamento de dados e pesquisa de campo com o objetivo de identificar e localizar todos os equipamentos de uso comunitário das categorias: educacional, saúde, segurança, administração pública e trabalho, interesse social, esporte e lazer, cultural e pontos de ônibus de transporte coletivo urbano, tendo como finalidade identificar a cobertura e atendimento destes itens sobre as áreas de estudo e a cidade como um todo. Cada categoria de análise foi dividida em subseções, destacando-se, neste preâmbulo, a seção 7.8 “Mapa síntese dos equipamentos de uso comunitário do município de Pato Branco/PR” que constitui a reunião dos dados do capítulo 6, desenvolvido com amparo no diagnóstico textual, que teve como característica analisar dados e sempre que necessário e possível, sugerir medidas corretivas, compensatórias e mitigadoras. O capítulo em questão fora elaborado, essencialmente, com base nos autores: Castello (2013), Gouvêa (2008), Guimarães (2004), Prinz (1986), Pitts (2004) e Santos (1988), os quais forneceram subsídios teóricos elementares para a construção do diagnóstico urbano.

As sugestões mencionadas no parágrafo anterior, seja como medida corretiva, compensatória e mitigadora dos problemas diagnosticados ao final da pesquisa, possuem como escopo melhorar a qualidade de vida dos residentes do bairro São João e do conjunto habitacional Vila São Pedro, fornecendo, no mínimo, condições para o livre exercício do direito à cidade.

No capítulo 7, caminha-se para as considerações finais sobre a pesquisa, onde se busca apresentar os principais resultados obtidos. Nesse sentido, os objetivos delineados para o estudo foram devidamente alcançados e os resultados demonstrados no desenvolvimento do trabalho se mostram satisfatórios.

Nada obstante, é indispensável sobrepujar as fronteiras do conhecimento e da formação acadêmica, elevando-se a reflexão dialética da sociedade e suas implacáveis contradições. Esta,

talvez, seja a maior aprendizagem que o pesquisador tenha obtido no desdobrar desta dissertação. De tal modo, dá-se início ao presente estudo com a esperança que ainda subsiste em nós urbanistas progressistas que ainda acreditam, fielmente, que é possível transpor as barreiras do caos urbano que assola a grande massa das cidades brasileiras e, assim, fazer da “política urbana” não mais uma “utopia”, e sim uma realidade.

2. METODOLOGIA

Proporcionar e discutir as metodologias e o percurso metodológico utilizado na elaboração da presente pesquisa científica é, em apertada síntese, o propósito do capítulo em discussão.

Todavia, antecedendo a explanação da operacionalização deste estudo, revela-se importante resgatar os pensamentos de Álvaro Vieira Pinto em seu livro *Ciência e Existência*. No referido livro, o autor discorre sobre o compromisso e a conduta do cientista quanto a produção do seu trabalho. O autor assevera que apenas o bom senso, por si só, é incapaz de suprir o conhecimento lógico. Por sua vez, a metodologia ou o fazer do cientista, consoante defendido por ele, não se apresenta como um livro de receitas, onde é possível visualizar integralmente em uma única oportunidade o passo a passo do que deve ser feito para alcançar os resultados desejados.

Deste modo, a formação cultural do cientista deve ser construída pelo estudo teórico dos métodos lógicos e ligar-se-á a práxis do trabalho científico, devendo o cientista apreender lógica fazendo lógicos os resultados em sua atividade.

Portanto, o cientista indispensavelmente precisa iniciar sua trajetória alicerçado em uma formação crítica reflexiva, pois somente quem conhece seu trabalho está apto a produzir ciência. A “arte de pesquisar” necessita obrigatoriamente de cuidados cruciais, pois embora toda pesquisa se origine de um questionamento formulado previamente, apenas respondê-lo não é suficiente, é preciso que haja rigor metodológico para que essa resposta seja validada pela comunidade acadêmica (PINTO, 1979).

Tomando nota das observações do autor acima referenciado, delineou-se a construção do percurso metodológico deste trabalho. Portanto, nas páginas seguintes serão apresentadas as escolhas e os caminhos metodológicos adotados, constituindo o produto e a resposta das reflexões colhidas na investigação sobre os métodos e as metodologias utilizados na construção do saber científico.

De outra sorte, convém ressaltar o conceito de metodologia apresentado por Fonseca (2002). Segundo o autor, metodologia deriva da conjuntura de *methodos* que significa organização, e *logos* que se traduz como o estudo sistemático, pesquisa, investigação, ou seja, é o estudo da organização, dos caminhos a serem trilhados para se realizar uma pesquisa científica e assim produzir ciência.

Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos e dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica de forma abrangente, pode ser definido como um conjunto de procedimentos que servem de instrumentos para alcançar os fins de uma investigação (GERHARD; SILVEIRA, 2009).

Contribuindo com a discussão em comento, Minayo (2007, p. 44) define metodologia:

(...) a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas.

Em resumo, a metodologia se interessa pela validade do caminho escolhido para se chegar ao fim proposto, enquanto que o método científico se trata do conjunto de normas básicas a serem seguidas para a efetivação da produção do conhecimento que tem o rigor da ciência.

Portanto, para que os objetivos da pesquisa científica fossem alcançados, optou-se por empregar metodologias quantitativas e qualitativas, fato que confere a mesma uma abordagem quali-quantitativa. Neste sentido, os dados quantitativos são matéria-prima em uma análise qualitativa, pois são capazes de exprimir conhecimentos e fatos no que tange as modificações inseridas dentro da área de estudo (DESLAURIES; KÉRISIT, 2010).

Insta salientar, nesse propósito, que a pesquisa qualitativa aborda os aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Por conseguinte, neste tipo de pesquisa:

Os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (GERHARD; SILVEIRA, 2009, p. 31-32).

Destarte, a pesquisa qualitativa não se limita à descrição minuciosa do que se observa, pois se dá maior relevância a vivência dos atores sociais. Neste viés o objeto de maior valor na análise se refere à ação interpretada pelos sujeitos de pesquisa e pelo pesquisador (DESLAURIES; KÉRISIT, 2010).

Noutro ponto, entende-se por uma pesquisa descritiva aquela que ambiciona “a descrição e caracterização dos dados e informações que representam uma determinada população ou fenômeno ou confirmação de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p. 28).

Registra-se que a pesquisa se apropria de dados históricos catalogados por pesquisadores sobre a criação do bairro São João, sobretudo em razão de não existirem registros oficiais e bibliográficos que evidenciem e esclareçam sobre a formação do mesmo. Mas, este é apenas o ponto de partida explorado neste trabalho. Ao explorar os objetos por diversas óticas que não mais a histórica, a pesquisa adota um viés de ineditismo, gerando novos saberes que tem como anseio precípuo a interferência e a aplicação na prática, das políticas urbanas, no intuito de conferir melhorias nas condições que pautam o desenvolvimento da vida da população pesquisada.

Segundo Gerhard e Silveira (2009, p. 35) este tipo de estudo se caracteriza como uma pesquisa de natureza aplicada, “pois se objetiva gerar conhecimentos para aplicação na prática, voltados a solução de problemas específicos, os quais envolvem verdades e interesses locais”.

Tratando do estudo das formações socioespaciais, da produção capitalista do espaço urbano, seus produtores e (re)produtores, não poderia ser adotado outra metodologia como central que não a qualitativa, onde há o aprofundamento na compreensão deste complexo processo que não é estático.

Diferentemente da pesquisa qualitativa, a pesquisa quantitativa trabalha com dados e informações que podem ser quantificados. Desse modo:

A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. [...], considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (FONSECA, 2002, p. 20)

Consequentemente, no decorrer do estudo será possível perceber que essa associação de abordagens confere uma singularidade na coleta e na profundidade dos dados, demonstrando a realidade socioespacial de uma forma fidedigna.

Os dados qualitativos se apresentaram como essenciais, já que fornecem informações precisas e desejos reais de um grupo de pessoas cuja existência é rejeitada, negando-os parcialmente o acesso à cidade e consequentemente a possibilidade de consecução do pleno exercício do direito à cidade. Preliminarmente, convém frisar que a população em estudo se

encontra segregada socioespacialmente, apresentando-se como o resultado desastroso de uma urbanização capitalista excludente e de uma gestão municipal histórica negligente.

Noutra ordem, os dados quantitativos se afiguram inteiramente importantes, pois se apresentam como uma maneira sintética para comprovação e legitimação da teoria estudada. Nessa senda, a título de exemplo, a elaboração da Planta Geral de Valores – (PGV) do município com base na atualização da PGV de 2016, demonstra didaticamente o preço do metro quadrado do solo urbano em todas as áreas inscritas no quadro do perímetro urbano, permitindo, assim, traçar paralelos com a teoria bibliográfica de segregação socioespacial e edificação de conjuntos habitacionais de interesse social em áreas periféricas.

Os dados obtidos através da aplicação dos formulários serviram como base comparativa para os resultados apresentados pelo diagnóstico urbano, essa associação de estudos permitiu conferir maior confiabilidade no diagnóstico urbanístico e, por conseguinte, propiciou a obtenção de um delineamento das diretrizes de modo mais coerentes com o cenário estudado.

A presente pesquisa de mestrado se compõe de uma análise do tipo exploratória e descritiva, que envolve várias fases da elaboração de uma trajetória de investigação. Nesse respeito, segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória se constitui como uma primeira etapa de uma investigação mais ampla, a qual tem como principal finalidade desenvolver esclarecimentos, modificar conceitos e ideias, tendo como premissa a formação de problemas precisos, é nesta fase que se define a “escolha do tópico de investigação, delimitação do problema, definição do objeto e dos objetivos, construção do marco teórico conceitual, dos instrumentos de coleta de dados e da exploração de campo”. É de se ressaltar que esta fase do trabalho é um dos momentos basilares da pesquisa, uma vez que se “conduzida de modo inconsistente resultará em grandes complicações à investigação” (MINAYO, 1994, p. 32).

Portanto, a pesquisa exploratória/descritiva é um dos alicerces para a construção da pesquisa em si. Esse momento se afigura como a primeira fase da pesquisa, que contempla a realização das etapas de: construção da problemática de pesquisa; revisão bibliográfica; pesquisa documental. Essa fase da pesquisa representou uma relevante etapa para a construção do conhecimento científico, posto que foi por meio dela que se tornou possível reunir parte dos dados necessários para cumprir com os objetivos estabelecidos no trabalho.

Segundo Fonseca (2002, p. 31), a pesquisa bibliográfica é realizada por meio do levantamento de referências teóricas “já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, página de *websites* sobre o tema a estudar”. Sendo assim, qualquer trabalho científico emana de uma pesquisa bibliográfica. Observando isso,

foram estudadas e exploradas obras de diversos autores que contribuíram com a conceituação e estabelecimento da discussão sobre os diversos temas abordados no Referencial Teórico, entre eles: a produção do espaço urbano, o direito à cidade e a moradia, a segregação socioespacial e a ação do Estado Capitalista no planejamento das políticas públicas urbanas.

É manifestamente forte a associação entre os temas mencionados, assim como a extensa dimensão da problemática colocada em estudo. Portanto, a pesquisa toma como referência bibliográfica as principais obras de: Henri Lefèbvre, Roberto Lobato Correia, Ermínia Maricato, Raquel Rolnik, Milton Santos, Maria Encarnação Beltrão Sposito, Flávio Villaça, David Harvey, Mark Gottdiener, Martin Carnoy, Jean Lojkine, Nicos Poulantzas, Eduard Soja. Além destes, estão referenciados e foram essenciais no processo teórico da pesquisa uma ampla gama de autores, cujos ensinamentos tornou plausível uma interpretação coesa dos preceitos teóricos, levando-nos a uma compreensão abalizada da realidade local.

Visando reunir e coletar dados específicos, os quais por ventura não foram encontrados no procedimento de revisão bibliográfica foi associado à análise documental, que consiste em consultar:

Fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, [...] (FONSECA, 2002, p. 31).

Explicitado isto, optou-se por dividir a análise documental em dois níveis, global e local, o que condicionou uma análise minuciosa e detalhada da macro escala para a microescala: no nível global foi utilizado como fonte de dados digitais as leis federais e estaduais, decretos, regulamentações, cadernos estatísticos da Fundação João Pinheiro, IBGE, IPEA, IPARDES, cartilhas, folders, informativos, notas técnicas e demais documentos pesquisados nos *websites* Senado Federal, MCidades, MDR, Caixa Econômica Federa, entre outros; em nível local foi concentrado em arquivos físicos e digitais do município de Pato Branco, analisando documentos diversos, como leis municipais, decretos, regulamentos, projetos, entre outros.

É cediço que a análise documental possibilitou a reunião de diversos dados que foram essenciais para que se compreendesse os fenômenos que interferem negativa e positivamente os objetos de estudo, respaldando, por conseguinte, os argumentos lançados no presente trabalho.

A segunda fase da pesquisa se reporta especificamente à coleta de dados. Esse tipo de análise “compreende o conjunto de operações por meio das quais o modelo de análise é

confrontado aos dados coletados. Ao longo dessa etapa, várias informações são, portanto, coletadas. Elas serão sistematicamente analisadas na etapa posterior” (GERHARD; SILVEIRA, 2009, p. 56).

A presente etapa se concentra na pesquisa de campo apoiada pela observação não participante; aplicação dos formulários com a população pesquisada; realização das entrevistas semiestruturadas com os agentes envolvidos no processo de planejamento, aprovação e entrega do conjunto habitacional Vila São Pedro – (CHVSP).

A pesquisa de campo “caracteriza as investigações em que para além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se coletam dados junto de pessoas”. Logo, fora aliado a esta ferramenta metodológica a técnica de observação:

Desde a formulação do problema, [...], coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa. É, todavia, na fase de coleta de dados que o seu papel se torna mais evidente. A observação é sempre utilizada nessa etapa, conjugada a outras técnicas ou utilizada de forma exclusiva. Por ser utilizada, exclusivamente, para a obtenção de dados em muitas pesquisas, e por estar presente também em outros momentos da pesquisa, a observação chega mesmo a ser considerada como método de investigação. A observação nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano [...]. A observação apresenta como principal vantagem, em relação a outras técnicas, a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação. Desse modo, a subjetividade, que permeia todo o processo de investigação social, tende a ser reduzida (GIL, 2008, p. 119-20).

Neste sentido, se optou por utilizar a observação não participante ou simples como técnica de coleta de dados. “Por observação simples se entende aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem”. A observação é adequada aos estudos qualitativos e exploratórios, sendo extremamente útil quando dirigida ao conhecimento e descoberta de situações de caráter público, apropriada para o estudo das condutas das pessoas na vida social. O método da observação simples foi aplicado em diversas fases da pesquisa, porém, é nesta fase da pesquisa é que fora realizado a observação simples de maneira mais exauriente.

Essa técnica de pesquisa requer que os registros das observações feitas sejam anotados no diário de campo, sendo permitido a utilização de instrumentos como câmeras fotográficas, filmadoras, gravadores, entre outros, como forma de registro detalhado da observação (GIL, 2008, p. 121). Neste sentido, não se conhece metodologia mais apropriada para o desenvolvimento desta pesquisa que não a observação simples.

A pesquisa em comento tem por escopo explorar o contexto de vida dos residentes e descrever a condição do meio em que vivem. Para que isso fosse possível, utilizou-se como

uma das técnicas de investigação, a aplicação de formulários aos moradores das áreas de estudo. “O formulário é um dos instrumentos essenciais para a investigação social, cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado”, a coleta de dados é feita face a face entre o pesquisador e a população pesquisada e o roteiro de perguntas é preenchido pelo próprio entrevistador no momento da entrevista. Essa ferramenta possibilita que sejam ouvidos e pesquisados todos os segmentos da população: alfabetizados, analfabetos, populações heterogêneas, etc. Neste procedimento o preenchimento do roteiro de perguntas é feito pelo entrevistador no momento da aplicação, podendo este “explicar os objetivos da pesquisa, orientar o preenchimento do formulário e elucidar significados de perguntas que não estejam muito claras” podendo ainda “reformular itens ou ajustar o formulário à compreensão de cada informante” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 212).

A pesquisa utilizando formulários buscou ouvir 40 moradores do bairro São João e do CHVSP. Foram aplicados 20 formulários em cada um desses locais, em dia útil das 08:00h da manhã até as 17:00h da tarde. Buscou-se distribuir a aplicação destes formulários de maneira uniforme sobre as áreas pesquisadas, conforme pode ser observado no mapa 4, objetivando a seleção de uma amostra confiável que representasse a visão dos moradores sobre os objetos em sua totalidade. Os formulários elaborados e aplicados contém um total de 32 questões, entre elas perguntas fechadas, abertas e de múltipla escolha. O roteiro de perguntas está disponível e pode ser visualizado integralmente no apêndice II desta pesquisa.

Sendo o Estado um dos agentes atuantes no processo de produção do espaço urbano, e no caso em específico, o principal, seria equivocado referenciá-lo e não propor uma abordagem deste como fonte valiosa de informação. Portanto, propôs-se a aplicação de entrevistas em profundidade, semiestruturadas, com os agentes envolvidos no processo de planejamento, aprovação, seleção das famílias e realização do trabalho técnico social que antecede a entrega do empreendimento. Foram ouvidos três agentes públicos municipais, sendo eles responsáveis pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, pelo Departamento de Habitação e pelo CRAS do bairro São João.

A elaboração do roteiro de perguntas e a realização das entrevistas se deu somente após a aplicação dos formulários e a tabulação dos dados, o que se justifica ante a evidencia de que no decorrer da pesquisa de campo, certa e paulatinamente, surgiriam questões e temas relevantes, os quais ocasionalmente seriam capazes de contribuir com a construção do conhecimento a respeito dos objetos de estudo.

De acordo com Gil (2008), pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe dirige questionamentos com o objetivo de obter dados que interessam à investigação. “É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 195), sendo uma das ferramentas mais usuais no trabalho de campo.

Por oportuno, Gerhard e Silveira (2009) asseveram que esse procedimento:

(...) constitui uma técnica alternativa para se coletarem dados não documentados sobre determinado tema. É uma técnica de interação social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação. A entrevista pode ter caráter exploratório ou ser uma coleta de informações. A de caráter exploratório é relativamente estruturada; já a de coleta de informações é altamente estruturada.

Para o presente estudo, vislumbrou-se uma coleta de informações através de entrevistas em profundidade do tipo exploratório, adotando-se como padrão perguntas semiestruturadas com questões abertas onde o entrevistador elabora e organiza em formato de roteiro as questões sobre o tema que está sendo estudado, assim como no momento da sua aplicação, o informante responde livremente os questionamentos que lhe são apresentados, cabendo ao entrevistador anotar ou gravar as respostas.

Essa tipologia de entrevista, permite que o entrevistado fale livremente sobre o assunto à medida que vão surgindo desdobramentos do tema principal, o que permite um roteiro flexível que pode ser ajustado as circunstâncias e respostas obtidas no momento da aplicação, possibilitando testar a capacidade de o entrevistado, por exemplo, responder a questionamentos não pré-estabelecidos, assim como o produto final favorece respostas mais espontâneas e completas a respeito do objeto pesquisado (GERHARD; SILVEIRA, 2009).

Finalizando a longa caminhada percorrida na coleta dos dados em pesquisa de campo, chega-se a terceira etapa, a qual caracteriza-se como interpretativa/descritiva, posto que é neste momento que foi realizado as análises dos dados obtidos. Nesta fase, o pesquisador considera e trata os dados atribuindo significado a eles, tentando pôr em evidência a maneira como eles respondem ao problema de pesquisa constituído na investigação. O referido método de pesquisa é utilizado mais comumente para analisar entrevistas e observações. Sendo assim:

A análise interpretativa envolve: a formulação de afirmações, principalmente através de indução; a revisão do corpo de dados para testar e tornar a testar veracidade das

afirmações em face da evidência; a reformulação das afirmações sempre que isso se tornar necessário (FONSECA, 2002, p. 71).

Nesta acepção, foi ideal ao desenvolvimento das análises, buscar concatenar a história de formação do bairro São João com a recente implantação do CHVSP, traçando um paralelo com as principais leis municipais que regem o uso, ocupação e parcelamento do solo e o modo de produção capitalista do espaço urbano, ao mesmo tempo em que se procurou evidenciar a operacionalização da teoria do direito à cidade apresentado pelas leis.

Esta etapa exterioriza um estudo complexo e extenuante, porém, necessário e que buscou avaliar a situação de vida dos moradores, suas inquietações e anseios na luta pelo acesso à cidade e a moradia. Como ponto chave, pode-se citar a atualização da PGV do município, que por meio da análise deste documento foi possível corroborar as teorias capitalistas de produção do espaço urbano e de segregação socioespacial, abordadas no capítulo quatro da pesquisa.

Com efeito, as entrevistas semiestruturadas foram capazes de fornecer dados e informações ainda não conhecidas e catalogadas. Ela se apresenta como uma ferramenta primordial no presente estudo. Como forma de tratamento dos dados brutos obtidos durante a aplicação das entrevistas, fez-se necessário empregar como ferramenta metodológica para avaliar as respostas das questões abertas, o método de análise de conteúdo, cujo método de pesquisa consiste basicamente em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Esse conjunto de técnicas “organizam-se em torno de três polos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a interferência e a interpretação⁷”.

A pré-análise pode ser caracterizada como a fase de organização. Inicia-se geralmente com a aproximação com os documentos (leitura flutuante)⁸, a qual tem como finalidade sistematizar e operacionalizar a exploração sistemática dos documentos, ou seja, sistematizar as ideias iniciais por meio de atividades não estruturadas (BARDIN, 1977).

A segunda fase se reporta à exploração do material, “longa e fastidiosa”, e corresponde a administração das escolhas adotadas na etapa de pré-análise (BARDIN, 1977). “Refere-se

⁷ Ibidem., p. 95.

⁸ Baseado em: GIL, (2008).

fundamentalmente às tarefas de codificação, envolvendo: o recorte (escolha das unidades), a enumeração (escolha das regras de contagem) e a classificação (escolha de categoria)” (GIL, 2008).

A terceira e última etapa da análise de conteúdo denominada “tratamento dos resultados, interferência e a interpretação”, tem por objetivo codificar o material a fim de torná-lo válido e significativo (BARDIN, 1977). “A codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características⁹”. O processo de codificação do material “deve produzir um sistema de categorias¹⁰”, que na verdade são classes de respostas formadas pelo conjunto proposital de respostas com elementos comuns e significações semelhantes. Neste ponto, é necessário enfatizar que:

A categorização, é um processo de tipo estruturalista e comporta duas etapas: O inventário: isolar os elementos; a classificação: repetir os elementos, e, portanto, procurar ou impor uma certa organização as mensagens. Classificar elementos em categorias, impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir o seu agrupamento, é a parte comum existente entre eles. O critério de categorização pode ser semântico (categorias temáticas: por exemplo, todos os temas que significam a ansiedade, ficam agrupados na categoria «ansiedade», enquanto que os que significam a descontração, ficam agrupados sob o título conceitual «descontração»), sintático (os verbos, os adjetivos), léxico (classificação das palavras segundo o seu sentido, com emparelhamento dos sinônimos e dos sentidos próximos) e expressivo (por exemplo, categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem) (BARDIN, 1977, p. 117-18).

Durante o processo de categorizações há que se conduzir as análises de forma cautelosa, pois o processo se mostra flexível de acordo com as reflexões do analista. Dessa maneira, a utilização de operações estáticas simples e complexas “permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos e etc., os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise¹¹” devendo essas serem confrontadas com as informações já existentes, para que dessa forma, se possa chegar a “amplas generalizações, o que torna a análise de conteúdo um dos mais importantes instrumentos para análise das comunicações” (GIL, 2008, p. 153). Os resultados obtidos foram “submetidos a provas estatísticas, assim como a testes de validação” (BARDIN, 1977, p. 101).

Esta fase da pesquisa considerou a interpretação dos dados, a partir de cujo ponto se deu início à elaboração de diversos mapas temáticos, os quais foram produzidos no software

⁹ Ibidem., p. 103-04.

¹⁰ Ibidem., p. 119.

¹¹ Ibidem., p. 101.

AutoCAD¹² e personalizados no Adobe Illustrator. Pela eficiência e facilidade de acesso, utilizou-se como banco de dados as imagens gratuitas geradas a partir do Google Earth Pro, bem como os arquivos digitais e físicos fornecidos pelos órgãos públicos, que juntos possibilitaram o desdobramento e criação dos mapas contidos nesta pesquisa.

A quarta fase da pesquisa se constitui na etapa de elaboração do diagnóstico urbanístico que consistiu na reunião geral de dados obtidos nas etapas anteriores da pesquisa. Contudo, a partir desse momento, com um foco na avaliação e quantificação dos equipamentos públicos de uso comunitário dispostos na malha urbana do município, questionamento elaborado com o fito de observar a existência ou não de demandas sociais levantadas na aplicação dos formulários.

O diagnóstico urbanístico se apresenta como um dos objetivos específicos da pesquisa, através de cujo instrumento é possível averiguar se o município de Pato Branco fornece ou não condições mínimas para o exercício do direito à cidade para os moradores das áreas de estudo.

Julgou-se pertinente fazer a ressalva de que os quadros que antecedem a produção dos mapas, foram elaborados e preenchidos com base nos dados e endereços dos equipamentos públicos de uso comunitário fornecidos pelos respectivos órgãos gestores. No entanto, frente à inexistência ou ainda deficiência desses dados, fez-se necessário a retomada da etapa de coleta de dados através da pesquisa de campo, visando conhecer os dados faltantes.

Partindo do ponto em que se obteve todos os dados e fora finalizado a elaboração dos quadros, o passo seguinte se ateve à coleta das coordenadas geográficas de cada imóvel. As coordenadas foram coletadas na base cartográfica digital do município, por meio do software AutoCAD, que se utiliza do sistema de coordenadas cartesianas bidimensional - (UCS) para fornecer localizações na superfície da Terra, as quais são informadas em sistema Universal Transversa de Mercator¹³ - (UTM). Contudo, objetiva-se conhecer as coordenadas em sistema

¹² *Version Student*. O AutoCAD é o nome de produto, que é um software, que se enquadra no tipo CAD (Computer Aided Design) ou em português (projeto assistido por computador), ele é utilizado essencialmente para criação de modelos tridimensionais (3D) e para a elaboração de peças de desenho técnico em 2D. O software se utiliza como plano de trabalho o UCS, que nada mais é que um sistema de coordenadas cartesianas móvel que estabelece o plano de trabalho XY, as direções horizontal e vertical, os eixos de rotação e outras referências geométricas úteis.

¹³ O Sistema UTM é dividido em 60 fusos de 6 graus de amplitude em longitude. Cada fuso também é chamado de Zona UTM que é numerada, iniciando em "1" da esquerda para a direita em relação à longitude 180 graus oeste. Pode-se identificar também o fuso a partir de seu Meridiano Central que fica exatamente no centro do fuso. Existe em algumas publicações estrangeiras a divisão das zonas no Equador, o que resultaria em mais 60 zonas cuja numeração é negativa ao Sul do Equador e manteria se a numeração normal ao Norte. A unidade é o metro tendo como origem o Equador e o Meridiano Central. No hemisfério Sul, o sistema possui o valor 10.000.000,00m no Equador para a coordenada Norte, decrescendo para o Sul. E o valor 500.000,00m no Meridiano Central para a coordenada Este, decrescendo para Oeste e crescendo para Este. No hemisfério Norte o sistema difere apenas na coordenada Norte, possuindo o valor de 0,00 m no Equador, crescendo para o Norte. As Coordenadas UTM definem posições bi-dimensionais e horizontais (PERNA, 2019).

de coordenadas geográficas¹⁴, e para que isso fosse possível, utilizou-se do software Calculadora Geográfica do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – (INPE), que fora desenvolvido pela Universidade Estadual Paulista – (UNESP), como método de conversão.

A figura 1 disposta na sequência ilustra os passos que foram seguidos para realizar a conversão das coordenadas UTM em Geográfica:

Figura 1: Calculadora Geográfica do INPE¹⁵

PASSO 1: **Converte Coordenadas**
 Sua coordenada esta em: UTM (metros) [1]
 Entre Longitude ou X: 333024.0603 [2]
 Entre Latitude ou Y: 7098009.7290 [2]
 Selecione o Datum de entrada: SIRGAS2000 [3]
 Avançar [4]
 Use ponto (.) para separação decimal

PASSO 2: **Parametros da Projecao de entrada**
 Selecione Zona Utm (Meridiano Central): Z 22 (o 51 00 00) [5]
 Selecione Hemisferio da coordenada Y: Sul [6]
 Informe Offset X e Y (se houver): Off X 0, Off Y 0 [7]
 Selecione a Projecao de saida: GEOGRAFICA [8]
 Selecione o Datum de saida: SIRGAS2000 [9]
 Avançar [9]

PASSO 3: **Resultado**

| | |
|-------------------------|------------------------------|
| Datum Entrada | SIRGAS2000 |
| Datum Saida | SIRGAS2000 |
| Resultado da conversao: | Veja a região no Google Maps |
| Longitude em GMS | 0 52 40 17.600 |
| Longitude em GD | -52.6715555843 |
| Coord X Utm em metros | -- |
| Latitude em GMS | S 26 13 40.145 |
| Latitude em GD | -26.2278179715 |
| Coord Y Utm em metros | -- |

Coordenadas Geográficas [10]

Calcula distancia entre 2 pontos
 Entre Longitude Inicial: []
 Entre Latitude Inicial: []
 Entre Longitude Final: []
 Entre Latitude Final: []
 Selecione o Datum: SIRGAS2000
 Calcular

Calcula Meridiano Central
 Entre Longitude: []
 Calcular

Download do código fonte das funções de conversão escritas em Php: [Aqui](#)

Coordenadas para testes: [aqui](#)
 Problema, dúvida ou sugestão: proarco@dpi.inpe.br
 Tutorial (produzido pela Unesp – Câmpus de Presidente Prudente): [aqui](#)

Fonte: UNESP, (2019); adaptado por Danielli, (2019).

O primeiro passo para a transformação das coordenadas é composto por quatro ações. Todos os dados inseridos neste campo se referem a dados de entrada, na seguinte ordem: a

¹⁴ Os Sistema de Coordenadas Geográficas (ou Geodésicas) são utilizadas para a representação de grandes extensões de área num mapa e os Sistema de Coordenadas Planas (ou Projetadas) é o sistema recomendado para trabalhos de medição de distâncias ou áreas. Nos sistemas de coordenadas geográficas, cada ponto é definido através do par de coordenadas referente à interseção de um meridiano com um paralelo. Os meridianos são círculos da esfera terrestre que passam pelos Pólos Norte e Sul, enquanto que os paralelos são círculos da esfera terrestre cujos planos são perpendiculares ao eixo dos Pólos Norte-Sul. Os meridianos são medidos em longitude a partir do meridiano de Greenwich, escolhido arbitrariamente como sendo o meridiano de origem, com valores variando de 0° de longitude (na origem) até +180° de longitude a leste e -180° de longitude a oeste. O paralelo do Equador divide a Terra nos hemisférios norte e sul, definindo as medidas de latitude como sendo 0° no paralelo do Equador, +90° no Pólo Norte e -90° no Pólo Sul. As coordenadas geográficas também podem ser representadas pelas seguintes formas: Grau, Minuto e Segundo ou Grau decimal (FILHO, 2001 *apud* SANTOS; SOUZA; SILVA, 2016, p. 04-5).

¹⁵ Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/calcula/>>. Acesso em: 18 set. 2019.

primeira ação deste passo consiste em selecionar o sistema de coordenadas (inicial); o segundo requer que seja preenchido com as coordenadas UTM X (longitude) e Y (latitude), sendo que no caso do presente trabalho, especificamente, esses dados foram coletados no software AutoCAD no arquivo da base cartográfica municipal; no passo três é selecionado o Datum de entrada SIRGAS2000¹⁶; na sequência, o passo quatro indica que é necessário avançar para o passo dois.

No passo dois, a quinta ação consiste em selecionar a Zona UTM ou fuso, no caso, Pato Branco que se concentra na zona 22; a ação seis é dada apenas pela seleção do Hemisfério da coordenada, neste caso, Sul; então sequencialmente seleciona a projeção de saída da coordenada, observando-se que o objetivo era converter as coordenadas de UTM para Geográfica e, logo, a projeção de saída padrão adotada, foi a Geográfica; a ação oito representa a seleção do Datum de saída, que em virtude da resolução do IBGE N° 1/2005, adota-se como sistema padrão o SIRGAS2000; a etapa nove direciona a avançar para o terceiro passo da conversão. Ao proceder o avanço para o passo três a calculadora geográfica do INPE faz a conversão imediata, apresentando as coordenadas geográficas e gerando um *hiperlink* que exibe por meio do *Google Maps* a região das coordenadas calculadas. Insta reforçar que este passo fora replicado para todos os 170 equipamentos de uso comunitário listados nos quadros do capítulo sete. De posse desses dados, sequencialmente, deu-se início a confecção dos mapas aplicando a eles os raios de influência definidos por metodologias propostas por diversos autores da área, a citar: Castello (2013), Gouvêa (2008), Guimarães (2004), Prinz (1986), Pitts (2004) e Santos (1988). Estes autores forneceram subsídios para a construção de um diagnóstico, baseado na avaliação dos equipamentos de uso comunitário. Paralelamente, realizou-se a análise e interpretação dos dados e dos mapas, associando a ela fotografias e anotações produzidas a partir da observação não participante. O produto final deste capítulo se apresenta como um mapa síntese que acompanha a redação do diagnóstico urbano, onde sempre que possível se apresenta medidas sugestivas, corretivas e compensatórias.

Posteriormente à finalização e aprovação dessa pesquisa, há intenção de estabelecer o compromisso de percorrer mais uma etapa - o retorno da pesquisa à comunidade. Essa iniciativa se dá em razão crença de que a pesquisa científica somente se torna válida a partir do momento em que ela concretiza o retorno social, ou seja, o pesquisador regressa ao campo agora com a

¹⁶ A resolução do IBGE N° 1/2005 estabeleceu o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS) – em sua realização do ano de 2000 (SIRGAS2000) – como novo sistema de referência geodésico para o Sistema Geodésico Brasileiro (SGB) e para o Sistema Cartográfico Nacional (SCN).

finalidade de dar retorno, posicionar e informar a população pesquisada sobre os resultados obtidos.

Na sequência, elaborou-se um quadro síntese que reúne e esquematiza todas as metodologias definidas para a presente pesquisa, conduzindo de modo científico à obtenção de resultados. O mencionado quadro permite e facilita a compreensão e a visualização integral e sistêmica das metodologias adotadas, bem como o método utilizado na construção da dissertação. Ressalta-se que o método será apresentado como forma introdutória ao referencial teórico, trabalhado no capítulo 3. Veja-se o quadro 1:

Quadro 1: Síntese da metodologia e do método de pesquisa

| SÍNTESE DA METODOLOGIA E DO MÉTODO EMPREGADOS NA PESQUISA: | | | | |
|--|-------------------------|---|---|---|
| A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO URBANO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UM ESTUDO SOBRE O BAIRRO SÃO JOÃO E O CONJUNTO HABITACIONAL VILA SÃO PEDRO NA CIDADE DE PATO BRANCO/PR | | | | |
| OBJETIVO GERAL: INVESTIGAR COMO O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PERIFÉRICO DO BAIRRO SÃO JOÃO E DO CONJUNTO HABITACIONAL VILA SÃO PEDRO SE RELACIONAM COM A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, E COMO ESTES RELACIONAM-SE COM O FORNECIMENTO DE CONDIÇÕES BÁSICAS PARA O LIVRE EXERCÍCIO DO DIREITO À CIDADE | | | | |
| ABORDAGEM | | Qualitativa e Quantitativa, logo, Quali-quantitativa | | |
| NATUREZA | | Aplicada | | |
| TIPO | | Pesquisa: Exploratória e Descritiva | | |
| PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | | Pesquisas: bibliográficas; documental; de campo; observação não participante; realização de entrevistas e aplicação de formulários | | |
| TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS | | Análise de conteúdo; análise interpretativa | | |
| OBJETIVO ESPECÍFICOS | ABORDAGEM | PERCURSO METODOLÓGICO | TÉCNICAS | INSTRUMENTOS |
| Compreender o processo histórico e contemporâneo de formação dos objetos de estudo: o bairro São João e o CHVSP | Exploratória | <p>Pesquisar a história do bairro São João nos estudos de Franceschetto (2016) e Pizato (2016)</p> <p>Pesquisar documentos físicos e digitais como: leis, decretos, normas, projetos e etc, relacionados a implantação do bairro São João e o CHVSP</p> <p>Entrevista com o responsável técnico pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano; Departamento de Habitação e com a assistente social responsável pelo CRAS do bairro</p> | <p>Pesquisa documental</p> <p>Análise interpretativa</p> <p>Pesquisa de campo</p> <p>Entrevista</p> | <p>Roteiro, fichamento e análise dos documentos que apresentam a história de formação dos objetos de estudo</p> <p>Fotografia</p> <p>Diário de campo</p> <p>Roteiro de entrevista semiestruturada</p> |
| Analisar as legislações municipais relacionadas com a produção do espaço urbano e da cidade visando compreender como o município busca fornecer condições para que os cidadãos efetivem o exercício do direito à cidade | Exploratória/descritiva | <p>Pesquisar e analisar a Lei Orgânica Municipal, Plano Diretor, Código de Obras e de Posturas, Lei Complementar – LUPA, Zoneamento Municipal</p> <p>Entrevista com o responsável técnico pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano; Departamento de Habitação e com a assistente social responsável pelo CRAS do bairro</p> | <p>Pesquisa documental</p> <p>Análise interpretativa</p> <p>Entrevista</p> | <p>Roteiro, fichamento e análise dos documentos</p> <p>Roteiro de entrevista semiestruturada</p> |

| | | | | |
|--|-------------------------------------|---|--|---|
| <p>Analisar a implantação do bairro São João e do CHVSP traçando paralelos com a inserção urbana e a valoração do solo</p> | <p>Exploratória</p> | <p>Elaborar um mapa temático demonstrando as distâncias e os acessos do bairro até o centro da cidade</p> <p>Pesquisar como se dá a circulação de transporte coletivo no bairro, observando a cartilha de horários da empresa</p> <p>Elaborar um mapa temático do valor venal do solo urbano</p> | <p>Pesquisa documental</p> <p>Pesquisa de Campo</p> <p>Análise interpretativa</p> | <p>Captura de imagens de satélite</p> <p>Fichamento e análise da cartilha de transporte coletivo</p> <p>Atualização da PGV de 2016 para o ano de 2019</p> |
| <p>Compreender a situação de vida e as necessidades dos moradores do bairro São João e do CHVSP</p> | <p>Exploratória/ descritiva</p> | <p>Aplicação de formulários de pesquisa com os moradores do bairro e do conjunto</p> | <p>Formulário</p> <p>Pesquisa de campo</p> <p>Pesquisa descritiva</p> <p>Análise interpretativa</p> <p>Análise de conteúdo</p> | <p>Roteiro contendo perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha</p> <p>Elaboração de Gráficos</p> <p>Fotografias</p> <p>Diário de campo</p> |
| <p>Elaborar um diagnóstico urbanístico baseado na análise dos equipamentos de uso comunitário</p> | <p>Exploratória/ descritiva</p> | <p>Coleta de dados com os órgãos responsáveis por gerenciar cada categoria de equipamentos</p> <p>Localização e demarcação dos equipamentos no mapa do município</p> <p>Coleta de coordenadas e conversão de UTM para Geográfica</p> <p>Relacionar os dados obtidos na aplicação dos formulários com as necessidades levantadas através do uso de metodologias para elaboração de um diagnóstico urbano</p> | <p>Pesquisa de campo</p> <p>Pesquisa documental</p> <p>Análise interpretativa</p> | <p>Elaboração de quadros</p> <p>Diário de campo</p> <p>Fotografias</p> |
| <p>MÉTODO</p> | | <p>Materialismo Histórico Dialético</p> | | |

Fonte: Danielli, (2019).

3. REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, a geração de renda e o aumento no consumo impactaram a economia do país. Em contraponto, essas transformações estimularam o êxodo rural e a expansão repentina do tecido urbano, por conseguinte, esse fluxo migratório impactou diretamente nas cidades brasileiras, gerando repercussões sociais como falta de moradia e até mesmo o aumento vertiginoso da marginalidade. Nesse momento, o mercado de trabalho já não era capaz de absorver essa enorme massa de trabalhadores migrados do campo e que passaram a viver nas cidades com remunerações insuficientes e instáveis, excluindo-os do mercado consumidor.

É nessa esteira de raciocínio que a abordagem se atem, fazendo paralelos e delineado conceitos acerca da cidade, da produção do espaço urbano, das desigualdades sociais, do direito à cidade, da segregação socioespacial, do acesso à moradia, os agentes transformadores do espaço urbano, o mercado da habitação popular, assim como do Estado Capitalista atuando como interventor nos programas e diretrizes das políticas públicas urbanas e habitacionais.

Lançadas estas premissas, a presente pesquisa tem como interesse o estudo da ingerência do regime capitalista e seus efeitos sobre as cidades, bem como a relação do Estado enquanto mediador dos conflitos entre classes dominantes e classes dominadas e produtor de políticas públicas.

Para discorrer acerca da temática, o referencial teórico segue estruturado em sessões, ordenadas da seguinte forma: 3.1 “Método de pesquisa” onde se explana sobre a conceituação teórica de método e desdobra-se acerca do materialismo histórico e dialético, método adotado pela pesquisa; 3.2 “A cidade e o Urbano: uma abordagem conceitual, onde são arrazoadas as distinções entre cidade e urbano”, perfilhando-se no principal interlocutor do tema, Henri Lefèbvre, cujas teorias, aliadas aos pensamentos de outros importantes teóricos do tema, levam ao limiar dos conceitos-chave de extrema relevância para a presente pesquisa; a seção 3.3 “A produção do espaço urbano sob a lógica capitalista: produzindo e (re)produzindo desigualdades socioespaciais”, visa investigar como o processo de acumulação capitalista impõe a necessidade de expansão dos limites urbanos, assim como essa lógica modifica a dinâmica dos espaços, produzindo mais uma face da desigualdade, característico ao modo de produção capitalista; no item 3.4 “O espaço urbano e o direito à cidade”, é ressaltada a relação da produção do espaço urbano com a prática do exercício do direito à cidade por seus habitantes, considerando-se que não basta a produção de cidades sem que nela haja o mínimo de habitabilidade; 3.5 “Segregação

socioespacial e o acesso à moradia”, trata da apropriação do espaço urbano e a lógica segregacionista dos agentes produtores do espaço urbano, buscando compreender como esses processos impactam no acesso à moradia; o item 3.6 “O Estado Capitalista, suas interferências e o planejamento das políticas públicas urbanas e habitacionais”, abordam especificamente a atuação do Estado na mediação das classes sociais, visando a manutenção do sistema capitalista, com ênfase na produção das políticas públicas urbanas e no Programa Minha Casa Minha Vida – (PMCMV).

Com efeito, as seções seguintes materializam a estruturação acima proposta.

3.1 MÉTODO DE PESQUISA

Considerando o que já fora explicitado, reafirma-se a ideia de que a Ciência é um “procedimento metódico cujo objetivo é conhecer, interpretar e intervir na realidade, tendo como diretriz problemas formulados que sustentam regras e ações adequadas à constituição do conhecimento” (GERHARD; SILVEIRA, 2009, p. 25). Neste sentido, os métodos científicos são formas seguras inventadas pelo homem com a finalidade de montar formas de compreensão adequada aos fenômenos.

O método científico pode ser visto como um fundamento do plano geral de trabalho, onde se trata dos seus pressupostos e do processo de raciocínio; é uma expressão lógica do raciocínio associada à formulação de argumentos convincentes os quais partem da observação sistêmica dos fatos, realização de experiências, deduções lógicas e pôr fim a comprovação dos resultados obtidos.

Em linhas gerais, o método de pesquisa se apresenta como um conjunto de procedimentos essencialmente racional, caracterizado basicamente por “uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 106).

Sob este prisma, impõe-se ressaltar que na presente pesquisa, o conhecimento filosófico e o posicionamento do autor frente aos objetos de estudo se pautaram no materialismo histórico dialético, a partir de bibliografia científica de base marxista¹⁷, a qual assenta “a tese de que as contradições existem na natureza, portanto, dispõe-se a interpretar essas realidades que, se são contraditórias, são concretas” (GERHARD; SILVEIRA, 2009, p. 20).

¹⁷ O marxismo compreende, precisamente, três aspectos principais: o materialismo dialético, o materialismo histórico e a economia política (TRIVIÑOS, 1987, p. 49).

O estudo coloca em evidência a divisão da sociedade em classes distintas e a luta das mesmas no contraditório processo de (re)produção capitalista do espaço. Assim, registre-se que o método citado é o mais adequado para a elaboração de pesquisas comprometidas com a prática social e a transformação da realidade, por meio de um viés crítico, tendo grande importância na produção dos resultados da pesquisa.

3.1.1 Materialismo histórico dialético

Conceitualmente, a terminologia materialismo faz referência à condição material e consequentemente de acumulação material da existência humana. Por sua vez, o termo histórico propõe que a compreensão da existência humana só é possível se forem atinados seus condicionantes históricos.

É manifesto que o materialismo histórico dialético pode possibilitar cometer uma crítica genuína ao modo de produção capitalista das cidades e suas implicações na constituição do espaço, que se opõe às filosofias de Hegel, o qual via o protótipo da ciência ideológica, subjetivista e especulativa, contraposto ao positivismo e à racionalidade burguesa, que busca os fenômenos da humanidade enquanto sociedade organizada. Nesta acepção, busca-se definir estes métodos científicos.

O materialismo dialético é a base filosófica do marxismo, que busca explicações coerentes, lógicas e racionais para explicar os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento, assim como seu modo de focalizá-los que, teoricamente, é materialista.

Por um lado, o materialismo dialético tem uma longa tradição na filosofia materialista e, por outro, que é também antiga concepção na evolução das ideias, baseia-se numa interpretação dialética do mundo. Ambas as raízes do pensar humano se unem para constituir, no materialismo dialético, uma concepção científica da realidade, enriquecida com a prática social da humanidade. Mas o materialismo dialético não só tem como base de seus princípios a matéria, a dialética e a prática social, mas também aspira ser a teoria orientadora da revolução do proletariado. O materialismo dialético significa a superação do materialismo pré-marxista, no que este tem de metafísico e idealista (TRIVIÑOS, 1987, p. 51).

Noutra esteira de acepções, a dialética não é só pensamento, ela é pensamento e realidade em um só tempo. Por este viés, é importante salientar que as relações sociais são inteiramente ligadas às forças produtivas. Os homens modificam o seu modo de produção, a maneira de ganhar a vida, transformando todas as relações sociais.

Por conseguinte, o materialismo dialético propõe uma disputa que não mais seja baseada em coletividade, mas sim, nos indivíduos e nos interesses que possuem. Por sua vez, sistematicamente, o materialismo histórico é a aplicação dos princípios do materialismo dialético ao estudo da vida social, aos fenômenos da vida da sociedade, ao estudo desta e de sua história. Nesse ponto, observa-se que:

O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. O materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana [...]. O materialismo histórico ressalta a força das ideias, capaz de introduzir mudanças nas bases econômicas que as originou (TRIVIÑOS, 1987, p. 51).

Em síntese, o materialismo histórico é a lógica analítica que se fundamenta no método dialético, com bases definidas pelos filósofos Marx e Engels. Dessa forma:

Para o materialismo histórico, a produção e o intercâmbio de seus produtos constituem a base de toda a ordem social. As causas últimas de todas as modificações sociais e das subversões políticas devem ser procuradas não na cabeça dos homens, mas na transformação dos modos de produção e de seus intercâmbios (GIL, 2008, p. 22).

Marx e Engels, ao proporem este entendimento, compreensão e organização da sociedade capitalista e sua estrutura social, descobrem que a sociedade pode ser dividida em infraestrutura e superestrutura. A infraestrutura se constitui das forças de produção, compostas pelo meio de produção e pelos próprios trabalhadores, que segundo Marx, as relações de trabalho “patrões-empregados” expressam a exploração da força de trabalho no processo de acumulação capitalista. Por sua vez a superestrutura é fruto de estratégias dos grupos dominantes (Estado, religião, meios de comunicação, etc.) essenciais a perpetuação do seu domínio. Trata-se de uma estrutura política-jurídica e ideológica. Sendo assim:

O modo de produção da vida material é, portanto, o que determina o processo social, político e espiritual. Cabe ressaltar, entretanto, que essa relação infraestrutura/superestrutura deve ser entendida dialeticamente. Não é uma relação mecânica nem imediata, mas se constitui como um todo orgânico, cujo determinante é em última instância a estrutura econômica (GIL, 2008, p. 22).

Destarte, enquanto pensamento geográfico/urbanístico, no delinear da presente pesquisa se optou por utilizar do materialismo histórico dialético como método para averiguar a estrutura espacial e o modo de produção hegemônico capitalista das cidades, enfrentando a dimensão histórica dos processos sociais e sua relação com as superestruturas, com vistas à compreensão

e interpretação das realidades socioespaciais e socioeconômicas que contribuem assim para o entendimento da concepção do bairro São João e do CHVSP.

Nesta perspectiva, os objetos de estudo afiguram-se como o cenário mais apropriado para elucidar e evidenciar a latente luta pelo espaço urbano, por essência desigual e dialético. As acentuadas e relevantes transformações avindas da Revolução Industrial, atraídas às interferências do capitalismo modificam significativamente as esferas econômicas, políticas e sociais da cidade e do urbano.

3.2 A CIDADE E O URBANO: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

Embora se trate de conceitos próximos, o urbano e a cidade possuem distinções quanto as suas definições. Todavia, comportam uma relação indissociável um do outro, devendo ser entendidos, portanto, de forma complementar, o que se torna indispensável considerando que em sua gênese o tecido urbano emerge no seio da dinâmica socioespacial das cidades. Sendo assim, objetivando esclarecê-los, faz-se necessário explanar tais temas, instigando a pensar a cidade e o urbano como formas em interação dialética.

Nessa esteira de elementos, a cidade responde aos conteúdos sociais ao longo do tempo e o urbano representa a forma da simultaneidade, da reunião e da convergência. A cidade é a forma material (prático e sensível) que viabiliza ou não o urbano. Na visão de Santos (1994, p. 64), há uma inequívoca distinção entre urbano e cidade. Afirma o autor que "o urbano é frequentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno.

Discorrendo sobre o mesmo tema, Rolnik (1988, p. 12-13) assevera que a cidade se constitui como um espaço marcado pela aglomeração humana, a qual se apresenta relativamente organizada em ruas, marcada pela presença de atividades econômicas não-agrícolas. Essa estrutura da cidade funciona como um campo magnético que atrai, reúne e concentra pessoas.

Considerando a inarredável importância histórica na definição desses conceitos, não se pode olvidar os ensinamentos de Henri Lefèbvre. Segundo ele, cidade compreende três conceitos intrínsecos:

[...] primeira definição da cidade como sendo projeção da sociedade sobre um local, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento que determina a sociedade e o urbano. [...] aquilo que se inscreve e se projeta não é apenas uma ordem distante, uma globalidade social, um modo de produção, um código geral, é também um tempo, ou vários tempos, ritmos. [...] uma outra definição que talvez não destrói a primeira: a cidade como sendo conjunto das diferenças entre as cidades. [...] uma outra definição, pela

pluralidade, pela coexistência e simultaneidade no urbano de padrões, de maneiras de viver a vida urbana (o pavilhão, o grande conjunto, a copropriedade, alocação, a vida cotidiana e suas modalidades entre os intelectuais, os artesãos, os comerciantes, os operários, etc.) (LEFÈBVRE, 2008a, p. 62-63).

Corroborando com os pensamentos do autor acima citado, o qual via a cidade como a materialização da vida humana sobre o espaço urbano, se pode citar os pensamentos de Mumford (2008, p.09), onde para ele a cidade surge no encontro de diferentes aldeias, as quais eram construídas entre membros familiares, e que antes mesmo de se apresentarem territorialmente como locais de permanência fixa aparecem como locais de peregrinação e de comércio.

Historicamente a criação de aldeias foi possível, graças ao domínio da agricultura e da domesticação de animais, movimento conhecido como revolução neolítica. Sobre a criação das aldeias e o processo de formação das cidades, Benevolo (1997) afirma que a cidade se constitui no local do estabelecimento do aparelho de Estado, sede da autoridade, que evoluiu da aldeia no momento em que as indústrias e os serviços já não são executados pelos latifundiários ou pelas pessoas que cultivam a terra, mas por outras pessoas que não detêm originalmente essa obrigação, porém, passaram a detê-la em virtude de serem mantidas pelos latifundiários com os excedentes do produto local.

Neste momento, a formação das cidades despertou como uma nova unidade social, marcando historicamente a primeira divisão social do trabalho entre campo e cidade, que perdura até os dias atuais.

Mantendo a discussão, é relevante destacar que as cidades surgiram com a necessidade de incluir o indivíduo no tecido urbano, sob a forma de materialização física. Entretanto, especialmente no Brasil como nos demais países da América Latina, a partir da segunda metade do século XX ocorreu um intenso processo de urbanização, onde os impactos do desenvolvimento econômico, da industrialização do espaço urbano e da distribuição desigual de renda, trouxeram evidências de uma exclusão socioespacial nas cidades.

Nesse sentido, Sposito (2014, p. 124-25) explicando o tema, assevera que: “Não há cidades sem divisão do trabalho”, e vai além quando, falando sobre estas, deixa claro que as relações e divisões do trabalho não se resumem às do campo-cidade, mas também de modo interno nas diferentes cidades.

Contrapondo-se à afirmação da autora, constata-se que a cidade concentra mais do que somente a população e também os meios de produção. Santos (1994) aponta que a origem das cidades está relacionada com a eclosão de um grupo dominante que extrai, coordena e controla

o excedente coletivo da produção do campo. Sendo assim, de forma resumida, o campo é quem concentra a produção agrícola e a cidade passa a ser uma organização política e espacial que detém o controle ideológico sobre o campo, sobretudo com o uso dos excedentes agrícolas, que passam a ser empregado como moeda de troca.

A lógica da cidade pode ser entendida por meio dos pensamentos de Lefèbvre (2008a) que nos traz a cidade e seu modo de vida, como o lugar das metamorfoses onde o modo de produção capitalista visualizou o uso da força humana de trabalho como fonte de renda. Com isso, propõe a pensar a cidade com um espaço contínuo que mesmo passando por diversas fases e transformações, jamais deixa de se constituir como a centralidade de uma organização espacial. Para compreender, pode-se partir do exemplo de uma cidade política, configurada como um espaço não-produtivo, mas que detém soberania sobre o campo. Posteriormente, pela cidade mercantil, onde prevalece o comércio e sucede a composição de uma classe burguesa até então chegar à cidade industrial, a qual se apresenta por meio da entrada da produção no seio do espaço da cidade e carrega com ela a classe trabalhadora, o proletariado. A cidade então passa a ser marcada pela imposição da produção e do valor no seu espaço, transformando-se em um produto da industrialização e promovendo a expansão do tecido urbano, revelador de intensos contrastes socioeconômicos. O crescimento desse tecido urbano e a extensão dos seus limites domina e absorve o campo construindo uma sociedade urbana (LEFÈBVRE, 2008a). Julga-se pertinente, neste momento, aliar os pensamentos do autor com a realidade socioespacial do bairro São João, uma vez que os processos por ele descritos representam o objeto de estudo.

Finalmente, para compreender a definição, Maricato (2013, p.16) expõe que a cidade se traduz na organização de um movimento gigantesco, necessário para o assentamento residencial da população “bem como de suas necessidades de trabalho, abastecimento, transportes, saúde, energia, água etc.”. Desse modo, as cidades podem ser definidas como aquilo que é concreto e visível, constituindo-se no reflexo do que é a sociedade urbana.

Noutro aspecto, Singer (1973) complementa essas definições reforçando que a transição da cidade em direção ao urbano teve como marco o momento em que de fato a indústria adentra e se instala em seu espaço. Para ele, a partir deste momento surge um processo de industrialização-urbanização onde os espaços das cidades passam a se estabelecer em função das demandas impostas ao Estado, visando atender a produção industrial e os anseios das diferentes classes sociais. Dessa maneira, as grandes cidades industriais são beneficiadas com

serviços e infraestruturas de modo a acomodar as indústrias, sua força de trabalho e o mercado consumidor, ampliando a proliferação do tecido urbano.

A cidade pode ser entendida como uma forma de apropriação do espaço urbano produzido destacando-se como a materialização do trabalho social, um instrumento na criação de mais-valia, como condição e meio para que se instituem as mais diversas relações sociais. Tais processos de transformação se esboçam diante da contribuição de Carlos (2008, p. 85):

A cidade aparece como um bem material, consumida de acordo com as leis da reprodução do capital. Este processo tem por característica fundamental produzir um produto fruto do processo de trabalho considerado como processo de valorização, que seja mercadoria e que se realize através do mercado. No caso do espaço urbano ele é um produto do processo, ele é mercadoria, como condição para a produção, é capital fixo.

Sendo assim, Carlos (2008) explica que a cidade é o bem consumido, enquanto que o urbano é a mercadoria produzida e se traduz em um produto que condiciona a produção do capital. Dessa forma, o capital “adultera” o sentido inicial da cidade de ser o *locus* da reprodução do homem e se transforma em produto e condição para a produção e a reprodução do capital, visando essencialmente o lucro.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, associa-se que o crescimento da massa populacional nas cidades se apresenta como fruto inerente ao modo de produção capitalista, onde os meios de produção levam à divisão espacial do trabalho, promovendo a concentração da força de trabalho no seu espaço.

De acordo com Corrêa (2004), o espaço urbano é um produto da sociedade, ou seja, um reflexo e condicionante social um conjunto de símbolos e campo de lutas, fruto da expressão espacial dos processos sociais materializados a partir das formas espaciais. Por sua vez, o espaço urbano ou apenas o urbano, não se refere propriamente à uma materialidade física, mas sim a um conjunto de manifestações da predominância das atividades econômicas, divisão social do trabalho, processos sociais e costumes da cidade sobre o campo (LEFÈBVRE, 2008a, p. 70-72). Para Carlos (1994) “o urbano é mais que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir, enfim é um modo de vida”.

Notadamente, o espaço urbano, tecido urbano ou apenas o urbano emerge no seio da cidade capitalista quando nestas começam a se instalar e se desenvolver as indústrias, proliferando-se para além de seus limites iniciais. O urbano não se restringe apenas à uma materialização concreta de um modelo de produção vigente, apresenta-se como resultado das mais diversas relações inseridas dentro das cidades e extrapola os limites, comunica-se com o

campo e com outras cidades sendo marcado, sobretudo, por valores, expectativas, modo de pensar e estilo de vida da população da cidade sobre a do campo.

Findando a reflexão, Lefèbvre (1986, p. 159) pontua que o “urbano é a simultaneidade, a reunião, é uma forma social que se afirma”, enquanto a cidade “é um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação¹⁸” ou “a projeção da sociedade sobre um local¹⁹” (ARAÚJO, 2012, p. 134). Sendo assim, o conceito do urbano se distancia do conceito de cidade quando é analisado como valores sociais não se limitando às cidades transcorrendo pelo cotidiano do campo.

As referências aqui levantadas representam apenas algumas das possibilidades de abordagem e análise, constituindo conceitos amplos e trabalhados por diversos autores sob pontos de vista distintos. Em linhas gerais, pode-se estabelecer que a cidade surge com a emergência de uma classe dominante que passa a controlar os excedentes da produção do campo, constituindo-se como numa organização espacial que detém controle político sobre o mesmo e a partir da industrialização consegue superar em importância econômica. O urbano por sua vez, emerge no seio da cidade no momento em que recebe em seu espaço as indústrias, e a partir daí vai se proliferando conforme o crescimento destas.

3.3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO SOB A LÓGICA CAPITALISTA: PRODUZINDO E (RE)PRODUZINDO DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

Para a compreensão da produção capitalista do espaço, impõe-se o estudo das desigualdades socioespaciais ocorridas no espaço urbano, visto que o capital está em constante busca de novos espaços para a geração de lucros. Esse processo fomenta o mercado imobiliário e promove o consumo do espaço, atrelado aos interesses hegemônicos que comandam o processo de produção do espaço urbano, provocando, por consequência, conflitos que irão refletir diretamente em aspectos inerentes à prática social, como por exemplo, o ato de morar.

O espaço não pode ser definido apenas como um simples substrato, mas também como meio e condição da reprodução da vida. Para isso é necessário transpor da abordagem das coisas no próprio espaço à consideração da produção do espaço planetário. A prática espacial de uma sociedade engendra seu espaço, põe e supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e

¹⁸ Id., 1972, p. 65.

¹⁹ Id., 2001, p. 56.

seguramente, dominando-o e dele apropriando-se. Nesse sentido: “O espaço urbano torna-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca” (LEFÈBVRE, 2008b, p. 22).

A produção do espaço urbano se fundamenta na contradição pautada entre a produção social da cidade e a apropriação privada, uma vez que a propriedade privada e o sistema de acumulação de riquezas, apoiadas numa sociedade dividida por classes, produzem o espaço e o utilizam como objeto de comércio, conferindo-o valor de troca. Dessa feita, dão início a um conflito capitalista conhecido como: a luta pelo direito à cidade ou direito à moradia.

Ao estudar a composição das cidades, Rodrigues (2017, p. 23) afirma que 70% do conjunto de edificações corresponde às unidades habitacionais, bem como “a produção dessas unidades, pode ter sido realizada no circuito imobiliário urbano, que representa a produção tipicamente capitalista”.

Desse modo, se observa que o acesso a moradia é dado pela capacidade de pagar por essa mercadoria não fracionável que compreende a terra e a edificação, sendo que os valores para esse bem são relativos e influenciados por questões como a localização no espaço urbano, a proximidade com equipamentos coletivos e a infraestrutura existentes nas proximidades da casa ou do terreno²⁰. É sabido que a moradia não é algo passível de fracionar, o preço da terra e da habitação são extremamente elevados, pois, “no cômputo entra a renda (do proprietário da terra), o lucro (das indústrias de insumo e construção), e os juros (dos financistas)²¹.

Embutidos no preço da terra e da moradia se encontram todos os ônus citados pela autora, o que torna o valor do metro quadrado de terreno superior ao valor do salário mínimo²². Logo, deve ser considerado que o fator localização do solo em meio à cidade tenha influência direta sobre o valor do metro quadrado e sobre sua valorização imobiliária. Os proprietários de terra procuram obter a maior renda²³ possível, os construtores o maior lucro, e os financistas os maiores juros.

Portanto, o conhecimento a respeito do que é o espaço urbano, de quem são os produtores e (re)produtores do espaço capitalista, bem como a investigação de como ele está sendo produzido, utilizado e apropriado, torna-se inarredável para o entendimento dos principais motivos pelos quais esse espaço torna-se o *locus* da desigualdade. Neste sentido:

²⁰ Ibidem, 2017.

²¹ Ibidem, 2017.

²² O Decreto-Lei Nº 399 de 30 de abril de 1938, o qual regulamentou o salário mínimo, apresenta em seu Art. 2º: “Denomina-se salário mínimo a remuneração mínima devida a todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço e capaz de satisfazer, em determinada época, na “região” do país, as suas necessidades normais de alimentação, *habitação*, vestuário, higiene e transporte.”. (BRASIL, 1938).

²³ Adam Smith (2007) conceituou a renda como um pagamento de transferência da classe de capitalistas à classe de senhores de terra, pelas propriedades 'originais e indestrutíveis' do solo.

A desigualdade socioespacial demonstra a existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida. Expressa a impossibilidade da maioria dos trabalhadores em apropriar-se de condições adequadas de sobrevivência. É visível, até para os olhares desatentos, a “oposição” entre áreas ricas e áreas pobres. Porém, a compreensão de causas e conteúdo de crises, problemas, contradições, conflitos não é explicitada o que dificulta entender a complexidade da produção, consumo do e no espaço (RODRIGUES, 2007, p. 75)

É um desafio compreender e analisar a complexidade da desigualdade. Dado isso, recorreu-se a Corrêa (2004) como forma de elucidar quem são os agentes produtores e (re)produtores do espaço urbano, esses podem ser divididos em cinco grupos, sendo eles: a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, b) os proprietários fundiários; c) os promotores imobiliários; d) o Estado; e e) os grupos sociais excluídos. Aduz o autor, que cada um desses agentes se agrupa em diferentes segmentos: os proprietários dos meios de produção representam as grandes empresas industriais e de serviços; os promotores imobiliários retratam os corretores imobiliários, loteadores, construtoras e incorporadoras, e o Estado, denota e inclui as três esferas governamentais - municipal, estadual e federal.

Com efeito, o processo de produção do espaço é abstrato e se dá por meio da ação de agentes concretos que se utilizam da materialidade do espaço para se reproduzir e acumular capital. Apropriando-se, ainda dos ensinamentos do autor retro citado, tem-se que tais agentes são dotados de interesses, estratégias e práticas, geradores de conflitos e de contradições, as quais refletem no espaço urbano produzido, por meio de estratégias e práticas espaciais.

Nesse sentido, a essência do espaço urbano é composta pelas ações sociais que produzem e reproduzem tal espaço, carrega consigo o retrato da dinâmica, a dimensão histórica e social, ou seja, a representação das ações da sociedade sobre esse espaço.

Henri Lefèbvre aborda a compreensão do espaço urbano como um produto social. Contudo, não se trata de um produto como qualquer coisa ou objeto, e sim, como resultado do conjunto de relações que possuem um significado específico, afirmando que o tecido urbano não se limita à sua morfologia. Ele é um suporte do “modo de viver” onde a sociedade urbana se desenvolve com modos de vida intensos ou degradados. Neste sentido, expõe o autor que “na base econômica do tecido urbano aparecem fenômenos de uma outra ordem, num outro nível, o da vida social e cultural. Trazidas pelo tecido urbano, e a vida urbana penetram nos campos” (LEFÈBVRE, 2008a, p. 19).

Vale salientar que o sentido do termo “sociedade urbana” abordado na pesquisa segue a linha de pensamento lefèbvreano, podendo ser definido como “a sociedade que nasce da

industrialização. Essas palavras designam, portanto, a sociedade construída por esse processo de que domina e absorve a produção agrícola”²⁴.

Corroborando com a ideia de Lefèbvre, contribui Gottdiener (1993, p. 127) afirmando que:

O espaço não pode ser reduzido apenas à uma localização ou às relações sociais da posse de propriedade – ele representa uma multiplicidade de preocupações sociomateriais. O espaço é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo uma liberdade existencial e uma expressão mental. O espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e da possibilidade social de engajar-se na ação. Isto é, num plano individual, por exemplo, ele não só representa o local onde ocorrem os eventos (a função de receptáculo), mas também significa a permissão social de engajar-se nesses eventos (a função da ordem social).

Em síntese, a essência do urbano é a forma espacial que então sustenta o processo de reprodução do capital em geral. Trata-se de um produto social, cujo valor é produzido pelas atividades da sociedade. Nesta perspectiva, o desenvolvimento das relações sociais merece uma atenção especial, uma vez que é por meio delas que se retrata esse modelo de produção capitalista, aonde se permite que ocorra a troca e o consumo do espaço.

De tal modo, faz-se indispensável compreender e abordar o conceito de espaço urbano, assim como aqueles que produzem esse espaço - os agentes sociais, responsáveis não apenas por produzir, mas, também, por consumir a cidade.

Para entender esse complexo sistema, vele resgatar o que é de fato o espaço urbano. Corrêa (2004) nos confere a ideia de que o espaço de uma cidade capitalista se constitui em um primeiro momento, “no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si”, em que os usos definem as áreas “como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, serviços e de gestão de áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e entre outras aquelas de reserva para futura expansão”. Essa complexidade de usos da terra se traduz na própria organização espacial da cidade, ou então, o espaço urbano.

Fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, eis que se apresenta o espaço urbano. Assim, a ação complexa dos agentes promove uma constante reorganização espacial, proveniente da “dinâmica de acumulação do capital, das necessidades mutáveis das relações de produção e dos conflitos de classe que dela emergem” (CORRÊA, 2004, p. 11), requerendo a incorporação de novas áreas no espaço urbano.

²⁴ Id., 2008b, p. 15.

O espaço, além de mercadoria, é também um meio de acumulação do capital. Desse modo, insta esclarecer que esse meio de acumulação é produzido distintamente da sistemática de qualquer outra mercadoria. Posto isso, pode-se afirmar que:

Tem ao mesmo tempo uma realidade material e uma propriedade formal que o capacita a encerrar a realidade material de outras mercadorias e suas relações sociais. Exatamente como outras mercadorias, ele representa ao mesmo tempo um objeto material e um processo que envolve relações sociais. Ao contrário de outras mercadorias, ele recria continuamente relações sociais ou ajuda a reproduzi-las; além disso, elas podem ser as mesmas relações que ajudaram a produzi-lo no primeiro local. Assim, o espaço tem a propriedade de ser materializado por um processo social específico que reage a si mesmo e a esse processo. É, portanto, ao mesmo tempo objeto material ou produto, o meio de relações sociais, e o reproduzidor de objetos materiais e relações sociais (GOTTDIENER, 1993, P. 133).

Na visão de Lefèbvre, o espaço não é inerte, reage e reflete acompanhando as interações relacionadas ao seu modo de produção, através de um processo complexo, uma vez que o espaço faz parte do seu próprio processo produtivo. Engendrado nessa ideia, Gottdiener (1993) afirma que o espaço não é apenas parte das forças e meios de produção, mas, constitui-se como um produto dessas mesmas relações.

Sendo assim, as formas resultantes que o espaço adquire são importantes para compreender a dinâmica e o processo de sua produção, uma vez que se apresenta como sendo o produto do processo, porém, diferenciado, complexo e socialmente produzido, o qual projeta sobre esse espaço um conjunto de relações e estratégias inerentes ao seu modo de vida.

O espaço urbano como produto social, é produzido a partir da intenção dos diferentes agentes os quais Corrêa (2004), com exímia propriedade, esclarece que estão inseridos em um determinado contexto socioespacial e temporal refletindo as necessidades e possibilidades sociais de seu contexto de inserção, e sendo assim, “materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído”. Paralelamente, a sociedade quando produz o espaço se produz e se reproduz também em si própria, originando espaços geográficos diferenciados ligados diretamente com o seu tempo histórico, vinculados a um conjunto de modos de vida diferenciados.

A visão lefèbvrea nos conduz à ideia de que o espaço não é apenas um substrato físico, mas sim, meio e condição da reprodução da vida. Logo, não se trata de produzir objetos abstratos, produzir ou reproduzir materialidades, mas sim, liga-se ao plano da subjetividade explícito pela intencionalidade das relações. Essa dualidade entre subjetividade e materialidade torna evidente a dialética do espaço, uma vez que as relações espaciais denotam uma fonte imensurável e permanente de contradições sociais (GOTTDIENER, 1993).

Sistematicamente, pode-se dizer que o processo de produção do espaço urbano ocorre por meio da ação de agentes concretos que se utilizam da materialidade do espaço para produzir e (re)produzir o capital. O processo de produção do espaço urbano é abstrato e a desigualdade se apresenta como um produto deste processo dialético. Soja (1992, p. 99), ao estudar a dialética socioespacial, parte do pensamento de que tais processos não são apenas espaciais ou de ordem social. Nesta perspectiva:

A estrutura do espaço organizado não é uma estrutura separada, com suas leis autônomas de construção e transformação, nem tampouco é simplesmente uma expressão da estrutura de classes que emerge das relações sociais (e por isso a-especiais?) de produção. Ela representa, ao contrário, um componente dialeticamente definido das relações de produção gerais, relações estas que são simultaneamente sociais e espaciais. Para estabelecer essa simultaneidade, deve-se demonstrar com clareza que existe uma homologia espacial correspondente com as relações de classe tradicionalmente definidas, e, por conseguinte, com as contingências do conflito de classes e da transformação estrutural. [...] essa homologia espaço-classe pode ser verificada na divisão regionalizada do espaço organizado em centros dominantes e periferias subordinadas, em relações espaciais de produção socialmente criadas e polarizadas, captáveis com maior precisão e conceituação dos vínculos entre a diferenciação social e espacial não implica que as relações espaciais de produção ou a estrutura centro-periferia sejam separadas e independentes das relações sociais de relações estruturadas (o social e o espacial) são não apenas homólogos, no sentido de previrem das mesmas origens no modo de produção, como também dialeticamente inseparáveis.

O pensamento do autor faz refletir e indagar acerca da integração do espaço urbano e as redes de valorização do capital, promovidas num primeiro momento pela mercantilização da terra e em uma segunda ocasião, pela financeirização. Atualmente, essa valorização ocorre por meio da ascensão do capital financeiro sobre outros capitais. Com razão, antevendo esse processo, Lefèbvre, já nos meandros de 1970, atentava para essa valorização, atrelada principalmente à terra urbana. Assim, defendia o autor:

[...] o capitalismo parece esgotar-se. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais na especulação imobiliária, nas grandes obras (dentro e fora das cidades), na compra e venda do espaço. E isso à escala mundial. [...] A estratégia vai mais longe que a simples venda, pedaço por pedaço, do espaço. Ela não só faz o espaço entrar na produção da mais-valia, ela visa uma reorganização completa da produção subordinada aos centros de informação e decisão (LEFÈBVRE, 2008b, p. 142).

Sendo assim, a terra urbana, por natureza concentradora de aglomerações urbanas e por ser um espaço que gera lucro através da produção imobiliária, passa a ser um elemento estratégico. E nesse tema, um fator importante deve ser levado em consideração para que a valorização da terra aconteça, de acordo com Lefèbvre (2008a), ela própria concentra a maior

parte da reprodução da força de trabalho, as quais não dispõem de quase nada, senão, esta premissa imprescindível para a reprodução das relações de produção do capital. Sendo assim, essa terra urbana se torna um instrumento potencial para o capital.

O espaço urbano é de fato um local de grande valorização do capital, o qual Soja (1993, p. 129) argumenta: “O desenvolvimento geograficamente desigual é consequência natural para esse sistema, uma necessidade”. Embora se mantenha um discurso de igualdade para todos sabe-se que o capitalismo, como sistema, necessita de certo modo da desigualdade para que se mantenha e se perpetue no tempo. Portanto, são valiosas as lições do autor sobre o tema:

O que estou discutindo aqui, [...] não é apenas que o desenvolvimento capitalista é geograficamente desigual, pois uma certa desigualdade geográfica resulta de todos os processos sociais. O ponto fundamental é que o capitalismo - ou, se preferirmos a atividade normal dos capitalistas em busca de lucros baseia-se intrinsecamente, nas desigualdades regionais ou espaciais, como meio necessário de sua sobrevivência contínua. A própria existência do capitalismo pressupõe a presença mantenedora e a instrumentalidade vital do desenvolvimento geograficamente desigual (SOJA, 1993, p. 132).

Dessa maneira, partindo do pressuposto de que a desigualdade é uma necessidade para as relações capitalistas de produção, é possível identificar a intensificação das desigualdades regionais e sociais. Essas diferenças explicitadas pelo autor, estimulam a compreensão da dialética socioespacial.

É na cidade que o capital encontra condições favoráveis para sua reprodução e acumulação da renda e lucro, visto que, é justamente na construção das cidades e através do meio da atuação do capital financeiro e do mercado imobiliário que o capitalismo se desenvolve. Vale ressaltar que a valorização de determinadas áreas de terra se dá em função da superexploração de outras.

Apesar da disputa e das contradições da sociedade capitalista, convém enfatizar que há também uma dominação de uma classe sobre a outra, reforçando a exclusão da classe baixa ao acesso à propriedade fundiária com maior valor, como também do centro econômico e político da cidade (HARVEY, 1980). Por isso é possível a acumulação do capital por poucos grupos.

Afirma-se que o valor do solo urbano se concentra basicamente na questão central da posse e da propriedade da terra. A exemplo, cite-se o fato de que os detentores do solo e os promotores imobiliários controlam a escassez desta mercadoria, atuando diretamente na

regulação do seu preço de mercado, por meio da lei da oferta e da procura²⁵, entretanto, é evidente que fatores como localização²⁶ e infraestrutura são também determinantes para a valorização do solo. À frente da observância desse fenômeno, salienta-se a construção de outro fenômeno - a periferização urbana, que se produz e reproduz por meio do modo de produção capitalista do espaço. Assim, “há que se destacar que quanto mais espaço urbano se produz mais elevado é o preço da terra urbanizada e mais evidente a expulsão dos trabalhadores para áreas menos urbanizadas” (RODRIGUES, 2007, p. 76).

Noutro aspecto, Villaça (1998) destaca que ao produzir um espaço intra-urbano condiciona-se a valorização da terra dentro da cidade, ocasionando uma segregação socioespacial²⁷ das classes com menor poder aquisitivo, de baixa renda, as quais irão habitar áreas periféricas e distantes dos centros urbanos, geralmente, sem nenhuma, ou pouca infraestrutura urbana.

Dessa forma, a segregação socioespacial origina uma estrutura entre centro-periferia a qual:

[...] torna-se fundamentalmente homóloga à estrutura vertical das classes sociais. Não apenas elas se entrelaçam e se superpõem, como também se originam das mesmas fontes e são moldadas pelas mesmas relações contraditórias do capital e do trabalho que definem o próprio modo de produção capitalista. A formação do centro e da periferia, portanto, é inseparável da formação de uma burguesia industrial e de um proletariado urbano. Prosseguindo nessa espacialização marxista, as estruturas sociais e espaciais são constituídas em torno de uma relação exploratória enraizada no controle dos meios de produção e mantida através de uma apropriação do valor pela classe social dominante. A luta de classes emerge da conscientização crescente da natureza duplamente exploratória da estrutura social e espacial e deve visar à transformação simultânea de ambas, pois cada uma delas pode ser rearranjada de modo a amortecer os efeitos da luta na outra [...] (SOJA, 1993, p. 137).

O processo acima citado intervém diretamente na efetivação do direito à cidade, e isso fica claro ao analisar que a classe pobre cada vez mais é expulsa das áreas centrais e desenvolvida das cidades, para viverem às margens, em locais cada vez mais distantes dos

²⁵A lei da oferta e da procura é um dos principais conceitos econômicos e a espinha dorsal de uma economia de mercado. A procura refere-se ao quanto um produto ou serviço é desejado pelos consumidores. Enquanto oferta significa a quantidade desse produto que está disponível no mercado.

²⁶ Em suma, a conexão entre o valor de uso da localização, que é um produto social, e o preço pelo uso do espaço, que é expropriado pelos particulares, é percebida quando entendemos o mercado imobiliário como um elo mediador no processo de acumulação do capital. (GOTTDIENER, 1997, p. 180).

²⁷ Ressalta-se que o conceito de segregação socioespacial abordado na presente pesquisa não faz referência ao conceito abordado pela escola de Chicago, vendo esse fenômeno como um processo natural, mas sim, compreendendo a segregação socioespacial é resultado das contradições das relações sociais, das lutas de classes no sistema capitalista, que se projetam e refletem na organização e na estruturação do espaço urbano.

centros urbanos, em decorrência de não disporem de capital para acessarem ou permanecerem em espaços urbanos qualificados.

Nesse contexto, Gonçalves (1984, p. 67) contribui afirmando que o conjunto dessas dificuldades de acesso aos bens e serviços de uso coletivo, necessários à vida urbana, é conhecido como “problemas urbanos”. Assim, é possível notar que:

Esses bens e serviços coletivos [...] só estão disponíveis exatamente nos lugares onde moram as pessoas que têm condições de pagar por eles. Neste caso, os investimentos nesses bens e serviços são feitos pelo Estado nos lugares onde as pessoas tem condições de pagar, ou então eles existem num determinado lugar onde só vão residir os que podem pagar. Isto faz com que nós habitemos uma cidade que aparece como duas: uma parte onde moram os que podem pagar, por isso dispõem desses serviços, e outra parte onde estão os que não podem pagar e por isso dispõem desses serviços de modo precário ou não os tem²⁸.

Essa lógica capitalista de produção do espaço urbano segrega as classes sociais. Sobre esse fato, o autor expõe que “não é à toa que o mundo se urbaniza com o advento do capitalismo. Não é à toa, também que o próprio espaço urbano se diferencia em função da disponibilidade monetária dos seus habitantes. A segregação social se manifesta no espaço urbano”²⁹.

Nesse sentido, se observa que os proprietários de terra além de agentes produtores do espaço urbano atuam na retenção da terra, vislumbrando o aumento no preço desse imóvel, o que acaba gerando “uma ocupação da cidade com uma aparência de caos. Grandes espaços vazios numa cidade que se espalha pelas “periferias”. Terra vazia e homens sem-terra, coexistindo no mesmo espaço e tempo” (RODRIGUES, 2017, p. 24). Ademais, a terra não utilizada é improdutiva, não exerce suas funções sociais, na medida que é possível e usual ao proprietário de terras. Esses se apropriam de uma renda gerada pelos investimentos do poder público e dos agentes privados nos arredores e limites das suas propriedades³⁰.

Esse pensamento, faz parte da lógica capitalista e da estratégia imobiliária de valorização da terra, onde os proprietários e os agentes imobiliários atuam na retenção de terras visando a geração de lucros, através da expansão horizontal das cidades por meio da urbanização de novas áreas.

Esse fenômeno pode ser explicado através dos pensamentos de Gonçalves (1984 p. 24) sob “a lógica do caos urbano”, onde o autor explica que na proporção que novas instalações habitacionais são edificadas nas “bordas” da cidade, em locais distantes, sem infraestrutura

²⁸ Ibidem, 1984, p. 67-68.

²⁹ Ibidem, 1984, p. 66.

³⁰ Ibidem, 2017, p. 24.

básica, como por exemplo: energia elétrica e água, ou de transportes coletivos, as áreas intermediárias compreendidas entre o centro urbanizado dotado de infraestrutura e esses empreendimentos instalados nas bordas da cidade, são espantosamente valorizados, pois o Estado é responsável por fornecer a infraestrutura básica e os equipamentos urbanos, sendo obrigado a servir também essas áreas intermediárias. O caos urbano expressa a escassez de imóveis propositalmente criada pelos especuladores de imóveis, em virtude da espera da sua valorização imobiliária a partir da expansão da cidade.

O pensamento dos autores faz referência ao contexto e a realidade de muitas cidades brasileiras, em que as desigualdades se apresentam como produto deste processo dialético de produção do espaço. Essa lógica revela a dinâmica do investimento do capital na produção e na comercialização dos espaços urbanos e firmando a mercantilização da cidade, que por sinal se estrutura de forma ascendente.

O embargo ou obstrução, por assim dizer, do direito à cidade apontada aqui, pode ser notada por meio das políticas de habitação de interesse social, que cada vez mais se mostram a favor da dinâmica de produção e na comercialização dos espaços urbanos, fomentando o mercado imobiliário e alimentando a mercantilização da cidade.

A desigualdade é, por sua vez, produto deste processo dialético de produção do espaço.

3.4 O ESPAÇO URBANO E O DIREITO À CIDADE

A compreensão a respeito da trajetória da urbanização, dos processos e das formas de apropriação da cidade, assim como do direito à cidade e à moradia, não pode ser consolidada, senão, à luz da noção de produção do espaço. A cidade, na perspectiva de Henri Lefèbvre é vista não como um simples produto materializado no espaço, mas, como obra de arte idealizada pelas pessoas, desenhada e vivenciada pelas relações sociais. Nessa senda, veja-se que para o autor:

O espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, ou então, como os “produtos”, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais. Ele não entra também na reprodução, a do aparelho produtivo, da reprodução ampliada, das

relações que ele realiza praticamente, “no terreno”? (LEFÈBVRE, 2006, p. 7).

Destarte, o espaço é por natureza social, além do lugar da produção de coisas, principal e especialmente o lugar de reprodução das relações sociais, sejam elas relações de trabalho, de lazer, de educação, de cultura ou de relações cotidianas. O espaço engloba a reprodução do meio e do modo de vida urbana.

A seu turno, o urbano contemporâneo comporta em si a unidade da fragmentação. A fragmentação não é, dessa forma, uma simples característica ou um dado aleatório, perdida em meio à realidade urbana. Ela é engendrada e organizada pelos centros de poder. “Temos à nossa frente um “duplo processo” ou preferencialmente, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social” (LEFÈBVRE, 2008a, p. 16 grifos no original).

A cidade se fragmenta por meio de um “processo induzido que se pode chamar de a implosão-explosão”³¹, significando a união entre concentração urbana e o êxodo rural, a extensão do tecido urbano e a subordinação completa do agrário ao urbano.

É importante considerar as distinções que Lefèbvre (2008b) traz sobre as transformações que acontecem no modo como as cidades eram produzidas nas antigas sociedades, contrapondo como agora são produzidas na sociedade capitalista regidas sob a lógica do capital. O autor considera que diante do sistema econômico capitalista houve uma inversão na lógica da produção do espaço, pois as coisas e/ou objetos deixaram de ser produzidos no espaço e passou-se à produção do espaço. Sendo assim, as cidades tornam-se também produto-produtor (dialético) do (e para) o sistema capitalista, transformando o sentido das cidades.

A seção anterior se prende em demonstrar que a produção do espaço urbano não é vista como uma atividade neutra, em que os agentes produtores e (re)produtores do espaço detém interesses capitalistas no solo e, portanto, o urbano se torna palco das (re)produções das relações capitalistas no espaço. Logo, as desigualdades se fazem sentir e resultam em inúmeros conflitos. Diante disso, com propriedade, Lefèbvre assevera que excluir do urbano grupos, seja classes ou indivíduos, “implica também em excluí-los da civilização, até mesmo da sociedade” (LEFÈBVRE, 2008c, p. 32).

Em contraposição à essa realidade, Henri Lefèbvre no ano de 1968 publicava o livro “*Le droit à la ville*” (O Direito à Cidade), onde descreve a insurgência das questões urbanas no período em que se dá sua escrita e a centralidade na vida das cidades, refletindo sobre as

³¹ Ibidem, 2008a, p. 18.

relações humanas. Para o autor "durante longos séculos, a terra foi o grande laboratório do homem, só há pouco tempo é que a cidade assumiu esse papel. O fenômeno urbano manifesta hoje sua enormidade, desconcertante para a reflexão teórica, para a ação prática e mesmo para a imaginação" (LEFÈBVRE, 2008a).

O objetivo central do autor era de trazer à tona as questões relativas à cidade e a realidade urbana, inserindo-as no âmbito da agenda política. Nessa ordem, ele desenvolve categoricamente o conceito de "direito à cidade", pontuando que a cidade deveria se reestabelecer como obra, não meramente como uma mercadoria ou instrumento para o capital (LEFÈBVRE, 2008a). Portanto, a cidade deveria ser o local de sociabilidade e de convívio, aproximando-se da sua essência primária, e não como mercadoria pautada na deplorável tônica do valor de troca acima do valor de uso.

Diante dos conceitos produzidos por Lefèbvre, pode-se compreender "direito à cidade" como o direito dos cidadãos ao espaço urbano, seus benefícios e a toda possibilidade de realização humana, social e cívica na sociedade, indo muito mais além do que apenas ter direito à habitação. Não se pode reduzir o termo "direito à cidade" à defesa de condições mínimas de acesso e figuração social, trata-se do direito que todo e qualquer cidadão detém para transformar democraticamente o espaço onde vive.

Tomando como base a cidade social como local de convívio, Harvey (2009, p. 9) acrescenta que:

A questão sobre qual tipo de cidade queremos não pode estar divorciada da questão sobre qual tipo de pessoas desejamos ser, quais tipos de relações sociais buscamos, qual relação nutrimos com a natureza, qual modo de vida desejamos. Isto se assemelha com a concepção de Lefèbvre sobre o direito à cidade não "como um simples direito de visita ou como um retorno às cidades tradicionais", mas "como um direito à vida urbana transformado e renovado". O direito à cidade está, por isso, além de um direito ao acesso àquilo que já existe: é um direito de mudar a cidade mais de acordo com o nosso desejo íntimo. A liberdade para nós fazermos e nos refazermos, assim como nossas cidades, é um dos mais preciosos, ainda que dos mais negligenciados, dos nossos direitos humanos.

Cabe abordar aqui, o papel que as centralidades (não necessariamente o centro da cidade) imprimem para com a noção de direito à cidade. Nos moldes prescritos por Lefèbvre (2008c, p. 32) essa centralidade pode ser compreendida como "centros de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento, que lançam para os espaços periféricos todos os que não participam dos privilégios políticos". Dessa feita, a população que não faz parte do grupo dominante acaba sendo expulsa para as áreas periféricas da cidade, segregada socioespacialmente da cidade. Sobre tal fenômeno, cabe afirmar que ao redor da cidade se

constrói como fruto da ação antrópica, sob o meio “uma periferia desurbanizada e, no entanto, dependente da cidade. Com efeito, “os suburbanos”, os dos pavilhões³² residenciais, não deixaram de ser urbanos [...]. Urbanização desurbanizante e desurbanizada, pode-se dizer para ressaltar esse paradoxo” (LEFÈBVRE, 2008a, p. 25).

Destarte, a centralidade se apresenta como uma qualidade vital ao espaço urbano, essencial para a manutenção das cidades, estando ligada à capacidade de os cidadãos acessarem e usufruírem plenamente do fruto do seu trabalho: a cidade, obra coletiva. “Não existe realidade urbana, afirmamos aqui e alhures, sem um centro, sem uma reunião de tudo o que pode nascer no espaço e nele ser produzido, sem encontro atual ou possível de todos os ‘objetos’ e ‘sujeitos’”³³.

Pode-se aproximar, diante da afirmação do autor, a ideia de centralidade.

Do mesmo modo, o direito à cidade estipula o direito de encontro e de reunião; lugares e objetos devem responder a certas “necessidades”, em geral mal conhecidas, a certas “funções menosprezadas”, mas por outro lado, transfuncionais, à necessidade de vida social e de um centro, a necessidade e a função lúdicas, a função simbólica do espaço (próximas do que se encontra aquém, como além, das funções e necessidades classificadas, daquilo que não pode se objetivar como tal porque figura com o tempo, que enseja a retórica e que só os poetas podem chamar pelo seu nome: desejo) (LEFÈBVRE, 2008b, p. 32).

A realização da sociedade urbana exige uma organização orientada para as necessidades sociais, a dimensão da cidade concreta e abstrata submetida a ordem capitalista tende a transformá-la em um objeto e instrumento meramente para a sobrevivência e consumo, transformando a cidade, antes unidade, agora em fragmentos úteis para o sistema capitalista, produzindo o que se conhece como a desunidade da cidade. “O direito à cidade significa, portanto, a constituição ou reconstituição de uma unidade espaço-temporal, de uma reunião, no lugar de uma fragmentação” (LEFÈBVRE, 2008a, p. 32).

A unidade espaço-temporal em que o autor faz referência pode ser exemplificada por meio da possibilidade de reunir a realização da vida cotidiana na cidade, sendo essa a noção da centralidade. Esse conceito intenciona proporcionar acesso coletivo dos cidadãos aos bens e serviços básicos à reprodução da sociedade, sem que haja, entretanto, uma distância espacial e temporal entre as pessoas suas necessidades e seus objetivos. Logo, o direito à cidade, legitima e recusa de deixar afastar a realidade urbana por uma organização segregadora.

³² Em nota de rodapé, Lefèbvre (2008a, p. 25) define *pavillons* como sendo: conjuntos (blocos) residenciais suburbanos formados por casas isoladas umas das outras.

³³ Id., 2008b, p. 32.

Completando a reflexão sobre o direito à cidade, Lefèbvre (2008a) em sua obra homônima, define que este termo se refere e consiste na apropriação do espaço urbano pelas classes trabalhadoras através de suas lutas pelo exercício democrático da cidadania, não sendo limitado simplesmente pelo direito de “visita” à cidade, podendo usufruir da cidade em todas as suas dimensões possíveis: sociais, econômicas, políticas e culturais. Sendo assim, é necessário não confundir o direito à cidade com o direito do cidadão de obter uma casa, uma rua asfaltada ou os serviços básicos de rede de esgoto e água encanada.

Assim como a produção do espaço urbano e a cidade, a moradia também tem seu sentido primordial corrompido pelos interesses do capital, e pela lógica de acumulação capitalista, dificultando cada vez mais o acesso da classe menos favorecida a este bem, cuja função primordial é essencial à vida social e familiar, à reprodução da vida humana, à promoção da dignidade do cidadão, o estabelecimento de relações de vizinhança, à convivência e sociabilidade. Sendo assim, segundo a visão lefèbvreana, todo conjunto de necessidades fica no campo da subjetividade, correspondendo ao espaço vivido. Disso defluiu a conclusão no sentido de que o “habitar” foi reduzido a questão da habitação em si, o que o autor critica severamente, veja -se:

Aqui, só o domínio edificado pode ser considerado: os imóveis (habitações: grandes prédios de apartamentos, casas acampamentos e favelas). Sem medo de recair numa controvérsia já longa, colocaremos fortemente em oposição o *habitar* e o *habitat*. Este último termo designa um “conceito”, ou melhor, um pseudoconceito caricatural. No final do século XIX, um pensamento (se é possível dizer) urbanístico, tão forte quanto inconsciente *reductor*, pôs de lado e literalmente entre parênteses, o *habitar*. Ele concebeu o *habitat*, função simplificada, restringindo o “ser humano” a alguns atos elementares: comer, dormir, reproduzir-se. Nem ao menos pode dizer que os atos funcionais elementares sejam animais (LEFÈBVRE, 2008b, p. 80, *grifos no original*).

Com relação ao *habitat*, ele pode ser visto como uma imposição, um ataque às diferentes formas de viver, uma redução do ser humano à algumas funções elementares de viver. Nesse propósito, Lefèbvre afirma que: “O *habitat* foi instaurado pelo alto: aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o “vivido” a encerrar-se em caixas, gaiolas, ou máquinas de habitar” (LEFÈBVRE, 2008b, p. 81, *grifos no original*).

O ato de morar ou a concessão de habitação, por si, só não caracteriza o direito à moradia. Esse conceito é muito mais abrangente, engloba um conjunto de outras necessidades que vão muito além de uma casa: como o direito ao entorno, acesso aos meios de transporte, direitos básicos que propiciem condições de habitabilidade e higiene, tais como serviços de saneamento básico e coleta de lixo.

Nesta mesma perspectiva, deve-se destacar que as necessidades humanas não se restringem aos elementos estruturais, destacando-se a importância do vivido, das relações que o homem estabelece com o espaço por ele produzido, Lefèbvre acrescenta a este pensamento, reunindo no ato de habitar a realização do próprio ser humano, onde considera a linguagem e a casa como aspectos complementares. “Até então, habitar era participar de uma vida social, de uma comunidade, de uma aldeia ou cidade. A vida urbana detinha, entre outras, essa qualidade, esse atributo. Ela deixava habitar, permitia que os cidadãos-cidadãos habitassem” (LEFÈBVRE, 2008c, p. 21). Logo, habitar poderia ser entendido como o ato de se acomodar, se estabelecer.

A dimensão simbólica expressada nas relações cotidianas é de grande valia para absorver a dimensão do habitar. É necessário aliar a discussão sobre as formas arquitetônicas e urbanísticas que materializam ou não, o simbólico contido nas virtualidades. Cabe ressaltar, deste modo, que essas formas exprimem uma acentuada desigualdade socioespacial, presente tanto no planejamento quanto nos padrões de construção do urbano que recaem os mais pobres.

Lefèbvre, ao estudar os pavilhões da cidade de Paris construídos para abrigar a classe operária durante o período de industrialização da França, percebe a diferença entre o habitar e o habitat. Neste sentido, o autor expõe que:

Os pavilhões permitem variantes, interpretações particulares ou individuais do habitar. Uma espécie de plasticidade permitia modificações, apropriações. O espaço dos pavilhões – recinto, jardins, cantos diversos e disponíveis – deixava ao habitar uma margem de iniciativa e de liberdade, limitada, mas real. A racionalidade estatal vai até o fim. No novo conjunto instaura-se o habitat em estado puro, soma de coações. O maior conjunto realiza o conceito de habitar, diriam certos filósofos, ao excluir o habitat: a plasticidade do espaço, a modelagem desse espaço, a apropriação pelos grupos e indivíduos de suas condições de existência. É também a cotidianeidade completa, funções prescritas, emprego rígido do tempo que se inscreve e se significa nesse habitat³⁴.

Compreender o urbano enquanto modo de vida, ressaltando o papel preponderante da prática social e da vivência cotidiana do lugar, se apresenta como prática fundamental para compreensão dessa contraposição existente entre o habitar e o habitat. Impõe salientar que a discussão se faz indispensável para compreensão dos parâmetros habitacionais objetivados pelas políticas públicas de habitação, direcionadas para a população de baixa renda em contraposição às suas reais necessidades.

³⁴ Ibidem, 2008c, p. 23.

A chegada da urbanização contrafaz o sentido do urbano, altera o sentido da cidade, transforma o habitar em mero habitat, o que pode ser percebido pela edificação dos *pavillons* suburbanos de Paris. Nessa perspectiva, o habitat no contexto de estudo do autor se diferencia pela característica funcional e abstrata dos conjuntos habitacionais da época.

O modo de vida urbano se tonava ameaçado, pois, de acordo com o autor afastado do meio urbano e da cidade “o proletário acabará de perder o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para as empresas esparsas a partir de um setor de habitat, o proletariado deixará se esfumar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar” (LEFÈBVRE, 2008a, p. 25). Nota-se que a redução do habitar pelo habitat, permeia um processo amplo de recessão da cidade e do urbano, o que leva Lefèbvre a afirmar que, por exemplo, os subúrbios podem até ser definidos como urbanos, contudo, não em seu sentido real. Para tanto, assim esclarece:

Se se definir a realidade urbana pela dependência em relação ao centro, os subúrbios são urbanos. Se se definir a ordem por uma relação perceptível (legível) entre a centralização e a periferação, os subúrbios são desurbanizados. E pode-se dizer que o “pensamento urbanístico” dos grandes conjuntos literalmente se encarnou na cidade e no urbano a fim de extirpá-los. Toda a realidade urbana perceptível (legível) desapareceu: ruas, praças, monumentos, espaços para encontros. Nem mesmo o bar, o café (o *bistrot*) deixaram de suscitar o ressentimento dos “conjuntistas”, o seu gosto pelo ascetismo, sua redução do habitar para o habitat. Foi preciso que fossem até o fim da destruição da realidade urbana sensível para que surgisse a exigência de uma restituição³⁵.

Diante da citação colacionada acima, pode-se compreender de forma mais objetiva o que o autor refere por “habitar”. Desse modo, o entendimento desse conceito permite fazer um elo com a expressão urbanização desurbanizante trabalhada no início da seção, tomando como ponto de partida a lógica de construir habitações no espaço urbano e ao mesmo tempo destruir a realidade urbana preexistente, expressando-se nos espaços de convívio e sociabilidade, praças, parques, ruas, espaços públicos como um todo. A cidade como obra, deixa então de ser destinada aos cidadãos, na medida em que lhe é dosada a oportunidade de estabelecer os vínculos de convivência em seu cotidiano, em prol da construção de unidades habitacionais.

Destarte, o que se controverte como ponto central neste tópico é a construção de novas unidades habitacionais que subtraem ou barram “a prática social, pautada no valor de uso e nos costumes, o que permite com que a festa, a reunião, a apropriação da rua ou da praça aconteçam

³⁵ Ibidem, 2008a, p. 27.

de acordo com as possibilidades de emprego e de tempo, e segundo éticas e estéticas próprias aos grupos sociais” (ARAÚJO, 2012, p. 135).

O direito de morar é substancial ao direito de viver. Todo e qualquer ser humano necessita de um abrigo para sobreviver. Nada obstante, todo ser humano necessita além de uma moradia digna, de um conjunto de serviços e infraestruturas urbanas básicas que propiciem a efetivação desse acesso.

A questão do direito à moradia e a oportunidade de possuir uma habitação se apresentam como fundamentais para o estudo, visto que se manifestam em processo dialético diferentes formas de acesso desiguais, vez que a própria produção do espaço urbano constitui fatores que responsáveis pela produção da desigualdade, que, por conseguinte, apresenta-se de forma social e espacial. Tem-se então, a exclusão, ou então a inclusão perversa da classe empobrecida, no sistema capitalista.

Nesse sentido, salienta-se que: frequentes crescimentos de investimentos do capital imobiliário atrelados à manipulação do mercado de terras tem fomentado o surgimento de notórias mudanças socioespaciais. Ao estudar a produção social do espaço, Gottdiener considera que:

[...] as mudanças [socioespaciais] um resultado dialético de fatores políticos, culturais e econômicos que se manifestam através da linha de frente dos padrões de desenvolvimento imobiliário que congregam a intervenção do Estado, formas de acumulação de capital e a manipulação dos mercados de terra. [...]. Mais significativamente, a asserção discutida aqui é que a articulação entre intervenção do Estado e o circuito secundário de capital constitui o motivo principal das mudanças socioespaciais, embora não seja a única causa delas (GOTTDIENER, 1997, p. 235-36).

Analisando-se os conceitos debatidos na presente pesquisa aliado às definições de Gottdiener acerca da produção social do espaço, é possível compreender que o capital se utiliza da urbanização e propriamente do espaço construído para se reproduzir, investindo em novos espaços geográficos sempre que necessário, sendo esse um dos mecanismos estratégicos para se recuperar de possíveis crises.

Na realidade, a disputa pelo solo urbano envolve uma vasta diversidade de aspectos que vão desde a expressão de um conflito de classes e interesses antagônicos que condicionam até mesmo a localização das pessoas de acordo com seu poder aquisitivo.

3.5 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E O ACESSO À MORADIA

O urbanismo brasileiro (entendido aqui como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas. Podemos dizer que se trata de ideias fora do lugar porque, pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. Mas também podemos dizer que as ideias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das ideias (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2013, p. 122).

Segundo Lefèbvre (2008a), a produção e a apropriação do espaço urbano não só refletem as desigualdades e todas as contradições sociais nele presentes, como também as firmam, reafirmam e reproduzem.

A exclusão urbanística, representada pela ocupação ilegal do solo urbano, via de regra, é ignorada pela representação da “cidade oficial”. Após um século e meio de vida, a matriz de planejamento urbano modernista, que orientou o crescimento das cidades capitalistas, passou a ser dividida pelas propostas neoliberais que acompanharam a reestruturação produtiva do final do século XX. Esse modelo de planejamento definidor de padrões holísticos de uso e ocupação do solo, amparado na centralização do aparelho de Estado, foi aplicado apenas em algumas partes das cidades, podendo ser vista sua aplicação na cidade formal ou legal, essa adoção de padrões de “primeiro mundo” contribuiu para que as cidades brasileiras fossem marcadas pela modernização incompleta e/ou excludente (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2013, p. 123).

Trata-se de um processo político e econômico que constituiu um país marcado por ter uma das sociedades mais desiguais do mundo, e não é por falta de planos urbanísticos que as cidades apresentam problemas graves. A questão pode ser pautada no fato de que o planejamento urbano modernista/funcionalista brasileiro, importante instrumento de dominação ideológica, contribui cada vez mais na ocultação da cidade ilegal/informal e para a formação de um mercado imobiliário cada vez mais competitivo, restrito e especulativo (MARICATO, 1996).

Diante disto, é perceptível que a segregação urbana não se apresenta como um fenômeno contemporâneo, intensificando-se e acompanhando a acelerada urbanização das últimas décadas. Ela ocorre não somente por meio do espaço físico das cidades onde as classes sociais se apresentam devidamente delimitadas e distribuídas no espaço urbano, mas, também, por

meio de fatores econômicos, sociais e urbanísticos, tais como: infraestrutura, disposição e conservação de equipamentos públicos, entre outros.

Deve-se ter em mente que o espaço urbano produzido pelo conflito social na disputa pelo domínio da produção e da estruturação interna do espaço, onde se estabelecem as disputas entre as classes sociais para a produção e consumo das localizações privilegiadas, resulta nos processos de segregação espacial, tanto a auto-segregação das classes dominantes como a segregação imposta³⁶, as quais se constituem como processos dinâmicos e envolvem espaço e tempo. A abordagem desta pesquisa visa analisar, exclusivamente, os fenômenos de segregação imposta, dado que a criação dos objetos de estudo conduz a tal forma de segregação.

Noutro ponto, ao estudar o espaço intra-urbano no Brasil, Villaça (2017, p. 148) afirma que “a segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo a segregação de outros”, sendo ela uma poderosa força no processo de estruturação intra-urbana, tendo como origem na luta de classes pela apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens do espaço construído³⁷. Haveria, portanto, como observa Lefèbvre, a construção de uma estrutura espacial de poder, à qual é essencial à manutenção e sobrevivência do capitalismo e relações de dominação.

Observa-se que “na produção dessa estrutura espacial de poder atuam diversos agentes, mas em especial o Estado, através dos investimentos públicos, legislações e outros instrumentos, os quais, em última instância, visam criar condições para viabilizar o processo de acumulação, dominação e a reprodução das classes sociais” (SUGAI, 2002, p. 13). Logo, a segregação espacial é responsável por viabilizar em favor da classe dominante a liderança do processo de produção do espaço urbano e das reproduções das relações de dominação. Por este ângulo de análise, convém afirmar que:

A segregação é a negação do urbano e da vida urbana. Seu fundamento é a existência da propriedade privada do solo urbano, que diferencia o acesso do cidadão à moradia, produzindo a fragmentação dos elementos da prática socioespacial urbana e separando os lugares da vida enquanto elementos autônomos. Neste sentido, a existência da propriedade privada do solo urbano vai revelando uma função econômica como realização continuada do valor; uma função jurídica que a realiza enquanto direito garantido pela constituição federal que torna inquestionável sua existência e uma função social e neste nível a existência da propriedade privada da terra realiza a

³⁶ De uma maneira geral, a noção de auto-segregação refere-se às ações de certos grupos sociais caracterizados pelo elevado poder de compra e de mobilidade residencial, elites que se isolam ou se concentram em determinadas áreas como forma de reprodução de seu poder político e social. Com relação a noção de segregação imposta, a lógica se inverte, pois, na relação entre oferta e demanda, atores como o Estado determinam a localização e os processos de mobilidade residencial e espacial de ampla maioria da população regida pela soberania da oferta à demanda (ROMERO et al. 2014, p. 12).

³⁷ Ibidem, 2017, p. 45.

desigualdade que está na base do desenvolvimento da sociedade capitalista. (CARLOS, 2007, p. 112)

A segregação espacial é resultado da disputa do solo urbano entre vários segmentos da sociedade, orientado pelo mercado, o qual se torna mediador fundamental das relações capitalistas, influenciando as escolhas e condições de vida da população em geral (CARLOS, 2008). Assim, a classe dominante “segrega os grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção, direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano. Indiretamente atua através do Estado” (CORRÊA, 2004, p. 64).

Sendo assim, pode-se destacar que a segregação espacial atua na estruturação intra-urbana viabilizando o controle da produção do espaço urbano pelos grupos dominantes, concomitantemente ao tempo em que garante as possibilidades da reprodução da dominação. Dentre os agentes produtores do espaço urbano citados na seção anterior, os quais atuam na produção desta estrutura de poder, destaca-se o Estado e as suas ações por meio da localização dos investimentos públicos (SUGAI, 2002).

É nesta esteira de pensamento que Corrêa (2004, p. 65)³⁸ contribui, afirmando que:

Segregação significa diferencial de renda – proximidade às facilidades de vida urbana, como água, esgoto, áreas verdes, melhores serviços educacionais etc., e ausência de proximidade aos custos da cidade, como crime, serviços educacionais inferiores, ausência de infraestrutura etc. Se já há diferença de renda monetária, a localização residencial pode implicar diferença ainda maior no que diz respeito à renda real.

Corroborando com a ideia do autor, Lojkin (1997) nos refere que a segregação espacial tradicional, presente na grande maioria das cidades, constitui-se por meio da oposição entre centro e periferia, onde as classes com maior poder aquisitivo se situam próximo ao centro e os desfavorecidos economicamente habitam às margens da cidade. Ratificando este pensamento, é notável que “o primeiro, dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda, subequipada é longínqua, é ocupada predominantemente pelos excluídos” (VILLAÇA, 2017, p. 143).

Neste momento, com base no pensamento destes autores, é válido refletir acerca do fato de que na disputa por localizações no espaço intra-urbano, à medida que um determinado grupo se auto-segrega (cite-se a auto-segregação em condomínios fechados), acaba intuitivamente segregando a outra parcela da população que ficou de fora deste processo supracitado, e

³⁸ Apoiado em: HARVEY, David. Class structure in capitalistic society and the theory of residential differentiation. Faz referência em nota de rodapé.

geralmente tais áreas segregadas se apresentam como sendo o lugar dos segregados, excluídos, dos marginalizados, dos rechaçados.

Os investimentos públicos em infraestrutura se concentram, principalmente, em regiões habitadas pela população de renda mais alta, o que faz com que se produza cada vez mais cidades desigualmente estruturadas, provocando e acirrando, inclusive, os problemas habitacionais e de mobilidade, uma vez que, valorizando com infraestrutura as áreas tidas como “nobres”, aumenta-se o custo da terra e dificulta o acesso desta pela população de baixa renda.

Neste panorama, destaque-se que na maioria dos casos a população se desloca do centro para a periferia em busca de melhores condições de moradia, acesso à terra, ou até mesmo por intermédio da ação estatal na realocação de pessoas de áreas centrais para áreas periféricas. Segundo Rodrigues (2017, p. 22) “os que mais precisam usufruir de ‘cidade com serviços e equipamentos públicos’ – aqueles que tem baixos salários – compram lotes/casa em áreas distantes, onde o preço é mais baixo”. É neste sentido que se pode afirmar que:

O mercado imobiliário controla os investimentos públicos urbanos que são o fator mais importante de valorização imobiliária. Isso justifica e explica a sofisticação dos *lobbies* existentes sobre a orientação dos investimentos públicos no processo de urbanização. Essa cidade legal concentra também a maior parte dos investimentos públicos já que ela se faz à imagem e semelhança das congêneres do Primeiro Mundo. (MARICATO, 2001, p. 43, *grifos no original*).

É cediço que ao privilegiar determinadas áreas de terra em detrimento de outras, as ações estatais intervencionistas definem ainda mais os diferenciais da localização, promovendo o aumento do valor do solo urbano que recebeu investimentos. Segundo Maricato (2017, p.134), “eles alimentam o mercado imobiliário restrito e especulativo ao invés de ampliar as oportunidades de localizações, condição, dentre outras, para a democratização do acesso à cidade”, restringindo o acesso da maior parte dos habitantes às áreas mais valorizadas do espaço urbano.

Aos excluídos deste mercado imobiliário, capitalista, extremamente especulativo, não há muitas alternativas, além da informalidade, ocupando áreas periféricas, quase esquecidas dos investimentos e do olhar do poder públicos e, portanto, de baixo valor. Carlos (2007), entende que as habitações mais precárias, via de regra, localizam-se em áreas de terra mais baratas, afastadas dos centros em áreas com insuficiência ou ainda inexistência de infraestruturas, por vezes, implantadas em áreas industriais, vales, áreas alagadiças ou às margens de rios e córregos, ou ainda, em morros, em razão especialmente do valor do metro quadrado do terreno.

Depreende dos referenciais até aqui tecidos, que a discussão da segregação vai mais além do que se imagina. Ao discutir o Estado capitalista e a questão urbana, Lojkin (1997, p. 189) explica que a segregação social e espacial pode ser observada em três níveis, racionalizando o pensamento, sendo eles:

- 1) Uma oposição entre o centro, onde o preço do solo é o mais alto, e a periferia. O papel-chave dos efeitos de aglomeração explica, a nosso ver, a importância dessa “renda de acordo com a localização.
- 2) Uma separação crescente entre as zonas e moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradias populares.
- 3) Um esfacelamento generalizado das “funções urbanas”, disseminadas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas: zonas de escritórios, zona industrial, zona de moradia, etc. É o que a política urbana sistematizou e racionalizou sob o nome de zoneamento.

Ordenadamente, sobre esses três níveis, pode-se interpretar como o primeiro correspondendo à habitação (onde o autor relativiza a questão operária e o “aburguesamento” do centro urbano); o segundo aos equipamentos coletivos (escolas, creches, equipamentos recreativos, esportivos, sociais); e o terceiro nível transporte entre domicílio-trabalho (contrasta a crise dos transportes coletivos para o proletariado e os privilégios “burgueses” do uso do automóvel).

Sobre este último nível de segregação, o autor chama a atenção para a diferença existente entre a distância de localização das habitações dos trabalhadores em relação às áreas residenciais nobres, no que tange à questão da mobilidade urbana, pois o percurso de suas casas aos locais de trabalho realizado diariamente pelas camadas mais pobres, dependente de transporte coletivo urbano, costuma ser consideravelmente maior, dependendo de um lapso de tempo maior no trajeto e maiores custos, contrastando com os indivíduos que residem próximo ao trabalho e se utilizam de transporte individual. Estes são favorecidos com melhores vias de acesso e estruturas para de locomoção.

Contudo, a segregação pode se estabelecer no espaço urbano por meio de fatos objetivos ou subjetivos, e esses fatos podem acontecer de maneira combinada, podendo-se citar como um fator de forma objetiva, onde se acredita que os conjuntos habitacionais edificados afastados da malha urbana sem acesso aos serviços públicos e privados, sem rede de saneamento básico e demais serviços de infraestrutura podem gerar a segregação das famílias que residem nesse espaço e como forma subjetiva, por exemplo, ao construir uma rodovia a qual separa uma parte da cidade da outra, sem dúvidas pode gerar a segregação ou pelo menos induzi-la. Logo, a segregação socioespacial, seja ela objetiva ou subjetiva, não é um processo natural, mas social,

revelador dos campos de luta e ações que por sua vez, movem a sociedade civil (SPOSITO, 2001).

É fato que a segregação espacial pode ser observada não só nos espaços residenciais de uma cidade, mas também nas áreas públicas, pois delimita áreas passíveis de acesso aos diferentes cidadãos.

De certa forma, os espaços, mesmo que públicos, são divididos entre as classes. Uma parte da população tem acesso à "cidade formal", áreas de lazer e outra, a maioria, usufrui os "arredores" da cidade. A organização espacial e o planejamento urbano não permitem um acesso democrático a todos os cidadãos. Este acesso não é controlado de alguma forma pelo poder público, mas se torna real quando calculado o valor que seria despendido por uma família, cuja habitação se localiza nas áreas mais periféricas, no transporte coletivo como forma de se locomover até estes equipamentos e parques infraestruturados, pois se observa que estes se localizam a quilômetros destas residências (BIALECKI, 2008, p. 46)

Observar-se que os fenômenos de periferização e segregação socioespacial estão também atrelados ao conceito de centralidade, se consideradas as distâncias entre dois pontos dentro da cidade, uma vez que podem provocar uma dificuldade de locomoção dos habitantes dentro do espaço urbano, sendo isso considerado como uma das razões de reafirmações de distâncias sociais (SPOSITO, 2001).

Contudo, não se deve olvidar que este conceito de centralidade depende, igualmente, do direito ao acesso, como uma possibilidade de realização um do outro, bem como do acontecer simbólico ou efetivo do que é central, pois o afastamento socioespacial dos habitantes, o qual poderá ser responsável por produzir ou não a segregação, resultará na desigualdade do direito ao acesso à cidade, no sentido em que dificulta sobremaneira a participação efetiva e o compartilhamento do território, experiências e vivências comuns, afetando diretamente a população segregada³⁹.

A produção do espaço urbano contemporâneo traz como característica a segregação, a qual na visão de Carlos, pode ser observada como sendo aquela:

[...] vivida na dimensão do cotidiano (onde se manifesta concretamente a concentração de riqueza, do poder e da propriedade) apresentasse, inicialmente, como diferença, tanto nas formas de acesso à moradia (como expressão mais evidente de mercantilização do espaço urbano), quanto em relação ao transporte urbano como limitação de acesso às atividades urbanas [...] (CARLOS, 2013, p. 127). Além de expressar a desigualdade ao refletir a condição social do local segregado, acaba se configurando também como um entrave para a produção de uma cidade mais justa e equilibrada, contribuindo, contrariamente, para aprofundar ainda mais as diferenças. Diferenças estas que se expressam nas construções, na existência e / ou

³⁹ Ibidem, 2001.

qualidade da infraestrutura, na roupa e até mesmo na rudez ou suavidade dos traços dos rostos dos habitantes⁴⁰

A segregação causa grandes ônus às cidades, mormente em razão de que se considerar que morando em distâncias maiores do centro, as populações que vivem nas periferias gastam mais tempo e dinheiro com o transporte em seus deslocamentos diários, de consequência, possuem péssimas condições de acessos a equipamentos de saúde e educação e, ainda, são infligidos constantemente por fatores extremamente negativos como a violência, preconceitos e estigmas sociais.

O geógrafo Milton Santos refletiu sobre a vulnerabilidade social, afirmando que na maioria das vezes este fator está vinculado à questão da distância e acessibilidade aos centros urbanos e suas facilidades. Consoante expõe o autor, estar distante é sinônimo de ser prejudicado. Segundo ele, “nos países subdesenvolvidos, estar distante é ainda pior; é se condenar a ser pobre. O termo distância deve ser tomado em uma acepção socioeconômica que caracteriza a situação geográfica das periferias; não é uma questão de distância física, mas de acessibilidade” (SANTOS et al. 2004 p. 229).

A segregação pode ser compreendida como um fenômeno urbano, de particularidades que se relacionam à sobreposição de condições de vida inadequadas, sejam elas na escala geográfica e/ou social, visualizadas através dos aparelhos de acesso à moradia, aos serviços e equipamentos urbanos, bem como pelas idiossincrasias locais determinantes dos formatos de apropriação do espaço urbano.

Ademais, os autores Carlos, Villaça e Maricato dialogam levantando uma crítica à forma contemporânea de planejar o espaço urbano e definir o uso e a ocupação do solo por meio de um zoneamento demasiadamente segregador, observe-se:

Os mecanismos que produzem a moradia, no espaço, revelam, como já afirmamos, a extrema segregação decorrente de mudanças profundas no uso, impostas pela necessidade da reprodução do capital, revelando, no plano da prática socioespacial, a fragmentação dos lugares submetidos a funcionalização. Nesta lógica, a casa, tornada mercadoria, tem o sentido estrito da função de moradia. A prática espacial urbana vai manifestando, assim, a extrema separação / dissociação dos elementos de uma vida fragmentada, na separação dos momentos da vida cotidiana, ao separar, cada vez mais, os locais de moradia daqueles de trabalho e criando lugares de lazer na medida em que as ruas dos bairros se esvaziam como lugar de lazer e pontos de encontro (CARLOS, 2007, p. 97-8).

Notadamente, a autora faz uma crítica ao zoneamento como sendo um dos motores da segregação espacial, uma vez que muitos tendem a separar consideravelmente as funções da

⁴⁰ Id., 2007, p. 101.

cidade por setores, cujo fato pode ser relacionado com o terceiro nível de segregação social e espacial estabelecido por Lojkin (1997, p. 189) e delineados nesta pesquisa em linhas antecedentes.

Perfilhando o entendimento de Maricato (2001, p. 114), verifica-se que as leis de zoneamento se apresentam como a expressão mais forte do urbanismo modernista com a “utopia de dirigir ordenadamente o uso e a ocupação do solo, com regras universais e genéricas, separando usos, níveis de circulação, tipologias de edifícios, padrões de ocupação do solo, etc.”. Essa importante ferramenta de gerenciamento do solo urbano deveria ser utilizada para garantir áreas mistas, compostas pela diversidade de moradias de camadas de renda média e de interesse social. Contudo, o que se observa é que na prática não é isso que ocorre, sendo o zoneamento um fator contributivo para restringir o mercado e o acesso à moradia por meio de padrões segregadores (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2013). Ademais, realizando uma análise dos mapas de zoneamento da maioria das cidades brasileiras, percebe-se que este é a ferramenta “legal” onde se apresentam e conflitam os interesses antagônicos de uma sociedade de classes que reflete, geralmente, em um instrumento segregador de camadas sociais na disputa por localizações no solo urbano.

O zoneamento propõe e delimita áreas de interesse social em áreas afastadas dos centros urbanos, insuficientes quanto à sua infraestrutura, onde o preço da terra é relativamente mais barato quando comparado as áreas centrais. Dessa feita, automaticamente, segrega uma parcela da população, a qual não dispõe de recursos financeiros para permanecer no centro ou em áreas melhor assistidas por equipamentos públicos e outras facilidades.

Sobre esse fenômeno, Ribeiro (2007, p. 34) destaca que não se trata apenas de segregação espacial, mas, “além desta concentração de certo segmento da população em território definido, também, é instituída sua inferioridade, desclassificação e imobilidade social”. Além de expressão da desigualdade e marginalização, a segregação também é agente produtora das mesmas. É possível observar como esse processo ocorre:

A ilegalidade na provisão de grande parte das moradias urbanas (expediente de subsistência e não mercadoria capitalista) é funcional para a manutenção do baixo custo de reprodução da força de trabalho, como também para um mercado imobiliário especulativo (ao qual correspondem relações de trabalho atrasadas na construção), que sustenta sobre a estrutura fundiária arcaica (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2013, p. 147-48).

Em síntese, o que se tem na prática são áreas de interesse social longínquas das áreas centrais definidas pelo zoneamento municipal, essas áreas disponibilizam terra barata para

produção de moradias populares. Os produtores do espaço urbano buscam baixo custo para a reprodução da força de trabalho, por isso, edificam conjuntos habitacionais em áreas urbanas segregadas muitas vezes carentes de infraestrutura urbana e de equipamentos de uso comunitário, naturalmente com valor mercadológico reduzido. Assim, é possível produzir moradias com baixo valor de mercado.

De acordo com os dados do último censo demográfico do IBGE, realizado no ano de 2010, 6% da população do país, num total de 11.425.644 pessoas, constatou-se que morava em aglomerados subnormais, distribuídos em 3.224.529 domicílios particulares ocupados, representando 5,6% do Brasil (IBGE, 2010).

Essa ilegalidade não é fruto de lideranças subversivas que querem afrontar a lei. Ela é resultado de uma urbanização que segrega e exclui, pois apesar do processo de urbanização do Brasil ter se dado basicamente no século XX, ele conserva suas raízes da sociedade patrimonialista e assistencialista (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2013, p. 155). Algumas características desse processo são:

- a) Industrialização com baixos salários, mercado residencial restrito: O custo de reprodução da força de trabalho não inclui o custo da mercadoria *habitação*, fixado pelo mercado privado. Em outras palavras, o operário da indústria brasileira [...] não ganha o suficiente para pagar o preço da moradia fixado pelo chamado mercado formal. A situação é frequentemente mais precária em se tratando de relações de trabalho também precárias. O acesso ao financiamento é quase impossível. No Brasil, onde jamais o salário foi regulado pelo preço da moradia, mesmo no período desenvolvimentista, a favela ou o lote ilegal combinado à autoconstrução foram partes integrantes do crescimento urbano sob a égide da industrialização. O consumo da mercadoria *habitação* se deu, portanto, em grande parte, fora do mercado marcado pelas relações capitalistas de produção⁴¹.
- b) As gestões urbanas (prefeituras e governos estaduais) têm uma tradição de investimentos regressivos: As obras de infraestrutura urbana alimentam a especulação fundiária e não a democratização do acesso à terra para moradia. Proprietários de terra e capitalistas das atividades de promoção imobiliária e construção são um grupo real de poder e de definição das realizações orçamentárias municipais⁴².

Portanto, ainda não se trata apenas de melhorar os bairros com maior renda, mas, de investir segundo a lógica da geração e captação das rendas fundiária e imobiliária, tendo como consequência a elevação dos preços das terras e dos imóveis. A escassez das moradias e a segregação territorial são produtos de um mercado que, entre outras coisas, vende o cenário como signo de distinção, ao invés de priorizar o caráter público e essencial em uma cidade com

⁴¹ Ibidem, 2013, p. 155.

⁴² Ibidem, 2013, p. 157.

carências. O governo municipal investe, muitas vezes, de acordo com interesses privados e agentes do mercado imobiliário⁴³.

Por oportuno, convém reafirmar o compromisso de qualquer planejamento urbano de situar centralmente em sua essência a questão da moradia social e dos transportes públicos urbanos. Nessa seara, uma observação se faz necessária, o uso do solo, a moradia social e os transportes públicos urbanos são indissociáveis para uma gestão do solo que se objetive em melhorar a qualidade ambiental urbana, especialmente, quanto a condições de saneamento e drenagem⁴⁴. Dito isso, observe-se:

Terra urbana significa terra servida por infraestrutura e serviços (rede de água, rede de esgotos, rede de drenagem, transporte, coleta de lixo, iluminação pública, além dos equipamentos de educação, saúde etc.). Ou seja, a produção da moradia exige um pedaço de cidade e não de terra nua. Há a necessidade de investimentos sobre a terra para que ela forneça condições viáveis de moradia em situação de grande aglomeração. Como esses investimentos conferem renda aos proprietários fundiários e imobiliários, a disputa pelas localizações e pelos investimentos públicos nas cidades é crucial. Os dados de exclusão territorial fornecidos pelas favelas e loteamentos ilegais mostram que a terra urbanizada é um elemento-chave na política urbana e habitacional. (MARICATO, 2001, p.119).

Portanto, a segregação urbana não é um *status quo* inalterável. É, pois, uma guerra social incessante, na qual o Estado intervém diretamente em nome do “progresso”, do “embelezamento” e até da “justiça social” para os menos favorecidos, com o objetivo de redesenhar as fronteiras espaciais em benefício dos proprietários de terrenos, investidores, a elite, e os trabalhadores da classe média (DAVIS, 2006, p. 105).

Posto isso, assevera-se que:

A desigualdade socioespacial, as formas e conteúdos de segregação, a hipercarência que assola os trabalhadores, moradores das áreas segregadas, produto do sucesso do modo de produção capitalista, criam, contraditoriamente, os conflitos sociais. São os que produzem a riqueza, mas dela são excluídos, que se organizam para lutar pelo direito à cidade (RODRIGUES, 2007, p. 85).

Logo, se observa que a dialética da produção espacial se reflete na lógica desigual da produção da moradia, o que se dá em decorrência do poder representativo da sociedade em “fingir” prestar apoio à classe social menos abastada, quando na verdade redesenha as fronteiras espaciais em favor dos grandes capitalistas, atualizando os meios de segregação espacial. Isso pode ser notado se observando o deslocamento entre casa-trabalho, as elevadas tarifas e a

⁴³ Ibidem, 2013, p. 158-59.

⁴⁴ Ibidem, 2013, p. 185.

péssima qualidade do transporte coletivo urbano, fatores que indicam que este fenômeno tende a permanecer mesmo com a construção de novos padrões de moradias. Ademais, para a população de baixa renda, deve-se ter em mente que políticas públicas isoladas não resolvem de forma efetiva os problemas urbanos históricos, é preciso fazer mais e melhor.

Com efeito, as considerações aqui elaboradas são primordiais para o estudo do problema do direito à cidade e a segregação socioespacial, visto que, no que tange aos processos espaciais e o aprofundamento das desigualdades, se recorre a compreensão acerca do papel do mercado imobiliário e do Estado, reestabelecendo processos de desigualdade e pobreza que se acentuam a partir de políticas públicas específicas, a exemplo, a política habitacional.

3.6 O ESTADO CAPITALISTA, SUAS INTERFERÊNCIAS E O PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS E HABITACIONAIS

Percorreu-se até aqui uma análise detida na qual se revela o Estado como um importante agente que desempenha múltiplos papéis na produção do espaço urbano, por meio de ações diretas ou indiretas. Ele atua através dos processos de planejamento, zoneamento, formulação e sancionamento de políticas públicas, leis, códigos, regras e regulamentos, definindo a alocação de recursos no espaço, como exemplo, para construção de vias, infraestruturas, e ainda, atuando como promotor imobiliário, sendo detentor de glebas e investindo na produção de moradias. No momento em que regulamenta o uso do solo e direciona as infraestruturas, o Estado interfere ativamente no preço da terra e na sua valorização.

Assim, Corrêa (2012), afirma que a atuação do Estado está inserida em um dado contexto econômico, político e social e não é independente deste. Logo, está permeada de interesses privados. Nesse sentido, a presente seção tem como premissa compreender de forma sintetizada o modo de produção das políticas públicas urbanas e a atuação do Estado frente à sociedade de classes, por meio do campo teórico neomarxista, o qual centraliza o papel desempenhado pelos interesses de classe para determinação das ações do Estado.

Para sistematizar essas ideias, destaca-se como base o autor francês Nicos Poulantzas e Martin Carnoy, em seu livro “Estado e Teoria Política”, que, conectado com autores terciários apresentam e se posicionam frente à corrente de pensamentos de autores clássicos ligados a vertente de estudo.

A principal preocupação de Poulantzas era construir uma teoria marxista sobre o Estado capitalista, baseando-se, em um primeiro momento, na obra de Althusser. O autor afirma que o

Estado tem um caráter de classe não porque ele é apropriado diretamente pela classe dominante, mas, porque ele é atravessado por relações de poder que são estabelecidas dentro de uma sociedade de classe.

Destarte, propõe-se considerar o Estado não com uma superestrutura independente do sistema capitalista o qual faz parte, mas como um agente que sofre constantes influências do meio em que está inserido, refletindo as contradições existentes em uma sociedade capitalista.

Logo, as ações do Estado não se reduzem à vontade política de seus dirigentes ou da fração hegemônica no poder. Ambas articulam-se visando a reprodução da força de trabalho ampliada aumentando a mais-valia relativa, o Estado tenta mudar as relações de produção porque essa é a condição para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho. Suas ações que não são neutras e não são dirigidas por uma vontade específica visam acima de tudo, manter o próprio capitalismo (SILVA; SOUZA, 2017).

O Estado capitalista tem um caráter verdadeiramente político, tem estruturas objetivas específicas e relativamente autônomas em relação à economia. A especificidade desse Estado é identificada à separação entre Estado e sociedade civil. A autonomia da estrutura do Estado é exteriorizada pelo caráter de universalidade manifestado pelo conjunto de valores constitutivos desse Estado: igualdade e liberdade, tal como em princípios estruturais que se referem as lutas de classes e o lugar que elas ocupam no modo de produção capitalista. Essa universalidade dos valores faz a mediação entre a base econômica e a superestrutura jurídico-política e ideológica.

Nas seções anteriores, o trabalhou-se com o conceito de que o espaço *a priori* é tido como uma dimensão da reprodução social, sendo que nesse ponto, foi necessário resgatar e aliar a este conceito, as leituras e o entendimento acerca dos pensamentos de Poulantzas, a fim de compreender o conceito de formação social. O autor define e apresenta este conceito como a existência concreta e simultânea de vários modos de produção de um dado local com a predominância de alguns deles.

Neste sentido, é possível entender as formações sociais como sendo “os lugares efetivos de existência e de reprodução dos modos e formas de produção” que “comportam vários modos de produção, em uma articulação específica” e ainda, “estes modos de produção só existem e se reproduzem em formações sociais historicamente determinadas” (POULANTZAS, 1978, p. 23-4). Toda formação social em sua base preponderante tem uma regulação última no campo econômico, e se tratando de uma formação social capitalista, o que vigora são as relações de produção em que o trabalhador, afastado dos meios de produção é livre para negociar sua força de trabalho no mercado e logo, se torna instrumento para o capital.

Assim sendo, impõe-se afirmar que toda formação social se constitui pela luta de classes, opondo burguesia e proletariado, sendo que “classes sociais são conjunto de agentes sociais determinados principalmente, mas não exclusivamente, por seu lugar no processo de produção, isto é, na esfera econômica”⁴⁵. As classes sociais podem instantaneamente ser associadas ao conflito, uma vez que por sua essência cada uma delas busca seus interesses específicos, contrariando aos interesses de outras classes.

É nesse sentido que se afirma que uma classe social se estabelece pelo seu conjunto nas práticas sociais, ou seja, pelo seu lugar no processo de produção, pelas ações políticas que toma e pela sua ideologia. Um conjunto de agentes sociais se define como classe social ao passo em que sua unidade atravessa as esferas econômica, política e ideológica.

A particularidade fundamental do modo de produção capitalista é a separação entre a esfera econômica e política. A divisão entre trabalho manual e intelectual, a individualização, o direito e a constituição da nação são os elementos fundamentais para o pleno funcionamento do Estado e para o deslocamento da luta de classes da esfera econômica para a esfera política (AMÂNCIO; AMÂNCIO; AMÂNCIO, 2006).

Por este motivo, as grandes medidas políticas-econômicas são tomadas pelo Estado e não pelo próprio capital, pois, entregues à uma determinada fração do capital poderia prejudicar o capital como um todo ou ainda, utilizá-lo em benefício próprio, em detrimento de outras frações, o que faria com que aumentasse as contradições internas no *bloco no poder* (SILVA; SOUZA, 2017).

Nesse sentido, Carnoy (1988, p. 69)⁴⁶ entende o Estado e esclarece que sua atuação junto à sociedade não é neutra. Para o autor “o Estado tem suas origens na necessidade de controlar os conflitos sociais entre os diferentes interesses econômicos e que esse controle é realizado pela classe economicamente mais poderosa na sociedade”. Percebe-se que o Estado capitalista é uma resposta a uma necessidade de mediar os conflitos de classes e manter uma certa “ordem” a qual reproduz o domínio econômico da burguesia⁴⁷, nele estão entremeadas as contradições da formação social, que é o antagonismo entre as classes sociais. O Estado, em última instância, impede que se aniquilem as classes sociais, o que significa dizer que impede a destruição de uma formação social.

⁴⁵ Ibidem, 1978, p. 13-4.

⁴⁶ Ao estudar Frederich Engels em: A origem da família, da propriedade privada e do Estado (1981).

⁴⁷ Ibidem, 1988.

O estado não é, pois, de forma alguma, um poder imposto à sociedade de fora para dentro; tampouco é a “realização da ideia moral” ou “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes, um produto da sociedade num determinado estágio de desenvolvimento; é a revelação de que essa sociedade se envolveu numa irremediável contradição consigo mesma e que está dividida em antagonismos irreconciliáveis que não consegue exorcizar. No entanto, a fim de que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos conflitantes não se consumam e não afundem a sociedade numa luta infrutífera, um poder, aparentemente acima da sociedade, tem-se tornado necessário para moderar o conflito e mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, surgido da sociedade, mas colocado acima dela e cada vez mais se alienando dela, é o Estado... Na medida em que o Estado surgiu da necessidade de conter os antagonismos de classe, mas também apareceu no interior do conflito entre elas, torna-se geralmente um Estado em que predomina a classe mais poderosa, a classe econômica dominante, a classe que, por seu intermédio, também se converte na classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e a exploração da classe oprimida. O estado antigo era acima de tudo, o estado dos proprietários de escravos para manter subjugados a estes, como o Estado feudal era o órgão da nobreza para dominar os camponeses e servos, e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado (ENGELS, 1981, p. 195-96 *apud* CARNOY, 1988, p. 69-70).

Do exposto, extrai-se que o estado representa o braço repressivo da burguesia, e a sua ascensão para manter sob controle os antagonismos de classe não apenas descreve a natureza de classe do Estado, mas sua função repressiva, que diante do sistema capitalista serve a classe burguesa dominante (CARNOY, 1988, p. 70). Contudo, é necessário perceber o Estado para além de um mero instrumento da classe burguesa.

“O estado surge, então na medida em que as instituições necessárias para realizarem as funções comuns da sociedade, exigem, para preservar a sua manutenção, a separação do poder de coerção em relação ao corpo geral da sociedade” (DRAPER, 1977, p. 250 *apud* CARNOY, 1988, p.70). Numa formação social na qual o modo de produção capitalista é dominante, as funções do Estado dizem respeito aos níveis da economia, da ideologia e da política. Nesta perspectiva, tem-se que:

No nível da economia, a função do sistema jurídico é, em geral, organizar o processo de produção, regulamentar contratos de compra e venda da força de trabalho e regular as trocas capitalistas. No nível ideológico, o Estado estabelece normas para os sistemas de educação, de comunicação e de informação no âmbito nacional. E no político, a função do Estado consiste na manutenção da ordem política no conflito entre as classes. Essas funções não podem ser apreendidas se não estiverem inseridas no papel político global do Estado: a manutenção da unidade de uma formação social no interior da qual se dá a dominação de uma classe sobre as outras. Dessa forma, as funções do Estado na economia e no ideológico não são técnicas e/ou neutras, mas sim constituem funções políticas na medida em que visam à manutenção da unidade da formação social (HERNANDEZ; BUGIATO, 2008, p. 9).

A função do Estado como mantedor da unidade de uma formação social capitalista é o objetivo da burguesia, uma vez que a conservação das relações sociais é o que confere unidade

à classe, aliada à sua operação ideológica que “consiste no fato de tentar impor, ao conjunto da sociedade, um ‘modo de vida’ através do qual o Estado será vivido como representante do ‘interesse geral’ da sociedade, como detentor das chaves do universal, face a ‘indivíduos privados’” (POULANTZAS, 1977, p. 209). Isso construí como força social.⁴⁸

Ainda que o Estado seja um instrumento da burguesia, há razões nos pensamentos de Poulantzas (1985), ao afirmar que o Estado abarca todas as classes sociais. No interior do estado há fissuras, por onde podem conflitar os interesses antagônicos. Logo, o Estado capitalista “representa não diretamente os interesses econômicos das classes dominantes, mas os seus interesses políticos: ele é o centro de poder político das classes dominantes na medida em que é o fator de organização da sua luta política”.⁴⁹ Garantir a dominação de classe faz parte da função do Estado, pois ele, por si só, como instituição, não possui poder próprio.

Contudo, impõe-se ressaltar que “poder” para Poulantzas, é a capacidade de uma classe social realizar seus interesses. Desse modo, a burguesia se organiza politicamente e segue em busca de satisfazer seus objetivos por intermédio de políticas do Estado, sejam elas econômicas, sociais, etc., cuja estrutura exerce poder necessário para a manutenção da unidade de formação social dividida por classes e alicerçado aos interesses da burguesia (HERNANDEZ; BUGIATO, 2008, p. 11).

Poulantzas, entretanto, considera a existência de autonomia do Estado capitalista em relação às classes dominantes, criticando a visão marxista instrumentalista de Estado, manipulado apenas por interesses da classe dominante. Assim descreve o autor:

Por autonomia relativa deste tipo de Estado, entendo, aqui, não diretamente a relação das suas estruturas com as relações de produção, mas a relação do Estado com o campo da luta de classes, em particular a sua autonomia em relação às classes ou frações de bloco no poder e, por extensão, aos seus aliados ou suportes. [...]. Espero, por isso mesmo, marcar nitidamente a distância que separa esta concepção do Estado de uma concepção simplista e vulgarizada, que vê no Estado o utensílio ou o instrumento da classe dominante. Trata-se, pois de [...] demonstrar que a concepção do Estado em geral como simples utensílio da classe dominante, errônea na sua própria generalidade, se revela particularmente inapta para apreender o funcionamento do Estado capitalista (POULANTZAS, 1977, p. 252).

Seguindo essa linha de pensamento, o Estado capitalista hegemônico em seu nível político, retrata a relação entre os interesses das classes dominantes com os das classes

⁴⁸ O conceito de força social indica as classes ou frações de classe que efetivamente contam numa dada conjuntura. Poulantzas (1977) faz referência a uma classe ou fração de classe que, dada a sua existência no nível da economia, efetivamente produza efeitos pertinentes no processo político, graças a sua organização e ação política autônomas e a força de inculcação de sua ideologia (HERNANDEZ; BUGIATO, 2008).

⁴⁹ Id., 1977, p. 186.

dominadas, tornando-se o fator de coesão e estrutura na qual se condensam as contradições de diversos níveis da formação.

Com relação à hegemonia, Carnoy (1988, p. 132) explica que para Poulantzas “(a) como os interesses políticos da classe dominante se constituem como representativos do "interesse geral" do corpo político, e (b) como as frações da classe dominante se compõem num "bloco no poder", que reunifica os capitais concorrentes numa classe dominante e "controla" o Estado”.

Ambas as definições apresentadas sobre o conceito de hegemonia estão correlacionadas com a função de unidade política exercida pelo Estado capitalista. Contudo, deve-se compreender que “(...) o Estado capitalista sempre deve deter uma autonomia relativa frente a tal ou qual fração do bloco no poder, a fim de assumir seu papel de organizador político do interesse geral da burguesia, sob a hegemonia de uma dessas frações” (POULANTZAS, 1984, p. 68). Essa autonomia relativa é responsável por permitir que o Estado cumpra seus dois papéis básicos: organizar as classes dominantes e desorganizar as classes dominadas para que desse modo possa reproduzir as relações de produção capitalistas.

A burguesia não é uma classe homogênea, mas sim, uma classe composta de um complexo fracionamento. Suas fragmentações econômicas se dão pelo setor da economia em que atuam, por exemplo, burguesia agrária, industrial, bancária, assim como pela concentração e centralização do capital, seja ele monopolista ou não-monopolista, dentre outros aspectos (HERNANDEZ; BUGIATO, 2008).

Noutro vértice, o conceito de bloco no poder tende a explicar as relações entre as frações da burguesia e o Estado capitalista. O bloco no poder é uma unidade contraditória das frações da classe burguesa em torno de objetivos gerais, que se refere à manutenção das relações de produção capitalistas. Entretanto, essa unidade não elimina os objetivos particulares de cada fração. O bloco no poder não é um acordo político explícito, mas uma comunidade de interesses dos proprietários dos meios sociais de produção (representantes de várias frações da classe burguesa – capital monopolista e não monopolista, assim como, também, outras classes como os proprietários de terra). A unidade é garantida pelo interesse universal das frações de governar direta ou indiretamente o Estado, procedendo com que este atenda seus interesses. Contudo, há claro, contradições internas ao bloco no poder. O Estado se apresenta como fator de unidade política do bloco no poder⁵⁰.

Nesse aspecto, evidencia-se que há prevalência da hegemonia na articulação do bloco no poder. Essa hegemonia que é conquistada por determinada fração, a qual é capaz de fazer

⁵⁰ Ibidem, 2008.

prevalecer seus interesses no interior do bloco. Noutras palavras, é a capacidade da fração de obter privilégio dos benefícios da política econômica⁵¹ do Estado. Contudo, pode-se destacar que no bloco no poder não ocorre uma repartição do poder do Estado, pois a relação existente entre Estado capitalista e as frações sucede no sentido da sua unidade política sob a égide de uma fração hegemônica.

Assim, o Estado, para Poulantzas, é uma “arena de lutas” onde se inscrevem e se condensam as lutas de classe. Ao Estado cabe, portanto, uma função de organização e mediação das classes sociais em disputa, o que termina em constituir uma unidade conflitual de aliança de poder e de um “equilíbrio instável” dos compromissos entre seus componentes (POULANTZAS, 2015 *apud* BUONFIGLIO, 2015, p. 58).

Por tal razão, considera-se o fato de que o Estado capitalista só pode atender verdadeiramente à classe dominante, até o ponto em que seja relativamente autônomo em relação às várias frações dessa classe, com vistas justamente a se tornar capaz de organizar a hegemonia do conjunto da classe.

Tomando como ponto de partida a estruturação do Estado por meio das relações de classe, cabe reafirmar que o Estado não pode se constituir como um único bloco monolítico, sem fissuras internas. Nisso, as contradições de classe “revestem precisamente a forma de contradições internas entre os diversos ramos e aparelhos do estado, e no interior de cada um deles, ou cada segmento de cada um, frequentemente, constitui a sede e o representante privilegiado de tal ou qual fração do bloco no poder” (POULANTZAS, 1984, p. 70). A aparelhagem do Estado se faz necessária justamente para medir tais divergências e o estabelecimento de compromissos. “As classes e frações dominantes se constituem no Estado mediante aparelhos ou setores que, certamente sob a unidade do poder de Estado da fração hegemônica, não deixam de cristalizar poder próprio dessas classes e frações”⁵².

Notadamente, isso revela que o papel do Estado diz respeito à sua concepção de que o mesmo não age apenas no estabelecimento das relações de produção e na reprodução das relações de classe, de forma negativa, ou seja, por seus aparatos repressivos ou ideológicos. O Estado é também dotado de uma ação positiva “ele cria, em certa medida, o próprio real e atua nas condições da reprodução e atua no atendimento das demandas das lutas populares, no limite, ele intervém na economia e produz políticas e serviços”. Este conceito que se apresenta, reduzindo o Estado aos seus aparelhos ideológicos e repressivos nos leva a pensar numa lógica

⁵¹ A política econômica do Estado provoca a constituição das frações e ao mesmo tempo indica a posição delas no interior do bloco.

⁵² Id., 2015, p.145.

de auto reprodução da economia, muito próxima à concepção liberal (AMÂNCIO; AMÂNCIO; AMÂNCIO, 2006, p. 6).

O Estado tem um papel de organização dos próprios interesses dos capitalistas. Portanto,

[...] se apresenta como uma unidade básica social com território definido e com uma nação constituída pela coletividade que habita determinada localidade, genericamente entendida como um povo. Atualmente, a principal forma de organização política dá-se por meio do Estado Moderno. A sociedade civil, legitimadora e financiadora do Estado, o credencia a administrar as questões mais importantes do convívio social e, em nome da ordem, concede também a ele o direito de ser a única instituição a poder fazer o uso legítimo da força física conforme destacou Max Weber (ALBINO, 2016 *apud* SILVA et.al p. 26).

Assim, viu-se até aqui que o Estado, permeado em suas estruturas e aparelhos pela classe dominante bem organizada, mantém sua hegemonia. Contudo, ele se estrutura sob o fundamento de manter a coesão social, garantir a propriedade privada do sistema capitalista entre outros direitos coletivos, voltado à garantia do bem-estar social, assistindo as classes dominadas por meio de políticas públicas as quais “tem como função” manter à produção e a reprodução das relações sociais.

Busca-se, então, refletir sobre o vocábulo política, que por si só é um termo complexo, amplamente discutido no campo da ciência e empiricamente conhecido por todos. Para o filósofo e cientista Max Weber (1979) a etimologia da palavra política tem sua origem enraizada na palavra “polis”, sendo que a prática política expressa a participação no poder entre Estados ou entre grupos do Estado, constituindo uma luta interna, a distribuição do poder e dominação. Segundo ele, essas definições nos permitem aferir que o processo civilizatório, a qualidade de vida e o crescimento urbano são questões centrais para as políticas públicas.

Para melhor compreender e definir política e política pública, recorre-se aos ensinamentos de Melazzo (2010 p. 11). Sobretudo, para ele, política é um conceito abrangente, podendo ser compreendido enquanto uma ciência dos fenômenos referentes ao Estado, um sistema de regras que direcionam a máquina pública. Genericamente, refere-se à arte de governar os povos, ou ainda ao ato de pessoas e ou grupo de pessoas estarem presentes e participantes de ações que visam manter, melhorar ou modificar dada realidade, estas sempre atreladas a um espaço geográfico e histórico, pressupondo movimento e constante renovação.

Nesse sentido, destaca-se que a atividade política de um Estado “é a forma de responder a um conjunto de necessidades da vida social de uma determinada comunidade, localidade, cidade, estado, país”, visando atender uma série de objetivos dados a partir da vida coletiva de

um povo ou de um determinado segmento social (OUTHWAIRE; BOTTOMORE, 1996 *apud* MELAZZO, 2010 p. 11).

As políticas públicas podem ser compreendidas como um campo de investigação da ciência política, ou ainda como O'Donnell (1986) as vê, como sendo um conjunto de ações e omissões que manifestam uma determinada modalidade de intervenção do Estado em relação a um problema que desperta a atenção, o interesse e a aliança de outros atores da sociedade civil.

A produção da política se constitui no interior da esfera pública, a qual é definida como uma arena de lutas onde “são estabelecidos conflitos em torno de diferentes alternativas possíveis” e onde é disputada “fundamentalmente, a visão de mundo que informa a ação sobre a realidade” (MELAZZO, 2010, p. 18). Nesta acepção, numa exímia perspectiva, o autor relaciona a produção das políticas públicas à arena de lutas de Poulantzas (2015), dando forma à esfera pública como ambiente conflituoso da produção das políticas sociais. Desse modo, de acordo com seus conceitos:

A política pública apenas pode ocorrer no seio da esfera pública quando os interesses privados divergentes da arena de lutas e as “linhas de ação particulares” convergem em decisões e ações públicas que se institucionalizam. Assim, só se justificaria o uso desta expressão “política pública”, quando se aproxima dos interesses de uma coletividade, extrapolando os limites de proveitos particularistas ou mesmo individuais, na medida em que deve ser expressão de um debate público, aberto à participação de interesses contraditórios dos interessados diretos ou indiretos. Por sua vez, os atores devem possuir graus de legitimidade, conferidos pelo processo político para sua formulação e execução. (...) ou seja, as políticas para que sejam efetivamente públicas, pressupõem a participação democrática como seu requisito fundamental e (...) pressupõem um entrelaçamento entre agentes sociais com sua própria visão de mundo, o que, por sua vez, decorre de sua posição na estrutura social, particularmente em suas dimensões econômicas e políticas⁵³.

Não se pode finalizar a conceituação de políticas públicas sem antes reafirmar que este conceito pode expressar diferentes dimensões dos processos que envolvam o Estado e suas intervenções e determinações sobre uma dada realidade, ou ainda, sobre a incorporação a mecanismos e estruturas de tomadas de decisões e implementação de ações, as quais estão sujeitas a controles sociais⁵⁴.

Essas relações configuram a forma como tais políticas são planejadas, instituídas e operacionalizadas. A respeito do tema:

No que tange às políticas públicas, podemos dizer que elas foram concebidas no seio da teoria liberal moderna, cujos pressupostos se baseiam no bem-estar e na igualdade

⁵³ *Ibidem*, 2010, p. 13-4.

⁵⁴ *Ibidem*, 2010, p. 12.

que constituem pré-requisito indispensável ao exercício pleno da cidadania. Dessa forma, o Estado deveria assumir a responsabilidade de promover, regular e redistribuir essas políticas, assegurando a universalidade e contemplando a coletividade, como característica de importância singular na concretização dos direitos (SILVA; CASTRO, 2008, p.19).

Neste ponto de vista, Souza (2006, p. 25) é bastante assertivo ao afirmar que “as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade”.

Com efeito, as políticas públicas são desenhadas a partir do relacionamento e dos interesses existentes entre várias camadas da sociedade, onde se destinam recursos públicos para determinadas políticas, seja ela voltada à saúde, educação, lazer, habitação, entre outras importantes áreas. Ademais, sua implementação nas sociedades capitalistas está sujeita à constantes interferências de cenários macroeconômicos de crise ou de estabilidade.

De tal modo, as políticas públicas envolvem uma escolha consciente e com algum nível de racionalidade e objetividade. Logo:

(...) toda política pública se constitui como uma opção dentre um número finito de opções/possibilidades. Porém, como opção política, isto é, que envolve conflitos de interesses, seu desenho final é, na maioria dos casos, uma combinação e uma ponderação de diferentes opções, que passam pelo crivo da objetividade. (MELAZZO, 2010, p. 15).

O Estado, portanto, assume a responsabilidade de promover, regular e redistribuir políticas, assegurando a universalidade e contemplando a coletividade. Assim, “da influência keynesiana e fordista, o planejamento incorporou o Estado como a figura central para assegurar o equilíbrio econômico e social e um mercado de massas” (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2013, p. 126).

Inerente à formação das políticas públicas, faz-se necessário explicitar que:

A formulação de uma política pública emerge, inicialmente, dos anseios da sociedade e requer, necessariamente, a mobilização de diversos sujeitos, tanto da sociedade civil quanto do Estado. Por meio da discussão e argumentação fundamentadas em ideias, identificam-se os diversos interesses de um determinado segmento da sociedade, constituindo-se em um movimento de luta constante para a garantia da inclusão de suas reivindicações na agenda política, para que, posteriormente, possam ser regulamentadas como políticas públicas. Na sequência, busca-se instituí-las desenvolvendo ações para a efetivação e garantia dos direitos (SILVA; CASTRO, 2008, p. 20).

A ideia de que assumindo um posicionamento democrático e igualitário e considerando o povo não mais como um simples objeto sobre o qual o Estado tem poder, mas como

constituintes da estrutura do próprio Estado, converge com o conceito formulado por Antônio Gramsci de “Estado ampliado/integral”, como sendo aquele Estado que se estende para além dos aparelhos estatais, compondo-se com a sociedade civil em uma rede de instituições e normas sociais (BUONFIGLIO, 2015 p. 56). Ao elaborar a concepção de “estado ampliado” o autor propaga a grandeza e a complexidade existente nessa terminologia, expondo:

Permanecemos sempre no terreno de identificação de Estado e de governo, identificação que não passa de uma representação de forma econômico-corporativa, em outras palavras, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, pois é necessário salientar que a noção geral de Estado inclui elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido poder-se-ia dizer que o Estado = sociedade política + sociedade civil, em outras palavras, a hegemonia garantida pela couraça da coerção (GRAMSCI *apud* CARNOY, 1988, p. 98).

Como visto, Gramsci faz a incorporação de sociedade política com a sociedade civil, não por buscar coerência em suas ações, mas no intuito de obter uma hegemonia, mesmo que seja revertida de coerção. A propósito das definições de Gramsci, Buonfiglio (2015, p. 56) discorre que: “A hegemonia é o conceito chave, pois é o exercício da ideologia da classe dominante; é o meio pelo qual a classe dominante conquista o consentimento das massas populares para sua dominação social”.

Ao discutir a noção de Estado e a sua função com relação às políticas públicas, Poulantzas avança com relação ao ponto de vista de Gramsci. Para ele o Estado atua na redução da competição entre as classes dominadas isolando cada um de seus membros em seu espaço individual, porém, mantendo a legitimidade aos olhos das classes dominadas, testemunhando ser uma força unificadora e representativa dos interesses gerais do povo. Em síntese “o Estado é a condensação material das relações de força [...] entre classes e frações de classes” (POULANTZAS, 2015, p. 30).

Eis que “a noção da esfera pública transcende a forma estatal ou privada, uma vez que remete à adoção de novos mecanismos de articulação entre Estado e sociedade civil, permitindo superar perspectivas que identificam o estatal com o público e o privado com o mercado”. Ainda que as políticas públicas tenham suas promoções via Estado elas não são exclusivas dele, visto que em seu trâmite diversos interesses se manifestam. É o caso das lutas de classe que acirram a disputa por suas ideias. Todavia, muitas vezes o que prevalece são os interesses de indivíduos privados (SILVA; CASTRO, 2008, p. 22).

Entretanto, ressalta-se que o Estado desenvolve políticas públicas não somente por jogos de interesses da classe dominante, surgem também por meio da sociedade, que uma vez organizada, busca respostas e compromissos com parte de seus representantes legais.

Introduzida a discussão sobre o Estado e as políticas públicas, o estudo se direciona para as políticas públicas urbanas, visto que o objeto da presente pesquisa engloba um empreendimento edificado sobre as bases do Programa Minha Casa Minha Vida – (PMCMV), fruto de uma política pública urbana.

Nesse sentido, a abordagem ficará voltada à questão inerente à promoção de políticas públicas urbanas voltadas ao mercado da habitação de interesse social, o déficit habitacional e o déficit de infraestrutura brasileiro, assim como o fato de serem resultantes de um processo de urbanização desigual e excludente e que pode ser correlacionado à história do crescimento urbano das cidades, atrelado à falta de enfrentamento eficiente do poder público diante do surgimento de necessidades sociais relacionadas à habitação e à cidade.

3.6.1 A relação das políticas públicas urbanas (no contexto brasileiro) e a construção de moradias na cidade contemporânea

A presente subseção tem como premissa abordar, ainda que sucintamente, o papel das políticas públicas na produção da moradia e como a efetivação desta política implantada em escala local, nas cidades, utilizando como suporte analítico uma linha do tempo esquemática que traz as principais ações políticas e governamentais que interferiram direta ou indiretamente o meio urbano no período compreendido entre o ano de 1937 até 2019.

No que atine à questão da moradia, será abordada a criação do Banco Nacional de Habitação - (BNH) no ano de 1964, a desarticulação da política urbana, até então chegar na criação do Ministério das cidades - (MCidades) no ano de 2003, quando toma posse o Presidente Luís Inácio Lula da Silva – (LULA), em cujo momento se inicia a era de governança do Partido dos Trabalhadores - (PT). Por fim, será abordada a criação e a implementação do PMCMV.

Abordando a questão do acesso à moradia no mercado capitalista, traz-se a seguinte definição:

“A escassez de moradia é percebida como manifestação da desigualdade implantada pelo capitalismo enquanto sistema de produção. É um fenômeno que cresce paralelamente ao exército industrial de reserva, sendo ambos benéficos para o processo de acumulação, na medida em que o capitalismo cria, como condição

necessária à sua expansão, a existência de uma classe que não tenha outra coisa para vender a não ser sua força de trabalho” (SILVA, 1989, p. 31).

Nesta lógica, ao estudar a relação entre as cidades e o desenvolvimento capitalista Harvey (2014), revela acreditar que a cidade tradicional foi morta pelo desenvolvimento capitalista descontrolado, movido pela necessidade interminável da sociedade em dispor de acumulação de capital, o que resultou nos cenários urbanos vivenciados na atualidade, onde há cidades com um crescimento urbano interminável e desordenado, com impactos e consequências sociais, ambientais e políticas.

O contexto revela as especificidades dos embates entre poderes, interesses e demandas sociais. Assim, com o advento do capitalismo a moradia foi transformada em propriedade, e não em um bem comum. Nisso, não pode mais ser apropriada por todos deslocando a discussão para o campo das intervenções estatais. Nesse sentido, retoma-se a exposição feita no início deste trabalho, com relação ao art. 6º da Constituição Federal – (CF), que trata das políticas públicas a dos direitos sociais.

Propõe-se neste momento, abordar das políticas públicas urbanas voltadas à construção de moradias, entendido como um direito básico de qualquer cidadão, assegurado constitucionalmente. Por políticas públicas urbanas, entende-se como um conjunto de ações do poder público sobre os processos urbanos, o que segundo Alvim, constitui-se em “um conjunto de metas, objetivos, diretrizes e procedimentos que orientam a ação do poder público em relação a um conjunto de necessidades ou demandas sociais, expresso ou latente nos aglomerados urbanos” (ALVIM, 2010, p. 13). Ainda, para o autor as políticas urbanas detêm esse nome por se referir ao atendimento das demandas existentes nas cidades, podendo ser assumidas como de interesse local, conforme recorte da CF de 1988. Villaça (1998), corrobora essa ideia afirmando que as políticas urbanas consistem em propostas e ações do poder público sobre o ambiente urbano, correlacionadas com a respectiva gestão e desenvolvimento, refletindo tais processos na lógica e na produção do espaço urbano. Assim, soluções articuladas de planejamento e gestão urbana são fatores potenciais para o enfrentamento dos problemas que atingem nossas cidades. Logo, a formulação de políticas públicas urbanas se apresenta como fundamental para a construção de ambientes urbanos equilibrados (ALVIM, 2010).

O campo da política urbana encontra-se voltado aos constantes processos e as práticas sociais de transformação e apropriação do ambiente construído, trata da produção de bens públicos, equipamentos sociais e de serviços, lazer, cultura, saúde, e habitação social, como também engloba medidas como o planejamento de uso e ocupação do solo, sistema de tributos

e tarifas públicas que fazem parte de um conjunto de ações que sustentam o processo de acumulação capitalista.

Pensando no desenvolvimento capitalista descontrolado e apontado por Harvey, destaca-se que “a ampliação da oferta de moradias pode se dar via promoção pública subsidiada ou via mercado privado. Este por sua vez, pode ser dividido entre a promoção privada lucrativa e a promoção privada não lucrativa ou produção cooperativa (MARICATO, 2001, p. 120). Nesse ponto, é de se reconhecer que nas últimas décadas ocorreram, mesmo que ainda com dificuldades, alguns avanços nas políticas urbanas e habitacionais.

Conforme observado na seção anterior, as políticas públicas são produzidas pelo Estado, e neste sentido se deve considerar o caráter contraditório que elas podem ter. Apoiado nos pensamentos de Lojkin (1997), tem-se que muitas vezes as políticas criam instrumentos que promovem o aumento de poder das classes dominantes, no entanto, não deixam de cumprir com seu papel principal de suprir contradições da sociedade. Sobre esse pensamento, acrescenta-se que:

As políticas públicas vão sendo construídas nas tensões contraditórias entre dominantes e dominados, e o interesse do grande capital tem, historicamente, alimentado o progressivo descompromisso na formulação de políticas públicas voltadas para a sociedade com a finalidade de emancipação. Ao invés disso, as políticas adotadas tornam a população mais dependente de programas que buscam compensar “carências” estruturais (SILVA; CASTRO, 2008, p. 22).

Portanto, as políticas públicas constituem processos políticos de intervenção no espaço urbano, chegando finalmente aos objetos traçados nos estudos desta pesquisa.

A aprovação do EC, retratou uma nova perspectiva sobre o urbano consolidado. Em termos legais traçou um novo panorama sobre a questão habitacional por meio da concretização legal da função social da propriedade baseada na ideia de direito à cidade, contrapondo-se com o que contemporaneamente se defende como direito à cidade.

Por direito à cidade, entende-se como a acessibilidade a “direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida” e não “à cidade arcaica, mas a vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e de empregos, o tempo que permitam o *uso* pleno e inteiro desses momentos e locais etc.” (LEFÈBVRE, 2008a, p. 139).

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reivindicar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito

mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização (HARVEY, 2014, p. 28).

Destarte, considerando que a legislação brasileira traça os preceitos para a política urbana, buscando a obtenção do direito à cidade através do desenvolvimento das funções sociais da cidade, idealiza-se que a mesma deveria ser formulada visando assegurar tais direitos. Todavia, essa situação nem sempre ocorre, posto que o Estado sofre influências da sociedade, do capital e dos produtores do espaço urbano, refletindo de forma direta a tomada de decisão e suas ações.

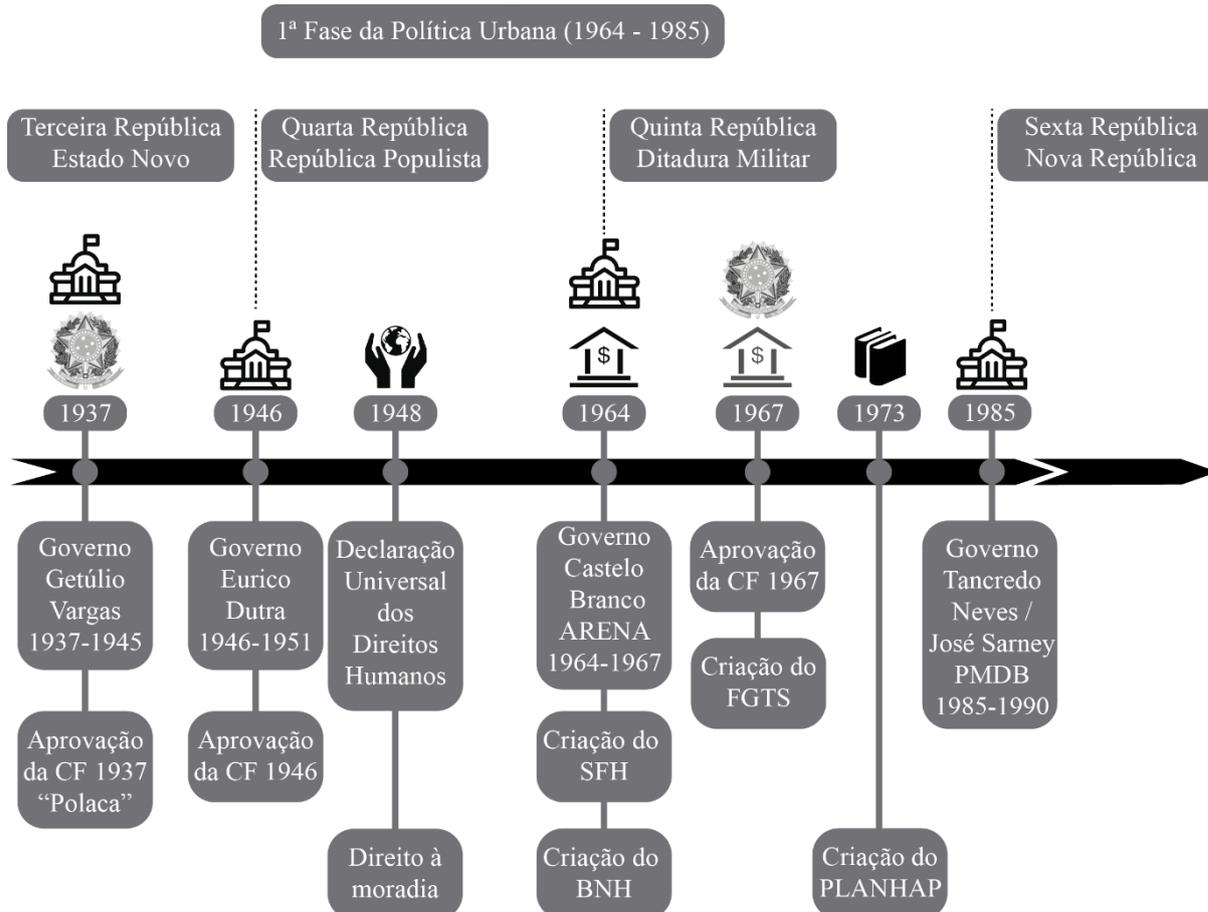
Conquanto as políticas públicas urbanas tenham efeitos e reflexos sobre a escala local, elas são planejadas numa esfera superior, a esfera federal (nacional), a partir de diretrizes estabelecidas e ordenadas por ministérios governamentais. Desse modo, é longo e burocratizado o percurso existente entre o planejamento da política estatal até a sua efetiva implementação na esfera municipal (local), dadas as constantes influências do Estado sobre a sociedade.

Para uma melhor compreensão do processo de desenvolvimento das políticas públicas urbanas e habitacionais, resgata-se alguns dos principais acontecimentos que marcaram os governos da época até a atualidade. Os dados obtidos foram organizados em uma linha do tempo onde fora possível representar graficamente e em ordem cronológica esses acontecimentos.

Apropriando-se dos pensamentos de Silva (2016), o presente trabalho resgata a divisão das políticas públicas urbanas brasileiras em três momentos históricos, como proposto pela autora: a primeira corresponde aos anos de 1964 a 1985, e representa a 1ª Fase, este período pode ser caracterizado pelo “momento de maior grandeza e também do decréscimo do Regime Militar e do BNH”; a 2ª Fase se desenvolveu entre os anos de 1986 a 2003 e denota o “surgimento dos vários ministérios, através da diluição das políticas habitacionais, e atrás disso tudo estava a criação do Plano Real e as políticas neoliberais”; a 3ª Fase ocorre entre os anos de 2003 a 2018, sendo caracterizada pelas ações do período de governo do PT e do MDB (2016-2018), onde se pode observar o planejamento e a efetivação de inúmeras políticas habitacionais, porém, dar-se-á maior ênfase para uma delas, trabalhada na seção seguinte “3.6.2” que trata do “Programa Minha Casa Minha Vida”.

A primeira fase, representada na figura 2, traz alguns acontecimentos marcantes, por exemplo, a institucionalização do direito à moradia como pressuposto para a dignidade da pessoa humana no ano de 1948, como se observa na sequência:

Figura 2: Linha do tempo - 1ª Fase da Política Urbana (1964-1985)



Fonte: Governo do Brasil, (2009)⁵⁵; Santos (2015); Silva (2016); elaborado por Danielli, (2019).

Analisando a linha do tempo, verifica-se que houveram eventos de extrema importância, a citar no ano de 1937, o início da Terceira República ou Estado Novo com o governo de Getúlio Vargas e a aprovação CF de 1937, seguido pelo Governo Eurico Dutra (1946-1951) e o marco que deu início a República Populista (1946-1964), qual tem como principais ocorrências a Declaração Universal dos Direitos Humanos no ano de 1948, o destaque ao direito à moradia adequada como direito humano universal, assim como a criação do SFH e do BNH no ano de 1964, período em que fora presidente da República Humberto de Alencar Castello Branco.

A atuação do BNH pode ser resumida como uma espécie de ação mediadora entre uma população dependente do Estado e um banco que prestaria apoio ao enfrentamento das mazelas provocadas por um processo de urbanização acelerado, atuando diretamente na aceitação da população frente ao tipo de governo implantado (SILVA, 2016).

⁵⁵ Disponível em: < <http://legado.brasil.gov.br/noticias/cultura/2009/11/brasil-republica>>.

No ano de 1967, obteve-se a aprovação da CF e a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - (FGTS)⁵⁶ - um dos mais relevantes acontecimentos da época e que perdura até os dias de hoje como um dos principais modos de financiamento habitacional popular. No ano de 1973 o governo lança o Plano Nacional de Habitação Popular - (PLANHAP), que tinha como meta extinguir o déficit habitacional em municípios com mais de 50 mil habitantes em um período de 10 anos, dirigido a atender a população com renda de 1 a 3 SM. Por fim, tem-se o fechamento dessa primeira fase da Política Urbana com a eleição do governo Tancredo Neves e seu vice-presidente, José Sarney, que assume o governo como presidente do Brasil, em razão da prematura morte do primeiro.

A 2ª Fase da Política Urbana Brasileira (1986-2003) tem como principais acontecimentos a extinção do BNH, a aprovação da CF de 1988 e a aprovação do Estatuto da Cidade⁵⁷ – (EC), conforme demonstra a figura 3:

⁵⁶ O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - (FGTS) foi criado com o objetivo de proteger o trabalhador demitido sem justa causa, mediante a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho. No início de cada mês, os empregadores depositam em contas abertas na Caixa, em nome dos empregados, o valor correspondente a 8% do salário de cada funcionário. O FGTS é constituído pelo total desses depósitos mensais e os valores pertencem aos empregados que, em algumas situações, podem dispor do total depositado em seus nomes. O FGTS foi criado pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 e vigente a partir de 01 de janeiro de 1967, para proteger o trabalhador demitido sem justa causa. O FGTS é constituído de contas vinculadas, abertas em nome de cada trabalhador, quando o empregador efetua o primeiro depósito. O saldo da conta vinculada é formado pelos depósitos mensais efetivados pelo empregador, acrescidos de atualização monetária e juros.

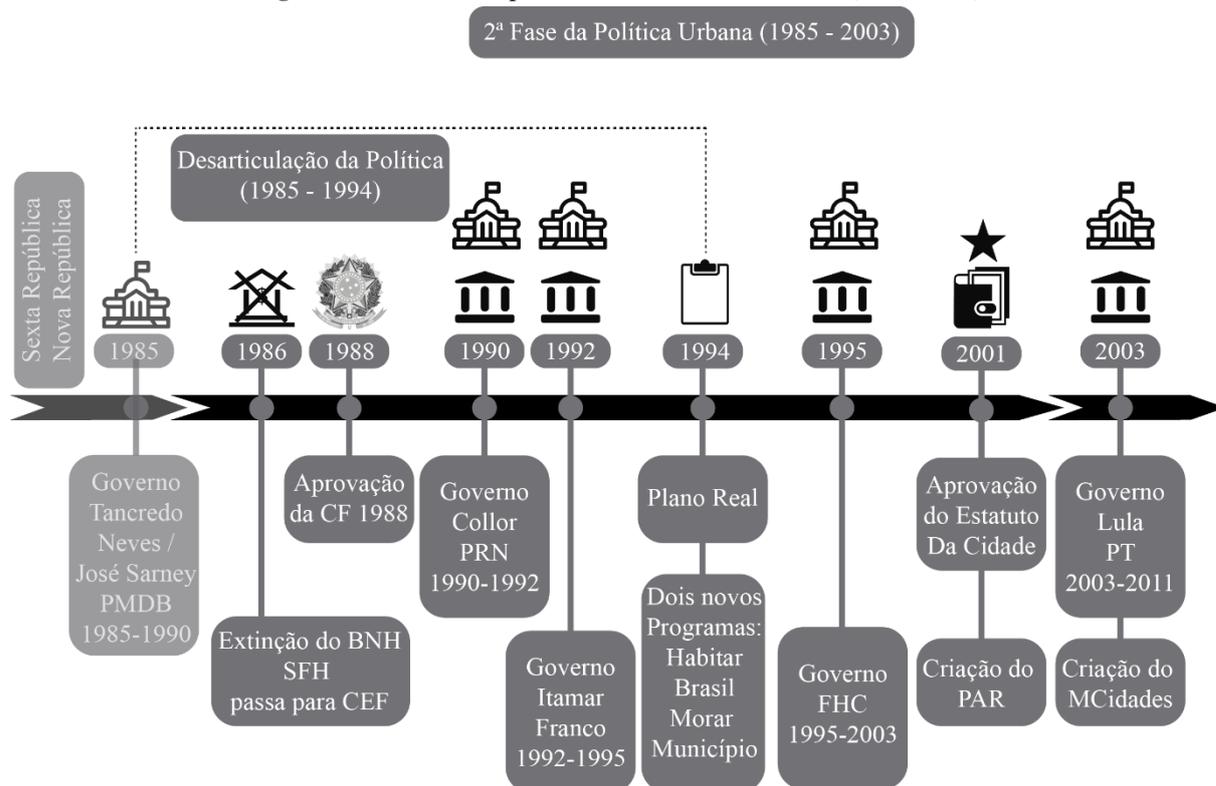
Com o FGTS, o trabalhador tem a oportunidade de formar um patrimônio, que pode ser sacado em momentos especiais, como o da aquisição da casa própria ou da aposentadoria e em situações de dificuldades, que podem ocorrer com a demissão sem justa causa ou em caso de algumas doenças graves.

O trabalhador pode utilizar os recursos do FGTS para a moradia nos casos de aquisição de imóvel novo ou usado, construção, liquidação ou amortização de dívida vinculada a contrato de financiamento habitacional. Assim, o FGTS tornou-se uma das mais importantes fontes de financiamento habitacional, beneficiando o cidadão brasileiro, principalmente o de menor renda. A importância dos recursos do Fundo para o desenvolvimento do país ultrapassa os benefícios da moradia digna, pois financiam, também, obras de saneamento e infraestrutura, gerando melhorias na qualidade de vida, ao proporcionar água de qualidade, coleta e tratamento do esgoto sanitário.

O FGTS tem sido a maior fonte de recursos para a Habitação Popular e o Saneamento Básico. Disponível em: <<http://www.fgts.gov.br/Pages/sou-trabalhador/o-que.aspx>>. Acesso em: 11/02/2019.

⁵⁷ Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 (BRASIL, 2001).

Figura 3: Linha do tempo - 2ª Fase da Política Urbana (1985-2003)



Fonte: Governo do Brasil, (2009)⁵⁸; Santos (2015); Silva (2016); elaborado por Danielli, (2019).

Compulsando a linha do tempo, verifica-se logo no início da 2ª fase, ano de 1986, a extinção do BNH⁵⁹ e a transferência do Sistema Financeiro de Habitação – (SFH) para a Caixa Econômica Federal - (CEF). Pode citar inúmeras razões que levaram a extinção do BNH, dentre elas: corrupção, a sua fragilidade a flutuações macroeconômicas nos seus 22 anos de atuação e a inadimplência dos usuários. Ademais, o SFH não conseguiu atingir com seus financiamentos a densa camada da população com renda inferior a 5 SM, que naquele dado momento, se apresentava como a principal demanda na luta para superação do déficit habitacional brasileiro (REIS, [21--?]).

Notadamente, a CF de 1988 se apresenta como um relevante avanço para a política urbana no país, visto que traz em sua composição os art. 182, que trata sobre a política de desenvolvimento urbano, e o art. 183, que trata das políticas de regularização fundiária.

Entretanto, o período de 1985-1994 ficou conhecido pela longa fase da desarticulação política com relação aos avanços da política habitacional no país (SILVA, 2016), as frequentes

⁵⁸ Disponível em: < <http://legado.brasil.gov.br/noticias/cultura/2009/11/brasil-republica>>.

⁵⁹ O BNH foi extinto através do Decreto-Lei nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, o qual foi incorporada à CEF, sucedendo em todos os seus direitos e obrigações, sobretudo, na gestão do FGTS.

mudanças dos ministérios impactaram negativamente na trajetória das políticas, não havendo muitos avanços nas políticas sociais, principalmente no enfrentamento do déficit habitacional.

Em 29 de dezembro de 1992, após o *impeachment*⁶⁰ do então presidente Fernando Collor de Mello⁶¹ – (FCM), assume o governo do país o vice Itamar Franco, que permaneceu no cargo até o final do mandato. No ano de 1994, foi criado o Plano Real⁶² pelo então presidente, Itamar Franco, como forma de combater a hiperinflação. Nesse mesmo ano foram criados dois novos programas habitacionais: Habitar Brasil e o Morar Município. Em 1995, Fernando Henrique Cardoso – (FHC), assume a Presidência do Brasil, e governa por dois mandatos consecutivos.

Prosseguindo no tempo, já no ano de 2001 foi aprovado o EC, que regulamenta os art. 182 e 183 da CF e “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (BRASIL, 2001).

Neste mesmo ano, criou-se o Programa de Arrendamento Residencial⁶³ – (PAR) operacionalizado pela CEF e financiado pelo FAR⁶⁴, com objetivo de reduzir o déficit habitacional em municípios com mais de 100.000 habitantes, viabilizando imóveis para famílias com renda familiar de até R\$ 1.800,00. Nesta modalidade, os beneficiários pré-cadastrados nas Secretarias Municipais de Habitação ou órgão correspondente eram selecionadas e indicadas à CEF, os que fossem definitivamente selecionados tornaram-se aptos a morar nas UH, pagando uma taxa mensal inferior à média de valor do aluguel da região, o prazo de arrendamento era de 180 meses. A construção de empreendimentos através do PAR cessou quando do início do PMCMV, nos moldes da Lei Federal 12.424/2012.

⁶⁰ Do inglês *impeachment*, significa o processo de cassação feito a partir de uma denúncia crime contra uma autoridade, geralmente um presidente, sendo a sentença proferida pelo poder legislativo. Constitui a desocupação do cargo que resulta desse processo.

⁶¹ Fernando Collor de Mello, eleito Presidente em 1989, sofreu um processo *impeachment* em 1992 e foi obrigado a abandonar a presidência da República do Brasil. Constitui um marco histórico, sendo o primeiro caso ocorrido no Brasil e na América Latina.

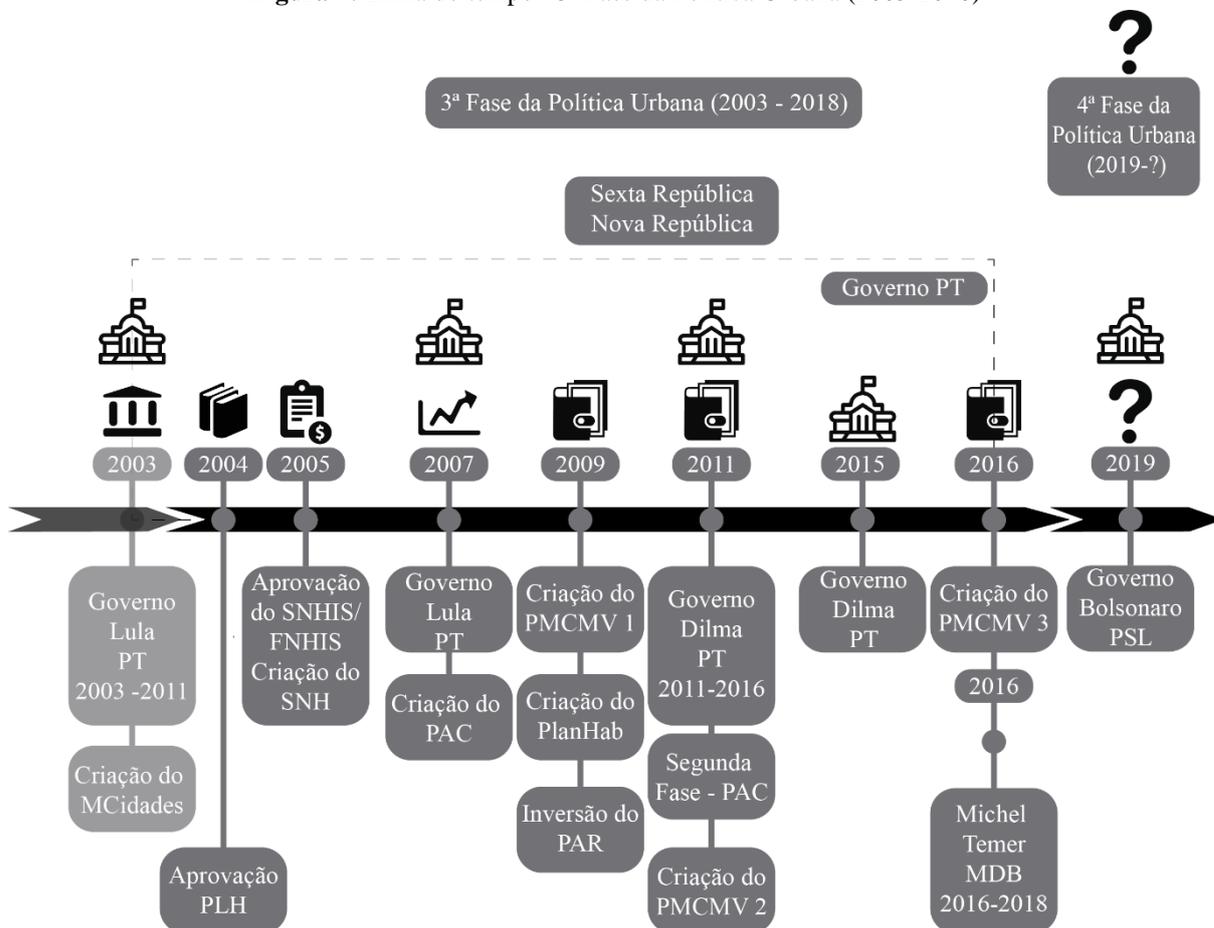
⁶² Plano Real foi um programa brasileiro de estabilização econômica que promoveu o fim da inflação elevada no Brasil, situação que já durava aproximadamente trinta anos. O então Presidente da República, Itamar Franco, convocou Fernando Henrique Cardoso, Ministro da Fazenda, que desenvolveu o plano.

⁶³ Criado pela Lei Nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, a qual “cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências” (BRASIL, 2001b).

⁶⁴ O Art. 18 da Lei Nº 12.424, de 16 de junho 2011, a qual “Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis n.º 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências” autoriza a “transferir recursos para o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, até o limite de R\$ 16.500.000.000,00 (dezesseis bilhões e quinhentos milhões de reais), e para o Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, até o limite de R\$ 500.000.000,00” (BRASIL, 2011).

Ultrapassada a 2ª fase, tem-se a 3ª fase da Política Urbana que se iniciou no ano de 2003 com o início do governo PT, conforme demonstra a figura 4:

Figura 4: Linha do tempo - 3ª Fase da Política Urbana (2003-2018)



Fonte: Governo do Brasil, (2009)⁶⁵; Santos (2015); Silva (2016); elaborado por Danielli, (2019).

Ao vencer as eleições no ano de 2003, Lula assumiu a Presidência da República e deu início a uma série de ações, programas e políticas voltados ao cenário da habitação. Nesse mesmo ano, teve-se a criação do MCidades que ocupou “um vazio institucional que retirava completamente o Governo Federal da discussão sobre a política urbana e o destino das cidades” (MARICATO, 2006, p. 214). Segundo a citada a autora, as ações do MCidades vão muito além do que as propostas do BNH, pois têm propostas mais integradas que englobam a habitação, o saneamento básico e mobilidade urbana, tendo como principal função gerir e formular a Política Nacional de Habitação.

Cronologicamente, no ano de 2005, o MCidades criou Sistema Nacional de Habitação - (SNH) integrando os governos federal, estadual e municipal, com objetivo de articular agentes

⁶⁵ Disponível em: < <http://legado.brasil.gov.br/noticias/cultura/2009/11/brasil-republica>>.

públicos e privados buscando combater o déficit de moradias e deliberar as regras de destinação de recursos na área. Paralelamente, criou-se ainda, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - (SNHIS)⁶⁶ e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social⁶⁷ - (FNHIS), cujos órgãos objetivaram através de um abrangente processo participativo, com a presença de todos os segmentos sociais, efetivar e planejar uma estratégia para equacionar o déficit habitacional do país, atuando nos quatro eixos da política habitacional: modelo de financiamento e subsídio; política urbana e fundiária; arranjos institucionais e cadeia produtiva da construção civil (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Tencionando o desenvolvimento brasileiro e buscando universalizar os benefícios econômicos e sociais, foi lançado em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento⁶⁸ - (PAC), delegando à CEF⁶⁹ a execução das ações do programa relativas à habitação, saneamento e infraestrutura urbana. “Trata-se de um novo conceito de investimento em infraestrutura no Brasil que tem por finalidade “romper barreiras e superar limites”, por ser um indutor de transformações das cidades, que busca esgotar, com investimentos, o déficit de saneamento, da habitação e de urbanização nas favelas” (CAIXA, 2012, p. 10). Todavia, a execução do PAC relacionados à habitação ocorreu de maneira lenta.

É neste contexto que o PMCMV é pensado pelo MCidades. Com isso, “o programa formalizou o espírito já corrente de incentivo à provisão privada de habitação, por meio de medidas regulatórias e do aumento de recursos destinados ao financiamento habitacional” (SHIMBO, 2011, p. 45). Nesse âmbito, foi criado o PLANHAP, como uma das ferramentas para garantir o PNH, traçando estratégias de curto, médio e longo prazo até o ano de 2013, tendo como uma das suas principais ações o PMCMV, o qual encontra-se na sua 3ª fase. Tem-se a segunda fase do programa sancionada do ano de 2011, juntamente com a segunda fase do PAC e a 3ª fase data o ano de 2016, tendo como diferencial o incremento da faixa de renda 1,5 SM.

⁶⁶ O SNHIS e o FNHIS foram instituídos pela Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, “Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.”. O texto da Lei apresenta como objetivo de estabelecer “políticas e programas que promovem o acesso à moradia digna para a população de baixa renda” (BRASIL, 2005).

⁶⁷ O FNHIS é um fundo vinculado ao orçamento, no caso, alimentado pelo Orçamento Geral da União, estando, portanto, suscetível às alterações e reduções orçamentárias submetidas ao veto do Congresso Nacional por meio de Projetos de Lei Orçamentária e Emendas Parlamentares (BUONFIGLIO, 2015, p. 148).

⁶⁸ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo Governo Federal, instituído sob o Decreto Nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007 (BRASIL, 2007), destinou em larga escala, investimentos urbanos, contemplando as áreas de: infraestruturas de saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros.

⁶⁹ A Caixa Econômica Federal (CEF) “é a principal instituição financeira pública responsável pela execução das políticas de caráter social do Governo Federal, principalmente, no setor habitacional” (CAIXA, 2012, p.10).

Partindo para a quarta fase da política urbana, que se inicia no ano de 2019 com a eleição do presidente Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal – (PSL). Até o presente momento, não se tem uma perspectiva segura de que haverá uma continuação dessas políticas urbanas brasileiras elaboradas em governos anteriores, como o PMCMV. De qualquer forma, essa dúvida apenas poderá ser respondida em trabalhos futuros. Por agora, resta seguir acreditando na efetividade das políticas públicas urbanas, especialmente aquelas que, mesmo não revertendo efetivamente em percentuais suficientes os quadros de déficit habitacional, apresentaram-se como políticas de resultado e transformação da realidade de milhares de cidadãos.

É preciso evidenciar que não é o objetivo central da presente dissertação abordar detalhadamente cada programa e/ou ação política que marcaram o cenário das políticas públicas urbanas, sobretudo as voltadas à habitação, mas, relembrar a trajetória política deste período retomando os principais acontecimentos até chegar a um dos objetos de estudo, o CHVSP.

Sabe-se que a política habitacional provoca efeitos diretos no espaço urbano, e embora planejados em escala nacional, tais efeitos são sentidos na escala municipal, onde de fato, o programa ganha forma de edificação. Deste modo, a diante será realizado um breve resgate histórico do programa e suas determinações no contexto da produção habitacional brasileira, subsidiando em informações para que em uma etapa subsequente se possa analisar com propriedade os objetos delineados na presente pesquisa.

3.6.2 O Programa Minha Casa Minha Vida

A política urbana após a promulgação da CF em 1988 e o Estatuto da Cidade, apresentou avanços de ordem jurídico-institucionais. Novos elementos se somam ao contexto urbano contemporâneo brasileiro, tornando-o cada vez mais complexo e paradoxal.

O PMCMV⁷⁰ foi criado dentro do MCidades⁷¹ por meio da Medida Provisória nº 459 de 25, de março de 2009, a qual foi na sequência convertida na Lei Nº. 11.977, de 7 de julho de 2009, tendo como finalidade criar mecanismos de incentivo à produção de novas unidades habitacionais, atendendo famílias com composição de renda de 0 a 10 SM, objetivando a

⁷⁰ Ressalta-se que o Programa Minha Casa Minha Vida é um dos componentes do PAC.

⁷¹ O governo de Jair Bolsonaro – PSL (2019), extinguiu o Ministério das Cidades e o Ministério da Integração Nacional, suas “pastas” foram transferidas para o Ministério do Desenvolvimento Regional, criado no ano de 2019. Fonte: BRASIL, (2019a). Decreto 9.666/19. Publicado em: 02/01/2019 | Edição: 1-B | Seção: 1 - Extra | Página: 22.

redução do déficit habitacional⁷² brasileiro e a superação da crise econômica do ano 2008. Nesta acepção, visava impulsionar a indústria da construção civil por meio da construção unidades habitacionais, principalmente de interesse social, estimulando e mantendo o mercado imobiliário aquecido.

No quadro abaixo são apresentadas as informações relativas ao déficit habitacional nos anos de 2007-2015. Dessa maneira, é possível fazer uma aferição quantitativa das reais necessidades brasileiras para o período:

Quadro 2: Déficit habitacional total, Brasil 2007-2015

| ESPECIFICAÇÃO | DÉFICIT RELATIVO (%) | | | | | | | | |
|------------------------|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| ANOS | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| Norte | 17,5 | 13,5 | 15,2 | 20,6 | 13,7 | 12,2 | 13,7 | 12,8 | 12,6 |
| Nordeste | 14,2 | 12,7 | 13,1 | 14,1 | 11,9 | 10,6 | 10,8 | 10,8 | 11,0 |
| Sudeste | 8,6 | 7,7 | 8,3 | 10,6 | 7,3 | 7,6 | 7,9 | 8,3 | 8,4 |
| Sul | 7,3 | 6,2 | 6,4 | 8,7 | 6,2 | 5,6 | 6,3 | 6,3 | 7,0 |
| Paraná | 7,3 | 6,2 | 6,4 | 8,7 | 6,1 | 6,2 | 6,6 | 6,7 | 7,5 |
| <i>RM Curitiba</i> | 8,4 | 5,7 | 6,7 | 8,6 | 5,6 | 6,5 | 7,3 | 7,1 | 6,2 |
| Santa Catarina | 7,4 | 7,1 | 6,4 | 9 | 6,6 | 6,0 | 7,3 | 6,5 | 8,4 |
| Rio Grande do Sul | 7,3 | 6,1 | 6,0 | 8,4 | 5,9 | 4,9 | 5,4 | 5,7 | 5,8 |
| <i>RM Porto Alegre</i> | 9,2 | 6,9 | 6,9 | 9,4 | 6,0 | 5,3 | 5,9 | 6,0 | 6,3 |
| Centro-Oeste | 9,1 | 9,4 | 10,9 | 12,9 | 9,8 | 8,8 | 9,0 | 9,0 | 9,3 |
| Brasil | 10,4 | 9,3 | 9,9 | 12,1 | 9,0 | 8,5 | 9,0 | 9,0 | 9,3 |
| Brasil (em nº de UH) | 5.593.191 | 5.191.565 | 5.703.003 | 6.940.691 | 5.409.210 | 5.244.525 | 5.846.040 | 6.068.061 | 6.355.743 |

Fonte: IBGE/PNAD, (2007-2012) *apud* IPEA, (2013, p. 4) e Fundação João Pinheiro, (2018, p. 33; 2016, p. 31; 2013, p. 30); elaborado por Danielli, (2019).

Interpretando os dados do quadro acima, percebe-se uma redução do déficit habitacional entre os anos de 2007-2012, sendo que nos anos de 2013 e 2014 se manteve constante, na marca de 9,0%, havendo crescimento deste percentual no ano de 2015, na marca de 9,3. A redução do déficit pode ser associada às obras do PAC e do PMCMV.

Nessa senda, o programa se apresenta como uma medida anticíclica para manter o ritmo de crescimento econômico do país, diante de um período de crise que afetava o cenário da economia internacional. Nesse contexto, insta observar a atuação do Estado frente aos

⁷² Se tratando de déficit habitacional, o que se discute não é apenas a falta de unidades de habitação, para, além disso, refere-se a variáveis que compõem essa questão social. Segundo a Fundação João Pinheiro os componentes do déficit habitacional são: Habitação precária; Coabitação familiar; Ônus excessivo com aluguel e Adensamento excessivo de domicílios alugados (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018).

problemas enfrentados no período, onde a intenção dos órgãos governamentais é claramente exposta:

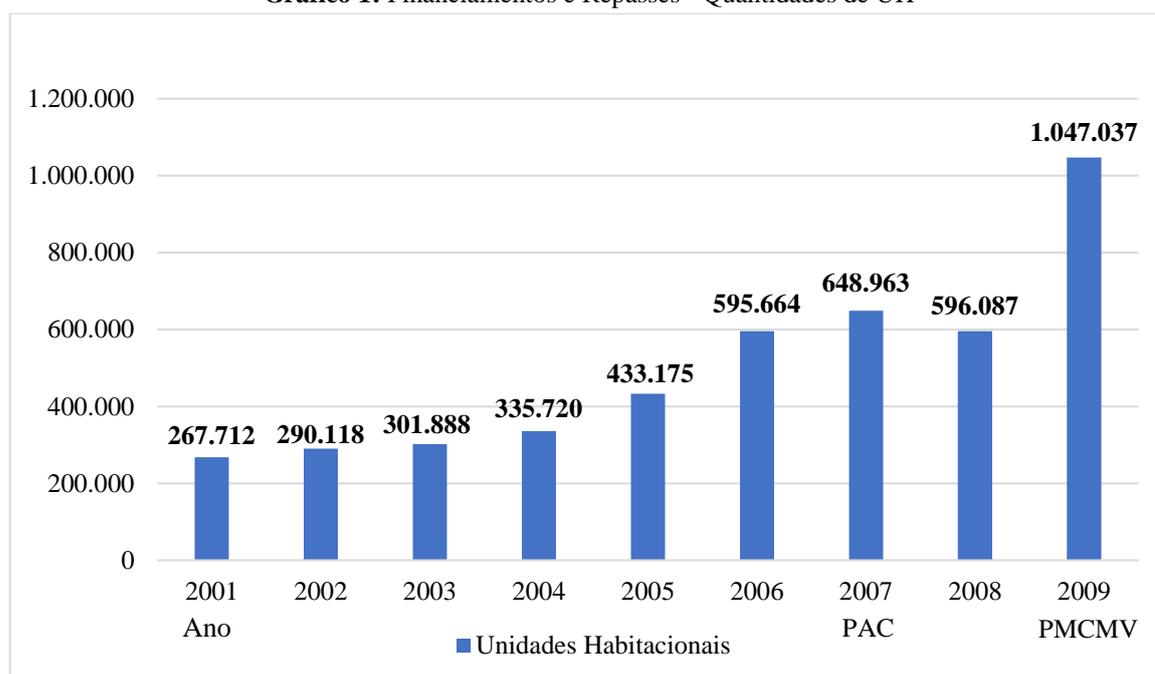
Diante do agravamento da crise financeira, o Governo Federal passou a adotar uma série de medidas como forma de mitigar seu impacto nos vários setores da economia nacional. Um conjunto dessas ações concentrou-se no setor da construção civil e infraestrutura. Essas medidas de estímulo justificam-se pelo relevante papel que o setor desempenha, em toda sua cadeia produtiva, na economia brasileira. A adoção de medidas de estímulo à indústria da construção justifica-se, ainda, pelo peso que o setor possui no Produto Interno Bruto brasileiro, e por sua enorme capacidade empregadora (BRASIL, 2010, p. 50).

O programa nasce como parte de uma política nacional de estímulo à construção de moradias em larga escala. Significou uma nova fase de intervenções governamentais na produção do espaço urbano, ampliando a distribuição de subsídios públicos para a aquisição de imóveis para determinadas classes de renda.

A primeira fase do programa previa a destinação de R\$ 34 bilhões, sendo que desse total, R\$ 25,5 bilhões teve saída do Orçamento Geral da União - (OGU) e 7,5 bilhões do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - (FGTS), e de mais R\$ 1 bilhão destinado a complementação de infraestrutura urbana, esse financiado através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (CARDOSO; ARAGÃO, 2013). “Os recursos previstos inicialmente eram de R\$ 34 bilhões, repartidos em programas de subsídios (R\$ 28 bilhões), de infraestrutura (R\$ 5 bilhões) e direcionados para a cadeia produtiva (R\$ 1 bilhão)” (CARTILHA, 2013).

O gráfico abaixo ilustra o cenário da habitação financiada pela CEF no período compreendido entre os anos de 2001 a 2009:

Gráfico 1: Financiamentos e Repasses - Quantidades de UH



Fonte: Caixa, (2012, p. 11).

Analisando os dados acima, percebe-se o crescimento no número de financiamentos habitacionais a contar do ano de 2001. No período de 2001 a 2009, a CEF financiou um total de 4.516.364 de unidades, sendo que somente entre o período de 2007 a 2009, financiou 2.292.087 unidades, representando aproximadamente 50,75% do total de unidades financiadas no período. Esse crescimento, relaciona-se diretamente com a criação do PAC e do PMCMV.

O programa tinha como meta inicial a construção de 1 milhão de moradias até o final do ano de 2010, tendo sido destinado um total de subsídios de R\$ 34 bilhões de reais, visando a redução do déficit habitacional brasileiro em aproximadamente 14%, com a primeira fase do programa (PMCMV 1). Para a segunda fase do programa (PMCMV 2) a meta de oferta de moradias foi ampliada para 2 milhões de unidades até o ano de 2014, sendo destinado um montante de subsídios na ordem de R\$ 72,3 bilhões (BRASIL, 2013). A terceira edição do programa foi anunciado em julho de 2014 e apontou como meta a construção de três milhões de unidades (BUONFIGLIO, 2015).

O MCidades possuía atribuições de fixar as diretrizes gerais para sua execução do PMCMV e estabelecer os critérios de destinação dos recursos e a priorização no atendimento dos beneficiários. A operação do programa se estruturou a partir de dois subprogramas: Programa Nacional de Habitação Urbano (PNHU); Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), sendo que: O PNHU se divide em modalidades definidas pelo porte do município atendido e a faixa de renda da família que receberá o benefício, sendo composto por quatro

modalidades: PMCMV Empresas; Entidades, Oferta Pública (Sub-50) e Financiamento Habitacional.

O quadro 3 apresenta informações sobre as faixas do programa, sendo dividido em subprogramas: PNHU e PNHR, onde cada um apresenta detalhadamente a modalidade de financiamento e como se dá o funcionamento dessa modalidade, bem como a abrangência e as metas do programa em nº de unidades habitacionais – (UH). Veja-se:

Quadro 3: PMCMV: Linhas do programa

| Subprograma | Modalidade de Financiamento / Funcionamento da Modalidade | Abrangência | Faixa de Renda do Beneficiário | Meta do Programa (em nº de UHs) | |
|---------------------------|--|---|--|---------------------------------|-------------------------|
| | | | | PMCMV (1) | PMCMV ⁷³ (2) |
| Habitações Urbanas | | | | | |
| PNHU | PMCMV EMPRESAS (a produção das UH é realizada pelo setor imobiliário) | Todo o território nacional | 1 (destinado a famílias com renda até R\$ 1.600,00), posteriormente ajustado conforme programa, passa então, a ser (destinada a famílias com renda de até 3 SM). | 400.000 | 860.000 |
| | PMCMV ENTIDADES (a produção habitacional é realizada de forma associativa, ou seja, por cooperativas habitacionais, associações, sindicatos e demais entidades privadas sem fins lucrativos – sendo que todas elas, devem ser habilitadas previamente pelo MCidades). | Território Nacional – áreas urbanas. | | | 60.000 |
| | PMCMV OFERTA PÚBLICA | Municípios com até 50 mil habitantes – áreas urbanas. | | 220.000 | |
| | FINANCIAMENTO HABITACIONAL (produção habitacional realizada pelo mercado imobiliário) (acesso ao FGTS) | Território Nacional – áreas urbanas. | | 400.000 | 600.000 |
| | | | 3 (destinado a famílias com renda compreendida entre R\$ 3.275,00 até R\$ 5.000,00). | 200.000 | 200.000 |

⁷³ A segunda fase do PMCMV, (PMCMV 2) foi lançada no ano de 2011 após cumprir a meta de 1 milhão de unidades contratadas. Formalizada pela MP 514/210 e transformada na Lei 12.424 em junho de 2011.

| Subprograma | Modalidade de Financiamento / Funcionamento da Modalidade | Abrangência | Faixa de Renda do Beneficiário | Meta do Programa (em nº de UHs) | |
|--------------------------|---|-------------------------------------|---|--|-------------------------|
| | | | | PMCMV (1) | PMCMV (2) ¹⁷ |
| Habitações Rurais | | | | | |
| PNHR | PNHR GI | Território Nacional – áreas rurais. | 1 (destinado a agricultores familiares e trabalhadores rurais com renda que não ultrapasse o teto máximo de R\$ 15.000,00 anual). | Já computado no PNHU (EMPRESAS + ENTIDADES + OFERTA PÚBLICA) (Tendo como resultado as 400.000 UH). | 60.000 |
| | PNHR GII | Território Nacional – áreas rurais. | 1 (destinado a agricultores familiares e trabalhadores rurais com renda anual entre R\$ 15.000,01 e R\$ 30.000,00). | | |
| | PNHR GIII | Território Nacional – áreas rurais. | 1 (destinado a agricultores familiares e trabalhadores rurais com renda anual entre R\$ 30.000,01 e R\$ 60.000,00). | | |
| Total de UHs: | | | | 1 Milhão | 2 Milhões |

Fonte: Cartilha, (2013); elaborado por Danielli, (2019).

O quadro acima resume a estrutura do programa, fornecendo um panorama geral sobre as modalidades, abrangência e a composição de faixas de renda dos beneficiários, bem como as metas detalhadas para as fases um e dois. Na sequência, busca-se complementar essas informações detalhando cada modalidade do PNHU, foco da presente pesquisa, trazendo uma explicação sucinta e objetiva sobre o funcionamento da mesma com base nos quadros da CEF para a cartilha do programa (CARTILHA, 2013). As informações aqui descritas podem ser encontradas integralmente no “Anexo I” desta pesquisa. Outrossim, a título de conhecimento, encontram-se incluídos neste mesmo anexo as especificações para o PNHR.

O PMCMV na modalidade empresas, consoante delineado no quadro 3, observa que a construção das UH ficam a cargo do mercado imobiliário. Nesta lógica, as empresas do ramo da construção civil são encarregadas de apresentar os projetos dos respectivos empreendimentos às instituições financeiras oficiais federais: CEF ou Banco do Brasil, que após análise e aprovação contratam a operação, acompanhando a execução da obra e efetivando a liberação dos recursos financeiros, de acordo com o cronograma da obra. Constatando a conclusão das obras do empreendimento, a instituição financeira realiza a alienação das UH de

acordo com a lista de beneficiários fornecido pelo município responsável pelo empreendimento, obtida com base em levantamentos do Cadastro Único - (CADÚNICO).

O PMCMV Entidades é a modalidade de financiamento que atende a faixa 1 de renda do programa e apresenta parceria com Estados e Municípios tendo como forma de produção habitacional, associativa, ou seja, por cooperativas habitacionais, associações, sindicatos e demais entidades privadas sem fins lucrativos, habilitadas previamente pelo MCidades.

Nessa modalidade, a união aloca recursos por meio de transferência ao FDS⁷⁴. Desse modo, são contempladas por esses recursos: a aquisição de terreno e construção, podendo ser edificada em terreno próprio ou de terceiros; aquisição de imóvel ou requalificação de imóvel existente. As entidades e os beneficiários são responsáveis por acompanhar a obra, que podem ser contratadas por administração direta, empreitada global, mutirão assistido e/ou autoconstrução.

A penúltima modalidade do subprograma PNHU denominado PMCMV Oferta Pública, em parceria com Estados e Municípios, atende a faixa 1 do programa, visando a produção ou reposição de UH, sendo aplicável somente em áreas urbanas de municípios com até 50 mil habitantes. Os proponentes, estados ou municípios, apresentam propostas de projetos que são selecionados pelo MCidades e, posteriormente, as instituições ou agentes financeiros fazem a análise de viabilidade técnica, jurídica e documental das propostas, firmando o termo de acordo e compromisso com os proponentes. Por fim, os proponentes selecionam beneficiários que após enquadrados firmam os contratos com as instituições ou agentes financeiros.

O PMCMV Financiamento Habitacional, última modalidade de financiamento do subprograma PNHU, consiste em fornecer moradia em áreas urbanas por intermédio da concessão de subvenção nos financiamentos a pessoas físicas com renda familiar de até R\$ 5.000,00, (faixas 2 e 3) por meio de carta de crédito individual, ou organizadas sob a forma de grupos associativos, por meio de carta de crédito associativo.

Impõe ressaltar, por oportuno, que originalmente as faixas de renda da população beneficiária do PMCMV foram definidas em número de SM, sendo compostas de 3 faixas de

⁷⁴ Os recursos vindos do FDS exclusivamente para esta modalidade do PMCMV são regidos pelo Decreto de nº 103, de 22 de abril de 1991, o qual apresenta como parte integrante de seu texto no Art. 1º “Fica a Caixa Econômica Federal autorizada a instituir e gerir o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), de natureza contábil, destinado ao financiamento de projetos de investimentos de relevante interesse social nas áreas de habitação popular, saneamento básico, infraestrutura urbana e equipamentos comunitários.”, e em texto no parágrafo único: “O FDS tem por finalidade o financiamento de projetos de iniciativa de empresas ou entidades do setor privado, vedada a concessão de financiamentos a projetos de órgãos da Administração direta, autárquica ou fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios ou entidades sob seu controle direto ou indireto.” (BRASIL, 1991).

renda, a saber: (faixa 1) que compreende renda familiar de 0 a 3 SM, (faixa 2) com renda de 3 a 6 SM, e a (faixa 3), equivalente de 6 a 10 SM. Na segunda fase do programa esses valores foram atualizados e fixados em reais, deixando de serem computados por salários mínimos. Na terceira fase do programa⁷⁵, criou-se a faixa de renda 1,5 e os valores para as demais faixas foram atualizados, conforme demonstra o quadro 4.

Vale a pena relembrar que o PMCMV é operado com recursos do FAR e em todas as modalidades do programa, incluindo os subprogramas a composição do recurso, é composta por subsídio e financiamento. Confira o quadro a seguir:

Quadro 4: Distribuição por faixa de renda do PMCMV

| Faixa de Renda | PMCMV 1: 2009 a 2010 | PMCMV 2: 2011 a 2014 | PMCMV 3: 2016 a 2018 | Instrumentos | Característica | Fonte |
|----------------|--|------------------------------------|------------------------------------|--|--|------------|
| | Faixa de Renda Familiar | Faixa de Renda Familiar | Faixa de Renda Familiar | | | |
| 1 | Até 3 SM – R\$ 1.395,00 em 2009 | Até R\$ 1.600,00 | Até R\$ 1.800,00 | Subsídio integral + Retorno beneficiário | Até 90% de subsídio do valor do imóvel. Pago em até 120 prestações mensais de, R\$ 80,00 a no máximo, R\$ 270,00, sem juros. | OGU |
| 1,5 | Não Existente | Não Existente | De R\$ 1.800,01 a R\$ 2.600,00 | Grande parte em subsídio integral + Retorno beneficiário | Até R\$ 47.500,00 de subsídio, com 5% de juros ao ano. | OGU + FGTS |
| 2 | De 3 a 6 SM – R\$ 1.395,00 a R\$ 2.790,00 | De R\$ 1.600,01 a R\$ 3.275,00 | De R\$ 2.600,01 a R\$ 4.000,00 | Subsídio parcial + Financiamento | Até R\$ 29.000,00 de subsídio, com 6% até 7% de juros ao ano. | OGU + FGTS |
| 3 | De 6 a 10 SM – R\$ 2.790,00 a R\$ 4.600,00 | De R\$ R\$ 3.275,01 a R\$ 5.000,00 | De R\$ R\$ 4.000,01 a R\$ 9.000,00 | Financiamento | 8,16% juros ao ano. | FGTS |

Fonte: Brasil, (2013); MDR, (2019b); elaborado por Danielli, (2019).

O programa se utiliza de subsídios que chegam à marca dos 95% para as famílias de menor renda, com a redução de juros quando comparado aos juros de mercado, para financiamento, contando com a composição de recursos do OGU e do FGTS. Para atendimento da faixa 1 no subprograma PNHU (PMCMV Empresas, Entidades e Oferta pública) os recursos são provenientes do OGU, sendo distribuídos pelo FAR e em menor escala, projetos enquadrados na modalidade Entidades são distribuídos pelo FDS, os dois gerenciados pela CEF. Nas faixas 1,5; 2 e 3 os recursos são viabilizados via FGTS.

⁷⁵ No início do ano de 2016, Dilma Rousseff lançou o PMCMV3, já com o processo de impeachment tramitando junto à Câmara. O Programa foi suspenso quando Michel Temer assumiu a Presidência da República, até o momento não há notícias sobre a retomada do programa.

De acordo com o quantitativo apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional – (MDR), desde a data de sua criação até o presente momento o PMCMV possibilitou a contratação de 5.491.747 unidades habitacionais, distribuídas em 97% do território brasileiro, em números exatos, estando o programa presente em 5.374 municípios. (BRASIL, 2019b).

Consoante dados anunciados pelo Secretário de Habitação do Ministério do Desenvolvimento Regional, em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - (CCT), Celso Matsuda, assegurou que se apresente como “a política de Estado mais grandiosa do governo”, onde o valor total do investimento no PMCMV até o momento é de aproximadamente R\$ 458 bilhões (SENADO FEDERAL, 2019). O quadro 5 reflete os dados relacionados à distribuição dos investimentos por faixas de renda:

Quadro 5: Resultados globais PMCMV - desagregados por modalidade de atendimento⁷⁶

| Faixa de Renda | Modalidade / Ação Orçamentária | Contratadas | % de contratação | Concluídas | Entregues | Valor Contratado (R\$) | Diferença entre o total de UH concluídas e entregues |
|-------------------------------|--------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------------------|--|
| 1 | (Entidades Urbanas) / FDS | 78.448 | ≈ 4,3% | 23.384 | 21.771 | R\$ 3.917.679.726,65 | 1.613 |
| | (Empresas) / FAR | 1.361.807 | ≈ 74,7 % | 1.103.025 | 1.078.544 | R\$ 77.436.884.475,10 | 24.481 |
| | (Oferta Pública) / OGU | 166.886 | ≈ 9,2% | 125.410 | 111.032 | R\$ 3.374.072.000,00 | 14.378 |
| | (Entidades Rurais) / OGU | 215.059 | ≈ 11,8 % | 14.759 | 14.759 | R\$ 6.107.402.880,14 | 200.300 |
| <i>Total faixa 1</i> | | <i>1.822.200</i> | <i>100%</i> | <i>1.266.578</i> | <i>1.226.106</i> | <i>R\$ 90.836.039.081,89</i> | <i>240.772</i> |
| 1 | - | - | ≈ 33,2 % | - | - | - | - |
| 1,5 | OGU + FGTS | 118.930 | ≈ 3,2% | 56.415 | 33.840 | R\$ 14.702.803.395,45 | 22.575 |
| 2 | OGU + FGTS | 2.894.901 | ≈ 78,8 % | 2.565.454 | 2.273.236 | R\$ 293.513.873.633,80 | 292.218 |
| 3 | FGTS | 655.716 | ≈ 18% | 519.804 | 387.882 | R\$ 62.450.548.162,31 | 131.922 |
| <i>Total faixas 1,5; 2; 3</i> | | <i>3.669.547</i> | <i>100%</i> | <i>3.141.673</i> | <i>2.694.958</i> | <i>R\$ 370.667.225.191,56</i> | <i>446.715</i> |
| 1,5; 2; 3 | | - | ≈ | - | - | - | - |

⁷⁶ Relatório Executivo – MDR (Data do Relatório: 30/09/2019; Data de extração: 15/10/2019).

| | | | | | | |
|--------------------|------------------|------------|------------------|------------------|---------------------------|----------------|
| | | 66,8 % | | | | |
| TOTAL PMCMV | 5.491.747 | 100 | 4.411.339 | 3.921.064 | 461.503.264.273,45 | 687.487 |

Fonte: MDR, (2019c); elaborado por Danielli, (2019).

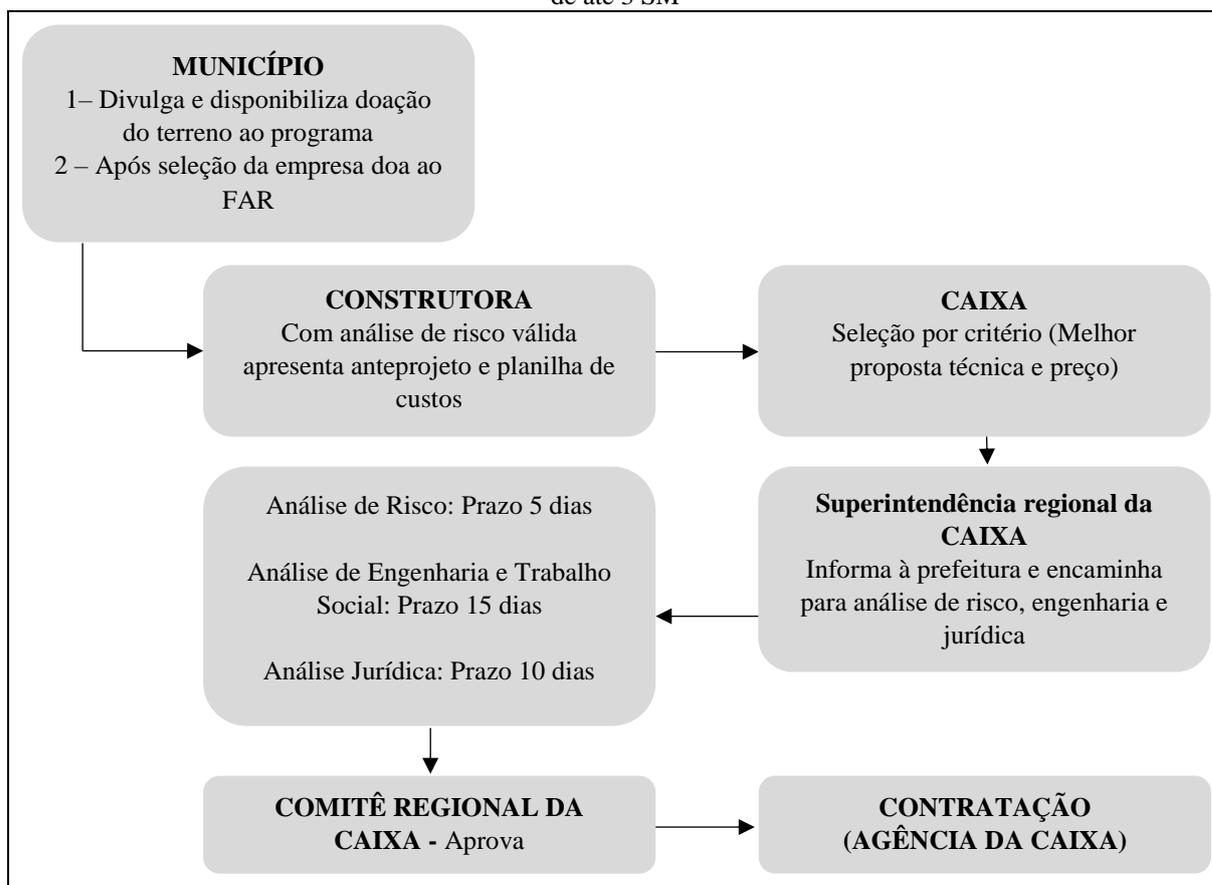
Analisando os dados divulgados pelo MDR (2019c), constantes no quadro 5, o qual apresenta os resultados globais de uma década de efetivação da política pública do PMCMV, pode-se concluir que o maior número de contratações de UH na faixa de renda 1, deu-se por meio da modalidade Empresas (FAR), representando 74,7% das contratações. Assim sendo, se considerado o total geral das contratações do PMCMV, obtém-se os seguintes dados: 33,2% dos contratos efetivados pela população que se enquadra na faixa de renda 1; 3,2% dos contratos gerados pela faixa de renda 1,5; 78,8%, representando o maior percentual de contratação do programa foi efetuado pela população com renda familiar correspondente à faixa 2, e 18% das contratações ocorreram na faixa de renda 3.

Nesse enfoque, importa ressaltar que o CHVSP instalado na cidade de Pato Branco/PR foi contratado pela modalidade Empresas (FAR), para faixa de renda 1, cuja modalidade e faixa de renda estão entre os mais contratados no programa.

Com relação ao funcionamento dos modelos operacionais, segundo as modalidades do programa, Cardoso e Aragão (2013, p. 35-40) explicam: A faixa 1 de renda do programa tem sua execução via FAR e a produção por “oferta”, ou seja, a construtora responsável pelo empreendimento define a localização e o projeto, aprova-o junto aos órgãos competentes, e ao final da execução da obra vende as UH a CEF sem gastos com incorporação imobiliária e comercialização. A CEF define o acesso as unidades por meio de lista de demandas, elaboradas pelo poder público municipal e a ela, repassada, ressaltando que a responsabilidade de cadastramento dessas famílias é exclusivamente da prefeitura. O município tem como incumbência realizar a doação de terrenos, “isenção tributária e desburocratização nos processos de aprovação e licenciamento e também na flexibilização das normas urbanísticas para permitir aumentar os índices de utilização do solo nos empreendimentos” (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 37).

O fluxo operacional com a doação de terra pelo Estado ou Município para a edificação de UH destinada a famílias com renda de até 3 SM, pode ser visto no quadro 6:

Quadro 6: Fluxo operacional com doação de terra pelo Estado/Município – Habitação para famílias com renda de até 3 SM

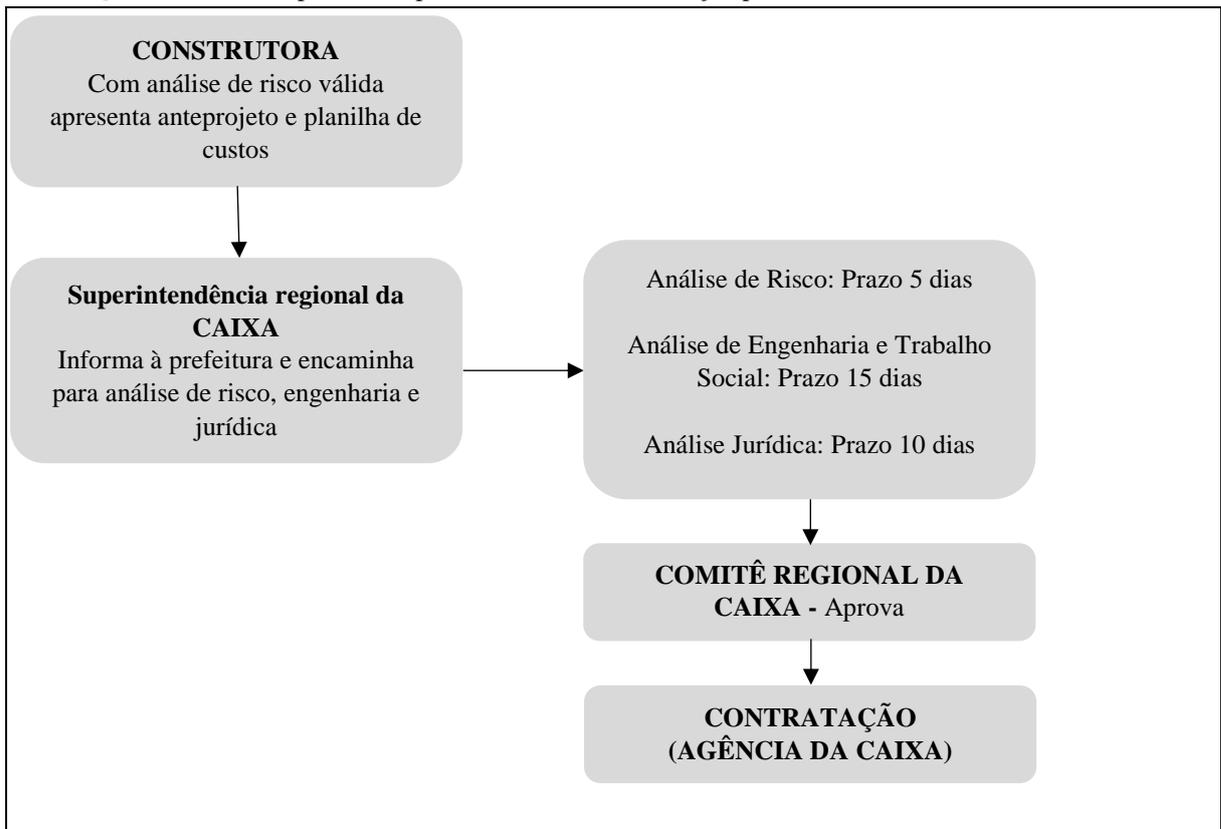


Fonte: Cartilha Minha Casa Minha Vida, (p. 19); Cardoso; Aragão, (2013, p. 37); organizado por Danielli, (2019).

O quadro acima exemplifica o fluxo operacional para construtoras, ainda dentro da faixa 1 do programa, o qual tem sua execução via Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), bem como, esquematiza as sete etapas no processo de licenciamento, quando há contrapartida do município na doação de terrenos. O prazo de análise do processo é de até 30 dias após a seleção da CEF.

Tratando-se dos empreendimentos para famílias com renda de até 3 SM, sem que haja contrapartida do município na doação de terra para edificação, observa-se que o processo é ainda menos burocrático, pois não envolve a participação direta do município na fase de elaboração e planejamento do empreendimento, já que compete a ele apenas dar diretrizes urbanísticas, analisar e aprovar os projetos de acordo com o PD e/ou LC. Observe-se o fluxo operacional para esta modalidade:

Quadro 7: Fluxo operacional para construtoras – Habitação para famílias com renda de até 3 SM



Fonte: Cartilha Minha Casa Minha Vida, (p. 19); Cardoso; Aragão, (2013, p. 39); organizado por Danielli, (2019).

O quadro 7 demonstra um encurtamento entre as etapas do processo, considerando que não há envolvimento do município, sendo a construtora responsável pela aquisição do terreno, elaboração do anteprojeto e planilha de custo. Para melhor compreender o processo de edificação dos conjuntos habitacionais do PMCMV, recorre-se ao estudo de Buonfiglio (2015) onde, de forma exímia, a autora elabora um roteiro de ação da gestão pública para atuação junto ao programa nesta modalidade, consoante segue:

Quadro 8: Roteiro de ação da gestão municipal no PMCMV

| ROTEIRO DE AÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA MCMV TERRA PRIVADA | ROTEIRO DE AÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA MCMV TERRA PÚBLICA |
|---|--|
| Intermediar a negociação da terra com proprietário particular, construtores, empresários e/ou vendedores de projetos (FAR) e/ou cooperativas (FDS). | Desapropriar terra privada ou disponibilizar terra pública. No caso de ser terra estadual ou da União, intermediar a negociação. |
| Reservar e demarcar a terra como AEIS/ZEIS no Plano Diretor. | |
| Intermediar o empreendimento com os agentes da construção: as empresas (FAR) ou cooperativas (FDS). Dar as diretrizes urbanísticas e decidir sobre as condições para aprovação do projeto habitacional (tipologias; requisitos (in)aceitáveis). | |
| | Preparar edital de chamamento para as áreas (com pontuação). |
| Analisar os projetos habitacionais e estudos afins (<i>masterplan</i> , projeto urbanístico; estudos de viabilidade, de massa, etc.). | Elaborar ou analisar os projetos habitacionais e estudos afins (<i>masterplan</i> , projeto urbanístico; estudos de viabilidade, de massa, etc.). |
| Organizar/Atualizar Cadastro Municipal (FAR) Inscrever e selecionar a demanda do cadastro municipal (FAR) Cadastrar a demanda no CADÚNICO Encaminhar demanda à Caixa econômica Federal Divulgar lista com a demanda do cadastro municipal (FAR) Promover reuniões e Audiências Públicas no caso da demanda do cadastro municipal (FAR) | |

Fonte: Buonfiglio, (2015).

O roteiro do quadro 8 simplifica e organiza as etapas de ação da gestão municipal para implantação de conjuntos habitacionais em terras privadas e terras públicas. Contudo, Buonfiglio, (2015) reforça que por vezes essas etapas não ocorrem na ordem apresentada, podendo, inclusive, ocorrer simultaneamente para um ou para vários empreendimentos. Nesse sentido, é possível perceber que:

Como se trata de um curso de ação dentro de um tempo-espço da gestão municipal, não só se desenvolve no interior dos órgãos gestores, junto à Administração Municipal, mas também envolve os demais aparelhos estatais em outras esferas (Bancos Públicos, Ministério das Cidades, Secretaria Estadual de Habitação) e, como tal percurso, não está isento de conflitos e disputas entre o poder público e demais agentes sociais (produtores do espaço, famílias inscritas na demanda ou outros agentes públicos da política), sobretudo na condução de dois processos cruciais que se podem resumir a grosso modo:

- a) Preparação da terra - conjunto de ações desencadeadas pelo poder público para realização do empreendimento; desde a definição/demarcção da terra até a concepção do empreendimento e licitação da obra;
- b) Preparação da demanda - conjunto de ações desencadeadas pelo poder público para atendimento da demanda, ou acompanhamento desta, no caso do PMCMV Entidades/FDS cuja atribuição é da(s) cooperativa(s).

Em maior ou menor grau, o Estado também pode atuar na escala do projeto habitacional, em sua formulação e concepção, incluindo a tipologia, o porte, o padrão construtivo, a tecnologia empregada e no Estudo de Viabilidade Urbana (EVU) do empreendimento⁷⁷.

Observando isto, é pertinente mencionar, ainda que de modo antecipado, já que o presente tópico não se destina a essa discussão, que o caso do CHVSP, instalado no município

⁷⁷ Ibidem, 2015, p. 245-46.

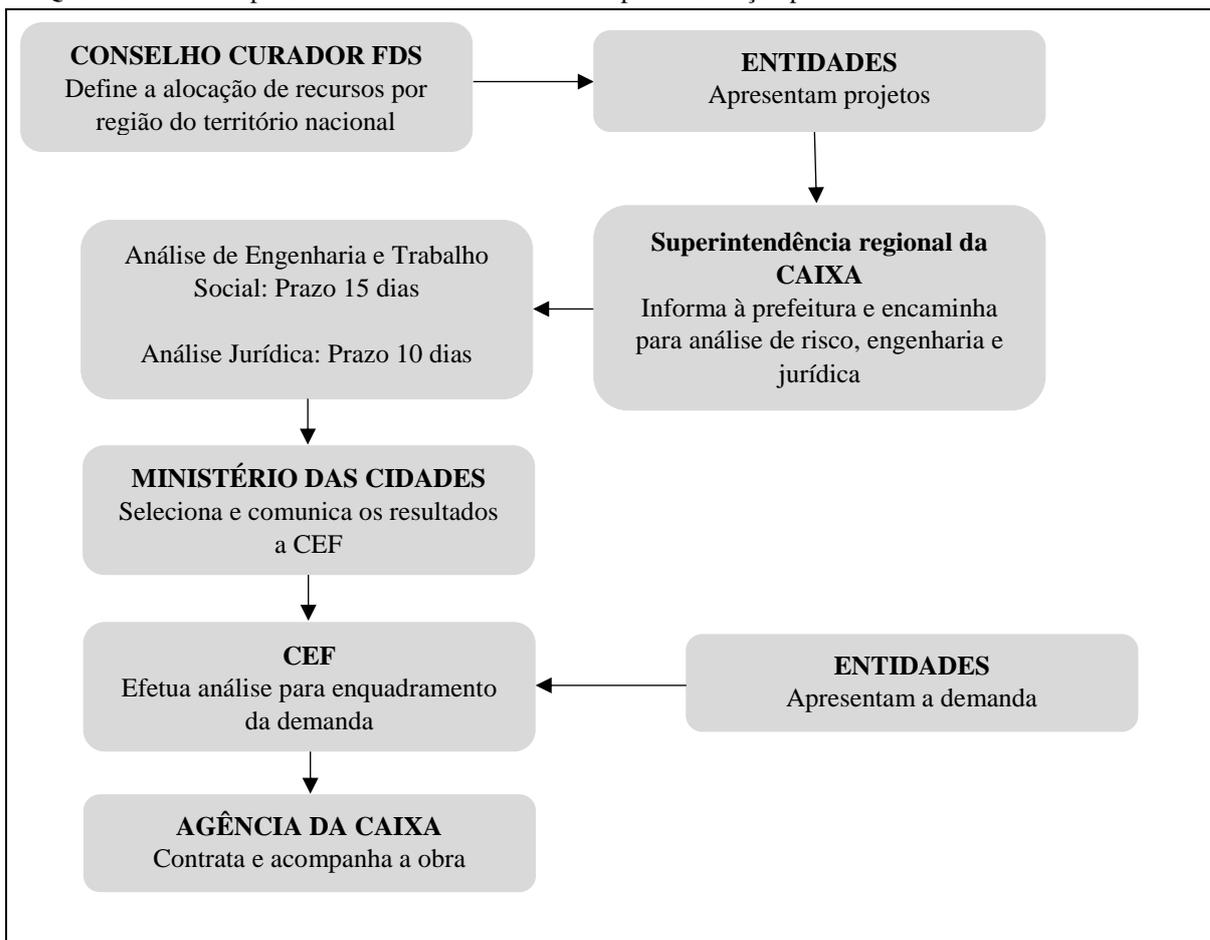
de Pato Branco e que constitui um dos objetos da presente pesquisa, se apresenta como um legítimo e prático exemplo do que a ilustre autora identificou em seu estudo.

A autora relata que caso o roteiro não seja “percorrido por nenhum gestor de alguma pasta específica de habitação, as negociações se desenrolarão da mesma forma em alguma outra esfera da administração pública”. Com base em sua experiência como gestora da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária do município de Rio Grande/RS no período de (2013 a 2016), afirma que essas negociações podem frequentemente ocorrer no “gabinete do prefeito assediado por empresários vendedores de projetos”. Contudo, por evidente, é necessário que o prefeito acate este empreendimento e que o projeto seja aprovado e liberado pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, em consonância com a inscrição e enquadramento da demanda pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Daí então o programa irá se rebater e se enraizar em alguma porção do território. De tal modo, percebe-se que no PMCMV houve certa relativização da necessidade de um órgão específico de habitação, “porque tal roteiro de ação pode se desenrolar em outro órgão gestor e/ou estrutura da gestão municipal” (BUONFIGLIO, 2015, p. 246).

Destarte, no capítulo 4 a pesquisa se desenrola ao trabalhar enfaticamente com a produção do espaço urbano, essencialmente sobre os objetos de estudo, abordando detalhadamente o processo de implantação do CHVSP. Convém afirmar que no decorrer da pesquisa de campo e amparado nos conhecimentos teóricos até aqui lançados, resta manifestamente claro que o empreendimento que originou o CHVSP é fruto de uma política pública aplicada em escala municipal e “definida em gabinete”.

Retomando a estruturação do PMCMV, a faixa 1 de renda do programa através da modalidade Entidades tem seu programa de crédito via Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Nesta modalidade, as entidades sem fins lucrativos como cooperativas, associações de moradias e etc., são responsáveis por apresentar os projetos junto à CEF, podendo esses ser em parceria com os estados e municípios. A CEF efetua as análises e, após conclusão, envia ao MCidades uma relação de projetos para seleção, que após selecionar retorna os projetos a CEF que aguardará a entidade selecionada apresentar a lista de beneficiários a serem atendidos. Por fim, a CEF efetua a análise de enquadramento dos beneficiários indicados, contrata a operação e acompanha a execução das obras. O quadro 9 exemplifica por meio de fluxograma o processo descrito (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

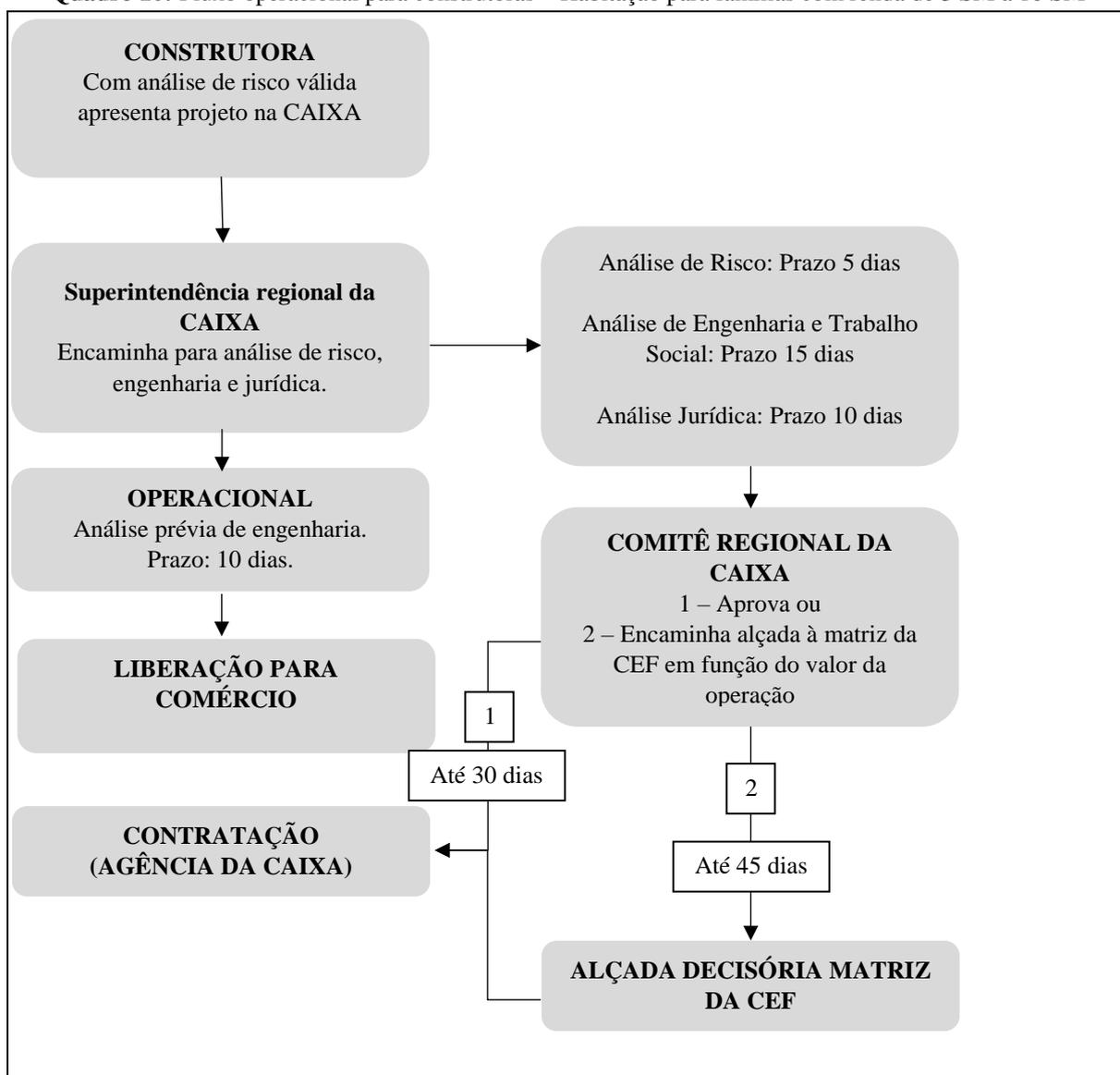
Quadro 9: Fluxo operacional do PMCMV Entidades para Habitação para famílias com renda de até 3 SM



Fonte: Cardoso; Aragão, (2013, p. 38), organizado por Danielli, (2019).

As faixas 2 e 3 do programa, que compreendem rendas familiares de 3 a 10 SM tem financiamento via FGTS. Nesta modalidade as construtoras e incorporadoras são responsáveis por apresentarem os projetos a CEF que realiza uma pré-avaliação e autoriza o lançamento e a comercialização. Quando comprovado a comercialização mínima exigida, é assinado o contrato financeiro à produção. A comercialização das UH é de responsabilidade das construtoras, podendo ser feita através dos “feirões” da caixa, havendo a possibilidade de que os beneficiários consigam a liberação de uma carta de crédito junto a CEF para buscarem no mercado imobiliário uma moradia para aquisição. Esse fluxo de operação pode ser visto de forma sintética no quadro 10.

Quadro 10: Fluxo operacional para construtoras – Habitação para famílias com renda de 3 SM a 10 SM



Fonte: Cartilha Minha Casa Minha Vida, (p. 21); Cardoso; Aragão, (2013, p. 39); organizado por Danielli, (2019).

Os municípios com menos de 50 mil habitantes participam da categoria “sub 50”, onde o financiamento é operado através de agentes financeiros privados e não mais pela CEF. A operacionalização dá-se via oferta pública de recursos. As instituições financeiras se inscrevem e a CEF seleciona, e juntamente com o MCidades define e publica a quantidade de recursos destinados a cada agente. Nesse ponto, cada região é gerenciada por um determinado agente Financeiro. O MCidades recebe via site, o cadastro de propostas dos entes federados, que são selecionados tendo como referência o quantitativo de déficit habitacional municipal. Os agentes financeiros são responsáveis pela análise de risco e contratação das propostas selecionadas, mantendo o ministério informado sobre as contratações (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

Diante das observações feitas sob os percursos da política do PMCMV se torna visível a aproximação entre o mercado imobiliário e a política habitacional. Desse modo, um efeito observado é de que mesmo utilizando os recursos públicos, através de subsídios, essa política pública urbana beneficia diretamente os proprietários de terra e as construtoras e incorporadoras, além, é claro, dos beneficiários finais do programa.

Analisando isoladamente a questão imobiliária é possível constatar que o mercado imobiliário encontra grandes dificuldades de implantar novas unidades habitacionais bem localizadas e que contem com infraestrutura satisfatória de equipamentos públicos, dado os vultuosos valores das terras urbanizadas. Nesse sentido, não resta outra alternativa senão edificar em locais afastados da malha urbana e carentes de infraestrutura. Contudo, o resultado poderia ser diferente se na esfera de governo municipal fossem colocados em prática instrumentos eficientes da política pública habitacional.

O Estado em suas três esferas municipais possui diferentes instâncias e atribuições. Nesse sentido, cabe uma atenção especial do leitor no que tange o percurso que percorre uma política pública desde o planejamento na escala federal até a efetiva aplicação na esfera municipal. No PMCMV, por exemplo, é na escala federal que são elaboradas as principais diretrizes e parâmetros do programa, muitas vezes, no nível Estadual é que ocorrem o financiamento de obras de infraestrutura, transporte, saneamento, iluminação e etc. Na escala municipal decorrem todos os processos de análises e concessões de benefícios para que seja efetivada a implantação dos projetos, ainda em escala local, há constantes influência dos demais agentes, sobretudo os promotores imobiliários e a constante disputa pelo solo urbanizado (FERREIRA, 2012). É preciso citar que nem sempre o financiamento de obras de infraestrutura e de equipamentos públicos de uso comunitário é feita pelo Estado, sendo que, por vezes, esses investimentos são provenientes do Poder Público Federal e até mesmo do Poder Público Municipal, podendo ainda ser uma obra com recursos mistos.

Nesse ponto, as principais ideias do autor sobre as “limitações para garantia da qualidade arquitetônica e urbanística e responsabilidades dos agentes envolvidos” (FERREIRA, 2012 p. 47-52), na produção dos empreendimentos do PMCMV, podem assim serem visualizadas:

Quadro 11: Atribuições de cada esfera envolvida no processo de produção e execução do PMCMV

| AGENTE | RESPONSABILIDADES DOS AGENTES RELATIVAS AO PMCMV |
|-----------------|---|
| GOVERNO FEDERAL | <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração das diretrizes gerais da Política Urbana e da Política Habitacional nacional. • Responde pela elaboração do PMCMV. • Define sua operacionalização, as fontes e o montante de recursos mobilizados para sua execução e a forma de distribuição nacional. • Estabelece diretrizes e fixa as regras para aquisição e produção das unidades habitacionais, acompanha e avalia o desempenho do programa, entre outras atribuições. • Responsável por promover a integração entre as esferas do governo, visando a implementação de políticas públicas. |
| ESTADOS | <ul style="list-style-type: none"> • Têm importante participação na aplicação das leis sobre uso e ocupação do solo, principalmente nas áreas de jurisdição estadual, como as áreas de proteção ambiental (APAs, APPs, Mananciais). • Respondem pela aprovação dos projetos localizados nessas áreas sensíveis e de projetos de grande porte, com impacto em mais de um município. • São muitas vezes responsáveis pela infraestrutura de transporte, saneamento, iluminação e etc. • Por vezes, são responsáveis pela viabilização de recursos para execução dos empreendimentos. |
| MUNICÍPIOS | <ul style="list-style-type: none"> • São responsáveis pela condução, elaboração e aplicação da política territorial e urbana. • São responsáveis pela elaboração dos planos diretores e das leis de uso e ocupação do solo urbano. • Encarregados pelo gerenciamento do banco de terras públicas, pela participação no mercado de terras privado e localização dos empreendimentos habitacionais. • Respondem pela aprovação dos projetos e definem as medidas mitigadoras a serem executadas pelo agente promotor. • Têm por dever exigir compensações ambientais e urbanísticas e ações que objetivem a redução dos impactos provocados pelos empreendimentos habitacionais. |
| CEF | <ul style="list-style-type: none"> • Agente financeiro que concede financiamento às construtoras, incorporadoras ou diretamente ao usuário, mediante avaliação e aprovação do projeto e/ou imóvel. • Define normas e critérios técnicos indispensáveis à aprovação dos projetos e analisa a viabilidade técnica, jurídica e econômico financeira. • Elaboram documentos utilização interna da Caixa, que contêm os parâmetros mínimos adotados para análise de viabilidade técnica de propostas de empreendimentos e acompanhamento de obras vinculadas a operações de Crédito Imobiliário. • Orientam a atividade de análise técnica de engenharia e arquitetura em propostas de intervenções de interesse público, e estabelecem diretrizes para as atividades de avaliação de imóveis, assim como para os estudos de velocidade de vendas de empreendimentos imobiliários. • Exige dos municípios o comprometimento com a instalação de equipamentos e serviços públicos no entorno do empreendimento. • Acompanha a execução das obras contratadas. • Na entrega do empreendimento a caixa exige que os empreendimentos tenham “habitabilidade mínima” e “funcionalidade plena”, essas exigências são feitas com base na NBR 9050; NBR 15220; NBR 15575 e normatização ISO 6241; bem como baseadas em manuais da própria CEF. • Selo azul da CEF: certificação de sustentabilidade do projeto habitacional de participação voluntária, que visa ao uso racional de recursos naturais na construção, redução de custo de manutenção e diminuição do impacto ambiental. A caixa verifica, durante a análise de viabilidade técnica do empreendimento, O atendimento aos critérios estabelecidos, que se dividem em qualidade urbana, projeto e conforto, eficiência energética, conservação de recursos materiais, gestão da água e práticas sociais. |

| | |
|----------------------------------|--|
| BANCOS PRIVADOS | <ul style="list-style-type: none"> Podem atuar no PMCMV como agentes financeiros, com exceção da faixa 1, pois os empreendimentos de 0 a 3 SM são administrados exclusivamente pela Caixa, em virtude de serem realizados com recursos do FAR. |
| CONSTRUTORAS E INCORPORADORAS | <ul style="list-style-type: none"> Desenvolver, elaborar, aprovar e executar os empreendimentos. É de responsabilidade das construtoras e incorporadoras envolver e dar espaço aos profissionais da arquitetura, para promover soluções arquitetônicas e urbanísticas inovadoras, originais, adequadas à realidade de cada local, econômicas, e de grande qualidade. Responsabilidade sobre os resultados da urbanização dos novos empreendimentos do PMCMV. Têm por isso obrigação de assumir as responsabilidades quanto à sustentabilidade e efeitos futuros da urbanização que promovem, em relação à qualidade da arquitetura que produzem, em relação ao espaço público e à cidade. |

Fonte: Ferreira, (2012, p. 47-52); adaptado por Danielli, (2019).

Visando complementar as informações trazidas pelo autor, cabe uma análise acerca do contido na Portaria Nº 168, de 12 de abril de 2013, emanada do MCidades, a qual dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no FAR, no âmbito do PNHU, integrante do PMCMV (BRASIL, 2013b). Essa portaria subsidia com informações que levam a compressão do processo de tomada de decisões nos projetos urbanísticos dos empreendimentos do programa. Tal abordagem é necessária visto que nas etapas contínuas da pesquisa, será realizada uma breve análise das infraestruturas urbanas e dos equipamentos de uso comunitário do entorno dos objetos de estudo, com a finalidade de compreender a dimensão estrutural do bairro, e se necessário, sugerir medidas corretivas, compensatórias e mitigadoras.

Segundo o texto da portaria mencionada em linhas anteriores, vigoram como diretrizes gerais para elaboração dos projetos dos empreendimentos, o seguinte:

2.1 O empreendimento deverá estar inserido na malha urbana ou em zonas de expansão urbana, assim definidas pelo Plano Diretor. 2.1.1 O empreendimento localizado em zona de expansão urbana **deverá estar contíguo à malha urbana e dispor, no seu entorno, áreas destinadas para atividades comerciais locais.** 2.2 **O empreendimento deverá ser dotado de infraestrutura urbana básica:** vias de acesso e de circulação pavimentadas, drenagem pluvial, calçadas, guias e sarjetas, rede de energia elétrica e iluminação pública, rede para abastecimento de água potável, soluções para o esgotamento sanitário e coleta de lixo. 2.2.1. As **redes de energia elétrica e iluminação pública, abastecimento de água potável e as soluções para o esgotamento sanitário, deverão estar operantes** até a data de entrega do empreendimento ou da respectiva etapa. 2.6 O empreendimento deverá conter equipamentos de uso comum, no mínimo de 1% (um por cento) do valor da edificação e infraestrutura, obrigatoriamente na seguinte ordem: a) espaço coberto para uso comunitário, b) espaço descoberto para lazer e recreação infantil, c) quadra de esportes; 2.7 O projeto do empreendimento deverá estar acompanhado de declaração de viabilidade operacional emitida pelas concessionárias de saneamento e de energia elétrica. 2.7.1. Nos casos em que a viabilidade depender da construção de sistemas de saneamento: a) o projeto técnico deverá atender às diretrizes da

concessionária, e b) a concessionária ou o poder concedente deverá responsabilizar-se pela operação do sistema a ser implantado. 2.7.2. As redes e sistemas de saneamento poderão ser doados pelo FAR. 2.8 As **famílias residentes no empreendimento, com crianças em idade escolar, deverão ser atendidas, por escolas de educação infantil e de ensino fundamental localizadas, preferencialmente, no entorno do empreendimento.** 2.9 **Todas as unidades habitacionais destinadas a pessoas com deficiência, ou a famílias das quais façam parte pessoas com deficiência, deverão ser adaptadas de acordo com o tipo de deficiência** (*grifo nosso*).

A portaria é enfática, exprimindo principalmente nos itens 2.1; 2.1.1; 2.2; 2.2.1; 2.8 e 2.9 a preocupação do programa em construir UH com “qualidade urbanística”. Para tanto, deixa claro que os empreendimentos precisam ser implantados em zonas urbanas ou zonas de expansão urbana, dotadas de infraestruturas e com condições aptas a propiciarem o que se revela, perfilhado no espírito literário de Lefèbvre (2001), constituir um dos fatores básicos para o exercício do direito à cidade.

Nada obstante, inexistente garantia alguma na legislação do programa que assegure a efetivação dessas infraestruturas urbanas e equipamentos públicos de uso comunitário antes da entrega do empreendimento às famílias contempladas. Sendo assim, é nítida a ausência dessa articulação na política urbana, especialmente no que se refere à localização dos empreendimentos na malha urbana.

É interessante observar que a hegemonia do setor privado como agente produtor dos empreendimentos do programa apresenta uma série de implicações, pois se encontram em constante busca pela maximização e valorização dos investimentos. As construtoras buscam incansavelmente por terrenos mais baratos que na grande maioria das vezes estão localizados em áreas afastadas de pontos centrais, com ausência de infraestrutura e de equipamentos públicos. Essa medida não visa a redução do valor da UH para o consumidor, pelo contrário, tem como objetivo ampliar as margens de lucro, aumentando o capital imobiliário que por sua vez serve aos interesses do capital financeiro. Há de se considerar que essa estratégia traz consigo um aumento imensurável no “custo social”, pois os adquirentes terão maiores gastos devido à má localização desses empreendimentos (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

Logo após o lançamento do PMCMV, Bonduki (2009) publicou um texto revelando uma tendência de localização periférica dos empreendimentos, salientando que muitos conjuntos habitacionais seriam construídos em área carentes de infraestrutura urbana e equipamentos públicos.

Nesse viés é que o PLANHAP propôs uma ação estratégica, denominada “subsídio localização”, que consiste na concessão de um valor adicional para estimular a implantação de

empreendimentos em áreas centrais e consolidadas, por conseguinte, mais valorizadas. A não aplicação deste dispositivo no PMCMV acabou fomentando a localização periférica dos empreendimentos em áreas carentes de empregos e sem infraestrutura,⁷⁸ comprometendo o alcance dos objetivos do programa. Esse subsídio “poderia ser um condicionante para o PMCMV 3, rompendo o padrão periférico de segregação socioespacial reproduzido pelos Programas 1 e 2”, contudo, infelizmente isso não ocorreu (BUONFIGLIO, 2015, p.258).

O fator localização periférica dos conjuntos habitacionais do PMCMV se concretiza no momento da efetivação desta política pública em nível municipal. Isso ocorre pelo fato de que a CF de 1988 reforçou o papel dos municípios e a sua representatividade na definição de parâmetros de uso e ocupação do solo. Entretanto, por vezes os municípios não consideram e colocam em prática os instrumentos previstos no EC, o qual tem como intuito democratizar a gestão das cidades através de instrumentos de gestão, máxime se considerar que a aplicação destes instrumentos tem como propósito a efetivação dos princípios constitucionais de participação popular e gestão democrática da cidade e da busca pela garantia da função social da cidade e da propriedade.

É ressaltado que se o poder público municipal fizesse valer os instrumentos⁷⁹ previstos no EC no momento da elaboração dos PD e na posterior regulamentação desses instrumentos, como LC, entre outros instrumentos legais e normativos, o cenário da habitação popular poderia ser completamente diferente. É fato que os interesses privados aliados a segmentação da política urbana acabaram deturpando a ideia inicial do programa. Entretanto, mesmo com avaliações adversas o PMCMV se apresenta como uma política pública eficaz, geradora de milhares de empregos e produtora de quatro milhões de moradias, o que, inegavelmente, significou a melhoria na condição de vida de quatro milhões de famílias brasileiras.

Analisando a trajetória do programa em suas três fases, é defensável os apontamentos de Parmezani (2013), ao afirmar que sob o ponto de vista econômico o referido programa funcionou de forma satisfatória, pois no que tange a “superação” da crise de 2008 e o

⁷⁸ Id., 2014.

⁷⁹ Referimo-nos, neste caso, especificamente sobre os seguintes instrumentos de gestão: o Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios – (PEUC) previsto no Art. 5º do EC, o qual refere-se a “Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação” e em caso de “descumprimento das condições e dos prazos previstos na forma do *caput* do Art. 5º desta Lei, [...] o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos”, por fim, o Art. 8º instruí que “decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública” (BRASIL, 2001).

aquecimento do mercado imobiliário, os resultados se mostraram positivos. A execução dos programas acabou por favorecer setores privados da construção civil ligados a grandes empreiteiras, essencialmente impulsionados pelo amplo volume de obras criado por meio da implantação do PMCMV nas cidades brasileiras, superaquecendo o mercado imobiliário.

É necessário salientar que as políticas públicas promovem mudanças em nossas cidades no momento em que tais modificações transformam a própria cidade em fonte de lucro, visto que todo planejamento territorial passa de forma direta ou indireta pelo mercado imobiliário. Como consequência, o processo de produção do espaço urbano “do ponto de vista da reprodução econômica, contará com a interferência do Estado no sentido de manter as condições para a sua realização, ao mesmo tempo em que, impõe sua dominação no espaço aprofundando as contradições advindas da extensão do valor de troca”, “assim a segregação é expressão do desdobramento da contradição que produz e reproduz o espaço urbano” (CARLOS, 2007, p.76). Dito isto, ressalta-se que esse espaço não é apenas um meio de reprodução do capital, mas, condição para reprodução da vida humana, sendo, portanto, uma relação dialética social e histórica da criação da própria sociedade.

Essa reflexão é lançada no intuito de subsidiar a discussão acerca do PMCMV, desde o seu lançamento, analisando-se pontos relacionados à morfologia urbanística e a qualidade arquitetônica das UH, sobretudo, da tendência de periferização dos seus empreendimentos, dada a alta valorização fundiária. Posto isso, impõe lembrar que, de acordo com Ferreira (2012) a má qualidade arquitetônica e urbanística dos empreendimentos não decorre apenas da conduta do mercado imobiliário e da própria construção, mas, de todos os agentes envolvidos no processo, seja na aprovação dos projetos ou então na liberação de financiamento para sua produção.

É importante que se reconheça a atuação estratégica do Estado capitalista na produção das políticas públicas urbanas voltadas ao mercado da habitação popular, assim como, o longo percurso da mesma que vai desde o planejamento à sua execução.

O PMCMV completa uma década de existência e durante todo este período vem interferindo positivamente na vida da família do trabalhador menos favorecido e com baixo orçamento familiar. Assim, o acesso ao programa para esse público, garante a oportunidade de adquirir com condições facilitadas o seu imóvel próprio, o que constitui um anseio de milhares de brasileiros.

O capítulo sequencial procura investigar a lógica de produção do espaço urbano no município de Pato Branco/PR, especificamente nas áreas do Bairro São João e no CHVSP,

trazendo aspectos históricos e contemporâneos da formação socioespacial do município e dos objetos de estudo, analisando-se leis, explorando documentos e averiguando fatos relevantes.

4. FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL: CONTEXTUALIZANDO E EXPLORANDO OS OBJETOS DE ESTUDO

O autor Henri Lefèbvre conceitua o urbano como produto do trabalho humano, constituído por relações contraditórias, não apenas como teoria da organização da cidade, mas como lugar de expressão de conflitos⁸⁰. Nessa linha de pensamento, afirma que só é possível compreender a cidade em sua totalidade, considerando e resgatando suas origens, interfaces e outros fenômenos. Deste modo, não é possível compreendê-la como fragmento, destituindo-a de sua história.

Tomando como ponto de partida as considerações do autor, o capítulo em questão busca descrever acerca do processo histórico de formação territorial do município, elencando fatos relevantes desde a época de colônia até a sua emancipação, abordando aspectos importantes para a temática de pesquisa, possibilitando dissertar sobre os processos de formação socioespaciais do bairro São João e do CHVSP, formando uma base histórica e contemporânea, indispensável para a efetivação da metodologia da pesquisa, pois propicia o conhecimento histórico necessário para compreensão dos processos de formação espacial e demonstra a realidade socioespacial atual, que constituem elementos imprescindíveis para a realização de uma pesquisa de campo com pleno êxito.

Igualmente, neste capítulo foi realizada uma abordagem sobre as principais legislações urbanísticas em vigência no município e as questões urbanas particulares que de alguma forma impactaram ou ainda impactam direta ou indiretamente nos objetos de estudo.

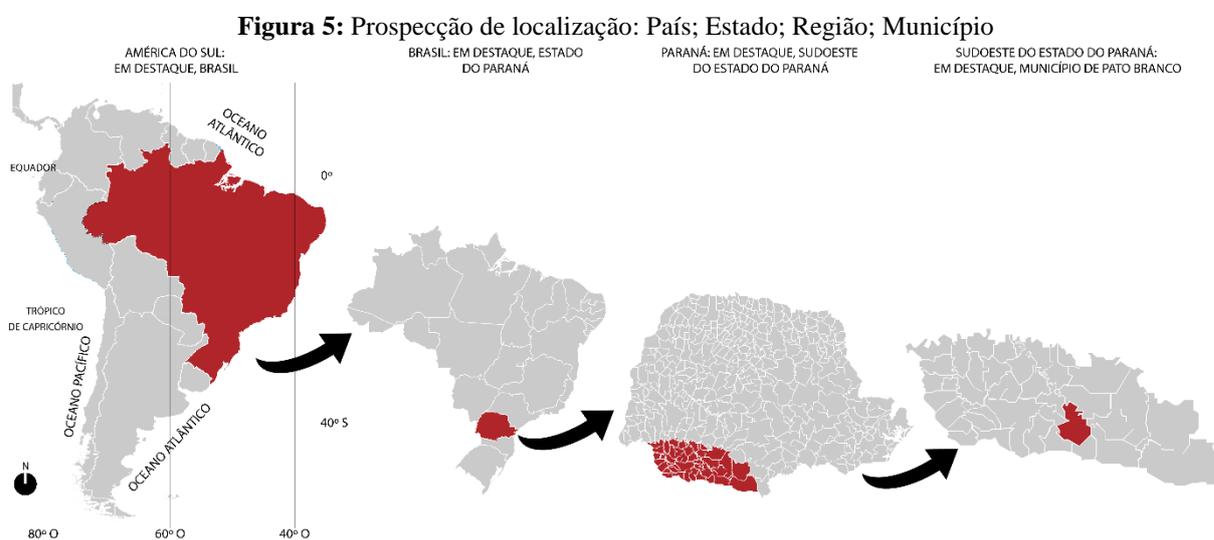
4.1 RESGATE HISTÓRICO DE PATO BRANCO: DE COLÔNIA A MUNICÍPIO

Históricamente, sabe-se que a ocupação do território que hoje corresponde ao Estado do Paraná começou por volta do início do século XVI. Nesse período, portugueses e paulistas começaram a adentrar no território em busca de índios para o trabalho escravo e extração de ouro. Até o século XIX o território pertencia à província de São Paulo, tendo sua autonomia no ano de 1853, por imigrantes europeus vindos principalmente da Alemanha, Itália e Polônia.

O Estado do Paraná está localizado na região Sul do Brasil e é composto por 399 municípios, tendo como capital a cidade de Curitiba. Segundo dados do IBGE para o ano de

⁸⁰ (LEFÈBVRE, 2008b).

2015, o Paraná concentra em seu território uma população de aproximadamente 11,1 milhões de habitantes. Sobre sua localização geográfica a figura 5 ilustra seus limites e confrontações em uma prospecção até o município de Pato Branco.



Fonte: Danielli, (2019).

Ainda nos tempos do Brasil Colônia, o sudoeste do estado do Paraná era disputado por Santa Catarina e São Paulo. De antemão, sabe-se que o território do sudoeste do Paraná era rico pelas suas terras férteis e pela cobertura vegetal de mata e pinheiros que existiam em toda a região. No ano de 1853⁸¹ foi criada a província do Paraná, quando a disputa territorial passou a ser entre Paraná e Santa Catarina. A região também era disputada pela República Argentina, a qual pleiteava que os limites de fronteira fossem pelos rios Chapecó e Chopim até o rio Jangada.

Em 05 de fevereiro de 1885 o Brasil ganhou a disputa por decisão do Presidente dos Estados Unidos, Stephen George Cleveland, o qual foi convocado para definir a delimitação, pois não houve acordo entre os presidentes Floriano Peixoto, Presidente do Brasil e Luiz Sáenz Pena, Presidente da República Argentina, naquela época. Os limites de fronteira foram fixados seguindo os rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu, e não pelos rios Chapecó e Chopim até o rio Jangada (PIZATO, 2016).

O sudoeste do Paraná pertenceu até a data de 16 de outubro de 1884 ao município de Palmas⁸². Por meio da Lei Provincial Nº 789, foi elevado a categoria de Freguesia (Paróquia) e passou a ser chamado de Bela Vista de Palmas, passando a categoria de município na data de

⁸¹ No ano de 1853, o Paraná deixou de ser Comarca de São Paulo, emancipando-se politicamente (PIZATO, 2016).

⁸² Se faz referência ao município de Palmas, no estado do Paraná.

28 de junho de 1891. Em 29 de março de 1909 foi nomeado como Clevelândia por meio da Lei Nº 842.

Destaca-se, que o sudoeste tinha povoados desde o ano de 1903, concentrados nas regiões de Barracão, Santo Antônio do Sudoeste, Campo Erê e Santanta, com destaque para um povoado chamado Canela, que algum tempo depois passou a se chamar Colônia Bom Retiro e, tempo depois, Pato Branco (PIZATO, 2016).

No ano de 1901, Santa Catarina retoma o conflito junto ao Supremo Tribunal Federal – (STF) em uma ação a qual reivindicava a fronteira do Paraná.

No início da República os catarinenses ingressaram com uma ação no Supremo Tribunal Federal e, em 1904, conseguiram uma sentença favorável aos limites pleiteados junto ao Estado do Paraná. Os paranaenses entraram com recursos e embargos, mas nos anos de 1909 e 1910 Santa Catarina teve sua sentença favorável confirmada pelo STF. Apesar da vitória na justiça, o governo paranaense não se submeteu ao resultado, arguindo a inconstitucionalidade da decisão e colocando todo o peso político do Estado para evitar a execução da sentença. Permanecia o impasse sobre a jurisdição sobre os territórios contestados (MACHADO, 2019, p. 01).

E nesse sentido, o território em disputa, com um total de 48.000 km², ficou cohecido como “Contestado”. A batalha e as desavenças teve lutas fratricidas, sangrentas e políticas, entre esses dois Estados, perdurando por quinze anos.

Segundo Machado (2019), em setembro de 1916 após o fim da guerra, os Estados de Santa Catarina e Paraná selaram um acordo e assinaram um documento que reconhecia os limites de fronteira dos Estados, sob ordem do Presidente da República Wenceslau Brás, “as saliências de Timbó e de Itaiópolis e Papanduva ficariam com Santa Catarina e os Campos de Palmas foram divididos, quase ao meio, pelos dois Estados”. Essa versão histórica é corroborada por Pozza (2014), segundo o qual o Paraná ficou com aproximadamente 20.000 km² de áreas e o estado de Santa Catarina com aproximadamente 28.000 km² de área.

Após a divisão de fronteiras, o primeiro município a se emancipar no estado do Paraná foi Guarapuava, no ano de 1871, seguido por Palmas no ano de 1879 e o terceiro foi Clevelândia, em 1909. Clevelândia recebeu essa denominação em homenagem ao Presidente dos Estados Unidos Stephen George Cleveland (PIZATO, 2016).

Em 7 de maio de 1918, o governo do estado do Paraná criou a Colônia Bom Retiro no interior do município de Clevelândia através do Decreto nº 382, com intuito de abrigar os paranaenses remanescentes da Guerra do Contestado. Foi então contratado o engenheiro civil Francisco Gutierrez Beltrão e o agrimensor Carlos Coelho Júnior que efetuaram a medição da área e divisão em lotes da Colônia Bom Retiro (DARTORA, 2014).

A partir do ano de 1919, a ocupação se deu por migrantes, imigrantes, caboclos e portugueses (POZZA, 2014). Na época, a atividade industrial ervateira se destacava na região, movida pelos altos preços no mercado argentino, o que contribuiu para o povoamento e o desbravamento da região no sudoeste do Paraná.

A grande maioria de pioneiros vieram do estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina entre 1919 e 1924. O povoado ganhou nome de Vila Nova de Clevelândia, e com o passar dos anos recebeu novas levas de colonos e agricultores, o que promoveu um aumento populacional (PIZATO, 2016).

Ao assumir o governo no ano de 1930, o Presidente Getúlio Vargas ficou conhecendo a verdadeira situação de abandono das faixas de fronteira. No ano de 1932, surgiu a idéia de criar dez territórios, entre eles o território do Iguazu. Manoel Ribas, na época prefeito de Santa Maria/RS, foi convocado por Getúlio Vargas para ser interventor do Paraná, passando a intensificar os movimentos da marcha para o oeste, visando ocupar as grandes áreas abandonadas pelos governos estaduais (POZZA, 2014).

No ano de 1929, na eleição de âmbito estadual, foi instalada a primeira urna da Colônia Bom Retiro. Getúlio Vargas e Manoel Ribas, preocupados com a crescente presença de argentinos e paraguaios na região, instalaram em 1933, a 6ª Inspetoria de Terras, a qual era comandada pelo engenheiro civil Duílio Trevisan Beltrão, visando avançar com os trabalhos de colonização das terras. Duílio foi o responsável por fazer o primeiro projeto urbanístico de Vila Nova Pato Branco (PIZATO, 2016).

Foi em 12 de maio de 1943 que o governo Getúlio Vargas instituiu a CANGO⁸³ (Colônia Agrícola Nacional General Osório), através do Decreto 12.417, a qual era comandada pelo lapeano Eduardo Viermond Suplicy, que viera para o sudoeste do Paraná para colonizar 300 mil hectares com o assentamento de agricultores nas glebas Missões e Chopim (DARTORA, 2014). Entretanto, o destino inicial da CANGO era o povoado de Marrecas, atual município de Francisco Beltrão, mas ela acabou se instalando em Vila Nova Pato Branco, pois a única estrada transitável por veículos que dava acesso ao sudoeste, era a Estratégica⁸⁴. A Colônia ficou instalada em Vila Nova Pato Branco até o começo de 1948 e gerou aproximadamente 100

⁸³ A CANGO era encarregada da administração das glebas Missões e Chopim, estava subordinada ao Ministério da Agricultura através do DTC (Divisão de Terras e Colonização). Em 1954 passou por um órgão recém-criado, o INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização) (POZZA, 2014).

⁸⁴ O nome da estrada, Estratégica, foi dado em função da sua importância para a colonização da fronteira com a República Argentina. A Estratégica foi a rodovia mais importante para o progresso do Sudoeste, passava pelo centro das cidades e vilas, como por exemplo: Mariópolis, Clevelândia, Palmas, Irati, Jangada, União da Vitória, Paulo Frontin, Mallet, Rebouças, Palmeira, Campo Largo e Curitiba (POZZA, 2014).

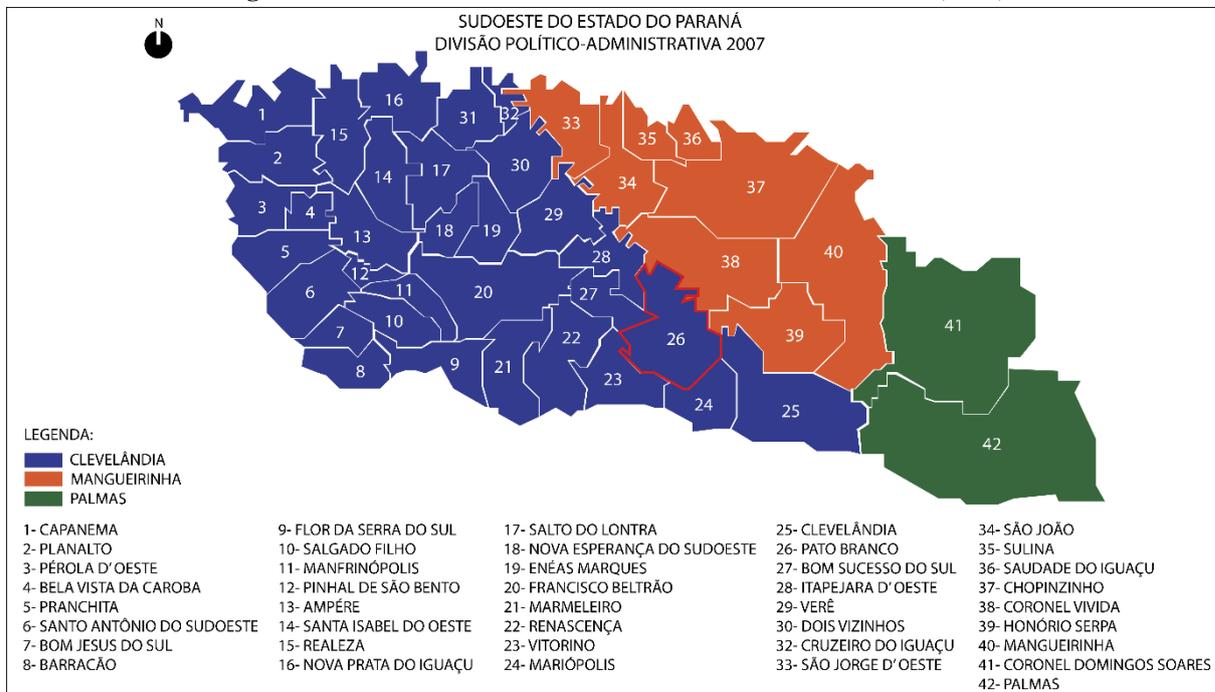
empregos, quando então, transferiu toda sua estrutura para Marrecas. Nesse período chegavam em Vila Nova Pato Branco cerca de dez a quinze mudanças por dia, vindos principalmente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (POZZA, 2014). E neste sentido, afirma-se que:

Quem realmente trouxe o progresso foi a CANGO, que em seus quatro anos de Vila Nova Pato Branco, iniciou o povoamento e a colonização da região Sudoeste. Hoje não restam dúvidas que os primeiros migrantes de Missões e Chopin foram trazidos por ela, que abriu estradas, montou uma serraria para construir casas, inclusive deixou a Estratégica transitável até Marrecas (POZZA, 2014, p. 36).

Vila Nova Pato Branco ainda era Colônia de Clevelândia. Em 11 de outubro de 1947, através da Lei Nº 02, de 11 de outubro de 1947, o Prefeito Crescêncio Martins elevou Vila Nova de Pato Branco, município de Clevelândia, à categoria de Distrito Administrativo (POZZA, 2014). Três anos mais tarde, a eleição de Getúlio Vargas como presidente da República em outubro de 1950, teve um papel fundamental na emancipação do município.

Observando a figura esquemática, a qual ilustra a Divisão Político-Administrativa do Sudoeste do Paraná, é possível compreender com maior clareza o processo de formação do território e, conseqüentemente, a emancipação do município de Pato Branco. Observe-se:

Figura 6: Divisão Político-Administrativa do Sudoeste do Paraná (2007)



Fonte: IPARDES, (2009); elaborado por: Danielli, (2019).

Até o ano de 1950, o Sudoeste do estado do Paraná era formado por apenas três municípios: Clevelândia, Mangueirinha e Palmas, conforme ilustração acima. Desse ano até o

ano de 2000, ocorreram sucessivas fragmentações em sua divisão político-administrativa, dando origem aos demais municípios. Atualmente, a realidade é bastante diferente, o território hoje é formado por 42 municípios, apresentando o Sudoeste do Paraná um grau de urbanização de aproximadamente 66%.

Prosseguindo na história a cerca da emancipação do município de Pato Branco, consta que em 31 de janeiro de 1951, Getúlio Vargas assumiu a Presidência da República; Bento Munhoz da Rocha Neto assumiu o governo do estado do Paraná; Cândido Machado de Oliveira Neto e Antônio Anibelli assumiram a Assembleia Legislativa Estadual, sendo que Antônio Anibelli foi eleito presidente do legislativo estadual. Neste mesmo ano, fora apresentado e aprovado o projeto de emancipação de Pato Branco (POZZA, 2014).

O município foi emancipado pela Lei nº 790, de 14 de novembro de 1951, onde o governo do Paraná criou o município e registrou como Pato Branco, como vinha sendo conhecida a Colônia Bom Retiro/Vila Nova, juntamente com outros municípios da região, como: Francisco Beltrão, Capanema, Santo Antônio do Sudoeste e Barração.

Nascia assim, a cidade de Pato Branco, que carrega esse nome em decorrência do rio de igual denominação, que banha a região, o Rio Pato Branco. Contudo, a instalação do município ocorreu somente em 14 de dezembro de 1952, data em que coincide com a posse do primeiro Prefeito de Pato Branco, Plácido Machado⁸⁵ (DARTORA, 2014).

Tem-se registros que após a emancipação do município a população Patobranquense ficou descontente com a delimitação da área que fora destinado ao município, o qual era menor do que quando ainda era distrito, fato que fora levado por Alberto Pozza⁸⁶ e Teodorico Guimarães ao deputado Antônio Anibelli, consoante relatos no livro “Memórias de Alberto Pozza em Vila Nova Pato Branco”.

[...] eu e o presidente do Partido Trabalhista Brasileiro de Pato Branco, Sr. Teodorico Guimarães, viajamos para Curitiba, procuramos o deputado Dr. Antônio Anibelli, que nos levou ao Palácio para uma audiência com o governador, Dr. Antônio Anibelli, falou da insatisfação da população de Pato Branco pela delimitação da área menor do que quando era distrito, ao que o governador disse: Anibelli procure o Departamento de Geografia, Terras e Colonização e dê o que o povo de Pato Branco quer. Eu, na minha simplicidade, acostumando na campanha a chamar o candidato de Bentinho

⁸⁵ A primeira eleição ocorreu em 9 de novembro de 1952 e a proclamação do resultado deu-se dia 17 de novembro de 1952. Em 14 de dezembro de 1952, Plácido Machado e seu vice João Viganó foram empossados ao cargo de prefeito e vice-prefeito, respectivamente (DARTORA 2014).

⁸⁶ Alberto Pozza nasceu em 11 de junho de 1924, em Nova Bréscia, Rio Grande do Sul. Chegou em Vila Nova Pato Branco em 1947, tornou-se comerciante do ramo de materiais de construção, entre outras atividades. Atuante na política e na sociedade patobranquense, foi candidato à Prefeito por duas vezes, nos anos de 1956 e 1960. Recebeu diversos títulos e homenagens, entre eles o título de Cidadão Honorário de Pato Branco.

disse: Bentinho, a população de Pato Branco lhe fica muito agradecida [...] (POZZA, 2014, p. 77, 78).

Segundo consta, os pioneiros retornaram para o município de Pato Branco satisfeitos, pois conseguiram retomar a área que havia sido perdida. Após a emancipação foi destinado ao município uma área de 500 Km², os pioneiros conseguiram então elevar a área para 1.876,30 Km², a qual se manteve até 25 de julho de 1960, quando foram criados os municípios de Marmeleiro e Renascença com área de 131 Km².

No ano de 1962 Pato Branco cedeu 718 Km² para o município de Dois Vizinhos e em 28 de abril de 1964, teve seu território diminuído em mais 216 Km² em virtude da criação de Itapejara D' Oeste. Por fim, em 1º de janeiro de 1990, com a criação do município de Bom Sucesso do Sul, Pato Brando perde mais 210 Km² de sua área inicial (DARTORA, 2014).

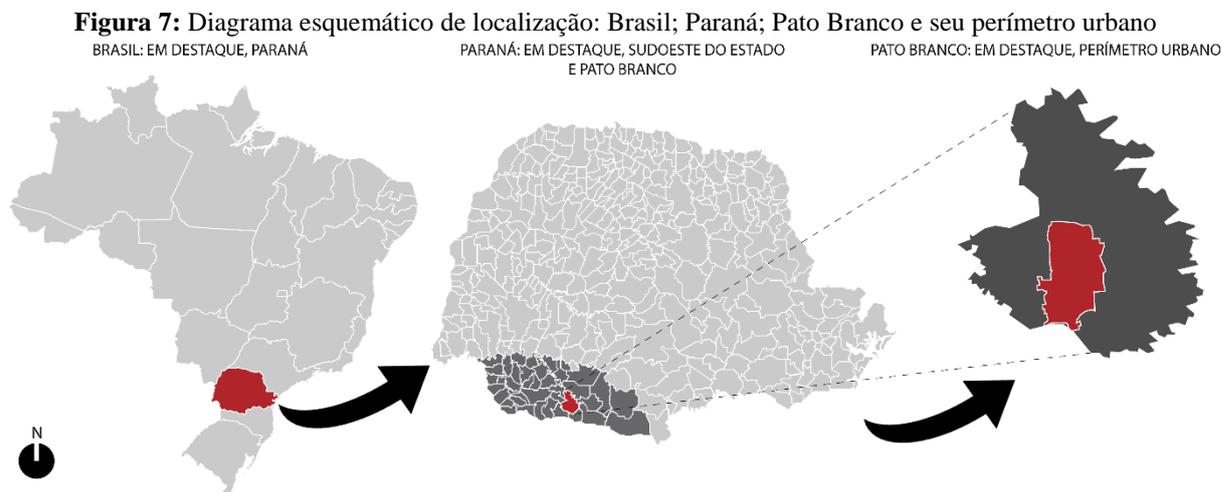
Seguindo o rumo do crescimento, na data de 22 de dezembro de 1951, instalou-se em Pato Branco a primeira Agência do Banco do Estado no sudoeste do Paraná (BANESTADO), por determinação do então Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, que acreditava no progresso e desenvolvimento do novo município. A estrutura do banco fora instalado na rua Guaraní, já naquela época área central da cidade, ainda com rua de “chão batido”, numa casa de madeira (POZZA, 2014). A instalação da agência bancária foi fundamental para o avanço e desenvolvimento do município, já que os patobranquenses não precisavam mais se deslocar até a cidade de Palmas para fazer seus negócios e moviementações financeiras.

Se tratando de normas e diretrizes, em Janeiro de 1953, o prefeito em exercício Plácido Machado redigiu o primeiro projeto de Lei Municipal, o qual propunha a criação, regulamentação e expedição de Alvarás de Licença para as atividades comerciais, industriais e prestação de serviços em âmbito municipal. O projeto foi aprovado pela Câmara de vereadores na data de 29 de janeiro de 1953, passando então a vigorar em Pato Branco.

Em 1º de abril de 1953, através da Lei 05/53, foi sancionado o primeiro Código de Posturas – (CP) do município, pois já na data de 03 de fevereiro de 1953, a cidade de Pato Branco estava estruturalmente organizada. Uma das primeiras ações do CP foi a escolha da equipe administrativa, onde Aristides Manoel Martins foi escolhido para cumprir coma função de Secretário do Gabinete e Vicente Eliseu Ampressan como Tesoureiro (POZZA, 2014).

A população do município chegou a marca dos 30.000 habitantes em 1954. Neste período a população e a renda eram as maiores de todos os municípios do antigo município de Clevelândia. Naquele período Pato Branco possuía mais eleitores, tinha os maiores compradores de animais e o maior comércio do sudoeste (POZZA, 2014).

Geograficamente, o município de Pato Branco se posiciona na latitude 26° 13' 43" S, e na longitude 52° 40' 14" W, em uma altitude média de 761 metros em relação ao nível do mar, situado na região Sul do Brasil, no sudoeste do Estado do Paraná, conforme ilustrado na figura abaixo:



Fonte: Danielli, (2019).

Insta destacar que o sudoeste paranaense detém de aproximadamente 4,9% da população total do estado. Acredita-se que é a mesoregião que melhor se caracteriza como reduto da agricultura familiar, ainda que sua base produtiva venha sofrendo transformações ao longo do tempo, com a introdução do plantio da soja (PIZATTO, 2016).

A geração de energia elétrica nas usinas hidrelétricas da região potencializam a atividade econômica, entretanto, assevera a situação da fragilidade ambiental do Rio Iguaçu, a destacar o trecho que corta a região Sudoeste. As características marcadamente rurais da região, ao longo dos anos vem sofrendo um processo avançado de transição demográfica, de acordo com os indicadores populacionais. A estrutura urbana equilibrada favoreceu à consolidação das cidades de Pato Branco e Francisco Beltrão como centros de funções especializadas e diversificadas (PARANÁ, 2012, p. 119).

O município de Pato Branco está localizado próximo da fronteira com o Estado de Santa Catarina, numa posição estratégica no Mercosul, dessa forma sendo privilegiado pela fácil conexão intermunicipal e interregional, facilitando os deslocamentos. É considerado a Capital do Sudoeste do Paraná e se estrutura como polo regional no desenvolvimento da saúde, educação, tecnologia e agricultura (PATO BRANCO, 2016).

A área territorial atual do município é hoje de 539,029 km², estando registrada nas matrículas 35.567 e 35.568 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da cidade.

Segundo dados do IBGE (2017), Pato Branco obtém um grau de urbanização de 94,09% do seu território e conforme dados do último censo realizado (2010), concentra em seu território uma população de 72.370 pessoas, com densidade demográfica (2010) de 134,25 hab/km², sendo que a estimativa para o ano de 2019 é de aproximadamente 82.881 pessoas, demonstrando crescimento quando comparado ao ano de 2010. Trabalhando com os dados do último censo, a cidade apresenta uma população de 72.370 habitantes, a qual é distribuída da seguinte forma: Homens 34.984; Mulheres 37.386, sendo que a população residente no perímetro urbano é de 68.091 habitantes e a população residente na área rural de 4.279 habitantes.

Dessa análise, nota-se a grande predominância de residentes em áreas urbanizadas do município. Com relação ao trabalho e rendimento da população, tem-se que no ano de 2016, o salário médio mensal era de 2.4 SM por trabalhador formal, e o percentual de pessoas empregadas em relação à população total era de 39.9%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até 0,5 SM por pessoa, havia para o período tinha 26.8% da população nessas condições. (IBGE, 2017).

Segundo dados do IBGE (2017) relacionados ao território e ambiente, o município apresenta “91.4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 93.2% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 40.9% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio)”, percentuais que o caracterizam com excelentes condições de infraestrutura, ocupando a 7^a posição quando comparado aos demais 398 municípios do Estado do Paraná.

Contudo, Pato Branco carrega em sua gênese o modo tradicional capitalista de produção das cidades brasileiras. Ao estudar o histórico de formação de alguns bairros e a estruturação intra-urbana da cidade, é possível perceber a periferização e a segregação socioespacial das camadas mais pobres da sociedade, um exemplo claro à ser citado é o bairro São João e o CHVSP.

4.2 O BAIRRO SÃO JOÃO E O CONJUNTO HABITACIONAL VILA SÃO PEDRO

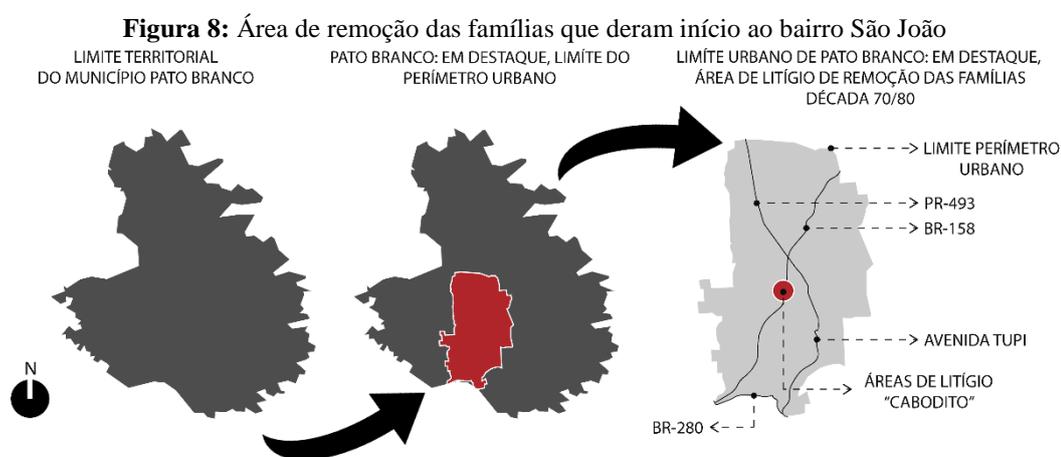
Inicialmente, faz-se necessário apontar que o histórico de formação do bairro foi construído por meio de relatos dos agentes produtores do espaço urbano⁸⁷ sendo eles: O Estado e os grupos sociais excluídos, respectivamente técnicos municipais e os moradores do bairro,

⁸⁷ (CORRÊA, 2004).

pois não há registros escritos oficiais sobre o acontecido e em especial como se deu essa formação espacial. Tem-se como apoio teórico as pesquisas desenvolvidas por Pizato (2016) e Franceschetto (2016).

É de conhecimento que o bairro teve suas origens a partir de um projeto do Poder Público Municipal que objetivava a retirada dos moradores que residiam as margens da Rodovia Federal BR-158. A propósito disso, há divergências quanto a história de criação do bairro. Há quem diga que o bairro foi criado em razão de uma ação do poder público municipal da época, como tentativa de “higienizar” o ambiente daquele cenário de precárias condições de habitação. Outras afirmam que foi uma ação pautada na necessidade e na legalidade, onde o executivo municipal vizava conter os acidentes que ocorriam com frequência naquele trecho da rodovia (PIZATO, 2016 p. 81).

O fato é que esse local começou a ser povoado por volta do ano de 1975 com o assento de moradias provisórias em uma área de litígio, localizado às margens da Rodovia BR-158 (ver figura 8). Esse local era chamado pelos moradores de Cabodito e atualmente é denominado como bairro Vila Esperança (FRANCESCHETTO, 2016).



Fonte: Danielli, (2019).

Segundo Franceschetto (2016, p. 60), “o processo de desocupação das famílias teve início após um acidente na BR-158 entre um caminhão que transportava madeira e um caminhão que transportava combustível”. Pizato (2016, p. 81) afirma que: “no início da década de 1980, a administração municipal removeu trinta famílias daquele local. Destas trinta famílias, vinte e oito foram para onde é atualmente o bairro São João, e sobre as outras duas não há informação”.

A ação tomada pelo poder público que visava erradicar o cenário de precárias condições de habitação encontrado na época, se justificou na afirmação do problema em que se debatia sobre a pouca distância das residências até as margens da rodovia BR-158, atrelada à necessidade de conter os acidentes que com frequência ocorriam naquele trecho de rodovia. A primeira proposta do município para realocação das pessoas que moravam naquela área era de que se mudariam para um bairro já habitado, o bairro Aeroporto, localizado também na margem da BR-158, mas com a devida infraestrutura para recebê-los (PIZATO, 2016). Contudo, isso não ocorreu.

Por tratar-se de uma área localizada às margens de uma rodovia federal, o terreno ocupado pelos moradores era de propriedade do Departamento de Estradas e Rodagens - (DER), o qual decidiu indenizar as famílias residentes para que cada um pudesse se realocar em novos locais através da compra de outro terreno a ser pago com o valor recebido a título de indenização. Por conseguinte, o Prefeito Municipal em atuação da época, Roberto Zamberlan⁸⁸, propôs uma iniciativa pra que o DER repassasse as indenizações diretamente ao município e que este adquirisse um terreno para acomodar as famílias retiradas do Cabodito. (FRANCESCHETTO, 2016).

Assim sendo,

O valor total que seria pago às famílias foi pago à prefeitura, para que a prefeitura adquirisse um novo terreno e fizesse a remoção das famílias, dando “uma quarta⁸⁹ de terra para cada uma”. A alegação da administração municipal era de que, recebendo tal indenização, as famílias gastariam o dinheiro para fins não orientados e continuariam residindo nas margens da BR-158. Portanto, foi paga a indenização para a prefeitura para que esta melhor conduzisse as mudanças (PIZATO, 2016).

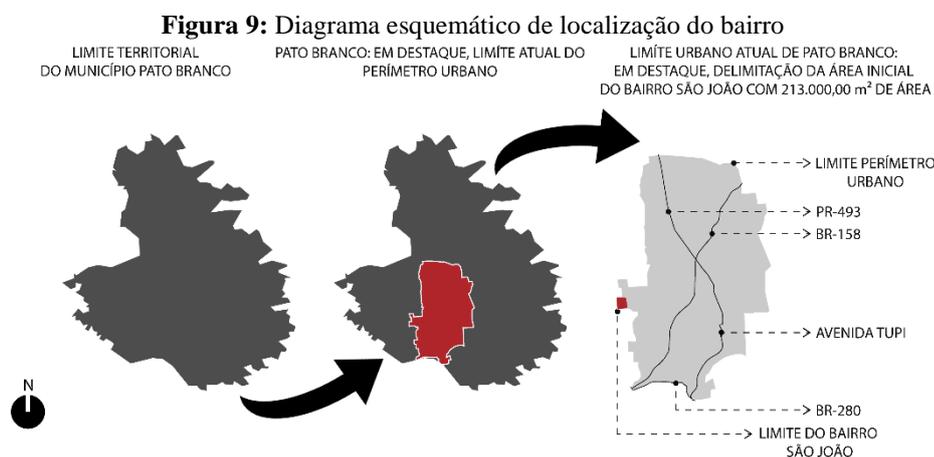
Na data de 09 de outubro do ano de 1981, a Câmara Municipal de Pato Branco aprovou em sessão ordinária a proposta do que se denominou de “desfavelamento” do local, que tinha como finalidade remover as famílias residentes das margens da Rodovia BR-158. A proposta foi efetivada por meio da instituição da Lei Municipal N° 420/81, a qual autoriza a utilização do imóvel “Reserva Municipal N° IV” registrada no 1° Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco sob N° 4.790 contendo área total de 213.000,00m². A referida proposta deu origem ao chamado projeto de “desfavelamento” o qual teve como escopo “erradicar os

⁸⁸ Roberto Zamberlan assumiu a gestão do Executivo Municipal de Pato Branco com seu Vice Luiz Carlos Borges da Silveira em 1° de fevereiro de 1977, sua administração durou 6 anos (1977 a 1983), pois o governo federal queria unificar as eleições, por isso estendeu o mandato por mais dois anos, não obtendo êxito, as eleições voltaram a acontecer bienalmente.

⁸⁹ Expressão regional, uma quarta de terra é igual a 6.050m².

favelados da área urbana de Pato Branco”. A área descrita acima corresponde a atual área do bairro São João.

A imagem disposta na sequência ilustra a posição geográfica do bairro em relação ao atual limite do atual perímetro urbano.



Fonte: Danielli, (2019).

Sobre a localização do bairro, Pizato (2016, p. 84) corrobora:

[...] afirma-se que a escolha do local se deu por outros dois motivos: 1) as famílias não tinham condições de financiar imóveis em outro bairro; 2) aquele terreno já era da prefeitura, então não seria necessário adquirir outro para alojar aquelas famílias. Naquela época, a prefeitura não tinha como adquirir outro terreno para que àquelas famílias pudessem se instalar. Por outro lado, a administração pensava na expansão da cidade em longo prazo, e também, que tivesse condições de ampliar futuramente. A respeito do dinheiro que foi pago pelo DER à administração municipal, não foram obtidas informações de como foi utilizado.

Cabe salientar que o terreno onde se localiza o bairro, foi adquirido na gestão do prefeito Roberto Zamberlan com intuito de instalar um parque industrial, naquela época a área pertencia a comunidade rural de Independência. Segundo Pizato, (2016) a área foi adquirida pelo município com base na Lei Municipal de N° 265/77, a qual era pertencente ao Sr. Lourenço Colla e sua esposa Sra. Armelina Baroni Colla, na data de 14 de junho de 1977, segundo averbações constantes na matrícula N° 4.790 do 1° Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco, onde é possível confirmar a informação que a compra do referente imóvel era destinada a instalação de indústrias no município. A área inicialmente passou se denominar como bairro Independência⁹⁰.

⁹⁰ A Lei de N° 444, de 1° de julho de 1982, altera o nome do bairro de Independência para bairro São João. A alteração se fez necessária por conta da comunidade rural, a qual anteriormente já se denominava Independência. (PATO BRANCO, 1982).

Segundo Franceschetto (2016), a forma como os moradores foram retirados do local de moradia e direcionados para a área do bairro São João, apenas confirmou a ideia de que a proposta de “desfavelamento” não estava associada a garantia de melhores condições de vida, moradia e infraestrutura a essa população, mormente, por que os moradores que apresentaram alguma resistência em se mudar do local, foram forçados por autoridades policiais.

Analisando o histórico de formação do bairro São João, vislumbra-se que a real proposta do poder público remetia a ideia de evitar que uma população em nível de pobreza extrema se desenvolvesse em uma área de extensão de uma rodovia de grande fluxo. Assim, o projeto de “desafavelamento” proposto parecia ter a finalidade de esconder a pobreza e não de garantir melhores condições de moradia, pois a cidade de Pato Branco crescia e se desenvolvia em ritmo acelerado.

As figuras 10, 11 e 12 demostam não ter havido nenhuma forma de planejamento no que se refere às condições de infraestrutura que foi efetivada para abrigar as 28 famílias no local que deu início ao bairro São João.

Figura 10: Fotografia de uma das primeiras residências que foram construídas no bairro São João



Fonte: Acervo Convento Santo Antônio de Pádua, (década de 1980) / Pizato, (2016).

Figura 11: Fotografia de duas residências na década de 1980 no bairro São João



Fonte: Acervo Convento Santo Antônio de Pádua, (década de 1980) / Pizato, (2016).

Figura 12: Residências implantadas no bairro São João na década de 1980



Fonte: Acervo Convento Santo Antônio de Pádua, (década de 1980) / Pizato, (2016).

As fotografias da década de 1980, ilustram as condições precárias de moradia e habitabilidade do local. Percebe-se a ausência de qualquer estrutura urbanística da área onde fora iniciado o bairro. Segundo Franceschetto (2016, p. 64), “os moradores tiveram que ultrapassar várias dificuldades para realizar os cuidados necessários à sobrevivência, tais como preservar os alimentos, cozinhar, realizar a higiene pessoal, do vestuário e da moradia” pois

não havia energia elétrica e água encanada no local. As figuras 13, 14 e 15, demonstram a precariedade no interior das residências da época.

Figura 13: Moradora no interior de sua residência (década de 1980)



Fonte: Acervo Convento Santo Antônio de Pádua, (década de 1980) / Pizato, (2016).

Figura 14: Interior de uma residência, na década de 1980, localizada no bairro São João



Fonte: Acervo Convento Santo Antônio de Pádua, (década de 1980) / Pizato, (2016).

Analisando as figuras, é possível perceber a precariedade e a falta de estrutura das “residências” da época. Nota-se a existência de moradias construídas com estruturas e fechamentos em madeira, cobertura de lona e quando existente, piso também de madeira, assim

como a ausência total de mobiliários. Na figura 13 é possível perceber que há um fogão a lenha no interior do casebre que por certo servia para cozinhar os alimentos e aquecer o ambiente.

A seguir, na figura 15 se vê a ilustração de um quarto de família estruturado em bambu e lona, em parcas condições de habitação. A cama é uma estrutura de tiras borracha, sem colchão, cobertas ou travesseiros. Muitas vezes as famílias construíam suas casas com os materiais que encontravam à disposição, como plásticos, papelão e restos de madeiras, o que evidencia o grau de miserabilidade e exposição desta população.

Figura 15: Interior de uma residência na década de 1980



Fonte: Acervo Convento Santo Antônio de Pádua, (1980) / Pizato, (2016).

A escrita a caneta ao lado da imagem 15, revela que este local é o quarto onde a família dorme com os filhos (PIZATO, 2016). Se tratando de condições básicas de sobrevivência, Franceschetto (2016, p. 64), com base na narrativa dos entrevistados, descreve que os moradores do bairro utilizam lampiões para iluminar suas residências e “com relação ao acesso a água, os entrevistados declararam que no começo precisaram capinar o território em busca de vertentes”.

Observando ainda os relatos da pesquisadora, pode-se afirmar que o acesso à energia elétrica e água ocorreram em tempos distintos em diversos pontos do bairro, variando de três até 10 anos. Naturalmente, com o crescimento do bairro, as mudanças foram ocorrendo lentamente, com o aumento do número de famílias residentes, surgiram as primeiras ruas as

quais foram abertas e identificadas com o nome de pessoas pioneiras da cidade (FRANCESCHETTO, 2016).

As figuras 16 e 17, ilustram as primeiras ruas do bairro, ainda na década de 1980.

Figura 16: Fotografia de uma das primeiras ruas do bairro São João



Fonte: Acervo Convento Santo Antônio de Pádua, (1980) / Franceschetto, (2016).

Figura 17: Fotografia do bairro São João



Fonte: Acervo pessoal de Lori Olívia Busato, (1980) / Franceschetto, (2016).

As fotografias evidenciam as condições sub-humanas de sobrevivência das primeiras famílias que habitaram e deram início ao bairro São João. Nelas pode ser visto uma área de fundo de vale com altas declividades, aliado à ausência de infraestrutura urbana, observa-se apenas o traçado das vias. Contudo, não há qualquer tipo de pavimentação e delimitação de áreas para passeio público. Já o posteamento de iluminação pública começa a aparecer, mas em pontos isolados do bairro.

Na década de 1990, conforme pode ser visualizado na fotografia 18 tirada no dia 27 de fevereiro de 1992, o bairro já se encontrava integralmente servido com serviço de energia elétrica e iluminação pública. Contudo, as ruas ainda permaneciam sem pavimentação e não existia delimitação visível entre calçada e pista de rolagem.

Figura 18: Fotografia de uma das ruas do bairro São João



Fonte: Acervo Convento Santo Antônio de Pádua, (1992) / Franceschetto, (2016).

Passados 17 anos de criação do bairro, no ano de 1998, o município autorizou, por meio da Lei Nº 1786, de 03 de dezembro de 1998, a regularização fundiária do bairro. Para ter direito ao recebimento do imóvel, o morador deveria residir e estar sobre a posse do imóvel há pelo menos 06 meses, a comprovar por meio de faturas de energia elétrica e água ou ainda uma declaração por escrito, de duas testemunhas, (art. 1º, parágrafo único). E “os custos referentes à regularização, abertura de loteamento, correrão por conta do Executivo Municipal passando o imóvel ao donatário por carta de data, e a regularização documental com a escrituração dos lotes correrão por conta do donatário.” (art. 2º), neste sentido, os moradores tinham um prazo

de 12 meses para realizar a regularização documental, sob pena de anulação de doação caso não fizessem. Por fim, os moradores não poderiam vender ou alugar os imóveis em um prazo de 10 anos (art. 2º, inciso 1 e 2) (PATO BRANCO, 1998).

A ação tomada pelo município por meio da Lei supracitada, não gerou resultados, uma vez que se tratava de uma área que abrigava pessoas em situação socioeconômica desfavorável, as quais não seriam capazes de arcar com os altos custos cartorários no prazo estipulado pela lei.

No ano de 2003, o município sancionou a Lei Nº 2.284, de 13 de outubro, cuja súmula “autoriza ao Município de Pato Branco a doação a título gratuito, a moradores do Bairro São João, bem como efetuar a regularização com a averbação do título e propriedade junto ao Registro Geral de Imóveis” (PATO BRANCO, 2003).

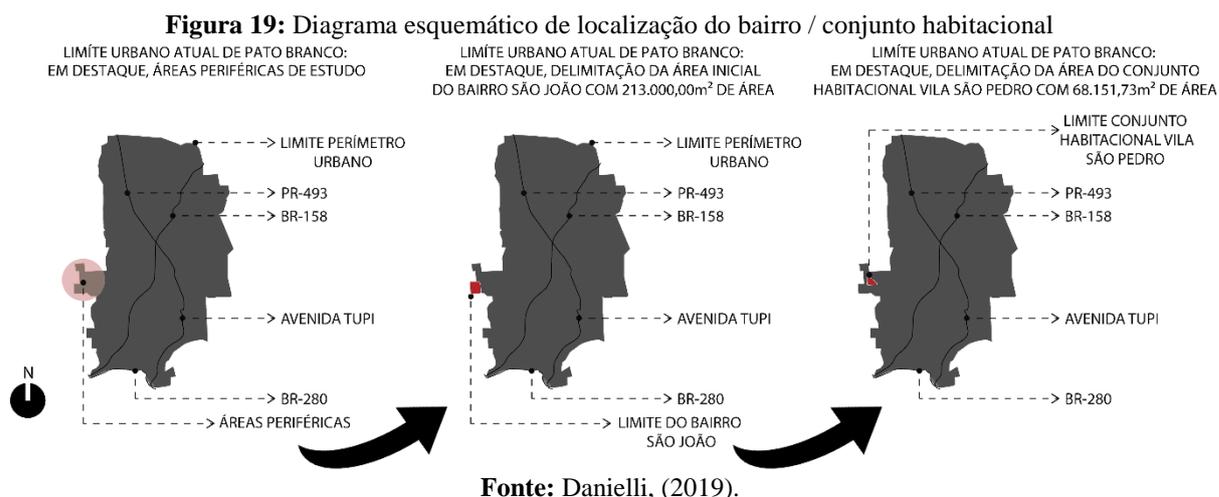
Inferese que desde aprovação da Lei Nº 2.284, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano⁹¹ - (IPPUPB) e o Centro de Referência de Assistência Social - (CRAS) Paulina Bonalume Andreatta (CRAS do bairro São João), seguem a passos lentos com os trabalhos de doação e regularização fundiária dos imóveis, mas ainda hoje, cerca de um terço das famílias permanecem sem o título de propriedade.

Destarte, o bairro São João foi incorporado ao quadro urbano do município de Pato Branco somente no ano de 2008, conforme Lei Municipal Complementar Nº 28, de 27 de Junho de 2008, a qual “dispõe sobre o Plano Diretor de Pato Branco, sua revisão e adequação ao Estatuto da Cidade”.

No ano de 2015, o bairro foi contemplado com a edificação de um conjunto habitacional, o qual foi incorporado ao bairro⁹², conforme demonstra figura esquemática abaixo.

⁹¹ O IPPUPB foi extinto, sendo na atualidade, Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

⁹² Legalmente o perímetro do bairro não foi alterado, permanecendo conforme consta na matrícula Nº 4.790 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco.

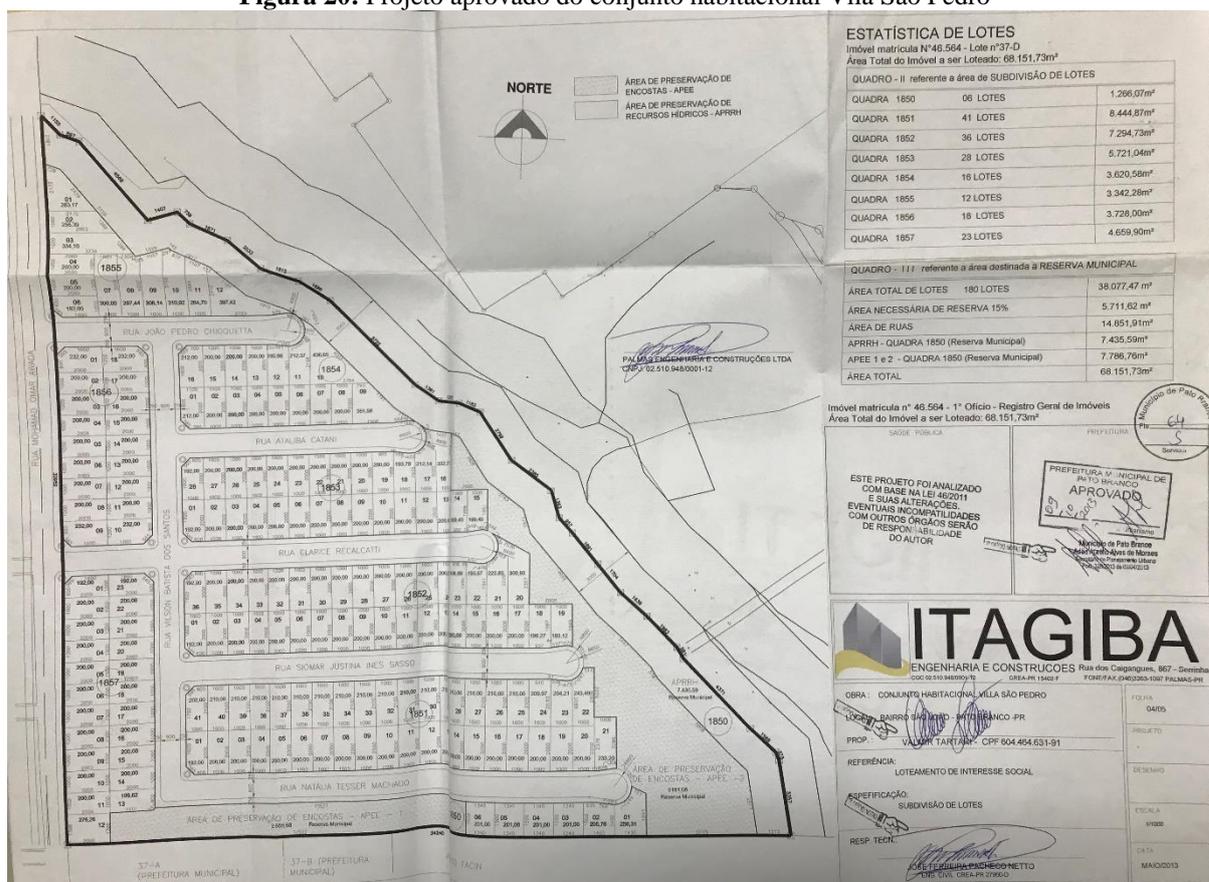


A figura 19 demonstra a área de implantação do CHVSP que fora inaugurado em dezembro de 2015, visando a diminuição do déficit habitacional do município e a melhoria na condição de vida de algumas famílias que residiam no bairro e se encontravam em situação de risco⁹³. O empreendimento foi subsidiado pelo PMCMV, destinado a famílias com renda de até R\$ 1.800,00 segundo critérios e requisitos do programa.

A figura 20 apresenta uma prancha do projeto do conjunto habitacional aprovado junto à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, nela é possível identificar detalhes da implantação do empreendimento.

⁹³ Neste contexto, entende-se por situação de risco moradores do Bairro São João quais encontravam-se em situação de vulnerabilidade e risco social, residindo próximo a áreas córregos em péssimas condições de habitação.

Figura 20: Projeto aprovado do conjunto habitacional Vila São Pedro



Fonte: Arquivo da Secretaria de Planejamento Urbano de Pato Branco, (2019).

O empreendimento resultou do parcelamento do imóvel urbano Lote nº37-D, com área de 68.151,73m² constante na matrícula 46.564 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco/PR, dando origem a 180 lotes que somados representam uma área de 38.077,47m². Isso resultou na abertura de seis novas vias de circulação denominadas como: Rua João Pedro Chioquetta, Rua Ataliba Catani, Rua Clarice Recalcatti (prolongamento da rua, pois já era existente no bairro São João), Rua Siomar Justina Inês Sasso, Rua Natália Tesser Machado e Rua Wilson Batista dos Santos, que somadas representam uma área de 14.851,91m², doado ao município.

Em relação ao empreendimento foi transmitido ao município também, a área de proteção de recursos hídricos – (APRRH) e área de proteção de encostas – (APEE), presentes na área do empreendimento, juntas somam uma área de 15.222,35m² de área. Esse empreendimento recebeu a construção de 180 casas cada uma com 42,00m² de área útil, avaliadas em R\$ 63.000,00 cada unidade

Dado isso, se busca compreender se a instalação deste empreendimento foi aprovada e edificada com o objetivo de reduzir o crescente déficit habitacional do município, ou por

interesse exclusivo do mercado imobiliário. Se procurou saber, também, se houve uma contrapartida do município, e em caso positivo, qual fora essa contrapartida. Sobre tais questões, o entrevistado um relatou que para a construção do CHVSP a contrapartida do município foi a:

Terraplanagem do terreno⁹⁴, e a demanda foi feita através da necessidade habitacional, da demanda habitacional, devido a isso, não foi pela questão do interesse do mercado imobiliário, mas sim pela demanda, nós temos um déficit alto imobiliário, então, sempre está se buscando né.

Observado o déficit habitacional do município, fora lançado um edital para a contratação da empresa responsável pela construção do empreendimento, que foi através da modalidade de “Licitação, chamamento público” (ENTREVISTADO UM). Neste empreendimento, o município propôs como contrapartida a responsabilidade de realizar a terraplanagem do terreno incluindo a abertura das vias públicas.

Para melhor compreensão dos processos de edificação dos conjuntos habitacionais implantados no município, se faz necessário saber como se dá o processo de aprovação de loteamentos no perímetro urbano de Pato Branco, os quais tem como base as normativas da Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo⁹⁵ – (LUPA).

Atente-se para disposto no Art. 37 dessa mesma Lei:

Para o loteamento de uma gleba, o proprietário deverá doar ao município uma área nunca inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da área total da própria gleba. § 1º A área doada será composta das vias de circulação e *áreas destinadas especificamente para o uso institucional* e se houver, outras áreas além do mínimo exigido, que serão transferidas ao Município após o registro do respectivo loteamento, sem qualquer ônus para o Executivo Municipal. § 2º A Escritura Pública de doação das áreas constantes no parágrafo anterior será exigida e condicionada para a expedição do Alvará do Loteamento. § 3º Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente poderão ser doadas ao município, caso este aceitar, porém, não serão consideradas como de uso institucional e não serão computadas na área mínima de doação, de 35% (trinta e cinco por cento). § 4º *Consideram-se de uso institucional as áreas públicas destinadas a equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, esporte e lazer, parques, e ambiental, as quais serão previamente demarcadas pelo órgão competente da Prefeitura, para cada loteamento, e sua superfície não poderá ser inferior a 15%*

⁹⁴ Autorizado pelo sancionamento da Lei Complementar Nº 53, de 6 de agosto de 2013, a qual: “Autoriza a delimitação de Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS 2 na Macrozona Urbana do Município de Pato Branco e a participação do Município na implantação de Loteamento de Interesse Social, e dá outras providências. A referida Lei dispõe: Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a participar na implantação dos loteamentos de interesse social denominado Vila São Pedro e Vila Nova II, descritos nos §§ 2º e 3º do artigo 1º desta lei, com os seguintes serviços e obras: I - execução de terraplanagem; II - execução de abertura de vias públicas. Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta do orçamento municipal vigente (PATO BRANCO, 2013).

⁹⁵ Lei Complementar Nº 46 DE 26 de maio de 2011.

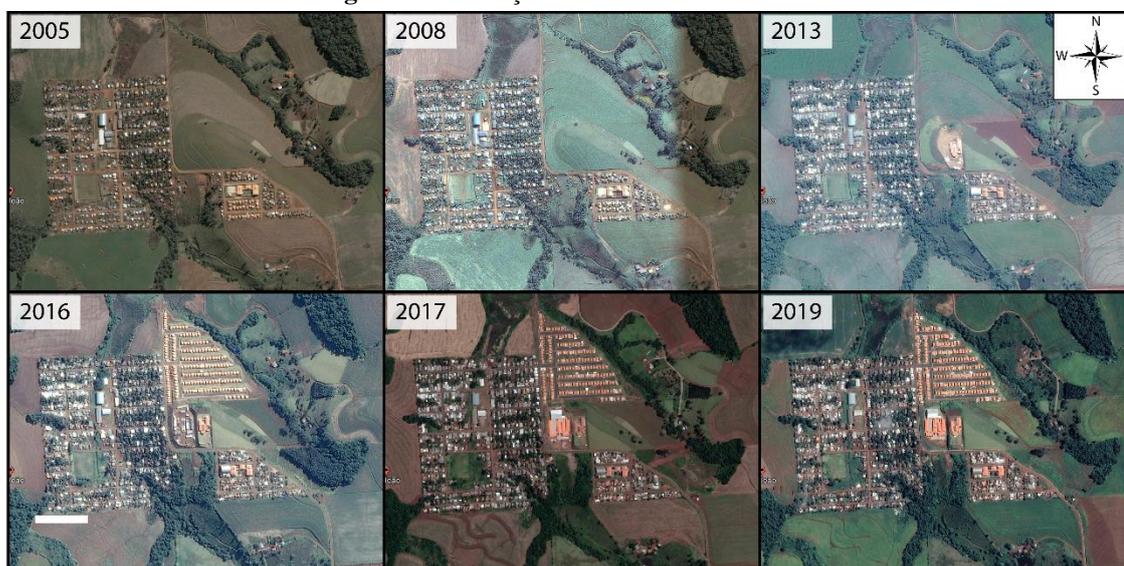
(quinze por cento) da área total de lotes, não sendo computada para este cálculo a própria área de reserva municipal (PATO BRANCO, 2008, p. 14, grifos nosso).

A lei supracitada prevê doação de áreas institucionais para edificação de equipamentos público de uso comunitário, pois entende-se que ao aprovar um novo loteamento, automaticamente, se tem a densidade populacional da área e a demanda por equipamentos públicos elevada. Contudo, a lei também prevê que a doação da Reserva Municipal – (RM), mediante avaliação do interesse do município, pode ser feita em outro local que não na própria área da matrícula geradora do empreendimento.

Observando o Art. 37, § 5º da lei e o processo de loteamento do CHVSP, assevera-se que a área de doação de RM, neste empreendimento foi doado em outro local, que não no local do próprio loteamento. O que não confere prejuízo aos munícipes, pois na necessidade de implantação de equipamentos públicos o município dispõe de inúmeras áreas de RM dentro do bairro São João.

A imagem abaixo ilustra a implantação do empreendimento da malha urbana em relação aos limites do bairro São João, e a evolução urbana da área ao longo dos anos.

Figura 21: Evolução urbana da área de estudo



Fonte: Google Earth, (2019); adaptado por Danielli, (2019).

Com relação ao comparativo de imagens, é possível constatar que do ano de 2005 ao ano de 2008, não houve nenhuma evolução urbanística notável, no ano de 2013 já é possível perceber o início da edificação de uma creche entre os bairros Alto da Glória e o bairro São João.

No ano de 2016 a malha urbana já apresenta modificações consideráveis, o CHVSP já se apresenta edificado, assim como nota-se o início da edificação da escola do bairro São João. A mencionada obra teve que ser removida do antigo local pois em dias de chuvas intensas a edificação sofria com problemas de alagamentos, tendo que ser interditada por períodos consideráveis afetando os pais e alunos. Já em 2017 a edificação da escola já se encontra concluída e não se pode notar nenhuma alteração na morfologia urbana. Para o ano de 2019, comparado ao ano de 2017 não houve avanços consideráveis quanto a expansão da malha urbana do bairro.

Através da figura 21 é possível perceber que tanto o bairro quanto o conjunto habitacional desenvolvem-se circundados por áreas agrícolas, reafirmando o retrato da clara segregação espacial. Neste sentido é possível

[...] verificar que no que se refere à topografia deste território, o bairro encontra-se situado em uma região de fundo de vale. Também é importante observar que suas extremidades fazem fronteira com propriedades rurais e estas não possuem faixa de retenção ou curva de nível. Assim, levando em consideração o declive do território, a ausência de formas de prevenir a erosão do solo e a força das enxurradas verifica-se que em épocas de chuva as águas que escoam para o bairro concentram resíduos de agrotóxicos contaminando o solo, as nascentes e os rios (FRANCESCHETTO, 2016, p. 78).

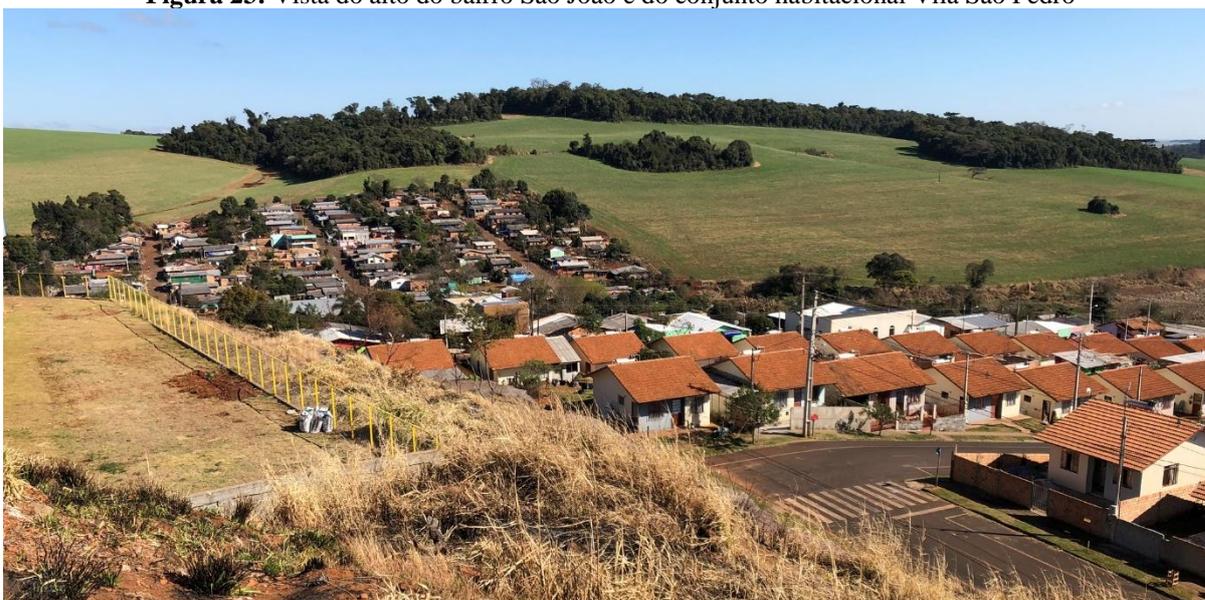
Com relação a topografia do terreno, presença das áreas agrícolas e as propriedades rurais que se circundam todo o entorno do conjunto habitacional e do bairro São João, as figuras 22 e 23, nos ajudam a ilustrar o cenário de estudo.

Figura 22: Vista da Rua Setembrino Tomazi: acesso ao bairro São João



Fonte: Danielli, (2019).

Figura 23: Vista do alto do bairro São João e do conjunto habitacional Vila São Pedro



Fonte: Danielli, (2019).

Cronologicamente novas áreas vão se incorporando ao bairro e atraindo novos moradores, conferindo-lhe proporções cada vez maiores e representativas na malha urbana do município, demonstrando nitidamente a consolidação cada vez maior de uma área de interesse social.

Atualmente, “existem 427 famílias residentes no bairro São João e mais 180 famílias residentes no CHVSP” (ENTREVISTADO UM), ou seja, existem aproximadamente 607 famílias e um total de 1.762⁹⁶ pessoas residindo neste local.

Tendo conhecimento e consciência do processo socioespacial de formação do bairro, verificando o avanço da malha urbana e a apropriação do território do bairro pelos moradores, o entrevistado dois, relata que:

na verdade eles simplesmente jogaram o pessoal lá, então em cima desse bairro a gente tá trabalhando e montando uma infraestrutura melhor para o bairro, já levamos creche, escola, agora vamos fazer um parque linear, vai sair mais cento e vinte e uma casas para alojar todo o pessoal que está na área de risco e na área de alagamento do São João, pra “jogar” nessa área, então a gente faz toda uma análise e estamos incluindo ele no perímetro urbano real mesmo, que eles estavam excluídos na verdade, eles estavam no perímetro urbano, só que afastados do centro da cidade, então hoje a gente já tá aprovando vários loteamentos ali do lado, estamos levando, a linha de ônibus já tá lá, já tá asfaltado, então a gente já tá levando toda a infraestrutura lá pra esse pessoal entrar na nessa questão de infraestrutura ficar tudo certinho, então tem ônibus, creche, escola tudo novo e agora vamos fazer um parque linear lá no São João, que o projeto tá sendo feito já.

A partir do relato do entrevistado dois, já se nota uma mudança no pensamento dos técnicos municipais e preocupação com a urbanização deste local e com a qualidade da vida urbana dos residentes.

Com relação às infraestruturas do bairro e os espaços públicos, especialmente as áreas de lazer, como já citado, tem-se a área para edificação de um parque ambiental no bairro São João. Contudo, não há previsão para início das obras. A imagem sequencial (figura 24), divulgada no relatório da 6ª Conferência Municipal das Cidades, é uma perspectiva ilustrativa do projeto do parque.

⁹⁶ Informação obtida na Unidade Básica de Saúde do bairro São João, com a enfermeira coordenadora do Programa Estratégia da Saúde da Família do bairro São João juntamente com uma das Agentes Comunitárias da micro-área. O total de moradores do bairro e do conjunto habitacional foi retirado de um relatório gerado pelo sistema de controle da Secretaria Municipal de Saúde de Pato Branco/PR em 22/08/2019.

Figura 24: Perspectiva de ilustração do projeto do Parque Ambiental no bairro São João



Fonte: 6ª Conferência Municipal da Cidade: Fase Municipal, (2016).

O parque ambiental do bairro São João será edificado no lote nº 37-E, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis deste município e Comarca, sob número de matrícula 23.154, contendo uma área total de 56.848,27m². A área foi transmitida para o município em 10 de março de 2015 conforme consta no registro R.04 da matrícula, no referido documento há menção que futuramente será edificado o Parque Recreativo, Cultural e Ambiental do bairro São João. A área total foi avaliada em R\$ 1.055.103,99.

Contudo, o bairro e o conjunto habitacional ainda carecem de infraestrutura e requerem melhorias urbanísticas, pois passados mais 30 anos da criação do bairro ainda persistem inúmeros problemas, por exemplo, a pavimentação das vias, a inexistência de calçadas ou quando existentes, posicionadas em frente às instituições de serviço público do bairro. Muitas vezes, essas estruturas encontram-se em péssimas condições de conservação, o que dificulta o tráfego seguro de pedestres.

Com relação às vias de circulação, as ruas são revestidas de calçamento de pedra, apresentam inúmeras depressões e até mesmo há partes com pedras soltas. O bairro não possui rede de saneamento básico e serviço domiciliar de entrega de correspondência e encomendas, sendo que os serviços prestados por operadoras de telefonia celular não são de boa qualidade, chegando em apenas alguns pontos do bairro.

É notório que as condições de infraestrutura do conjunto habitacional se apresentam em vantagem se comparado ao bairro, pois as vias de circulação receberam pavimentação asfáltica, as calçadas pavimentadas com *paver*⁹⁷ de acordo com o padrão imposto pelo PD do município,

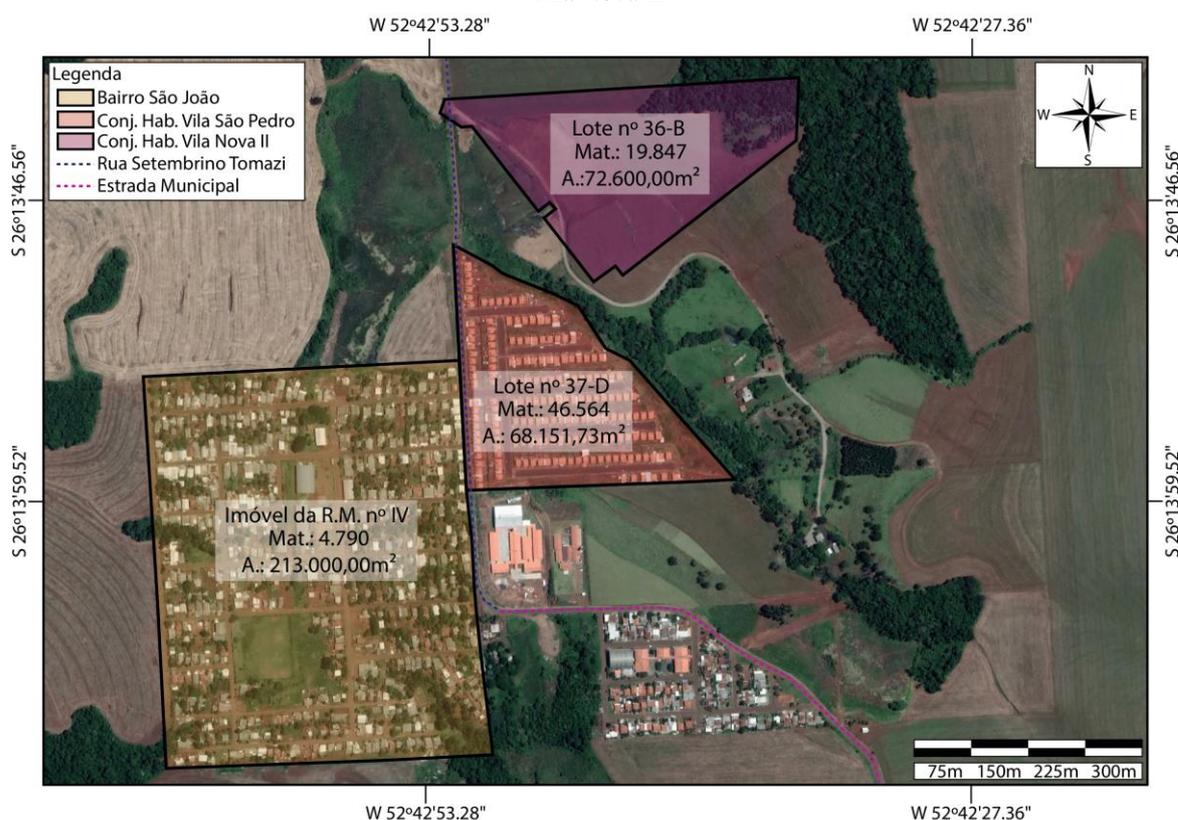
⁹⁷ São blocos pré-moldados em concreto, com diferentes formas, cores e texturas, que são instalados de maneira intertravada e que ao serem encaixadas dão origem ao pavimento.

respeitando questões de acessibilidade. Ainda, as vias contam com sistema de captação de água pluvial e sistema de iluminação pública.

Neste sentido, nota-se a grande discrepância quanto às condições do bairro *versus* o conjunto habitacional, embora existam muitas questões as quais se apresentem de forma igualitária para ambos, como se pode citar o transporte público, serviços básicos da sociedade civil, sistema de esgoto, e comércio vicinal.

O município está pleiteando a implantação de um novo conjunto habitacional financiado pelo PMCMV, nesta mesma região. O mapa 2 ilustra o posicionamento geográfico do novo empreendimento em relação ao bairro São João e o CHVSP.

Mapa 2: Delimitação da área do bairro São João; conjunto habitacional Vila São Pedro; conjunto habitacional Vila Nova II



Fonte: Danielli, (2019).

O loteamento que irá denominar-se Vila Nova II, será construído no Lote nº36-B, (ver mapa 02), com área de 72.600,00 m², registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco/PR, sob número de matrícula 19.847. Neste empreendimento em questão, a municipalidade procederá como contrapartida a doação do terreno, que fora desapropriado e na data de 24 de agosto de 2012 foi registrado junto ao Cartório de Registro de

Imóveis, onde conta o Município de Pato Branco/PR⁹⁸ como proprietário da área. O imóvel teve avaliação venal, no momento da desapropriação de R\$ 660.000,00.

Com relação ao conjunto habitacional Vila Nova II, o entrevistado um relatou que este é um conjunto habitacional “para que se sejam alocados cento e vinte e uma unidades, faixa 1,5 e faixa 2, então o município está disponibilizando a área e a Caixa Econômica vai financiar os imóveis através do Ministério das Cidades. Previsto, que tem encaminhado é esse, não tem nenhum outro”.

Resgatando o roteiro de ação da gestão municipal no PMCMV elaborado por Buonfiglio (2015), evidencia-se que para este empreendimento exclusivamente, o município atualmente está realizando a quinta etapa de ação, conforme pode ser observado no quadro 8, uma vez que já cumpriu com as etapas de desapropriação da terra privada, demarcação da terra no zoneamento municipal como área de ZEIS, intermediação com os agentes de construção e estabeleceu definição de condições para aprovação do projeto habitacional, bem como realizou o chamamento público via edital para seleção da construtora, nesta quinta etapa o município está analisando e irá aprovar os projetos urbanísticos e habitacionais. Acredita-se que após a aprovação dos projetos, o município deu início à sexta etapa do roteiro que consiste sinteticamente no cadastramento e sorteio dos beneficiários.

Diante dos apontamentos, evidencia-se o estímulo ao desenvolvimento e ao crescimento urbano das áreas de interesse social localizadas a oeste do município. Contudo, até que isso não se concretize no espaço urbano, as ações do executivo municipal, dia após dia, estarão levando mais moradores para essas áreas, segregando-os em uma porção desurbanizada do território.

É neste quesito que a pesquisa pretende contribuir com a municipalidade e para com todos os residentes do bairro São João e do CHVSP, visando fornecer um panorama geral sobre as infraestruturas urbanas e elaborar um diagnóstico dos equipamentos públicos de uso comunitário, o que permitirá apontar melhorias e correções dos problemas históricos persistentes até a atualidade. O diagnóstico da área poderá fornecer argumentos concretos para a comprovação ou negação das questões empíricas observadas, as quais serão cruciais no processo de planejamento de alternativas para a melhoria da habitabilidade e das condições urbanas de vida desta população.

⁹⁸ O Município de Pato Branco/PR, pessoa jurídica de direito público, com CNPJ/MF nº 76.995.448/0001-54.

4.3 QUESTÕES URBANAS LOCAIS: ANALISANDO LEIS, EXPLORANDO DOCUMENTOS E AVERIGUANDO FATOS

Para início desta seção, faz-se necessário abordar alguns aspectos legais, conceituais e práticos da realidade urbana de um país onde opera o que pode ser denominado de capitalismo periférico⁹⁹. Serão debatidos aqui as principais leis urbanas do município em consonância com as ações adotadas pelo poder executivo municipal, relaciona-se a Lei Orgânica - (LO)¹⁰⁰ e o Plano Diretor – (PD)¹⁰¹ correlacionado com programas e ações municipais na área habitacional. Na sequência são compulsados documentos, averiguando-se fatos que são capazes de contribuir com a pesquisa, apresentando-os como partes na defesa do direito à cidade e à moradia.

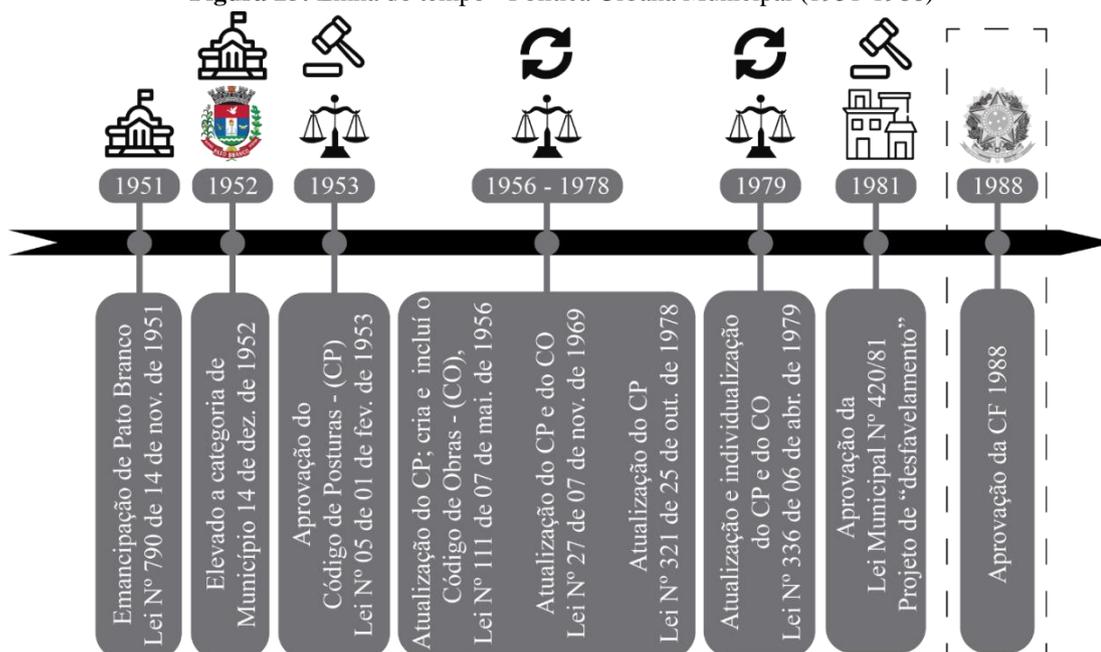
Tratando especificamente das legislações municipais, fora organizado em uma linha do tempo os fatos históricos e as principais interferências na política urbana e habitacional do município, reputa-se que essa seja uma forma bastante didática de orientar o pensamento e esclarecer os acontecimentos ao longo dos anos. A figura 25 disposta na sequência, traz dados referente ao período compreendido entre os anos de 1951 até o ano de 1988 quando houve a aprovação da CF, fato que modificou significativamente os rumos da política urbana brasileira.

⁹⁹ Com base em: (MARICATO, 2010, p. 8).

¹⁰⁰ É a lei maior do município. É através dela que os Municípios se organizam, e ela está para o município como a Constituição Federal está para a União. A Lei Orgânica é votada em dois turnos, sendo que deve existir entre eles o intervalo mínimo de dez dias. É necessário que seja aprovada por, ao menos, dois terços dos membros da Câmara Municipal e este estão promulgará. Fonte: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/296619/lei-organica-do-municipio>>. A Lei Orgânica do Município de Pato Branco foi aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores na data de 05 de abril de 1990 e publicada no Jornal Gazeta do Sudoeste, Edição nº 210.

¹⁰¹ Lei Complementar nº 28, de 27 de junho de 2008, a qual: Dispõe sobre o Plano Diretor de Pato Branco, sua revisão e adequação ao Estatuto da Cidade - Lei Federal nº. 10.257/01; cria o Conselho do Plano Diretor de Pato Branco e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; revoga a Lei nº. 997, de 30 de novembro de 1990 e dá outras providências (PATO BRANCO, 2008). O Plano Diretor aprovado pela Câmara Municipal é o instrumento básico da política urbana a ser executada pelo Município (PATO BRANCO, 1990).

Figura 25: Linha do tempo - Política Urbana Municipal (1951-1988)

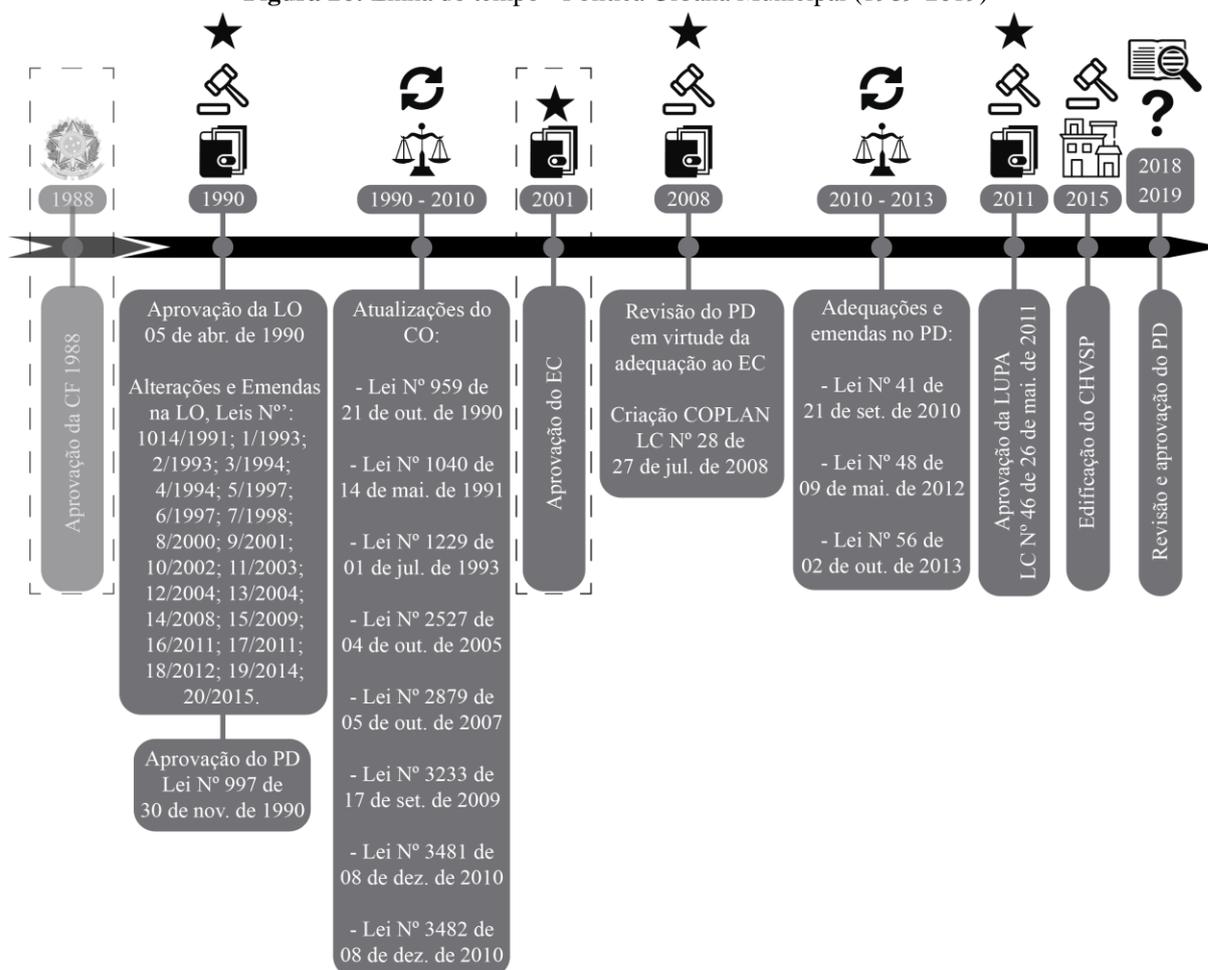


Fonte: Câmara Municipal de Pato Branco, (2019); elaborado por Danielli, (2019).

Os acontecimentos mais significativos que marcaram a política urbana municipal neste período foram: a aprovação do CP no ano de 1953 e a criação e aprovação do Código de Obras – (CO) no ano de 1956, bem como, suas sucessivas atualizações, cita-se ainda como um acontecimento relevante, porém contraproducente, o projeto de “desfavelamento” aprovado pelo município no ano de 1981. É notável que no período em que fora criado o bairro São João já havia uma preocupação e um delineamento urbanístico, reforçando a evidência que a ação tomada pelo poder público municipal da época estava pautada no “desejo” de esconder a pobreza e as condições precárias das moradias.

A figura 26 apresenta na linha do tempo os dados referentes ao período compreendido entre os anos de 1989 até os anos de 2018, quando se iniciou a revisão do PD. Desde então, aguarda-se conclusão da revisão e a publicação do novo PD municipal.

Figura 26: Linha do tempo - Política Urbana Municipal (1989-2019)



Fonte: Câmara Municipal de Pato Branco, (2019); elaborado por Danielli, (2019).

Para o período em questão, evidencia-se acontecimentos como a aprovação da LO municipal e a atualização do CO, ambos datam o ano de 1990 e foram sucessivas vezes alterados, no caso da LO houve o sancionamento de inúmeras emendas, sendo que a última delas data o ano de 2015. No ano de 2001, em nível federal houve a aprovação do EC que impactou diretamente a política urbana brasileira, o mesmo regulamentou o capítulo "política urbana" da CF e estabeleceu diretrizes gerais para a política municipalista, trazendo consigo princípios básicos para a efetivação do planejamento participativo e da função social da propriedade, obrigando todos os municípios com mais de 20 mil habitantes à elaborarem e atualizarem seus PD.

O EC concentrou na esfera municipal as atribuições de legislar em matéria urbana, os instrumentos jurídicos regulamentados são as condições institucionais necessárias oferecidas ao poder público para a produção de bens públicos e o cumprimento de funções sociais. Somente após sete anos do sancionamento do EC, o município de Pato Branco no ano de 2008 efetivou a revisão de seu PD, neste mesmo ano criou o Conselho do Plano Diretor – (COPLAN)

que tem como função deliberar e aprovar alterações e emendas no PD até que haja nova revisão. O plano diretor participativo¹⁰² tem como objetivo efetivar a democratização da política urbana e garantir participação popular na sua elaboração e a aprovação da Câmara Municipal, ele é o instrumento básico da política municipal de desenvolvimento e expansão urbana.

Do ano de 2010 até 2013 houveram três adequações e emendas na Lei do PD, sendo que em 2011 foi aprovada a LC Nº 46 de 26 de maio de 2011 em adequação à Lei do PD, a qual regulamenta o uso, ocupação e o parcelamento do solo. No ano de 2015, como marco habitacional e produto da nova política urbana municipal, adveio a aprovação e edificação do CHVSP.

Explicitado isto, é de relevância que se proceda a análise da estrutura de algumas dessas leis municipais, buscando compreender os aspectos e as ações históricas de maior relevância e que impulsionaram e nortearam a produção do espaço urbano no município. Neste sentido, deu-se início pela “lei maior” em âmbito municipal, a Lei Orgânica. A referida lei traz em sua estrutura: Título IV, que trata da ordem econômica e social; Capítulo I, o qual aborda políticas municipais, como: I – da política educacional, cultural e desportiva, II – da política de saúde, III – da política habitacional e de saneamento, IV – da política urbana, V – da política de defesa do cidadão, VI – da política agrícola e de meio ambiente, VII – da política de desenvolvimento econômico-social e VIII – da política de transporte coletivo.

Para uma análise sob a perspectiva da legislação correlata ao tema, fora decidido isolar os incisos de maior relevância visando explorar com maior profundidade as temáticas, política de saúde, habitacional e saneamento, urbana e de transporte coletivo.

No que tange a política de saúde no Art. 124, parágrafo único, inciso I assegura que todos os munícipes sejam contemplados com direitos e “condições dignas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, transporte e lazer”. Neste sentido, apresentam-se como direitos básicos a todo e qualquer cidadão, sendo o município responsável por fornecer e garantir tais condições.

A política habitacional e saneamento, assevera que ela

[...] basear-se-á no *direito de toda família a uma habitação decente, dotada de infraestrutura e demais serviços*, proporcionando vida digna a cada cidadão, cabendo ao Município, com auxílio do Estado e da União, a oferta dessas condições. Art. 141. Na ausência da prestação de serviços por parte do Estado ou da União, *é de responsabilidade do Poder Público Municipal assegurar o abastecimento da água*

¹⁰² É de conhecimento que a gestão da política territorial deve ser democrática, abranger a totalidade do território do município e incluir a participação de vários segmentos da sociedade, em todos os seus estágios, seja na formulação, execução e acompanhamento (Art. 8º e 9º) (PATO BRANCO, 2008).

tratada, luz, telefone, esgoto sanitário e coleta de lixo a toda a população. Parágrafo único. O Município exercerá a fiscalização dos serviços prestados pelas concessionárias estaduais, na infraestrutura urbana. Art. 142. O Município promoverá, em consonância com sua política urbana e respeitadas as disposições do Plano Diretor, programas de habitação popular, destinados a melhorar as condições de moradia da população de menor poder aquisitivo. Parágrafo único. As ações do Município deverão orientar-se para: I - Garantir acesso a lotes mínimos, dotados de infraestrutura básica e servidos por transporte coletivo; II - Estimular projetos comunitários e associativos de construção de habitação e serviços de melhoria, dando-lhes assistência técnica (PATO BRANCO, 1990, grifo nosso).

A LO assegura que é dever do Município com auxílio do Estado e da União prover condições mínimas de habitabilidade no ambiente urbano, baseado no direito à moradia, conceder habitação ou facilitar através de políticas habitacionais à população de baixa renda a aquisição de unidades habitacionais dotadas de infraestrutura como por exemplo abastecimento da água tratada, luz, telefone, esgoto sanitário e coleta de lixo, dessa forma, proporcionando vida digna aos residentes.

Coloca-se em evidência que a política urbana ou de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público, tem como objetivo primordial ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade visando garantir aos munícipes o bem-estar (BRASIL, 2001). Nesta senda, o Art. 146 assegura, legalmente, as condições de habitabilidade no ambiente urbano, citadas acima, e complementa que:

A execução da política urbana está condicionada às funções sociais da cidade, compreendidas como direito de acesso de todos os cidadãos ao solo urbano, à moradia, ao transporte público, ao saneamento, à energia elétrica, ao abastecimento, à iluminação pública, à comunicação, à educação, à saúde, ao lazer, à segurança, à preservação do patrimônio ambiental e cultural (PATO BRANCO, 1990, grifo nosso).

O PD estabelece diretrizes para o cumprimento do Art. 146, que visa à efetivação da função social da cidade. E neste sentido, aduz-se com base no EC, “§ 2º que “a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no PD” (BRASIL, 2001).

A LO do município, visando cumprir com as normativas do EC no que tange a função social da propriedade estabelece que:

Art. 147. Para assegurar à cidade sua democratização e a função social da propriedade, o Poder Público utilizará, principalmente, os seguintes instrumentos: I - Imposto progressivo e regressivo, tarifas diferenciadas por faixa de renda sobre imóvel e taxação dos vazios urbanos; II - Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, na forma da lei; III - descrição de terras públicas destinadas a assentamentos de cidadãos de menor poder aquisitivo; IV - Exigência de licença prévia para construir (PATO BRANCO, 1990).

A CF e o próprio EC exigem que a função social da propriedade se subordine ao PD. Com efeito, o problema se concentra no fato de que muitos municípios brasileiros remetem instrumentos que regulam a função social da propriedade para a lei municipal complementar, e a maioria desses municípios não aprovam essas LC (MARICATO, 2010, p. 22). É o caso do município de Pato Branco, pois esses instrumentos estão previstos no PD, mas não foram regulamentados, ou quando regulamentados, não estão sendo postos em prática, tornando-se inócuos nos benefícios que seriam capazes de proporcionar se efetivados (PATO BRANCO, 2008).

Posto isso, exprime o entrevistado dois:

[...] a gente tem o plano diretor que está cumprindo como pede o Estatuto da Cidade, e os cinco, no mínimo cinco instrumentos, a gente já está com dois instrumentos que é a Outorga Onerosa que é a compra de potencial pra usa na questão social e o IPTU progressivo, agora nós vamos tentar na revisão tentar implantar mais três instrumentos [...]. Com relação ao IPTU progressivo no tempo ele não está regulamentado por lei ainda, a outorga onerosa do direito de construir¹⁰³ já está regulamentada por lei, só que pessoal está achando muito caro o índice, então nós estamos revendo o índice, porque nós pegamos pela norma da ABNT, o índice por exemplo, hoje você vai comprar uma vez mais a área de potencial, dá quase uma vez mais o valor do terreno, por causa do índice, então a gente vai rever isso daí. O IPTU progressivo a gente tá verificando porque a gente quer incluir também nele, a questão da parte ambiental, pra quem tem área ambiental ter algum desconto no IPTU.

Com relação à função social da propriedade e o PD municipal, o entrevistado dois afirma que o município prevê no PD dois instrumentos de regulação urbanística, sendo eles, a Outorga Onerosa do Direito de Construir e o IPTU progressivo no tempo. Contudo, apenas um deles está devidamente regulamentado por lei, e embora regulamentado, a outorga onerosa não possui aplicação na prática devido ao alto valor monetário de compra em razão do potencial construtivo, enquanto que o IPTU progressivo não pode ser aplicado por ainda não ter regulamentação como LC.

Na realidade, o município não tem atributos legais para fazer valer a função social da cidade como está previsto no PD. Esse é apenas um exemplo dos incontáveis PD's genéricos, cheios de boas intenções, mas sem efetividade (MARICATO, 2010, p. 22).

Observando a LO em seu Art. 148 o qual determina que o estabelecimento de diretrizes e normas para o desenvolvimento urbano devem assegurar:

¹⁰³ Lei Nº 3.934, de 29 de outubro de 2012, a qual “Dispõe sobre a concessão da Outorga Onerosa do Direito de Construir prevista na Lei Complementar nº 28, de 27 de junho de 2008 e na Lei Complementar nº 46, de 26 de maio de 2011, e dá outras providências. ”

I - A urbanização, a regularização fundiária e a titulação das áreas onde estejam situadas a população favelada e a de menor poder aquisitivo, sem remoção dos moradores, salvo em áreas de risco, ou mediante consulta à população envolvida; II - A preservação das áreas agrícolas, pecuárias e o estímulo a essas atividades primárias; III - A criação de áreas de especial interesse urbanístico, social, ambiental, turístico e de utilização pública; IV - Participação obrigatória das entidades comunitárias no estudo, encaminhamento e na solução dos problemas; V - Manutenção, no perímetro urbano, de áreas verdes, com índice mínimo de 15 (quinze) metros quadrados por habitante (PATO BRANCO, 1990, grifo nosso).

O inciso I do Art. 148 deixa claro quanto à obrigação do município em relação à urbanização e à regularização fundiária das áreas onde haja assentamento da população de baixa renda. Tratando-se da área bairro São João se nota que as ações do município em prol da regularização fundiária da área apresentam poucos resultados efetivos, visto que ainda hoje, somente um terço da população possui título de propriedade no nome do possuidor do imóvel.

Acerca da pouca efetividade nas ações de regularização fundiária, restou constatado que o problema se concentra na dificuldade de apropriação e desenvolvimento do sentimento de pertencimento aos seus locais de moradia, agravado pela situação socioeconômica dos moradores.

Nesta seara:

as famílias acabam sendo itinerantes dentro do próprio bairro, tem famílias que já trocaram três ou quatro vezes de endereço, eu não sei bem o que influencia elas mas percebo que é a negociata que elas fazem, você tem uma casa melhor, você pega uma pior e você ganha um pouco de dinheiro... são poucas as pessoas que tem trabalho formal, um percentual que não chega a 50% do bairro que tem emprego formal, entende, então a maneira de ganhar dinheiro de repente, em uma situação que você precise, né, só que em vez de trocar por algo melhor, acaba se trocando por algo pior e quando tá o processo de regularização fundiária pronto para a pessoa e ir para o cartório, sair escritura, ela já mudou para outro lote, aí tem que se iniciar todo o processo de novo. Outra questão é o trâmite burocrático da prefeitura que é muito lento, tem pessoas que deram entrada na regularização do lote tem mais de dois anos e ainda residem no mesmo lote e ainda não saiu isso, então eu não entendo qual é o motivo e o que acontece dentro do departamento que realiza esse processo documental, mas vejo que há uma burocratização nisso e outro fato é o deles serem itinerantes dentro do próprio bairro, vender a casa aonde que estão e ir para outro local, aí de repente negociam novamente e voltam para o antigo endereço ou ainda trocam por outro, tem moradores aqui que quando a gente ia fazer o relatório social ele estava residindo em um local de repente vinha um novo processo dele, com um novo pedido de regularização de outro lote, saíram do antigo e já estavam em um outro lote, então as vezes tinham dois ou três processos de regularização da mesma pessoa só que em endereços diferentes (ENTREVISTADA TRÊS).

O conteúdo da entrevista acima correlacionada reflete que as irregularidades não cessam neste ponto. As trocas de imóveis são efetivadas mediante acordos meramente verbais entre os próprios moradores, não havendo nenhum tipo de documento ou acordo de compra e venda, e, por conseguinte, não há atualização do cadastro imobiliário junto ao município.

Outra questão a ser abordada concentra-se no fato de que a grande maioria das casas do bairro não possuem projeto arquitetônico e complementares aprovados junto aos órgãos municipais, sendo fruto do processo da autoconstrução que assola boa parte das cidades brasileiras, o que põe em risco a vida e a integridade desta população.

No que se refere a política de transporte coletivo, é ressaltado que este é um direito fundamental do cidadão e de caráter essencial a população, sendo o município encarregado por planejar, gerenciar, fiscalizar este serviço, sempre em consonância com o PD, o qual é responsável por definir as linhas de transporte coletivo com base nas necessidades da população (PATO BRANCO, 1990).

A lei do PD foi elaborada observando os dispostos da LO, atentando-se para o Capítulo I que trata das políticas municipais, mas tendo como base os princípios e as diretrizes norteadoras previstas no EC, as quais estão descritas no Art. 5º: inciso I – a função social da cidade; II – a função social da propriedade; III – a gestão democrática da cidade e IV – o desenvolvimento sustentável do município (PATO BRANCO, 2008).

Art. 6º A função social da Cidade no Município de Pato Branco corresponde ao direito à cidade para todos, o que compreende: I - A promoção da justiça social, a erradicação da pobreza, a erradicação da exclusão social, a redução das desigualdades sociais e a segregação socioespacial; II – Os direitos à terra urbanizada, à moradia digna, ao saneamento ambiental, à infraestrutura e serviços públicos, ao transporte coletivo, ao trabalho, à cultura, ao lazer, à memória e ao meio ambiente preservado e sustentável. Art. 7º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da Cidade, expressas neste Plano Diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas nesta Lei e no art. 2º. do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº. 10.257, de 10 de julho de 2001, e os seguintes requisitos: I – Que seja utilizada em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental; II – Que haja compatibilidade do uso da propriedade com a infraestrutura, equipamentos e serviços públicos disponíveis; III – Que haja compatibilidade do uso da propriedade com a preservação da qualidade do ambiente urbano e natural; IV – Que a distribuição de usos e intensidades de ocupação do solo seja de forma equilibrada em relação à infraestrutura disponível, aos transportes e ao meio ambiente, de modo a evitar ociosidade e sobrecarga dos investimentos coletivos; V – Que assegure o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas (PATO BRANCO, 2008).

Observando o disposto, o município consegue garantir aos munícipes o direito à cidade no momento em que se faz valer da função social da cidade, visando combater principalmente as desigualdades e a segregação socioespacial e fornecer os direitos básicos da vida urbana a todos os cidadãos. A respeito da localização do bairro São João e do CHVSP, não restam dúvidas que as referidas áreas estão segregadas socioespacialmente do tecido urbano, contudo,

há que se registrar que as ações do executivo municipal em estimular o desenvolvimento urbano das áreas oeste e aprovação de novos conjuntos habitacionais neste local parecem estar buscando cumprir com a função social da cidade e a garantia do direito à cidade para com esses moradores, visando minimizar os impactos das ações tomadas na década de 1970/1980.

No capítulo VIII da lei do PD que trata sobre a habitação de interesse social, (Art. 41), fica estabelecido que deve se manter o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social¹⁰⁴ – (FMHIS), bem como o conselho gestor do FMHIS, em consonância com a política nacional de habitação e com o SNHIS. Nesta perspectiva, estabelece que o FMHIS tem objetivo de centralizar e gerenciar os recursos orçamentários visando a implementação de políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda (PATO BRANCO, 2008).

O Art. 42 trata das aplicações dos recursos do FMHIS, sendo permitido destiná-los aos programas de habitação de interesse social que contemplem:

I - Aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais; II - Produção de lotes urbanizados para fins habitacionais; III - urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social; IV - Implantação de saneamento básico, infraestrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social; V - Aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias; VI - recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social; VII - outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Gestor do FMHIS. Parágrafo único. Será admitida a aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais (PATO BRANCO, 2008, grifo nosso).

Contudo, segundo informações colhidas por meio de diálogos setoriais com técnicos da Secretaria de Assistência Social e também no CRAS Paulina Bonalume Andreato, o FMHIS existe juridicamente, mas não é atuante assim como não dispõe de orçamento próprio, o que inviabiliza todas as ações do disposto no Art. 42 do PD, sobretudo porque não há recursos disponíveis para o atendimento das demandas existentes. Assim a narrativa da entrevistada três corrobora essa ideia. Veja-se:

O fundo pelo meu conhecimento não está ativo, nem esteve no período em que eu trabalhei no departamento de habitação, nunca vimos contas do fundo, recursos que existiam para o fundo, não existiam as reuniões periódicas, mensais do conselho do fundo como deveria ter, que todo mês os conselhos deveriam ser reuniões pela lei dos conselhos. O conselho só se reunia quando havia necessidade de deliberar alguma coisa de projeto habitacional, mas sobre recursos nunca foi falado nas reuniões, que

¹⁰⁴ Lei Nº 2.873, de 27 de novembro de 2007, a qual “Cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, institui o Conselho Gestor do FMHIS e dá outras providências.” (PATO BRANCO, 2007).

eu me lembre, não, e assim, recursos e discussões sobre a população de menor renda ou algum direcionamento para auxiliar a condição de habitação para essa população nunca se foi falado, a única coisa que era falado era sobre as resoluções que foram feitas para a questão do sorteio do conjunto habitacional, como deveria ser feito mediante as leis federais que existiam: a portaria de número 21, a portaria 595, que tinha na época, só foi duas ou três reuniões que eu participei em três anos que eu trabalhei na habitação.

Tal assertiva pode ser confirmada mediante a análise dos processos de planejamento, aprovação e implantação dos conjuntos habitacionais no município de Pato Branco, que estão concentrados integralmente sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Acerca do tema, resgata-se os pensamentos de Buonfiglio, (2015) autora que ao discorrer sobre a políticas públicas no âmbito do PMCMV, reflete sobre a relativização do órgão específico como responsável pela execução da política habitacional. Assim, lançada essa problemática, algumas ponderações acerca do tema merecem ser salientadas. Notadamente, a maior parte do roteiro de ações de política habitacional no município em estudo é desenvolvida na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, máxime se considerar que existe na municipalidade um órgão setorial específico para esse tipo de demanda, o Departamento Municipal de Habitação.

Desse modo, tem-se que a descentralização e a fragmentação da política habitacional do município é um problema assente. Posto que, inobstante a existência do referido órgão, o mesmo concentra a responsabilidade apenas pela realização da derradeira etapa do referido roteiro, que consiste na elaboração dos processos de cadastro de demanda, seleção e sorteio dos beneficiários e promoção de reuniões e audiências públicas.

Com relação ao inciso V do Art. 42 que trata da aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias, com vistas à real inexistência do FMHIS, o município não destina recursos específicos para essa categoria completa a entrevistada três:

Na verdade, o município não tem uma lei específica para isso. Tem no plano diretor. Essa lei era algo que eu debatida dentro do departamento de habitação, a gente conversava a respeito que deveria existir, isso deveria ser legalizado, mas não existe. As pessoas vêm pedir material de construção, pessoas em condição de vulnerabilidade social eu não tenho como destinar um recurso, dizer que ela vai conseguir esse material porque não tem uma lei que regulamenta isso no município, a informação que eu tenho é essa. Só que dia 27 de dezembro de 2018 houve uma portaria dentro da política de assistência social que coloca como benefício eventual¹⁰⁵, benefício eventual é prioritário da política de assistência social, mas coloca também que pode

¹⁰⁵ Com base no disposto no art. 4º da Lei 8.742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social - (LOAS), inciso III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.

ser atendido pessoas de extrema vulnerabilidade social com materiais de melhoria habitacional, até não digo melhoria habitacional, mas para você prover o mínimo de dignidade para aquela pessoa, para que ela possa ter um banheiro que ela tenha alguma coisa, entende? Existe agora esse viés pela política de assistência social. Com relação à previsão no plano diretor, não existe lei específica e orçamento para isso, pois muitos pedidos que a gente faz são negados porque não existe orçamento para isso.

Neste sentido, o recurso que deveria ser destinado via município para o FMHIS passa a ser destinado via recursos federais atendendo aos dispositivos da Lei Orgânica da Assistência Social – (LOAS), o recurso é escasso e é destinando apenas para melhorias emergenciais que se enquadram como benefício eventual.

Ao considerar o texto da lei, o FMHIS representaria uma unidade autônoma a qual seria capaz de urbanizar áreas, prover equipamentos comunitários, realizar ações de regularização fundiária, dispor de orçamento para aquisição de materiais de construção visado a construção, reforma, ampliação e melhoria de unidades habitacionais dentro do município e ainda construir habitações de interesse social, tudo isso de acordo com o orçamento previsto no Plano Plurianual – (PPA) e na LDO.

A não atuação do FMHIS anula todos os dispostos previsto em lei, gerando uma sobrecarga de trabalho para as secretarias correspondentes, por exemplo, para a Secretaria Municipal de Assistência Social e a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, que na maioria das vezes não possuem um quadro de funcionários com o preparo técnico necessário para atuar e assumir para com as funções do FMHIS. Ademais, as secretarias não recebem incrementos na dotação orçamentária para suprir as demandas, o que evidencia uma desarticulação da política municipal.

Diante deste fato, outra forma de atendimento do executivo municipal com relação ao direito à moradia e a cidade, está pautado no Art. 44 da lei, onde “a política municipal de habitação tem ainda por objetivo orientar as ações do Poder Público e da iniciativa privada propiciando o acesso à moradia, priorizando famílias de menor renda, num processo integrado às políticas de desenvolvimento urbano e regional e demais políticas [...]” (PATO BRANCO, 2008).

Atualmente, a forma de implantação dos conjuntos habitacionais no município tem sido exclusivamente com base na política federal do PMCMV, a qual detém de normativas próprias, obrigando o município e as entidades privadas a cumprirem as diretrizes, por exemplo, o atendimento prioritário de famílias as quais se encontram em situação de vulnerabilidade ou residentes em áreas de risco.

Partindo dessa premissa, é dever do município, conforme Art. 46 da lei do PD, que trata das diretrizes gerais da política municipal de habitação de interesse social:

VII - Permitir o parcelamento e ocupação do solo de interesse social, com parâmetros diferenciados, como forma de incentivo à participação da iniciativa privada na produção de habitação para as famílias de menor renda; [...] X - Buscar a autossuficiência interna dos programas habitacionais, propiciando o retorno dos recursos aplicados, respeitadas as condições socioeconômicas das famílias beneficiadas; XI - Assegurar a todos o acesso à moradia digna, a qual deve contemplar a segurança jurídica da posse, a disponibilidade de serviços, materiais, benefícios e infraestrutura e a habitabilidade; XII - Garantir o acesso à Habitação de Interesse Social (HIS) em terra urbanizada, com condições adequadas de infraestrutura urbana e sem fragilidade ambiental, preferencialmente nas Zonas de Adensamento Prioritário e Secundário; [...] XV - Promover o acesso à terra, por intermédio de instrumentos urbanísticos que assegurem a utilização adequada das áreas vazias ou subutilizadas, indicadas neste Plano; XVII - Estimular a participação da iniciativa privada na produção de moradias, em especial as de interesse social, assegurando padrão adequado quanto ao tamanho dos lotes, características construtivas, localização, condições de infraestrutura e inserção sócio territorial na malha urbana existente; XVIII - Reverter a lógica de produção para a Habitação de Interesse Social em terras distantes da mancha urbana consolidada e das oportunidades de geração de emprego e renda, dos equipamentos públicos, das atividades de cultura e lazer do município; XXI - atuar de forma integrada com as demais políticas habitacionais estadual e federal, visando a distribuição equilibrada da população no território urbano (PATO BRANCO, 2008, grifos nosso).

De acordo com a lei do PD, o município deve atuar de forma integrada com as políticas estaduais e federais visando a distribuição justa e equilibrada da população no território urbano, permitindo que nas áreas de com incidência ZEIS o executivo municipal tenha a autonomia e amparo jurídico para permitir a edificação de conjuntos habitacionais com parâmetros de uso e ocupação do solo diferenciados, servindo como estímulo a participação da iniciativa privada na produção habitacional de interesse social.

Tratando de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo urbano o município dispõe da LC Nº 46 de 26 maio de 2011 – (LUPA) que “Regulamenta o Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo no Município de Pato Branco em adequação à LC Nº 28, de 27 de junho de 2008” (PATO BRANCO, 2011). A referida lei traz no Título I, Capítulo II, Art. 4º princípios da lei de uso, ocupação e parcelamento do solo, tendo como princípio fundamental:

V - Evitar a segregação socioespacial, propiciando os direitos a terra urbanizada; à moradia digna; ao saneamento ambiental; à infraestrutura e serviços públicos; ao transporte coletivo; ao trabalho; à cultura; ao lazer, e ao meio ambiente preservado e sustentável; VI – Bem coletivo, a segurança e o bem-estar dos cidadãos, bem como o equilíbrio ambiental; X – Assegurar o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas (PATO BRANCO, 2011).

Os princípios fundamentais dispostos pelos incisos V, VI e X, os quais foram regulamentados pela LUPA, tem como principal objetivo evitar a segregação socioespacial e garantir os direitos básicos a todo e qualquer cidadão, a citar: terra urbanizada, moradia digna, infraestrutura urbana e serviços públicos. O Art. 5º da referida lei, trata dos objetivos e das diretrizes da lei relativas ao uso, ocupação e parcelamento do solo tendo como principais objetivos:

IV - Reverter a lógica de produção para a Habitação de Interesse Social em terras distantes do tecido urbano consolidado, e das oportunidades de geração de emprego e renda, dos equipamentos públicos, das atividades de cultura e lazer do município; V - Promover o cumprimento da função social da terra urbana, respeitando o meio ambiente, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, e neste Plano Diretor; V - promover o cumprimento da função social da terra urbana, respeitando o meio ambiente, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, e neste Plano Diretor; (PATO BRANCO, 2008, grifo nosso).

O PD tem como diretrizes a reversão da lógica de produção habitacional de interesse social em áreas segregadas e longínquas do tecido urbano consolidado. Nesta acepção o estímulo à urbanização das áreas oeste do município e a edificação de novas unidades habitacionais neste local se apresentam como uma alternativa para a inclusão dos residentes na cidade formal. O entrevistado dois corrobora com essa ideia, afirmando que:

[...] nós vamos arrumar tudo lá, vai ter asfalto, lá mesmo nós vamos ampliar o perímetro urbano, pra dá uma ajeitada, e ele vai revitalizar toda área lá, já está sendo asfaltada umas partes lá, pra melhorar a qualidade de vida deles lá. Até alguns queriam que mudasse o nome do bairro porque acha degradante o nome do bairro, mas a gente vai tentar revitalizar e manter o bairro porque já está consolidado na verdade. O entorno mesmo vai sair loteamentos que vai valorizar a área né, e a gente vai liberar e criar uma área comercial, né, pra levar comércio e mercado pra esse local. Então vai ser um bairro que vai ter toda a infraestrutura possível, as ruas mais largas, que tem dezoito metros (de largura) a gente vai liberar comércio, o contorno norte vai passar ao lado do bairro, então aqui vai ter um acesso da BR-158 pra quem vai para o aeroporto, então eles vão estar em uma ligação aqui que vai atrair até comércio pra essa região.

A obra do Contorno Norte (perimetral) citado pelo entrevistado dois, visa melhorar a mobilidade urbana e resolver problemas relacionados a segregação espacial em decorrência da conjuntura de rodovias que “fragmentam” o tecido urbano. A referida obra de infraestrutura recebeu do governo federal investimentos na ordem de R\$ 29,4 milhões para custear a elaboração do projeto e execução das obras do primeiro trecho, o custo total da obra está estimando em R\$ 50 milhões e será responsável por:

Definir um novo traçado da BR-158 para desviar o trânsito de caminhões e veículos que cruzam Pato Branco com destino à região Sul do País, tirando o tráfego pesado da área central do Município. Nos horários de pico, são mais de 20 mil veículos por hora, que sobrecarregam a região central da cidade. O desvio será feito antes de chegar à área urbana, passando pela PR-493 e voltando à BR-158, perto do município de Vitorino. Essa obra irá desafogar o trânsito e instalar um novo eixo de desenvolvimento para o Município, favorecendo a integração dos bairros cortados e hoje separados pela rodovia e promovendo um avanço da malha urbana no sentido da perimetral (MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, 2015).

As obras do contorno norte foram iniciadas em março de 2018, a primeira etapa da obra tem previsão de duração de aproximadamente 18 meses (MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, 2015), até que as obras não sejam concluídas o tráfego e a nomenclatura das vias permanecem sem alteração. Cabe salientar que todos os acessos que levam para o bairro São João necessitam obrigatoriamente cruzar ou trafegar pela Rodovia BR-158.

Atualmente, existem três acessos pelos quais se pode chegar até o bairro, conforme mostra a figura 27.



Fonte: Google Maps, (2019); adaptado por Danielli, (2019).

A rota mais curta para se chegar até o bairro, partindo da praça central Presidente Getúlio Vargas, perfaz uma distância total de 6,8 Km em um tempo total de deslocamento de carro de aproximadamente 16 minutos, de acordo com o *Google Maps*, através do acesso pela Rua Itacolomi, via estrutural de fluxo intenso que corta a cidade. O segundo trajeto apresenta distância mediana e tempo de deslocamento menor, o acesso dá-se via Estrada Irineu Bertani com uma distância total de 7,0 Km e um tempo total de deslocamento de carro de aproximadamente 15 minutos, com um tráfego moderado. A terceira via de acesso ao bairro São João apresenta o maior tempo de deslocamento e também a maior distância em quilômetros. Trafega pela Avenida Tupi e rua Ivaí, via estrutural e via coletora, respectivamente, ambas de grande fluxo, trafegando boa parte do percurso pela Rodovia BR-158.

Referindo-se ao deslocamento feito com veículo automotor e/ou motocicleta, a distância e o tempo de locomoção relativa se tornam moderados. Contudo, deslocamentos pedonais ou com bicicleta afiguram-se inviáveis por conta do relevo da área, falta de infraestrutura como passeio público pavimentado, ciclo faixa e/ou ciclovia, iluminação pública, disposição de passarelas para travessia da BR-158.

Como alternativa, os moradores podem se utilizar do transporte público coletivo para fazer seus trajetos diários. A empresa de transporte público urbano que atualmente opera no município de Pato Branco é a TUPA¹⁰⁶. A empresa disponibiliza a linha 113 que faz a rota até o bairro. Os horários para essa rota são apresentados na figura 28 disposta na sequência.

¹⁰⁶ A TUPA - (Transporte Urbano de Pato Branco), foi contratada via Contrato 180/17 e entrou em operação em abril de 2018.

Figura 28: Horários de circulação de transporte coletivo até o bairro São João

| LINHA 113 - SÃO JOÃO | | | | | | | |
|------------------------------------|------------------------------------|--|------------------------------|-----------------|------------------------------------|--|------------------------------|
| SEGUNDA-FEIRA À SEXTA-FEIRA | | | | SÁBADO | | | |
| Bairro São João | Bairro Planalto (Salão dos Idosos) | P I 2 Ponto Casa do Artesão (Rua Tamóio) | Ponto Correio (Rua Caramuru) | Bairro São João | Bairro Planalto (Salão dos Idosos) | P I 2 Ponto Casa do Artesão (Rua Tamóio) | Ponto Correio (Rua Caramuru) |
| 05:40 | 05:50 | 06:05 | 06:08 | 05:40 | 05:50 | 06:05 | 06:08 |
| 07:00 | 07:10 | 07:25 | 07:28 | 07:00 | 07:10 | 07:25 | 07:28 |
| 08:00 | 08:10 | 08:25 | 08:28 | 08:00 | 08:10 | 08:25 | 08:28 |
| 09:00 | 09:10 | 09:25 | 09:28 | 09:00 | 09:10 | 09:25 | 09:28 |
| 10:00 | 10:10 | 10:25 | 10:28 | 10:00 | 10:10 | 10:25 | 10:28 |
| 11:00 | 11:10 | 11:25 | 11:28 | 11:00 | 11:10 | 11:25 | 11:28 |
| 12:00 | 12:10 | 12:25 | 12:28 | 12:00 | 12:10 | 12:25 | 12:28 |
| 13:00 | 13:10 | 13:25 | 13:28 | 13:00 | 13:10 | 13:25 | - |
| 14:00 | 14:10 | 14:25 | 14:28 | | | | |
| 15:00 | 15:10 | 15:25 | 15:28 | | | | |
| 16:00 | 16:10 | 16:25 | 16:28 | | | | |
| 17:00 | 17:10 | 17:25 | 17:28 | | | | |
| 18:00 | 18:10 | 18:25 | 18:28 | | | | |
| 19:00 | 19:10 | 19:25 | 19:28 | | | | |
| 20:00 | 20:10 | 20:25 | 20:28 | | | | |
| 21:00 | 21:10 | 21:25 | - | | | | |



Fonte: TUPA, (2019); adaptado por Danielli, (2019).

Os horários de circulação de ônibus de transporte público coletivo no bairro são: de segunda-feira a sexta-feira das 07:00 as 21:00 horas com intervalos máximos de uma hora, exceto no horário das 05:40 da manhã que o intervalo máximo é de uma hora e vinte minutos, sendo que não há circulação de transporte público no período compreendido entre as 21:00 às 05:40 horas, no sábado a programação se mantém, havendo circulação de ônibus de hora em hora no período compreendido entre as 07:00 até às 13:00 horas, com exceção no horário das 05:40 da manhã. Não há circulação direta de transporte coletivo no bairro a partir das 13:00 horas do sábado até as 05:40 da manhã da segunda-feira, os moradores precisam tomar um ônibus e parar no bairro Planalto que fica a mais ou menos 1,3 Km do bairro São João e deste ponto, e completar o percurso até o bairro de outra forma.

Essa análise revela alguns questionamentos no que se refere ao cenário urbano de exclusão socioespacial vivido pelos residentes do bairro. A situação se agrava se ao considerar a inacessibilidade ao transporte público municipal durante os finais de semana e a falta de infraestrutura de lazer, comércio e serviços do bairro. Tal afirmação é necessária quando se observa que é justamente no final de semana que as famílias dispõem de tempo livre para aproveitar o parque da cidade, as praças, os cinemas e os demais equipamentos de lazer, cultura, entretenimento, assim como todo o comércio e o ramo de alimentação que geralmente se desenvolve com maior intensidade nas áreas mais centrais da cidade.

Nesta lógica, a população do bairro São João e do CHVSP encontra mais uma barreira para usufruir da cidade formal aos finais de semana. Posto isso, questiona-se: seria essa uma

estratégia do poder público em “desaparecer” com trabalhadores e as famílias de baixa renda nos finais de semana para que dessa forma os problemas não sejam “visíveis”¹⁰⁷, ou é somente mais um exemplo de má gestão e planejamento urbano?

Ao que tudo indica e espera-se que seja isso, esse parece ser mais um exemplo histórico de má gestão e planejamento. As obras e as ações do município no sentido de fomentar o desenvolvimento da urbanização no entorno do bairro e do conjunto habitacional, visando conectar as áreas oeste ao tecido urbano, apresentam-se como uma solução para o problema a longo prazo, uma vez que o aumento da densidade populacional na área geraria uma sobrecarga no sistema atual de transporte coletivo demandando a ampliação na oferta deste serviço e uma reestruturação nas rotas.

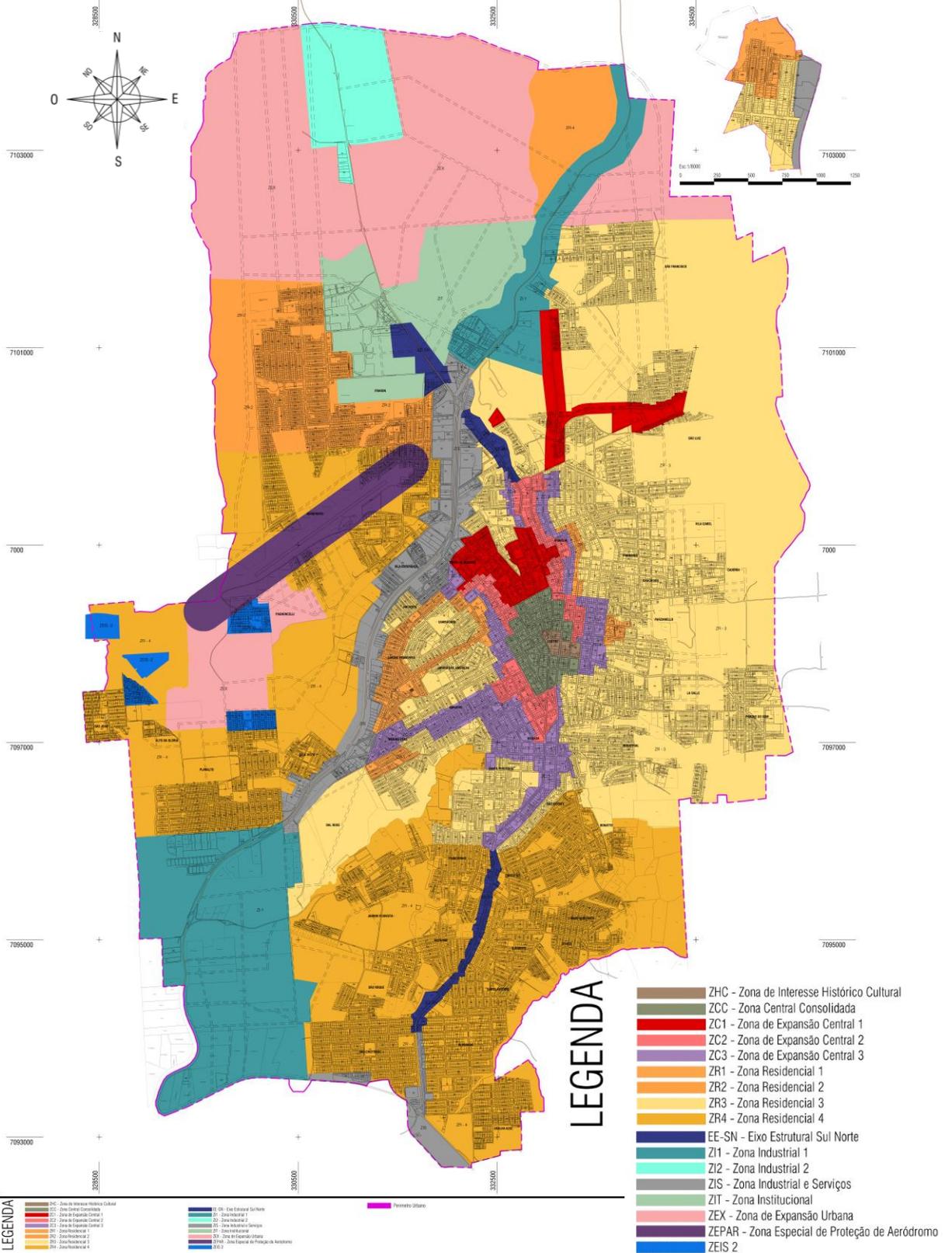
A intenção de urbanização das áreas oeste é evidenciada quando se põe em análise o mapa de zoneamento municipal, onde é possível perceber uma grande área de terra a qual tem incidência de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo definidos pela ZEX. A área tem seus limites próximos ao bairro São João e Alto da Glória se estendendo até o bairro aeroporto onde se conecta com mais duas áreas definidas como ZEIS2 e a áreas urbanas consolidadas do município, como se pode observar na figura 29:

¹⁰⁷ Os trabalhadores devem desaparecer para que os problemas não sejam visíveis. Ideia apresentada por Ermínia Maricato em debate realizado na FAU-USP, em maio de 2007 (RODRIGUES, 2017, p. 75).

Figura 29: Mapa de Zoneamento do município de Pato Branco

MAPA DE ZONEAMENTO

PATO BRANCO - PR



Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, (2019).

De acordo com o Art. 152 da LUPA, a ZEX é considerada uma área suburbana, embora ainda esteja inclusa nos limites do perímetro urbano. Permite-se o seu parcelamento, uso e ocupação do solo para a instalação de atividades comerciais, de serviços e industriais, não incômodas e que não interfiram na futura expansão da cidade, respeitando o traçado das vias projetadas e os parâmetros de uso e ocupação do solo definidos pela lei (PATO BRANCO, 2008).

Tratando de expansão da cidade, o município está prevendo uma ampliação do perímetro urbano para o ano de 2019. A ação está sendo justificada por conta da liberação e modificação do zoneamento das áreas da ZEX, para que haja prospecção e aprovação de novos loteamentos residenciais nesses locais que, provavelmente, terão como parâmetros construtivos de uso e ocupação do solo idênticos aos da ZR4.

[...]a gente vai expandir, porque a gente vai liberar onde tem área de expansão a gente vai liberar já um zoneamento, e daí para os próximos dez anos a gente já tem que deixar previsto uma área de expansão, mas a gente tá seguindo a expansão em cima do plano diretor, um pouco na área norte e um pouco vai ser na área oeste da cidade e área leste muito pouca coisa, área sul não pode mais porque a gente já tá na divisa com Vitorino, né (ENTREVISTADO DOIS).

A alteração do zoneamento da área ZEX se faz necessária haja vista a intenção do município em urbanizar e estimular o uso residencial nestes locais, pois os atuais parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo para esse zoneamento são incompatíveis com o uso residencial e não instigam os promotores imobiliários a aprovarem novos loteamentos.

§ 3º São parâmetros urbanísticos, reguladores da ocupação do solo da ZEX: I - Coeficiente de Aproveitamento Máximo: 0,1 (zero vírgula 1); II - Taxa de Ocupação Máxima: 10% (dez por cento); III - Taxa de Permeabilidade Mínima do Solo: 90% (noventa por cento); IV – número máximo de pavimentos: 02 (zero dois); V – altura máxima: 10m (dez metros); [...] VII – área mínima do lote: 10.000m² (dez mil metros quadrados) (PATO BRANCO, 2008).

Tratando de zoneamento municipal, buscou-se compreender porque uma área de interesse social como o bairro São João não seja reconhecido pelo município como tal, enquanto que a área do CHVSP e do futuro conjunto habitacional Vila Nova II sejam reconhecidas e recebam o zoneamento ZEIS2. Sobre este fato, foi indagado o entrevistado dois, o qual exclamou:

É que na verdade assim, a ZEIS1 é para a área extremamente risco, tem uma diferença entre uma e outra. A ZEIS2 é como se eu tivesse criando um zoneamento novo, um conjunto habitacional, a ZEIS1 é manter o pessoal aonde está só que revitalizar a área

dele, podemos até fazer futuramente.... É que na época que o São João foi criado ele já não era considerado ZEIS, foi um erro no zoneamento e os outros que a gente criou você vai ver que a gente já colocou. A gente não alterou o zoneamento, está alterando agora, as áreas do Vila São Pedro e do Vila Nova II foram aprovadas depois, a gente aprovou essas duas áreas depois que o plano diretor tava feito, a gente fez audiência pública e refez essas áreas pra poder aprovar os conjuntos habitacionais (grifos nosso).

Buscando esclarecimento do fato, fora consultando a legislação vigente para que dessa forma se mostrasse possível compreender a real diferença entre os dois zoneamentos e amparar a resposta obtida durante a entrevista, com base no texto da lei. Veja-se o dispositivo legal abaixo:

Art. 184. § 1º A Zona Especial de Interesse Social pode ser classificada nas seguintes categorias: I - ZEIS1: áreas públicas ou particulares ocupadas por assentamentos de população de baixa renda, devendo o Poder Público promover a urbanização e a regularização fundiária, com a implantação de equipamentos públicos, de comércio e serviços de caráter local e de equipamentos de recreação e lazer; II - ZEIS2: imóveis não edificados, onde haja interesse público em elaborar programas Habitacionais de Interesse Social (HIS), incluindo comércio e serviços de caráter local e equipamentos de recreação e lazer, ou áreas passíveis de implantação de loteamentos de interesse social [...] (PATO BRANCO, 2011). “Art. 185¹⁰⁸. Nas ZEIS2 poderão ser implantados loteamentos de interesse social ou empreendimentos de Habitação de Interesse Social (HIS), destinados à produção de lotes, com tamanho mínimo de 180m² (cento e oitenta metros quadrados), destinados a famílias com renda igual ou inferior a 03 (três) salários mínimos com taxa de ocupação máxima de 50% (cinquenta por cento), Coeficiente de Aproveitamento Básico: 1,0 (um) e com 02 (dois) pavimentos, taxa de Permeabilidade Mínima do Solo: 40% (quarenta por cento) ”. (NR) (PATO BRANCO, 2013).

Tomando como base o relato do entrevistado dois e o texto da lei, pressupõe-se que a área do bairro São João deveria ter como incidência de parâmetros de uso e ocupação do solo idênticos aos da ZEIS1, pois faz referência a uma área exclusivamente de interesse social, fundo de vale, com fragilidades ambientais já constatadas, a citar a urbanização em áreas com altas declividades (ver anexo IV), ocupação de áreas que deveriam ser recuperadas e delimitadas como áreas de proteção permanente ao longo do córrego que corta o bairro, como define a Lei

¹⁰⁸ O Art. 185 (2011) teve sua redação alterada pela Lei Complementar Nº 55, de 2 de outubro de 2013, a qual “ Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 46, de 26 de maio de 2011, que dispõe a regulamentação do Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo no Município de Pato Branco em adequação à Lei Complementar nº 28, de 27 de junho de 2008”. (PATO BRANCO, 2013).

Lehmann¹⁰⁹ e o Código Florestal Brasileiro¹¹⁰. Registra-se que se trata de uma área “favelizada” ocupada por população de baixa renda que requer regularização fundiária. A seu turno, as áreas do CHVSP e do futuro conjunto habitacional Vila Nova II atendem aos requisitos da referida Lei.

Por fim, acrescenta-se que as áreas de interesse social do município, segundo o Art. 188, devem atender aos seguintes objetivos:

I - Promover a urbanização com parâmetros específicos para cada área, que garantam a permanência dos atuais ocupantes em condições adequadas de habitabilidade; II - Garantir a moradia aos atuais ocupantes, integrando essas áreas ao seu entorno próximo; III - destinar as áreas públicas definidas como bens de uso comum do povo e áreas domaniais, já ocupadas, prioritariamente à habitação de interesse social dos atuais moradores; IV - Corrigir situações de risco ocasionadas por ocupações impróprias à habitação; V - Estabelecer condições de habitabilidade através de investimentos em equipamentos urbanos e comunitários (PATO BRANCO, 2008).

Os objetivos retromencionados, principalmente no que tange o estímulo à permanência dos moradores e a garantia de condições adequadas de habitabilidade no ambiente urbano, reforçam ainda mais anseio de que se altere a lei de zoneamento e então o bairro passe a ter a incidência do zoneamento ZEIS1. Justifica-se essa recomendação ante a necessidade de se delimitar essa área como uma ZEIS, visto que os seus parâmetros construtivos são diferenciados e flexíveis quando comparados aos parâmetros construtivos com áreas de incidência de Zona Residencial 4 – (ZR4), por exemplo.

De acordo com o Art. 169., da LUPA, a ZR4 localiza-se “a Leste da Rodovia BR-158, deve ser mantida com baixa densidade populacional, evitando-se o aumento de atividades geradoras de tráfego, até a implantação de sistemas que permitam romper a barreira constituída

¹⁰⁹ Lei Nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 a qual: “Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências” - Art. 3º Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal. (Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999) - Parágrafo único - Não será permitido o parcelamento do solo: I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas; III - em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes; IV - em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação; (BRASIL, 1979, grifo nosso).

¹¹⁰ Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012 a qual: “Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. ”: Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei: I - as faixas marginais de qualquer curso d’água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012). a) 30 (trinta) metros, para os cursos d’água de menos de 10 (dez) metros de largura (BRASIL, 2012). Art. 10. Não é permitida a derrubada de florestas, situadas em áreas de inclinação entre 25 a 45 graus, só sendo nelas tolerada a extração de toros, quando em regime de utilização racional, que vise a rendimentos permanentes (BRASIL, 2012, grifos nosso).

pela Rodovia BR-158 ”, visto que as obras do contorno norte ainda não estão concluídas, o município deverá manter os parâmetros urbanísticos reguladores da ocupação do solo com vistas à manutenção da ocupação residencial e baixa densidade populacional da área.

§ 2º São parâmetros urbanísticos reguladores da ocupação do solo da (ZR4): I - Coeficiente de Aproveitamento¹¹¹ Máximo: 1,0 (um); II - Taxa de Ocupação¹¹² Máxima: 50% (cinquenta por cento); III - Taxa de Permeabilidade Mínima do Solo: 30% (trinta por cento); IV – Número máximo de pavimentos: 2 (dois); V – Recuo mínimo: 5,0m (cinco metros); VI - Área mínima do lote: 360m² (trezentos e sessenta metros quadrados); VII – Testada do lote: 12m (doze metros) (PATO BRANCO, 2008).

Os parâmetros reguladores da ocupação do uso do solo para as áreas de zoneamento ZR4 despertam a atenção do mercado imobiliário, sendo passíveis de se tornarem objetos de especulação imobiliária, uma vez que permitem maior utilização do solo urbanizado quando comparado a ZEIS, por exemplo.

Extraí-se disso, uma provável preocupação quanto às áreas do bairro São João se tornarem alvo do mercado imobiliário se mantidas como ZR4, situação que se daria motivada pela valorização do entorno em razão de obras de urbanização, aprovação de novos loteamentos nas áreas de ZEX, melhoria das infraestruturas e construção de novos equipamentos públicos. Essa situação é agravada ainda pelo acentuado tamanho dos lotes urbanos do bairro São João, que em sua grande maioria possuem áreas de aproximadamente 450,00m². Na atual conjuntura verifica-se o início de um processo de retenção de lotes visando a valorização, seja pelos próprios moradores ou por pessoas externas ao bairro, que aproveitando-se do baixo valor venal do imóvel e da condição socioeconômica dos possuidores para adquirirem ilegalmente esses imóveis¹¹³.

Com efeito, trata-se de uma área de interesse social a qual tem lotes de 450,00m² e parâmetros de regulação do uso do solo definidos pela ZR4. Logo, é possível construir uma residência de até 450,00m² e dois pavimentos, o que não representa, definitivamente, condições apropriadas para zonas de interesse social. A ação do poder executivo municipal em manter esses lotes com essa metragem quadrada está pautada no fato de que são terrenos alagadiços como afirma o entrevistado dois:

¹¹¹ É o índice que multiplicado pela área total do lote resulta a área total da edificação que poderá ser construída (PATO BRANCO, 2008, p. 71-74).

¹¹² É um percentual expresso pela relação entre a área da projeção da edificação e a área do lote (PATO BRANCO, 2008, p. 71-74).

¹¹³ Informações obtidas com a equipe técnica do CRAS Paulina Bonalume Andreatta e confirmada pela Chefe do Setor de Controle de Bens Imóveis do município de Pato Branco.

Na verdade, quando se ampliou o perímetro urbano em 2011, que tinha feito o plano diretor, todos esses lotes estavam com 450,00m² porque é uma área de muito alagamento então era pra reduzir o excesso de população, só que nada tá adiantando, porque eles fizeram 450,00m² mas não colocaram como unifamiliar o lote, daí o que que eles faziam, o cara com o lote de 450,00m² colocavam três sobrados dentro e aí começou a aumentar a população demais [...], pela ZEIS nossa, estamos trabalhando com 180,00m², tá, o mínimo pelo Estatuto da Cidade é 125,00m². Hoje a princípio não é necessário reduzir o tamanho dos lotes do bairro São João, porque ele já está meio consolidado, cada um tem seu “lotinho”, e a gente está fazendo regularização, tirando as pessoas da área de risco e colocando nos conjuntos, e esses lotes viram Reserva Municipal.

Desse modo, exterioriza-se uma medida contraproducente manter a área do lote com 450,00m² e aplicar uma taxa de permeabilidade mínima do solo de apenas 30%. Essas taxas representam que o possuidor precisa manter uma área permeável no lote de apenas 135,00m², podendo edificar ou impermeabilizar os demais 315,00m². Alternativamente, como medida de maior eficácia poderia ser elevada de forma considerável a taxa de permeabilidade, reduzindo-se o CA e o número de pavimentos. A título de ilustração: considerando que em uma área de 450,00m² incidissem parâmetros de uso e ocupação do solo de 70% de taxa de permeabilidade mínima, situação que representaria a porção de 315,00m² de área permeável, CA de 0,2 (zero virgula dois) o que permitiria ao possuidor edificar até o limite de 90,00m². Por conseguinte, reduzida a TO máxima do lote para 30% e, descontando a área máxima possível de edificação, restaria uma área de 45,00m² apta a impermeabilização no lote.

Ações como essas permitem, como alternativa, criar um zoneamento específico onde se trabalha com os parâmetros reguladores de uso e ocupação do solo, pois tornar-se-ia quase impossível executar a subdivisão dos lotes, tratando-se de uma área consolidada. Essas intervenções e a mudanças na lei de zoneamento atuariam de maneira positiva na manutenção do valor de mercado, evitando a especulação imobiliária exacerbada e a retenção de solo que por vezes, criam a necessidade de ampliação do perímetro urbano.

O ZEIS2, a título de exemplo, não chega a estabelecer tamanho máximo para o lote, apenas delimita que não devem ser menores que 180,00m², bem como, fixa parâmetros urbanísticos reguladores de uso e ocupação do solo que indiretamente não permitem a ocupação massiva do lote. Por tratar-se de áreas de interesse social os promotores imobiliários ao realizarem o parcelamento da área tendem a manter lotes em sua grande maioria, com não mais que 180,00m², como pode ser observado no CHVSP.

Hipoteticamente, se aplicar os parâmetros urbanísticos definidos para as ZEIS2 (Art.185/Art.187 da LUPA), em um lote com área mínima de acordo com a lei, fazendo-se valer da área máxima de ocupação, se faz possível a edificação de uma residência de 2 pavimentos

com 90,00m² cada, totalizando 180,00m² de área construída em decorrência do CA (1,0). Nenhum pavimento poderá exceder 90,00m² em virtude da TO (50%), assim como a área permeável do terreno não poderá ser inferior a 72,00m² (40%)¹¹⁴. Por isso, os parâmetros acima relacionados são razoavelmente consideráveis para uma área de ZEIS2, e ainda assim são bem menores que os da ZR4, incidentes no bairro São João.

Com relação as unidades habitacionais do empreendimento Vila Nova II, o entrevistado dois afirma que em comparação as do CHVSP:

[...] o padrão de casa melhorou agora, o padrão de casa é outro, vai ser dois padrões, vai ser uma de 49,00m² com área de serviço fechada a outra era uma área de serviço um tanque lá fora né e daí com todo aquele sistema é, aquecimento solar que nem na outra casa e a menor é de 45,00m² que daí ela já tem dois quartos e área de serviço igual a outra, uma área coberta, externa. Outra coisa que vai mudar, é que eles vão deixar um afastamento um pouquinho maior entre os lotes pro “cara” poder colocar o carro, pra não acontecer o que aconteceu no Vila São Pedro, lá é sem estacionamento o pessoal tá jogando o carro, por isso que eles tão fazendo essas coberturas aqui ó, colocando o carro na frente da casa, fechando tudo [...].

O conjunto habitacional Vila Nova II está em fase final de aprovação junto à Secretaria de Planejamento Urbano do município, será financiado e subsidiado pelo PMCMV e de acordo com o entrevistado um esse “novo empreendimento que tá pra vir agora é faixa (de renda) 1,5 a 2, que daí a renda vai até quatro mil (R\$ 1.800,01 à 4.000,00) [...], sendo que a habitação de 45,00m² será financiada com a faixa de renda de até 1,5 SM e a habitação de 49,00m² será financiada com a faixa de renda de até 2 SM, ambas contaram com melhorias tanto construtivas quanto em relação ao posicionamento da edificação no lote.

Na oportunidade, buscou-se compreender como atualmente se articulam as Secretarias Municipais de Planejamento Urbano e de Assistência Social, juntamente com o Departamento de Habitação, no delineamento dessas áreas de interesse social e na aprovação dos projetos urbanísticos/arquitetônicos dos empreendimentos, uma vez que verificando os documentos municipais, percebeu-se que o plano local de habitação tem mais de dez anos da data da sua elaboração. Sobre esse fato, o entrevistado um discorre: “Ele é de 2007, então ele já está um

¹¹⁴ A título de informação, até o ano de 2013 o Art. 185 da LUPA estatuiu que os loteamentos/parcelamentos do solo executados em áreas de ZEIS2 não deveriam dispor de lotes menores que 180,00m², curiosamente, não apresentava parâmetros reguladores de uso e ocupação do solo, mas mantinham a área máxima edificável fixa em 50,00m², não podendo a unidade habitacional exceder essa área, nem mesmo com reformas e ampliações posteriores. Essa medida se tornou inviável, abrindo uma brecha ainda maior para as construções irregulares após a ocupação do imóvel, uma vez que os conjuntos habitacionais dessas áreas não previam garagens cobertas para veículos em função da área máxima ser fixa para esse zoneamento e consequentemente pelo valor total da obra, assim como pelo fato de que as famílias crescem e aumentam o número de integrantes necessitando de espaços adicionais os quais não poderiam ser edificados legalmente, logo, as famílias ampliavam suas residências ilegalmente. A LC Nº 55, de 2 de outubro de 2013 alterou e acrescentou dispositivos da LUPA.

pouco defasado, todas as demandas que tão lá a maioria já foi coberta, estuda-se fazer um novo projeto em 2021 ou 2022, um novo plano, mas ainda não se tem a certeza”.

A respeito da articulação e do trabalho conjunto entre as secretarias municipais, a entrevistada três, discorre que para ela:

não há essa articulação, as vezes você nem sabe qual que é o planejamento, as áreas de interesse social, acredito que a parte habitacional ela não deveria estar junto com a política de assistência, dentro da Secretaria de Assistência Social a única coisa que a política de habitação de interesse social depende da Secretaria de Assistência é o CADÚNICO (cadastro único), então eu penso assim, se o departamento de habitação estivesse dentro da Secretaria de Planejamento Urbano eu acho que seria mais eficaz e poderia sim se trabalhar melhor, fazer um mapeamento dos locais de vulnerabilidade, aonde precisaria de melhoria habitacional, destinação de um recurso, então a política de habitação ela é autônoma ela trabalha, é uma política setorial que trabalha em conjunto com as outras políticas, mas ela possui a sua autonomia, só que no município não possui essa articulação, a única coisa que a política de habitação faz no município é o projeto social para as habitações de interesse social, o planejamento do trabalho técnico social e desenvolve esse trabalho, o restante não existe parceria nenhuma, eles dizem, vai sair um conjunto habitacional em tal local eu preciso que você faça um diagnóstico socioterritorial, um relatório de demandas de equipamentos públicos de 2.000m ao redor da área que vai sair esse conjunto habitacional, então eles me mostravam a área que ia sair e eu tinha que fazer esse relatório de demanda pra saber se tinha posto de saúde, se tinha escola perto do conjunto habitacional, perto da área do conjunto habitacional, aí que eu ia saber que ia ter conjunto habitacional, se não a gente não ficava sabendo. Em 2011 ou 2012 quando eu fiz esse diagnóstico de demanda de equipamentos públicos que eu soube que ia surgir um conjunto habitacional Vila Nova II, mas quando ele ia sair, a forma como ele ia sair, como ia ser, agora que se tem conhecimento que vai sair, mas também não se tem planejado nem quando que vai começar.

Neste sentido, pode-se concluir que o município está produzindo conjuntos habitacionais sem que haja um plano local de habitação com demandas atuais e em consonância com as políticas públicas e a integração das secretarias e departamentos que participam do processo de planejamento e execução habitacional.

Com relação à demanda de habitação de interesse social no município, o entrevistado um afirma que:

[...] hoje nós temos aproximadamente três mil famílias cadastradas, mas é bem importante ressaltar que nem todas que vem até a Secretaria, e que fazem o cadastro, e que são contempladas no processo conseguem ter acesso ao benefício: as vezes passa a renda, as vezes já foi contemplada em algum outro programa habitacional, trava o CPF, então existe sempre uma delimitação. Nós temos uma margem de quarenta por cento, que não passa dos que são selecionados, então é um percentual bem alto pra demanda que a gente tem, então desses três mil, quarenta por cento talvez não se enquadrariam pela forma que a gente vem fazendo [...].

Analisando o relato do entrevistado, colhe-se a demanda real de habitação atual de aproximadamente 1.800 unidades. Contudo, observando o mapa de zoneamento do município

(ver figura 29), é possível perceber que existem apenas algumas áreas delimitadas como ZEIS2, as quais certamente não são suficientes para cobrir esse déficit habitacional por ele levantado.

Destarte, uma alternativa possível seria o município utilizar o farto banco de terras públicas que dispõe para implantação de conjuntos habitacionais de interesse social, pois estão distribuídos genericamente em quase toda extensão da malha urbana, sendo devidamente urbanizados e dotados de infraestrutura. Apesar disso, existem lotes de tamanhos diversificados e desse modo uma parcela desses terrenos não comporta a instalação de conjuntos habitacionais.

Se pode relacionar o notável déficit habitacional do município, afirmado pelo entrevistado um, com a ociosidade das terras públicas e aquisição de novas áreas para edificação dos conjuntos habitacionais à declaração do entrevistado dois, que relatou quando questionado sobre a disponibilidade dos terrenos municipais: “nós temos vários terrenos vagos, mas a princípio não tem nenhum programa pra usar esses lotes, porque o número de pessoas cadastradas acho que vai dar nesse do São João (Vila Nova II)”. Dito isso, nota-se que pode haver uma falha no processo de comunicação e planejamento desses empreendimentos, dado pelo fato de que cada secretaria atende, isoladamente, suas obrigações no que tange à produção de habitação de interesse social.

Tendo como base os relatos, fora constatado que as atribuições da Secretaria de Assistência social se concentram no cadastramento dos beneficiários, elaboração de pareceres socioeconômicos, relatórios de demandas por equipamentos públicos e, por fim, a realização do trabalho social com os beneficiários antes da entrega do empreendimento. A Secretaria de Planejamento Urbano é responsável por todo o processo compreendido desde a delimitação de áreas de ZEIS até a fase de aprovação do empreendimento.

Retomando a questão da ociosidade do banco de terras públicas, cita-se como hipótese que esses terrenos não são utilizados por diversos motivos, mencionando-se como exemplo questões políticas e sociais, principalmente pelo valor dos terrenos nas áreas centrais, realidade que não é exclusiva de Pato Branco, mas, da maioria das cidades brasileiras.

Muito se debate sobre a periferação dos conjuntos habitacionais de interesse social no Brasil, em função do baixo valor do solo, diariamente, se observa estudos relacionados à temática que expõe essa realidade. Talvez, essa não seja a maneira desejável de resolver o crescente déficit habitacional, pois a população desfavorecida socioeconomicamente, via de regra, deverá ser priorizada e residir nas áreas centrais próximas à toda infraestrutura urbana, visto que muitas vezes não dispõem de tempo e nem dinheiro para efetuar seus deslocamentos

diários. Contudo, ainda se insiste em produzir cidades com elevado fator de segregação socioespacial, ao invés de se progredir na superação do caos urbano.

Vive-se num mundo capitalista, onde a estrutura de classes sociais é cada vez mais desigual. Notadamente, o Brasil possui quantidades infindáveis de leis e normativas, as quais na maioria das vezes não são efetivamente colocadas em prática, a exemplo o EC.

É ressaltado que esses fatos ocorrem em capitais e cidades grandes, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belém, Salvador, entre outras, mas não em cidades médias ou cidades pequenas como Pato Branco. Nesta lógica, indaga-se: será que não está ocorrendo uma reprodução da lógica das grandes cidades e capitais, implantando conjuntos habitacionais em áreas distantes em razão do valor do solo urbano, e afinal, de quanto é essa diferença de valores entre as áreas centrais e as áreas periféricas de uma cidade. Sabe-se que o valor da terra é mensurado de acordo com inúmeras variáveis como por exemplo, disposição de infraestrutura, posicionamento geográfico em relação as áreas centrais¹¹⁵, interesse imobiliário e etc.

Neste ponto, visando elucidar os questionamentos e conhecer a fundo a realidade socioespacial do município, fora elaborado um mapa temático do valor venal¹¹⁶ do solo urbano, para que dessa forma fosse possível entender e demonstrar graficamente a relação da implantação dos conjuntos habitacionais na área oeste, o valor venal do solo urbano nas áreas centrais e a relação como o desenvolvimento urbano das áreas do entorno.

O estudo foi elaborado tendo como base a Planta Geral de Valores – (PGV) do município para o ano de 2016, o qual revela os valores para cada face de cada quadra urbana, os quais são formulados de quatro em quatro anos, levando-se em consideração o disposto no Art. 75, da LC Nº 001, de 17 de dezembro de 1998, que dispõe sobre o sistema tributário do município. Para atualizar os valores da PGV 2016¹¹⁷ para o ano presente, utilizou-se da mesma

¹¹⁵ O mapa de abairramento está disponível nos apêndices desta pesquisa, referimo-nos ao apêndice VI.

¹¹⁶ De acordo com a Lei Complementar Nº 001/98 da data de 17 de dezembro de 1998, a qual dispõe sobre o sistema tributário do Município de Pato Branco e dá outras providências., Art. 75. O valor venal do imóvel será determinado pelas informações constantes do Cadastro Imobiliário elaborado pela Fazenda Municipal e pode ser revisto a qualquer tempo por Comissão específica, a qual se acha prevista nesta Lei. Art. 76. Para elaboração da Planta Genérica de Valores Imobiliários que fixa o valor venal do imóvel, anualmente o Executivo Municipal designará comissão específica, que considerará, isolada ou cumulativamente, dentre outros, os seguintes fatores: I - declaração do contribuinte quanto ao valor venal que atribui ao seu imóvel, o qual servirá, se for o caso, para fixar o valor de eventual desapropriação; II - o índice médio de valorização correspondente à zona em que se situar o imóvel; III - a existência de equipamentos urbanos ou melhorias decorrentes de obras públicas, tais como água, esgoto, pavimentação, iluminação pública, limpeza urbana, saneamento e drenagem de área alagada, construção de ponte, viaduto e outras benfeitorias que beneficie os imóveis ali localizados; IV - a região geográfica e as características predominantes de uso; V - quaisquer outros dados informativos que possam ser dimensionados pelo serviços de cadastro e fiscalização de receitas tributárias do Município, conforme Planta de Valores (PATO BRANCO, 1998).

¹¹⁷ A PGV 2016 foi elaborada e atualizada por meio da Lei Complementar Nº 69, de dezembro de 2016.

forma de cálculo que o município utiliza para cômputo de impostos como IPTU, por exemplo, está baseada na valoração da Unidade Fiscal Municipal¹¹⁸ – (UFM). No ano de 2016 cada UFM custava R\$ 29,65, em 2019 esse valor é de R\$ 40,22.

Dessa forma, propõe-se mensurar de maneira global a valorização das quadras urbanas do município. Foi definida uma média aritmética dos valores para cada quadra. Isto posto, somaram-se todos os valores apresentados para cada face de uma determinada quadra e o resultado foi dividido pela quantidade de faces existentes para aquela quadra, representando a média geral de valores por metro quadrado. Foi padronizado esse procedimento para todas as quadras da cidade. Na sequência, procedeu-se à atualização dos valores encontrados por meio da seguinte fórmula matemática:

$$\frac{(\text{Valor do } M^2 \text{ em } 2016)}{(\text{Valor da UFM em } 2016)} = \text{Resultado X (Valor da UFM para } 2019) = \textit{Valor do } M^2 \textit{ em } 2019$$

A fórmula foi aplicada para todos os valores e, sequencialmente, foram elencados os valores encontrados em vinte e três faixas referenciais, atribuindo uma cor para cada faixa, como pode ser observado no quadro 12:

¹¹⁸ Índice base para cálculo dos tributos municipais, multas, penalidades tributárias e administrativas.

Quadro 12: Classificação de cores e faixas referenciais para o mapa do valor venal do solo urbano de Pato Branco/PR

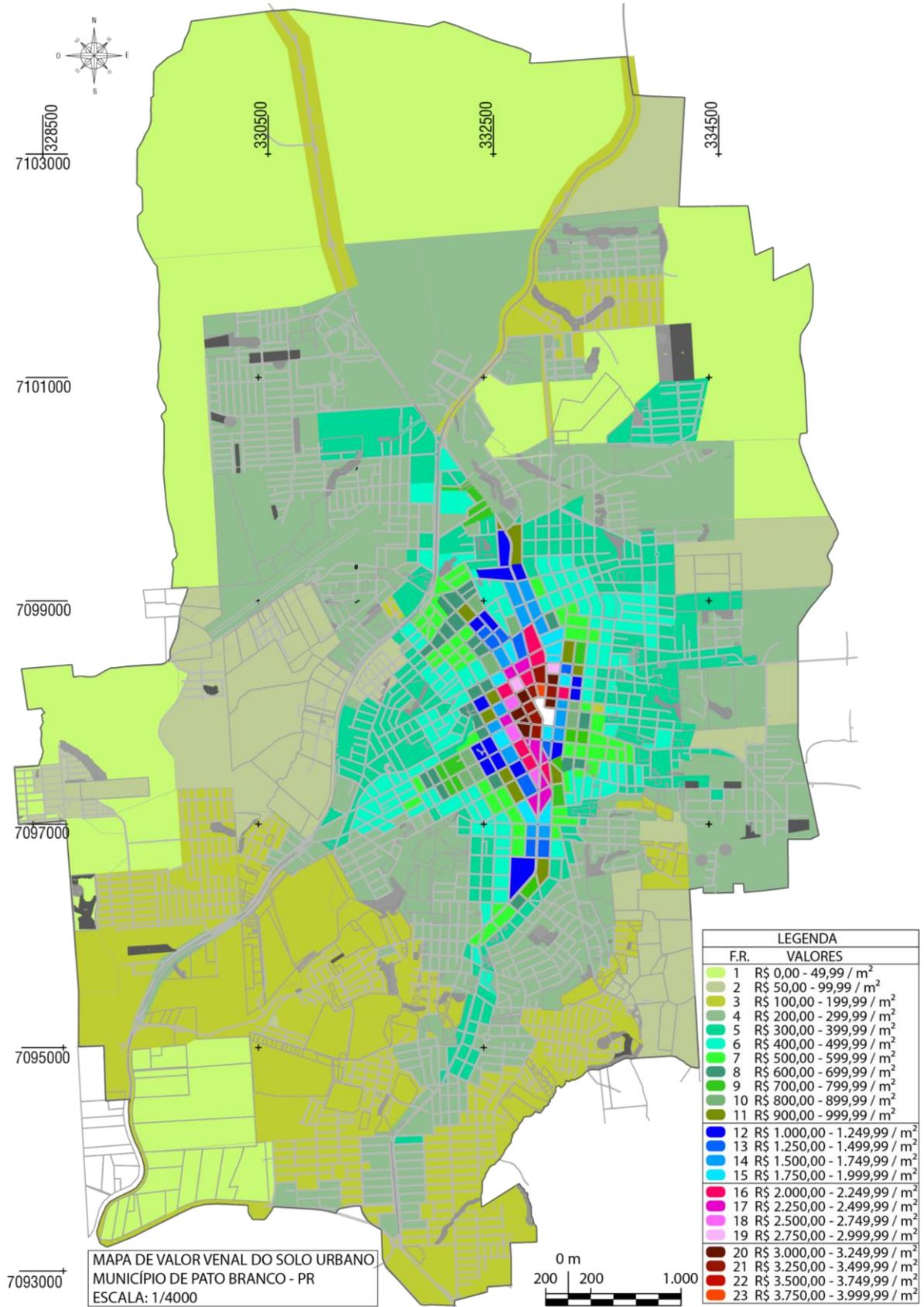
| COR | RGB DA COR | FAIXA REFERENCIAL | VALORES COMPREENDIDOS – R\$ |
|------------|-------------------|--------------------------|------------------------------------|
| | 200; 250; 115 | 1 | De 0,00 até 49,99 Reais |
| | 190; 205; 150 | 2 | De 50,00 até 99,99 Reais |
| | 190; 205; 50 | 3 | De 100,00 até 199,99 Reais |
| | 145; 190; 145 | 4 | De 200,00 até 299,99 Reais |
| | 0; 215; 150 | 5 | De 300,00 até 399,99 Reais |
| | 0; 250; 200 | 6 | De 400,00 até 499,99 Reais |
| | 50; 255; 50 | 7 | De 500,00 até 599,99 Reais |
| | 60; 150; 120 | 8 | De 600,00 até 699,99 Reais |
| | 50; 200; 30 | 9 | De 700,00 até 799,99 Reais |
| | 120; 180; 120 | 10 | De 800,00 até 899,99 Reais |
| | 120; 143; 0 | 11 | De 900,00 até 999,99 Reais |
| | 0; 0; 255 | 12 | De 1.000,00 até 1.249,99 Reais |
| | 0; 100; 255 | 13 | De 1.250,00 até 1.499,99 Reais |
| | 0; 160; 255 | 14 | De 1.500,00 até 1.749,99 Reais |
| | 0; 230; 255 | 15 | De 1.750,00 até 1.999,99 Reais |
| | 255; 0; 100 | 16 | De 2.000,00 até 2.249,99 Reais |
| | 230; 0; 200 | 17 | De 2.250,00 até 2.499,99 Reais |
| | 250; 100; 250 | 18 | De 2.500,00 até 2.749,99 Reais |
| | 250; 180; 250 | 19 | De 2.750,00 até 2.999,99 Reais |
| | 100; 20; 0 | 20 | De 3.000,00 até 3.249,99 Reais |
| | 150; 20; 0 | 21 | De 3.250,00 até 3.499,99 Reais |
| | 200; 10; 0 | 22 | De 3.500,00 até 3.749,99 Reais |
| | 250; 70; 0 | 23 | De 3.750,00 até 3.999,99 Reais |

Fonte: Danielli, (2019).

O quadro 12 apresenta a classificação de cores e faixas referenciais para o mapa do valor venal do solo urbano de Pato Branco/PR. Nesta senda, a categorização estabelecida é possível perceber a fixação de um intervalo de valores para as faixas 1 e 2, os quais não ultrapassam R\$ 49,99, pois o foco principal é identificar as áreas com incidência de menor valor, a fim de verificar a relação da implantação de conjuntos habitacionais de interesse social em áreas distantes dos centros dotados de infraestrutura urbana e o valor do metro quadrado do solo, vinculado é claro, pela demarcação e delimitação de ZEIS.

As faixas de referências três até a 11 englobam os valores medianos em reais, com intervalos máximos de até R\$ 99,99; as faixas 12 a 23 abrangem os maiores valores para cada metro quadrado do solo urbano do município e categorizam cada faixa com variação máxima de R\$ 249,99. Posteriormente, para representar graficamente a incidência dos valores de acordo com a categorização preestabelecida pelas faixas de referências é que desenvolveu o mapa 3. Observe-se:

Mapa 3: Valor venal do solo urbano do município de Pato Branco/PR



Fonte: Danielli, (2019).

Inicialmente, a análise considerou as áreas com incidência de menor valor venal do solo, uma vez que, seguindo a lógica capitalista de produção e apropriação do espaço urbano essas áreas apresentam-se como potenciais para delimitação e estabelecimento de ZEIS, sendo uma condição legal para a instalação de conjuntos habitacionais de interesse social. Nesse sentido, examinando o mapa de valor venal se verifica que este, naturalmente, segue à lógica de valorização do solo urbano, pois em todas as áreas limítrofes ao perímetro urbano valores são reduzidos quando comparados aos das áreas mais próximas do centro da cidade.

As áreas a norte e a oeste estão dentre as mais desvalorizadas classificando-se prioritariamente nas faixas de referências 1 (R\$ 0,00 a 49,99), 2 (R\$ 49,99 a 99,99) e 3 (R\$ 100,00 a 199,99) para as áreas com maior desenvolvimento urbano. Se coloca em evidência que as áreas do entorno imediato ao bairro São João, CHVSP e a grande área delimitada como ZEX (ver figura 29), detém incidência de valores compreendidos na faixa de referência 1, pois tratam de áreas urbanas de expansão as quais ainda não foram urbanizadas/loteadas e por isso não dispõem de infraestrutura urbana.

As áreas limítrofes ao perímetro urbano localizadas a leste e sul no município, por via de regra são mais valorizadas, uma vez que apresentam maior consolidação do tecido urbano, e conseqüentemente maior densidade residencial. Por isso, pressupõe-se que nesses locais exista também, maior disponibilidade de infraestrutura urbana.

Neste pressuposto, se visualiza que as áreas orientadas ao sul apresentam maior grau de urbanização, seus valores estão compreendidos entre as faixas referenciais 3 e 4 (R\$ 200,00 a 299,99) para áreas mais próximas do limite urbano, e faixa 5 (R\$ 300,00 a 399,99) para áreas imediatas ao anel central. Algumas áreas orientadas a leste, limítrofes ao perímetro urbano têm uma classificação de valores imediatamente inferior se comparado as orientadas ao sul, pois tratam-se de áreas não urbanizadas, enquadrando-se nas faixas 1 e 2, contudo, as áreas a leste, localizadas próximas ao anel central, têm valores repentinamente superiores ficando na categoria de faixas referência 3, 4, 5 e 6 (R\$ 400,00 a 499,99).

Curiosamente, se observa que as áreas ao longo da Rodovia BR-158, especialmente de onde os moradores que deram origem ao bairro São João na década de 1970/1980 foram retirados, hoje, estão entre algumas das áreas com maior valor venal por metro quadrado.

Verifica-se que o bairro São João se divide em duas faixas referenciais de valores. Genericamente, as quadras mais próximas ao limite do perímetro urbano apresentam o menor valor do solo possível. De acordo com a classificação realizada, compõe valores entre R\$ 0,00 e 49,99, por metro quadrado. À medida que as quadras se afastam do limite perímetro do urbano

e atingem uma localização em um ponto quase central do bairro, passam a se enquadrar como faixa de referência 2, tendo seus valores compreendidos entre R\$ 50,00 e 99,99, cada metro quadrado. A área do CHVSP se classifica por inteiro como faixa de referência 2, porém, com relação ao padrão de urbanização, apresenta-se com certa vantagem quando comparado ao bairro São João.

Posto isso, não se pode deixar de frisar a grande disparidade na avaliação do solo urbano do município. Observando e comparando as áreas mais afastadas da cidade com as áreas centrais, é possível perceber quadras que dispõem de terrenos com valores por metro quadrado compreendidos entre R\$ 3.750,00 e R\$ 3,999,99 (F.R. 23), e quadras com terrenos que não ultrapassam o valor de R\$ 49,99 para cada metro quadrado, como é caso de algumas quadras do bairro São João, o que representa um evidente contrassenso.

Essas áreas urbanas desvalorizadas denunciam a falta e a precariedade das infraestruturas urbanas, assim como evidenciam as frequentes expansões do perímetro urbano que acabam por transformar extensas áreas agrícolas em áreas urbanas, porém, sem deixar de modificar o uso da terra. Logo, o cenário criado exterioriza vastas áreas de terra agrícola que se mesclam ao urbano consolidado. Por sua vez, as áreas centrais supervalorizadas confirmam a disponibilidade de infraestrutura e evidenciam a disputa acirrada por cada metro quadrado de solo nesses locais, processo capitalista que reforça a segregação socioespacial.

É importante reaver os principais ideais teóricos discutidos no capítulo 3, enfaticamente na seção 3.2, no que diz respeito a valorização da terra urbana, rememorando alguns dos conceitos que neste momento se fazem capazes de subsidiar teoricamente a análise sobre o valor venal do solo e fundamentar os processos de organização socioespacial dados na cidade de Pato Branco/PR.

Com relação aos processos espaciais e a valorização do solo urbano, retoma-se a ideia de que se trata de uma mercadoria diferenciada das demais, devendo ser considerada como um equivalente de capital e não o capital em si. Portanto, o seu processo de valorização não decorre de forma direta do trabalho, mas em virtude da sua apropriação e uso. Em função disso, a valorização se pauta na questão da posse da propriedade juntamente com questões de localização geográfica do imóvel, disponibilidade de infraestrutura, crescimento demográfico e a demanda por habitações.

O preço do solo, por conseguinte, tem uma íntima conexão entre a oferta e a procura. Isso se apresenta como um dos fatores pelos quais áreas consolidadas dotadas de infraestrutura são altamente valorizadas e em geral continuam a agregar valor mercadológico. Noutra viés,

áreas menos consolidadas e também dotadas de infraestrutura tem seu valor mercadológico relativamente baixo, não deixando, evidentemente, de se considerar o fator de uso de cada área.

É possível entender a cidade como meio para materialização do trabalho social, como sendo forma de apropriação do espaço urbano. Ela carrega consigo condições favoráveis para que o capital se reproduza e consiga acumular a renda de lucro e, por conseguinte, a cidade se faz um instrumento na criação de mais-valia. Nesse sentido, para que haja perpetuidade da mais-valia é imprescindível que exista reprodução da força de trabalho. Assim, nessa perspectiva os espaços residenciais de uma cidade são destinados ao consumo do espaço que por sua vez atuam de forma direta na efetivação da reprodução da força de trabalho, o que induz a relacionar a formação da mais-valia com o ordenamento territorial das cidades.

Está intrínseco na gênese do processo de urbanização modernista/funcionalista brasileiro o modelo capitalista e excludente, incapaz de integrar as massas urbanas. Entretanto, não se pode negar que esse modelo de cidade é, notadamente, orientado por planos diretores muito bem elaborados e estruturados que por vezes definem padrões de uso e ocupação do solo baseados na centralidade e na racionalidade dos aparelhos estatais, criando áreas as quais se pode definir como cidade “formal” ou cidade “legal” acabando por ignorar a cidade “informal”.

O que se observa na prática é que uma parcela expressiva desses planos às consideram no âmbito da lei, mas na realidade não as incluem em projetos urbanos como os de implantação e melhoria da infraestrutura urbana, equipamentos públicos, deixando de servir das condições necessárias para a prática do exercício do direito à cidade.

Nessa linha de raciocínio, o crescimento urbano sobreveio motivado principalmente pelos grupos dominantes e pelo capital financeiro, sendo que na busca da efetividade pelo ato básico de morar com vistas a reprodução da força de trabalho, a renda de monopólio urbana acaba sendo responsável por delinear o tipo de uso e ocupação do solo nas cidades e, assim, definindo a localização das classes sociais no tecido urbano.

Logo, a produção e a materialização do espaço urbano convergem para essas novas lógicas espaciais próprias do desenvolvimento capitalista. Em linhas gerais, o que se tem hoje são conjuntos habitacionais de interesse social periféricos, direcionados pelo capital imobiliário e segregados espacialmente que comercializam espaços baratos para a reprodução da vida, produzindo verdadeiros aglomerados urbanos. Esses conjuntos habitacionais e por vezes até mesmo bairros inteiros, não só foram edificadas e criados pela iniciativa privada como também pelo próprio poder público.

É consabido que a garantia do acesso à moradia é uma das obrigações do Estado, pois ela é um direito constitucional básico e fundamental a todo e qualquer cidadão brasileiro. O acesso à moradia consoma a dignidade da pessoa humana e apesar das suas limitações fornecem inúmeras oportunidades para que as camadas de menor renda alcancem e efetivem o direito de morar.

Compreendida a realidade socioespacial dos objetos a pesquisa norteia a adquirir novos saberes relacionados à visão dos moradores do bairro São João e do CHVSP. Assim, o objetivado traçado é explorar junto à população objeto do estudo acerca das diversas questões urbanas, desde o posicionamento geográfico e a inserção do bairro na malha urbana do município, até questões relacionadas à disposição das infraestruturas e equipamentos públicos.

Nessa linha de pesquisa, a realidade desses dois ambientes urbanos é confrontada com a visão de que se trata de dois espaços urbanos produzidos pelo Estado, sendo um por meio de uma ação política e histórica, já o outro tem origem numa política pública.

Encerrando o presente capítulo, cabe salientar que ambos os espaços urbanos objeto de estudo carregam em sua gênese características semelhantes, embora distintos sob diversos pontos de vista. Essas concepções acerca das características, semelhanças, diferenças, identidades, entre outros aspectos, poderão subsidiar em informações e dados o presente trabalho, oferecendo à pesquisa um panorama fundamentado na visão dos residentes do local, essencialmente quanto ao livre exercício do direito à cidade e à moradia.

5. O ESPAÇO URBANO SOB A PERSPECTIVA DOS GRUPOS SOCIAIS SEGREGADOS: OS MORADORES DO BAIRRO SÃO JOÃO E OS RESIDENTES DO CONJUNTO HABITACIONAL VILA SÃO PEDRO

O estudo delineado neste capítulo tem como escopo averiguar, conhecer, interpretar e compreender os anseios dos grupos sociais segregados/excluídos do espaço urbano, tendo como elementos de análise da pesquisa os moradores do bairro São João e do CHVSP. Entretanto, antes de se dar início ao estudo, julga-se pertinente resgatar os pensamentos do autor Roberto Lobato Corrêa em seu livro “O espaço urbano”.

No referido livro, Corrêa (2004) explicita que os grupos sociais excluídos são aqueles que não possuem renda para pagar o aluguel de uma moradia digna ou então para aquisição de um imóvel próprio, sendo este, um dos fatores que esboçam a situação social desta população, restando como moradia as degradantes favelas, sistemas de autoconstrução, cortiços e conjuntos habitacionais fornecidos por agentes estatais.

Desse modo, é realizada uma leitura da realidade socioespacial de um determinado grupo social excluído que vivencia em sua realidade cotidiana o que vem a ser a construção justa ou injusta, igualitária ou não, do espaço urbano. Essa visão instiga obter um apanhado do ambiente estudado, sob o aspecto da ciência e do cidadão.

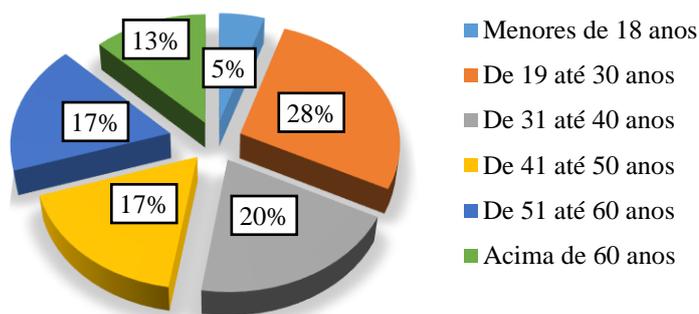
Esta pesquisa entrevistou 40 moradores do bairro São João e do CHVSP por meio da técnica de aplicação de formulários, metodologia que se mostrou valiosa para coleta de informações, de forma a obter dados confiáveis e que reflitam efetivamente a realidade daquele espaço urbano. Inobstante haver distinção entre os moradores do CHVSP e do bairro São João, as perguntas elaboradas para o formulário de entrevistas foram idênticas, haja vista a identidade de características dos objetos em análise.

No intuito de evitar qualquer prejuízo na análise das respostas, algumas questões foram tabuladas conjuntamente, assim como as perguntas que fazem referência apenas a um dos locais de estudo foram tabuladas separadamente. O primeiro grupo de perguntas (01 a 11), teve como objetivo coletar dados pessoais da população pesquisada. O segundo grupo, com o maior número de perguntas (12 a 32), buscou avaliar a relação dos residentes no local no contexto do bairro e da moradia.

Propriamente no que atina às perguntas, cumpre ressaltar que a pergunta de número um identificou os moradores pelo nome e sobrenome, com a finalidade de ouvir apenas um membro

de cada família e assim obter uma amostra diversificada, completa e mais confiável de dados. Nessa esteira de questionamentos, com relação à pergunta de número dois, que teve por finalidade levantar a faixa etária da população pesquisada, se obteve o seguinte resultado:

Gráfico 2: Faixa etária da população pesquisada

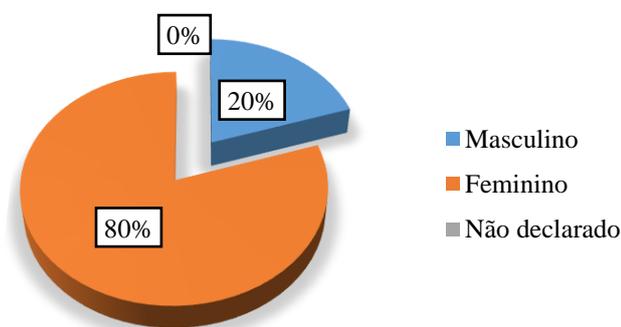


Fonte: Danielli, (2019).

Com efeito, tendo como base o gráfico acima, o maior percentual representando foi de 28%, que corresponde a faixa etária de 19 até 30 anos; 20% dos respondentes afirmaram ter idade na faixa de 31 até 40 anos; 17% afirmou ter idade de 41 até 50 anos e de 51 até 60 anos. Os menores percentuais representam as faixas acima de 60 anos, com 13%, e menores de 18 anos com um total de 5%.

A seu turno, a pergunta de número três procurou identificar o gênero dos moradores, obtendo-se o seguinte resultado:

Gráfico 3: Gênero dos moradores pesquisados

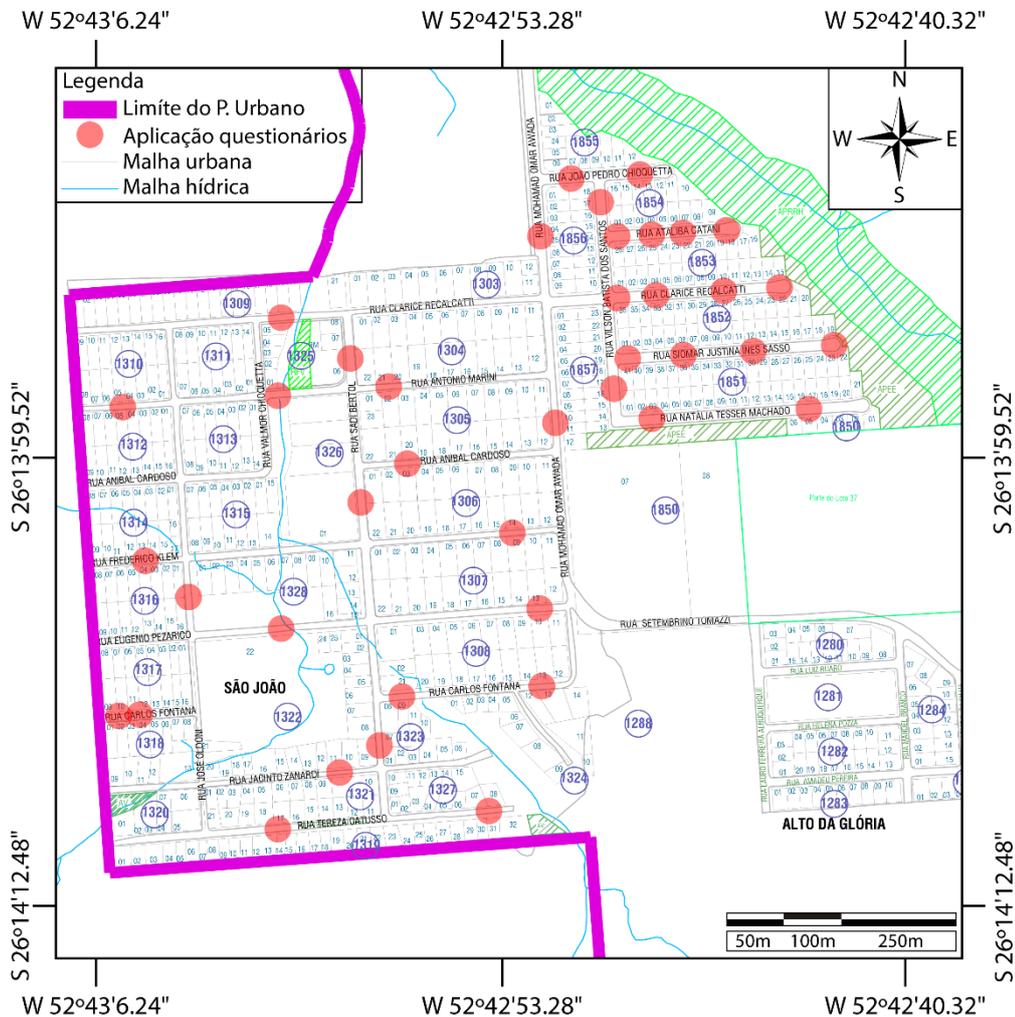


Fonte: Danielli, (2019).

Dos 40 entrevistados, apenas 20% declararam ser do gênero masculino e 80% declarou ser do gênero feminino. Nenhum dos entrevistados assinalou a opção “não declarado” (0%), totalizando 100% da amostra.

A pergunta de número quatro objetivou coletar dados de identificadores da rua em que a população pesquisada reside. O mapa sequencial expõe os pontos onde os formulários foram aplicados:

Mapa 4: Pontos de aplicação dos formulários

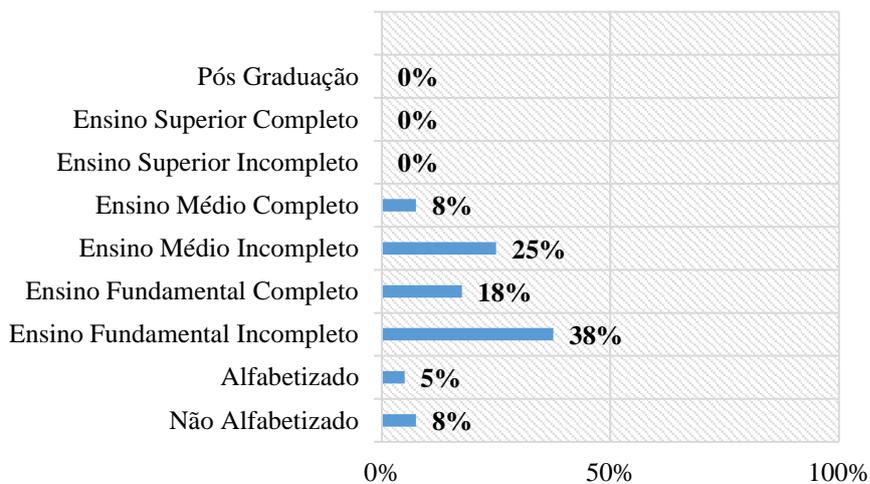


Fonte: Danielli, (2019).

Foi adotado como estratégia a aplicação dos formulários a seguinte sistemática: aplicação de pelo menos um questionário por rua, considerando que o ideal é a aplicação de pelo menos dois por rua. Nesse sentido, apenas uma das ruas teve um único formulário aplicado, sendo que em todas as demais foram aplicados de dois a quatro formulários, o que assegura uma amostra diversificada quanto aos locais de aplicação.

A questão de número três traz dados referente à escolaridade da população. Com a investigação, obteve-se o seguinte resultado:

Gráfico 4: Escolaridade predominante da população pesquisada



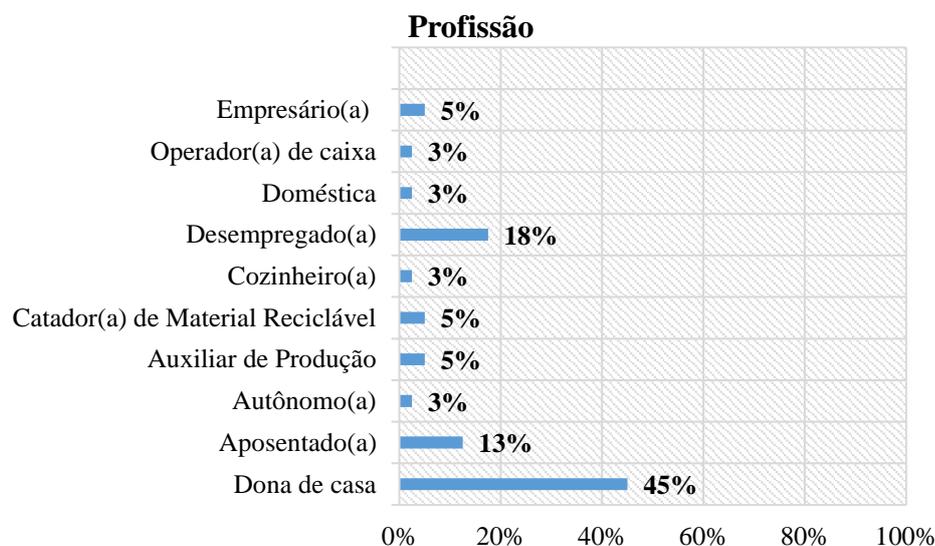
Fonte: Danielli, (2019).

Nesse aspecto da avaliação, nenhum dos entrevistados declarou ter ensino superior incompleto, completo ou pós-graduação; 8% dos respondentes declararam ter ensino médio completo; 25% disseram ter ensino médio incompleto; 18% das pessoas afirmaram que tem o ensino fundamental completo; 38% das pessoas, o maior percentual da amostra, afirmaram ter apenas o ensino fundamental incompleto; 5% da amostra declararam ser apenas alfabetizado, não tendo frequentado a escola regularmente, e 8% dos entrevistados disseram não ser alfabetizadas.

Com evidência, colhe-se dessa análise que a população objeto da pesquisa possui efetivamente um baixo grau de escolaridade. Isso denota particularidades que induzem a existência de uma inequívoca desigualdade social.

A questão de número seis objetivou verificar a profissão dos residentes no local. Embora formulada no formato de pergunta aberta, foi possível tabular as respostas em formato de gráfico, visto a pequena diversidade de respostas, conforme pode ser observado na sequência:

Gráfico 5: Profissão da população pesquisada



Fonte: Danielli, (2019).

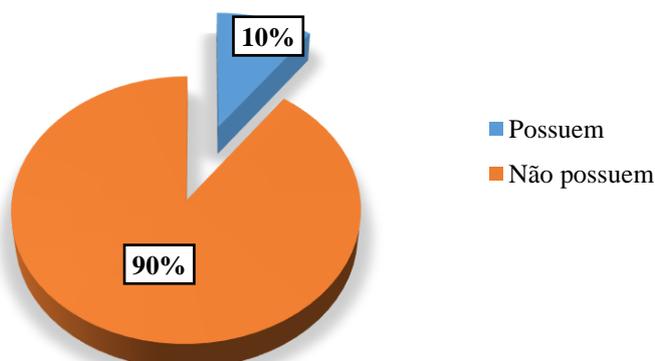
A profissão com maior incidência de respostas foi a de dona de casa, com 45% das respostas, seguido dos desempregados(as)¹¹⁹ com 18% e aposentado(a) com 13%. As menores porcentagens, representam as categorias de empresário (a), catador (a) de material reciclável e auxiliar de produção, com 5% do total para cada categoria. Por fim, a profissão de operador(a) de caixa, doméstica, cozinheiro(a) e autônomo(a) obteve 3% das respostas por categoria.

O modelo de pergunta aberta para a questão seis possibilitou que as pessoas respondessem livremente sobre suas profissões, o que resultou em uma coleta de dados diversificada e confiável, pois a população não precisou enquadrar sua profissão em categorias pré-estabelecidas no processo de entrevista. Em linhas gerais, foi possível observar que as profissões relatadas exigem baixo grau de escolaridade, o que torna essas respostas compatíveis com as respostas obtidas na questão de número cinco. Somando as respostas obtidas para as categorias dona de casa e desempregado(a) tem-se um total de 63%, o que pode ser considerado um número expressivo. Diante desses dados, pôde-se concluir que apenas 24% da população pesquisada está inserida no mercado de trabalho.

Esse dado pode ser relacionado com a resposta da questão sete, onde constatou-se que apenas 10% dos respondentes possuem trabalho formal com carteira assinada.

¹¹⁹ De acordo com a entrevistada três, “[...] são poucas as pessoas que tem trabalho formal, um percentual que não chega a 50% do bairro que tem emprego formal [...]”.

Gráfico 6: Pessoas que possuem trabalho formal com carteira assinada atualmente



Fonte: Danielli, (2019).

No resultado aferido, apontou-se que 90% das pessoas afirmaram não possuir trabalho formal com carteira assinada no momento em que responderam a entrevista.

A pergunta de número oito teve como objetivo conhecer o local em que os moradores trabalham, visando entender a logística dos deslocamentos diários. Contudo, como apenas quatro pessoas disseram ter um trabalho formal com carteira assinada, não foi possível obter uma amostragem representativa dessa realidade. A título de conhecimento, uma delas aduziu trabalhar no centro da cidade, sendo que as outras três relataram trabalhar em áreas próximas ao bairro São João.

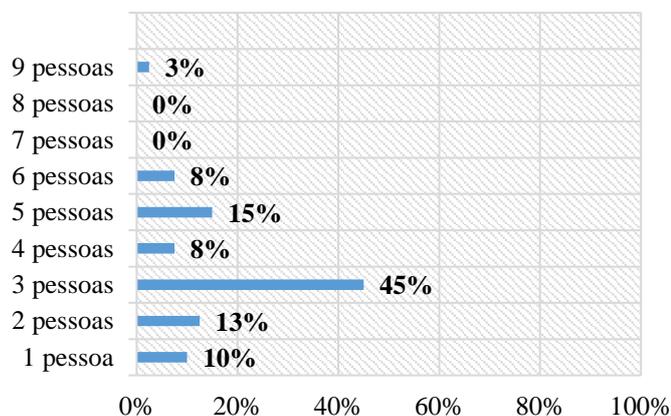
Destarte, fica evidenciado que o baixíssimo grau de escolaridade, aliado ao também baixo índice de pessoas com emprego formal são uma realidade dessa população, assim como reflete sobremaneira as mazelas da sociedade no País.

É ressaltado que o desemprego é um fator de exclusão social. Nesse ponto, para diminuir esses números consideráveis e minimizar esses fatores negativos, sem dúvida, ocasionados pelo processo de desemprego, seria imprescindível a existência de políticas públicas eficazes, destinadas ao incentivo à educação, propiciando uma melhor condição de acesso ao ensino à essa população. Com efeito, detendo um aprendizado defasado, fica praticamente impossível a essa parcela de cidadãos ingressar no mercado de trabalho, cujo desemprego, em grande parte das vezes as condiciona a uma sobrevivência em condições até mesmo sub-humanas.

A pergunta nove, por sua vez, serve apenas como instrumento de apoio para tabulação dos elementos de informação, objetivando informar o pesquisador onde o respondente reside. Essa questão se faz necessária observando a peculiaridade dos moradores em diferenciar “bairro” de “conjunto habitacional”.

Quando indagados na pergunta de número dez, sobre quantas pessoas residem na mesma casa, os moradores responderam da seguinte forma:

Gráfico 7: Número de pessoas que residem na mesma moradia



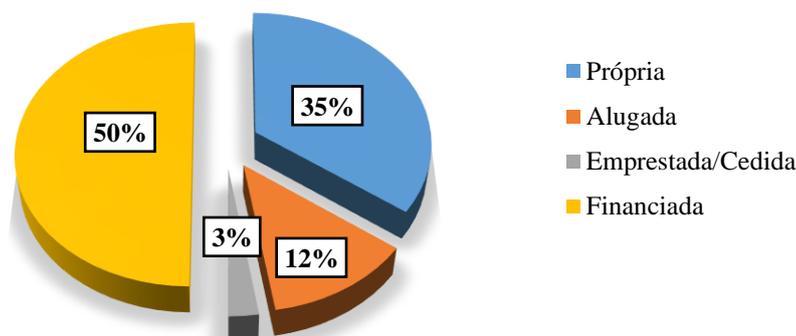
Fonte: Danielli, (2019).

Como resultado, 45% das pessoas afirmaram que moram em um total de três pessoas em sua residência; 15% afirmaram residem em cinco pessoas; 13% disseram residir em duas pessoas na residência; 8%, respectivamente, para as categorias quatro e seis, pessoas morando na mesma residência; e apenas 3% dos respondentes afirmou residir em um total de nove pessoas. Nenhuma pessoa respondeu afirmativamente nas categorias sete e oito pessoas.

O morador que afirmou residir em um total de nove pessoas em uma única residência é beneficiário do CHVSP, o qual tem casas padronizadas de 42,00m² por unidade. A propósito disso, chama-se atenção para a “padronização inflexível” do programa de produção habitacional, o qual pode ser considerado como uma deficiência, posto que não leva em consideração, por exemplo, a composição familiar dos futuros moradores, resultando em péssimas condições de habitabilidade para famílias compostas por diversas pessoas.

Com relação a condição da casa onde moram, obteve-se o seguinte resultado:

Gráfico 8: Condição da residência da população pesquisada



Fonte: Danielli, (2019).

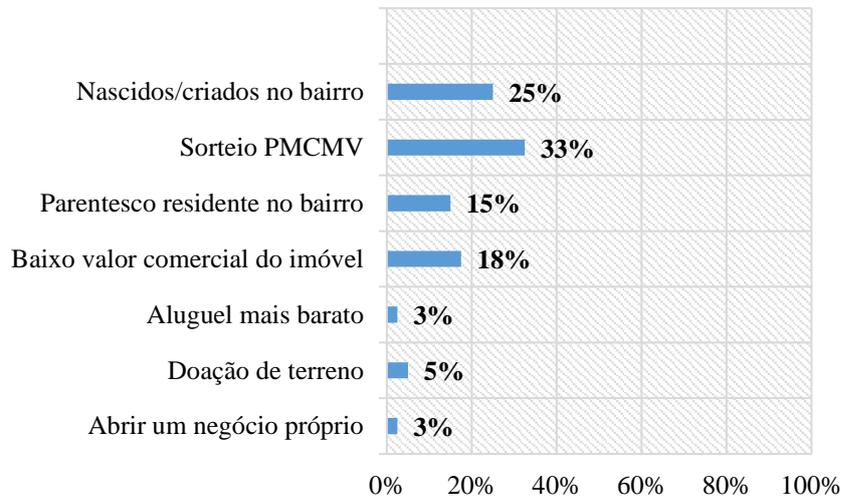
Sabe-se que a situação das residências do CHVSP é inteiramente financiada. Posto isso, constata-se que 50% das pessoas ouvidas responderam nessa categoria, representando 100% das pessoas entrevistadas no local; nenhuma pessoa tem sua moradia financiada que esteja implantada no bairro São João; 35% das pessoas afirmaram que a residência onde moram é própria e quitada; 12% responderam que a casa em que moram é alugada e apenas 3% dos respondentes disseram que a residência em que vivem é emprestada ou cedida.

Resgatando o histórico de formação do bairro, percebe-se que o Poder Público Municipal realizou a doação dos terrenos, mas não realizou a regularização no que atine a parte documental. Sendo assim, ainda hoje aproximadamente um terço das famílias contam com o imóvel ainda em situação irregular, e mesmo assim disponibilizam suas moradias para aluguel, descumprindo com o previsto no Art. 3º da lei de doação¹²⁰.

As questões sequenciais trazem informações sobre a moradia no contexto do bairro. Neste ponto, tem-se a pergunta de número doze, qual teve o intuito de compreender porque as pessoas optaram em morar no bairro São João. O modelo de pergunta utilizada para a questão, foi de forma “aberta”, o que possibilitou que as pessoas respondessem livremente sobre as razões que as motivaram morar naquele local. Posteriormente, as respostas foram agrupadas conforme apresentadas no gráfico abaixo:

¹²⁰ Lei nº 2.284, de 13 de outubro de 2003 a qual “Autoriza ao Município de Pato Branco a doação a título gratuito, a moradores do Bairro São João, bem como efetuar a regularização com a averbação do Título de Propriedade junto ao Registro Geral de Imóveis” (PATO BRANCO, 2003).

Gráfico 9: Motivo pelo qual a população pesquisada optou por residir no bairro São João



Fonte: Danielli, (2019).

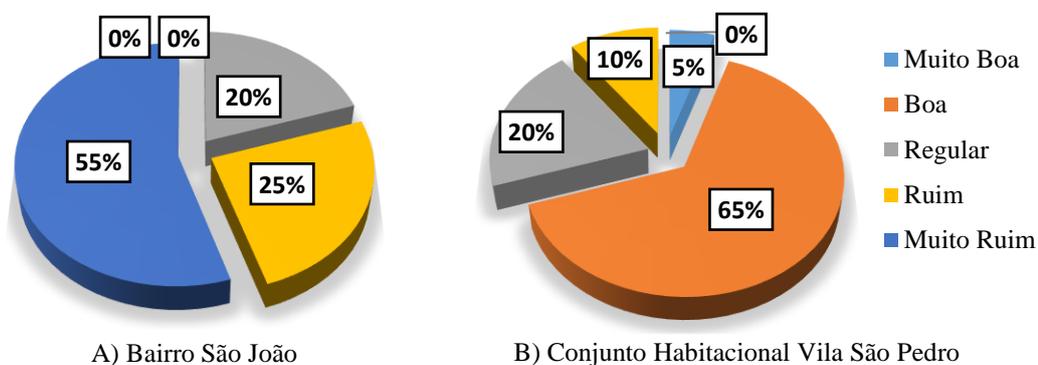
De acordo com as respostas que podem ser visualizadas no gráfico 9: 33% das pessoas disseram que vieram morar no bairro por terem sido contempladas pelo sorteio do PMCMV; 25% dos moradores relataram que nasceram e/ou “se criaram” no bairro e este é o motivo que faz com que elas permaneçam residindo neste local; 18% dos respondentes disseram que foram motivadas a morar no bairro pelo baixo valor comercial dos imóveis; 15% disseram possuir parentes que residem no bairro; 5% afirmaram que foram motivadas a morar no local em razão da doação dos terrenos pela municipalidade e 3% das pessoas, por categoria, afirmaram que a motivação se deu em função do aluguel ser mais barato que em outros locais da cidade, bem como porque visualizaram no São João uma oportunidade de abrir seu próprio negócio. Durante a análise, verificou-se que nenhum dos moradores relatou que fora motivado a morar no bairro, por exemplo, por ser um bairro bom ou com boa infraestrutura habitacional, nem mesmo pela proximidade do centro ou então por vontade própria, porém, responderam sempre motivados pelo baixo valor da terra, relação de parentesco, por ter nascido e/ou ter vivido durante a infância neste local ou então por terem sido contemplados no sorteio do PMCMV.

Tomando partido da discussão, a questão de número treze contribuí afirmando que 83% dos respondentes já conheciam essa área da cidade antes de se mudarem definitivamente para o bairro e apenas 18% foram morar no bairro sem conhecer previamente a área.

A questão de número quatorze foi elaborada retomando o pensamento dos moradores quanto as distinções que fazem entre o CHVSP e o bairro São João. O escopo da questão foi avaliar as ruas de cada um desses locais separadamente e depois comparar os resultados. Nesta

perspectiva, foi solicitado aos moradores que avaliassem apenas a sua rua nessa questão. Sobre este ponto resultado obtido foi o seguinte:

Gráfico 10: Avaliação dos moradores sobre a estrutura física das ruas em que moram



Fonte: Danielli, (2019).

Os moradores do bairro São João, quando indagados sobre a qualidade da estrutura física das ruas em que moram responderam da seguinte forma: 55% das pessoas disseram que as infraestruturas das ruas são muito ruins; 25% afirmaram que são ruins e 20% relataram ser regular. Nenhum morador disse que as estruturas físicas das ruas podem ser consideradas boas ou muito boas.

Com relação as ruas do CHVSP, o gráfico apresenta que: 65% dos respondentes avaliam a estrutura física das ruas do conjunto habitacional como boas, enquanto que 20% avaliaram como regular. Desse público, 10% avaliaram como ruim e apenas 5% disseram que as ruas do conjunto são muito boas. Nenhum dos entrevistados respondeu na categoria muito ruim.

A diferença que pode ser visualizada entre as duas avaliações feitas pelos moradores pode ser explicada em função do loteador ter cumprido com as imposições do Decreto nº 5.988, de 15 de março de 2012, alterado pelo Decreto de nº 7.447, de 10 de Junho de 2014, que dispõe sobre as diretrizes urbanísticas para a promoção de loteamentos urbanos.

A propósito do tema, nota-se que o conjunto habitacional possui pavimentação asfáltica¹²¹ com sinalização de trânsito horizontal e vertical¹²², rede de esgoto, iluminação pública e calçadas com pavimentação executada em “*paver*”. Todavia, ainda se percebe a ausência completa de arborização, situação não verificada no bairro São João, como pode ser visualizado na imagem em sequência:

Figura 30: A) Conjunto habitacional Vila São Pedro; B) Bairro São João



Fonte: Danielli, (2019).

A figura 30 demonstra a diferença entre as infraestruturas urbanas do conjunto habitacional (imagem “A”) e do bairro São João (imagem “B”) em sua área primária. Se torna perceptível a diferença urbanística entre os dois locais. As imagens transparecem locais completamente distintos, edificados em diferentes áreas da cidade. Entretanto, trata-se do mesmo bairro, edificado sobre a mesma área, apenas com datas distintas.

Compulsando os dados, fica evidente o descontentamento dos moradores com relação às estruturas físicas das ruas do seu bairro. A pesquisa comprova numericamente que a

¹²¹ O Decreto Nº 5.988, de 15 de março de 2012 que “Regulamenta dispositivos da Lei Complementar nº 46 de 17 de maio de 2011, especificamente sobre Parcelamentos do Solo e dá outras providências” alterado pelo Decreto Nº 7.447, de 10 de Junho de 2014 que “Altera o artigo 2º do Decreto nº 5.988, 15 de março de 2012, que regulamenta dispositivos da Lei Complementar nº 46 de 17 de maio de 2011, especificamente sobre Parcelamentos do Solo e dá outras providências” decreta em seu Art.1º “O artigo 2º do Decreto nº 5.988, de março de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:” “Art. 2º Nos termos do artigo 56 da Lei Complementar nº46, de 28 de maio de 2011, o loteador deverá executar por conta própria, sem qualquer ônus para o Executivo Municipal, todas as obras do loteamento, assim compreendidas a terraplanagem, compactação, pavimentação asfáltica com CBUQ – Concreto Betuminoso Usinado a Quente, instalação de guias delimitadoras de pista (meio-fio), muros de arrimo, vales e redes de drenagem, redes de energia elétrica, rede coletora de esgoto, água potável, iluminação pública, instalação de hidrante de incêndio conforme legislação vigente, sinalização de trânsito vertical e horizontal, placas de denominação de ruas e outros serviços exigidos, constantes nos projetos aprovados” (PATO BRANCO, 2012) e (PATO BRANCO, 2014).

¹²² A Sinalização Horizontal pode ser definida como: Demarcação de solo quente (termoplástico), frio (acrílico) e filme pré-formado (laminado elastoplástico), fornecimento e implantação de tachas, tachões e segregadores e a Sinalização Vertical como: Placas em aço, alumínio e fibra de vidro (simples e modulada).

insatisfação dos moradores do bairro São João é maior que a dos moradores do conjunto habitacional. As imagens dispostas na sequência, ajudam a ilustrar a distinção entre os dois locais:

Figura 31: Fotografias das ruas do bairro São João: A) Rua José Oldoni; B) Rua Sadi Bertol (final); C) Rua Jacinto Zanardi; D) Rua Sadi Bertol (início)



Fonte: Danielli, (2019).

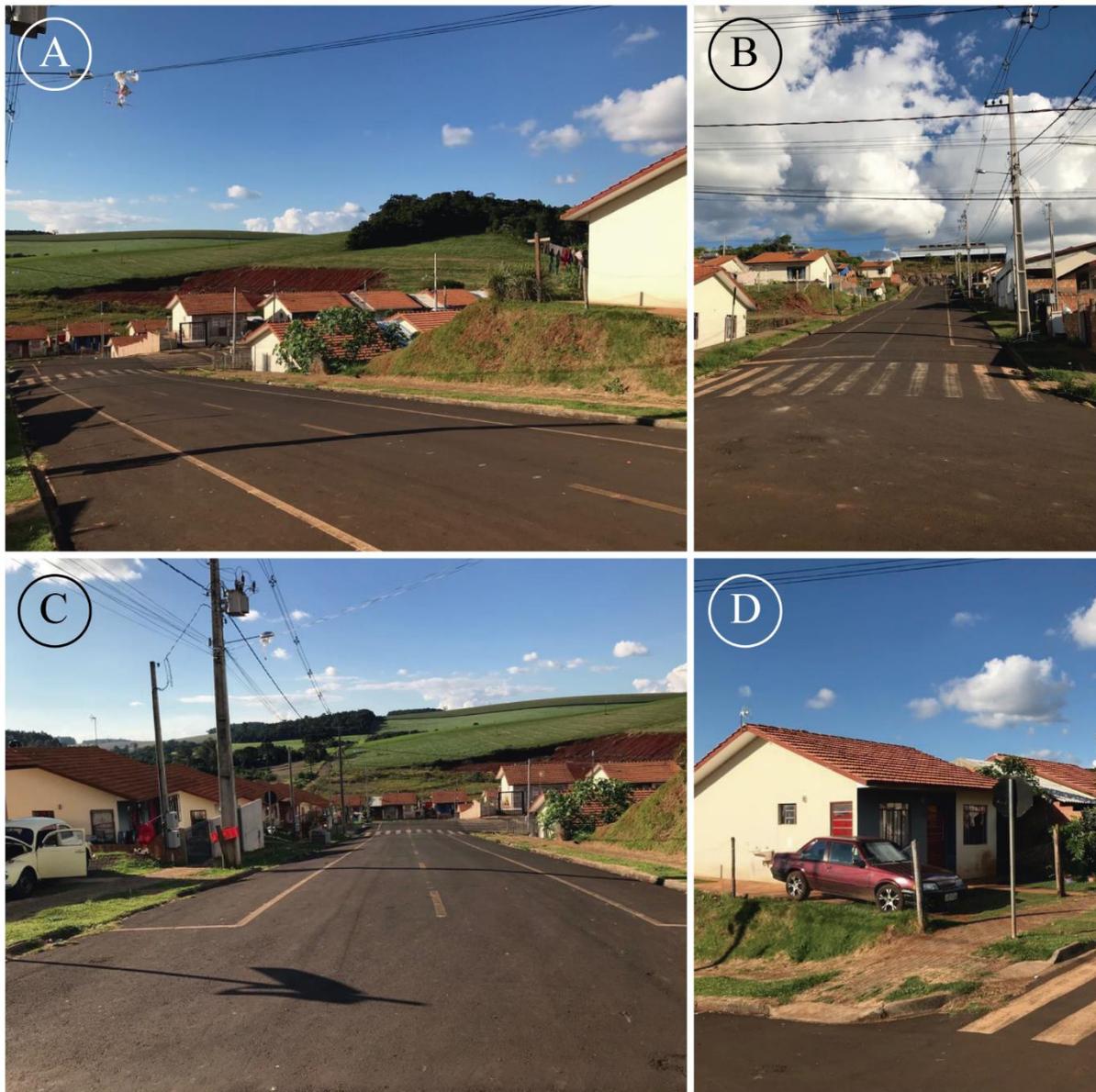
A figura 31 demonstra a situação atual das ruas do bairro. É possível observar que as ruas são revestidas de calçamento, não possuem sinalização horizontal e nem vertical, não há placas de identificação de nomenclatura da rua, não há pavimentação nas áreas de passeio público (calçada), bem como em muitas ruas se pode verificar a inexistência do espaço que seria destinado ao passeio público, por conta da invasão das construções sobre essas áreas. No que se refere a arborização, nota-se uma boa cobertura vegetal sobre o bairro.

Analisando a imagem “D” da figura 31, percebe-se o elevado grau de inclinação do terreno, cenário que se repete em quase todas as ruas do bairro, dificultando e por vezes até barrando o tráfego de pedestres e ciclistas nessas áreas. Sobre o quesito acessibilidade na infraestrutura habitacional, fica evidente a ausência. Dessa feita, as pessoas Portadoras de Cadeiras de Rodas – (PCR), deficientes visuais, idosos, pessoas com mobilidade reduzida, entre outros, tem sua mobilidade de forma adequada e segura totalmente restringida, pois não há possibilidade dessas pessoas trafegarem com segurança por esses locais. Igualmente, um fato que se repete em quase todas as ruas do bairro é a ausência de pavimentação no passeio público e a irregularidade na pavimentação de calçamento da pista de rolamento.

Seguindo a linha de análises, verifica-se que além do péssimo estado de conservação das vias de circulação na figura 31, a imagem “B”, se pode observar a existência de um automóvel em processo de desmonte sobre a área do passeio público, o que dificulta mais ainda o tráfego de pedestres sobre esta área. Ademais, analisando a imagem é possível identificar que a pista de rolamento não contempla faixas de estacionamento veicular.

Essa realidade é bem distinta quando comparado com as ruas do CHVSP. Observa-se a figura 32:

Figura 32: Fotografias das ruas do conjunto habitacional Vila São Pedro, no bairro São João: A) Rua Vilson Batista dos Santos; B) Rua Vilson Batista dos Santos (vistas ao início); C) Rua Vilson Batista dos Santos (vistas ao final); D) Rua Clarice Recalcatti esquina com Rua Vilson Batista dos Santos



Fonte: Danielli, (2019).

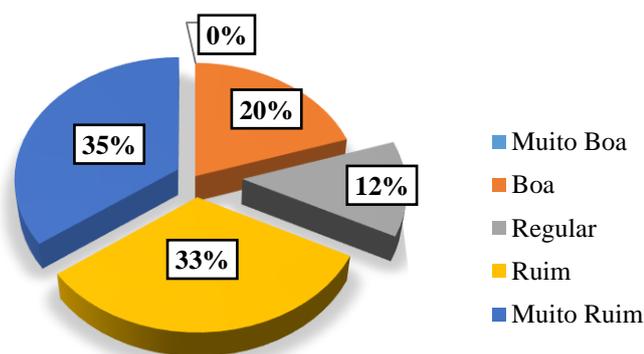
Ao analisar o conjunto de fotografias da figura 32, torna-se manifestamente visível a superioridade na qualidade urbanística e arquitetônica do conjunto habitacional quando comparado ao bairro São João. A respeito da qualidade urbana, se pode afirmar que é um exemplo positivo do cumprimento do Decreto de nº 5.988, de 2012, alterado pelo Decreto de nº 7.447, de 2014, que passou a ser mais rigoroso quanto à qualidade dos loteamentos implantados no município. Nesse ponto, constata-se que o loteador atendeu todos os quesitos

exigidos pelo decreto, inclusive quanto ao padrão de calçada para o passeio público, também regulamentado por Lei municipal.¹²³

Chama-se a atenção quanto ao conteúdo das fotografias “A” e “C” da figura 32, para os estabelecimentos agrícolas que fazem limite com o conjunto habitacional, um registro da segregação socioespacial na cidade de Pato Branco. Convém registrar que houve notáveis avanços com relação a legislação inerente às políticas públicas urbanas. Porém, ainda se insiste em produzir loteamentos, bairros e cidades buscando “falhas na legislação”.

Prosseguindo na esteira de amostras, analisando a questão quinze, a qual avaliou na visão dos moradores a estrutura física das ruas do bairro como um todo, deixando explícito no momento do questionamento que se objetivava avaliar o bairro São João e o CHVSP, conjuntamente. O gráfico abaixo apresenta os resultados obtidos:

Gráfico 11: Avaliação dos moradores sobre a estrutura física das ruas do bairro São João como um todo



Fonte: Danielli, (2019).

A pesquisa apontou que 35% das pessoas responderam que as ruas do bairro são muito ruins; 33% disseram ser ruins; 20% afirmaram ser boas e 12% disseram ser regular. Nenhuma pessoa disse que as ruas são muito boas. Novamente, por meio das respostas dos entrevistados se pôde perceber o descontentamento dos moradores com relação a qualidade das ruas do bairro São João, em comparação com o conjunto habitacional.

No quesito abastecimento de água potável, nenhum respondente afirmou ter dificuldades de acesso a esse serviço. Nada obstante, a resposta não foi a mesma quando indagados sobre os serviços de telefonia e internet prestados no bairro, onde 87% das pessoas

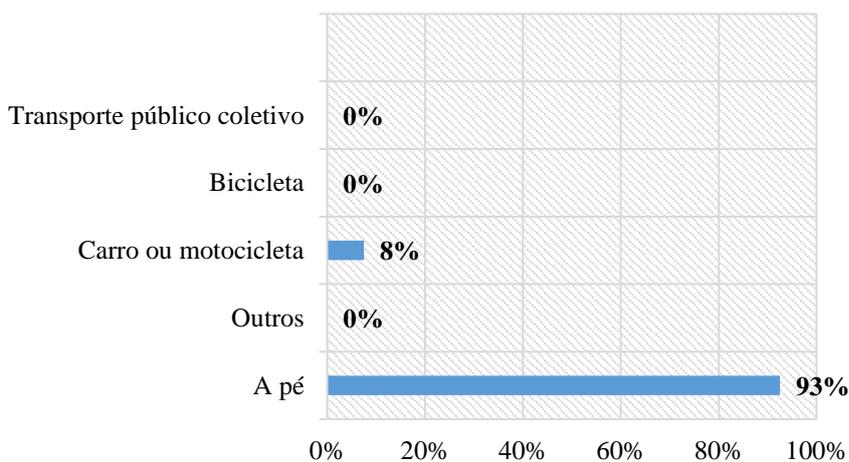
¹²³ Lei Nº 3.037, de 19 de novembro de 2008, que “Dispõe sobre a padronização e uso das calçadas no município de Pato Branco e dá outras providências” (PATO BRANCO, 2008b), alterada pela Lei Nº 3.645, de 14 de julho de 2011, que “Altera disposições da Lei nº 3.037, de 19 de novembro de 2008, que dispõe sobre a padronização e uso das calçadas no Município de Pato Branco” (PATO BRANCO, 2011).

entrevistadas afirmaram ter dificuldade na utilização destes serviços, já que na maior parte do bairro, a exceção de alguns pontos isolados, não há sinal de telefonia móvel. Relataram também que o serviço de internet cabeada oscila com frequência, assim como apenas 13% afirmou não ter dificuldade para utilização desses serviços.

As questões dezoito, dezenove e vinte foram propostas de forma a nos levar a entender a distância geográfica do bairro na visão dos moradores. A pergunta dezoito questionou se o respondente e sua família encontram dificuldades para se locomover do bairro São João até o centro da cidade, ou até os demais bairros da cidade. Nesse ponto, 58% das pessoas disseram enfrentar algum tipo de dificuldade para se locomover até esses locais, bem como 43% afirmaram não enfrentar nenhuma dificuldade de locomoção.

A pergunta dezenove teve como desígnio entender como se dão esses deslocamentos intrabairro. Para essa pergunta fora obtido as seguintes respostas:

Gráfico 12: Locomoção dos moradores em curtos trajetos intrabairro

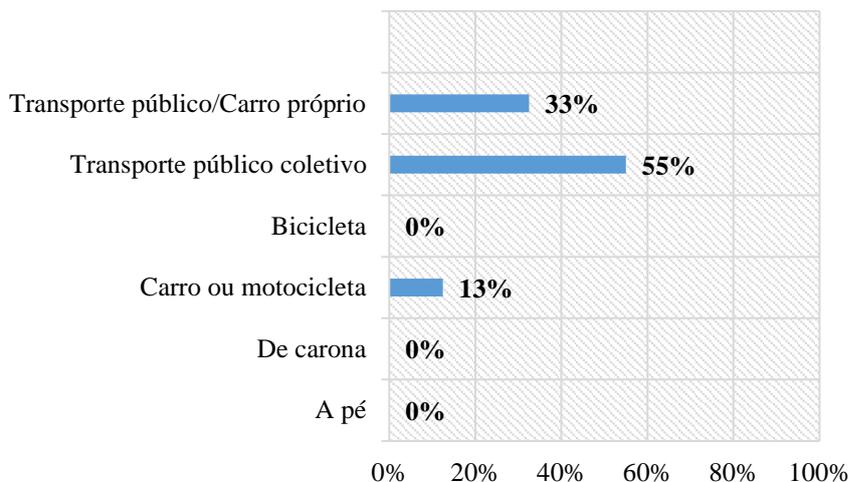


Fonte: Danielli, (2019).

O gráfico mostra que 93% dos moradores utilizam o deslocamento pedonal para percorrer curtas distâncias e apenas 8% deles disseram realizar esse tipo de deslocamento de carro ou motocicleta. Ninguém afirmou utilizar de transporte público coletivo, bicicleta ou outros meios de locomoção para locomoções intrabairro.

O mesmo contexto de pergunta foi aplicado na questão vinte. Entretanto, buscando compreender como os moradores realizam seus deslocamentos em distâncias maiores, até o centro da cidade, por exemplo. O gráfico 13 apresenta os resultados alcançados:

Gráfico 13: Locomoção dos moradores em longas distâncias

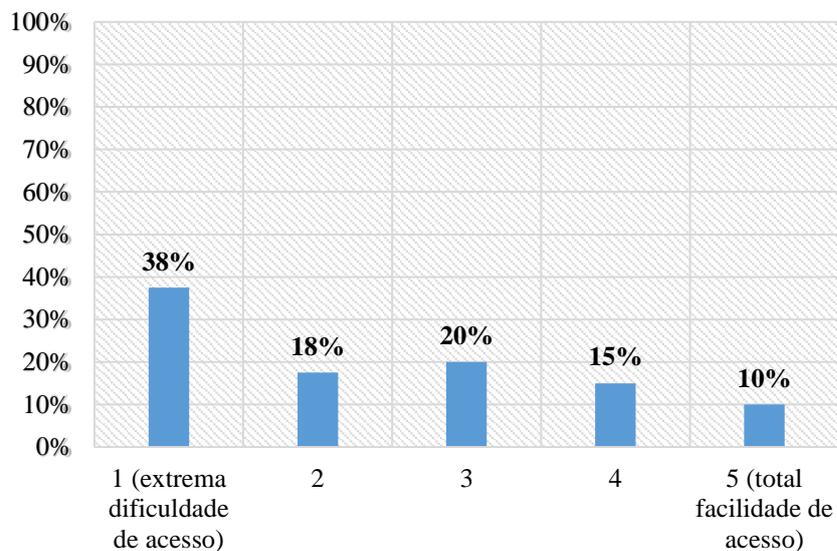


Fonte: Danielli, (2019).

A grande maioria, 55% dos moradores, respondeu que utiliza o transporte público coletivo como meio de locomoção em longas distâncias; 13% afirmou utilizar o carro ou a motocicleta para seus deslocamentos mais longos; 33% disse utilizar os dois tipos de locomoção, o transporte público coletivo e o carro ou motocicleta. Nenhum dos entrevistados disse utilizar a bicicleta ou o transporte pedonal para este tipo de deslocamento.

A questão de número 20 buscou avaliar como os moradores qualificam a proximidade do bairro até um conjunto de equipamentos de uso público, a citar, por exemplo, prefeitura municipal, delegacia de polícia, agências bancárias, agência dos correios, casas lotéricas, hospitais e etc. Os respondentes assinalaram opções escalares que variavam entre um e cinco, onde um representava extrema dificuldade de acesso a esses equipamentos e cinco extrema facilidade de acesso. O gráfico abaixo apresenta a incidência de resposta para cada uma das categorias:

Gráfico 14: Avaliação dos moradores com relação a proximidade do bairro São João aos principais equipamentos públicos de uso coletivo

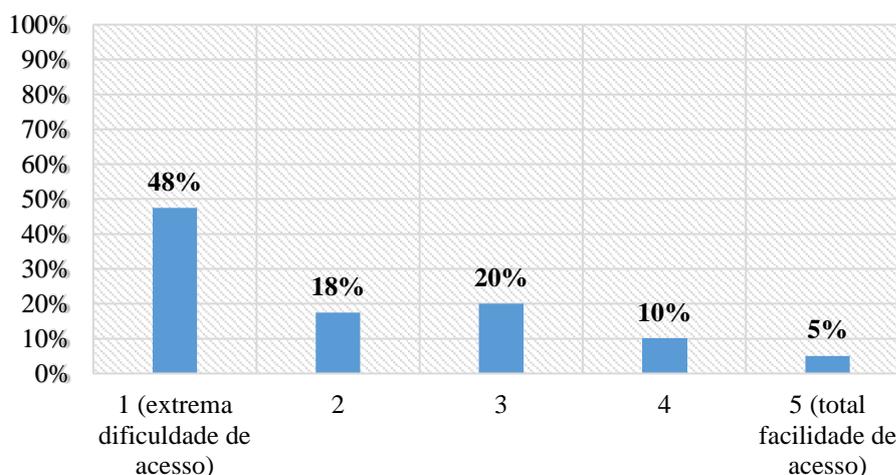


Fonte: Danielli, (2019).

A maior incidência de respostas representa 38% dos entrevistados, que afirmaram encontrar extrema dificuldade de acesso aos equipamentos públicos de uso coletivo; 18% das pessoas atribuíram a escala de número dois que pode ser interpretada como dificuldade de acesso; 20% escolheram a escala de número três que pode ser considerada como a neutralidade em relação as opções, não representando dificuldade de acesso e nem facilidade; 15% escolheram a escala de número quatro, que significa a opção de facilidade de acesso, e apenas 10% das pessoas disseram ter total facilidade de acesso a estes equipamentos.

O mesmo questionamento foi realizado com relação a proximidade do bairro com os equipamentos de lazer, cultura e entretenimento. Nesse aspecto, obteve-se o seguinte resultado:

Gráfico 15: Avaliação dos moradores com relação a proximidade do bairro São João aos principais equipamentos de lazer, cultura e entretenimento



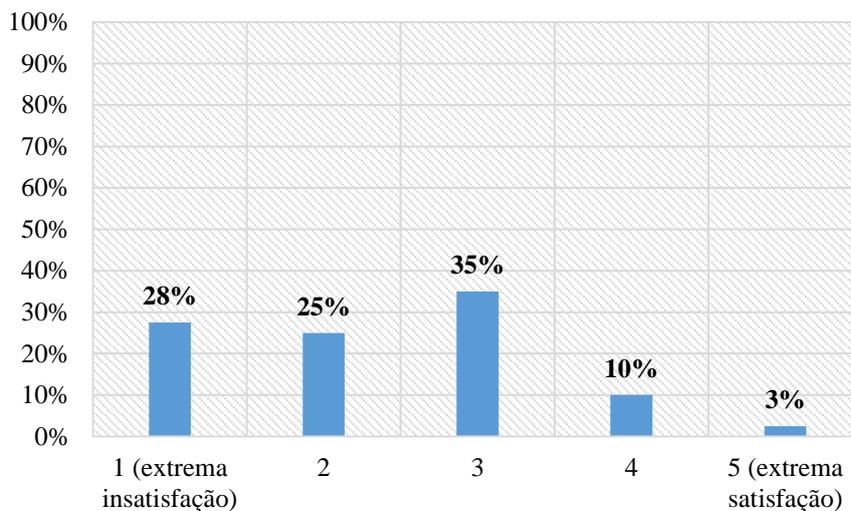
Fonte: Danielli, (2019).

Analisando os dados do gráfico, tem-se a maior incidência de respostas para a categoria de número um, com 48% das respostas, as quais disseram encontrar extrema dificuldade de acesso aos equipamentos de lazer, cultura e entretenimento; 18% das pessoas atribuíram a escala de número dois, que pode ser interpretada como dificuldade de acesso; 20% escolheram a escala de número três, que pode ser considerada como a neutralidade em relação as opções, não representando nem dificuldade e nem facilidade de acesso; apenas 10% dos respondentes, escolheram a escala de número quatro, que representa a opção de facilidade de acesso, e apenas 5% das pessoas afirmaram ter total facilidade de acesso a estes equipamentos.

No momento em que respondiam o formulário, os moradores relataram que estavam escolhendo as opções de extrema dificuldade de acesso e dificuldade de acesso pela distância do bairro São João até esse conjunto de equipamentos, e também porque em determinados locais o transporte público coletivo não chega, sendo necessário fazer a troca de veículo e pagar uma nova passagem, o que resulta um total de quatro passagens para ir até o equipamento público e voltar até o bairro. Com efeito, diante destas respostas, pode-se constatar que o acesso desse público a esses equipamentos é prejudicado. Um morador do bairro, reitera ao afirmar que dificilmente consegue usufruir das infraestruturas do Parque Alvorecer, por exemplo.

Quando interrogados na questão de número vinte e três sobre o nível pessoal de satisfação quanto a quantidade e qualidade dos equipamentos públicos do bairro São João, como por exemplo: escola, creche, praça, campo de futebol, entre outros, os moradores responderam da seguinte maneira:

Gráfico 16: Satisfação dos moradores quanto à quantidade e qualidade dos equipamentos do bairro São João

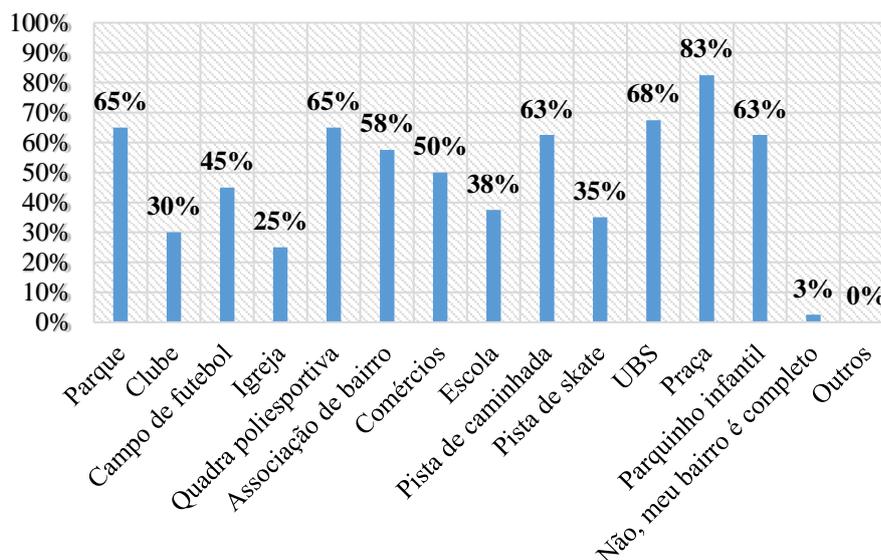


Fonte: Danielli, (2019).

Com relação à quantidade e a qualidade dos equipamentos do bairro São João, 28% das pessoas se apresentam extremamente insatisfeitas; 25% atribuíram nota escalar dois, que pode ser interpretada como insatisfação; 35% atribuíram nota três, equivalente à categoria de regularidade onde não apresentaram insatisfação nem satisfação; apenas 10% das pessoas avaliaram com a nota quatro, a qual representa satisfação; 3% disseram estar extremamente satisfeitos com a qualidade e quantidade de equipamentos do bairro. Neste sentido, torna-se visível a insatisfação de grande parte dos moradores do bairro no que atine a quantidade e a qualidade dos equipamentos públicos existentes.

Questionadas sobre qual tipo de equipamentos os moradores gostariam que o bairro São João tivesse, as pessoas responderam da seguinte maneira:

Gráfico 17: Tipos de equipamentos que os moradores gostariam que o bairro São João tivesse



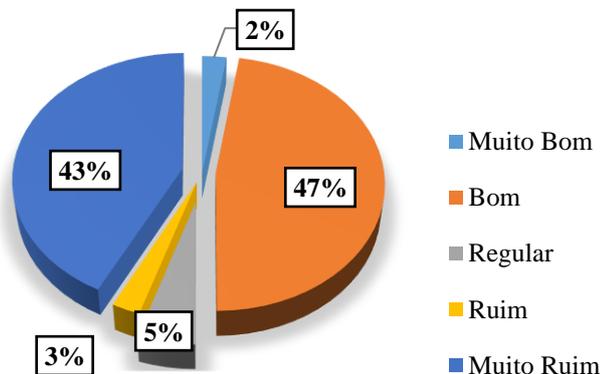
Fonte: Danielli, (2019).

Por tratar-se de uma pergunta fechada de múltipla escolha os percentuais totais somam mais de 100%. Os equipamentos mais requisitados para o bairro, organizados por quantidade de votos, na escala de maior para menor, foram os seguintes: Praça 83%; UBS 68%; Parque e quadra poliesportiva 65%; Pista de caminhada e parquinho infantil 63%; Associação de bairro 58%; Comércio 50%; Campo de futebol 45%; Pista de skate 35%; Clube 30%; igreja 25% e apenas uma pessoa escolheu a opção de resposta: Não, meu bairro é completo, representando 3% da amostra. Ninguém sugeriu outros tipos de equipamentos.

Analisando o bloco de perguntas que faz referência aos equipamentos e serviços prestados no bairro é possível ter noção da precariedade e falta de estrutura do ambiente. Segundo os moradores, em relatos informais no momento da aplicação dos formulários, os equipamentos estão concentrados no centro da cidade ou em bairros de classes sociais superiores e esses são longínquos e difíceis de acessar. Afirmaram ainda, que os equipamentos que foram instalados no bairro e os serviços prestados são consideravelmente precários. Essa análise torna plausível e sustenta a conclusão quanto aos anseios dos moradores entrevistados, que almejam um bairro com melhor infraestrutura e com mais opções de lazer, cultura e entretenimento.

Perguntados na questão de número vinte e cinco sobre como avaliariam os serviços de transporte público coletivo, os moradores responderam da seguinte forma:

Gráfico 18: Avaliação dos moradores sobre os serviços de transporte público coletivo prestado no bairro



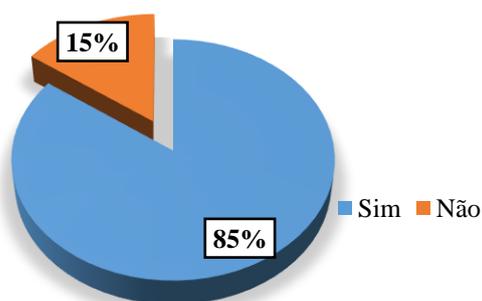
Fonte: Danielli, (2019).

Nesta questão, houve incidência de respostas que pouco variaram para as categorias de avaliação para bom e muito ruim. Nisso, 3% das pessoas responderam que o serviço prestado é muito bom; 47% do público entrevistado aduziu que o serviço pode ser avaliado como bom; 5% avaliaram o serviço como regular; 2% afirmou que o serviço é considerado ruim; e 43% dos respondentes relataram que é muito ruim.

A partir do discurso informal dos moradores no momento da aplicação dos formulários se pode perceber que a avaliação negativa tem relação com a quantidade e a qualidade dos pontos de coleta de transporte coletivo, pois vários respondentes disseram ter que caminhar longas distâncias para chegar aos pontos de coleta de transporte coletivo.

A pergunta de número vinte e seis teve como intuito saber se os moradores acreditam que a gestão municipal deixa a desejar no atendimento do bairro em relação as infraestruturas e serviços, por estar priorizando outros bairros da cidade que não o bairro São João. O gráfico abaixo apresenta a incidência de resposta para cada categoria:

Gráfico 19: Visão dos moradores sobre a atuação da gestão municipal no bairro São João: O município deixa o bairro em segundo plano?

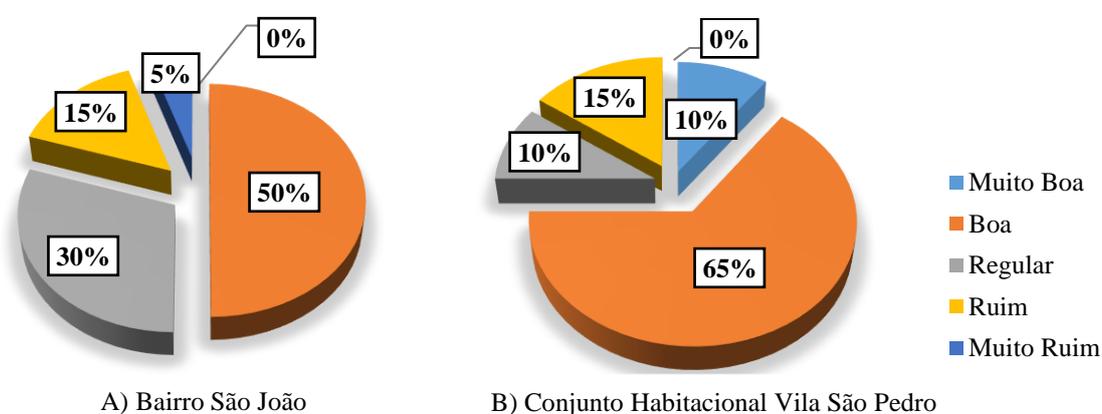


Fonte: Danielli, (2019).

Analisando o gráfico 19, é possível observar que 85% das pessoas acreditam que a gestão municipal deixa de atender o bairro São João com infraestruturas e serviços, priorizando outros bairros da cidade de Pato Branco. Desse público entrevistado apenas 15% acreditam que essa situação não ocorre.

Na sequência, os moradores foram interrogados sobre como avaliam a estrutura física da casa onde moram. O gráfico abaixo apresenta as respostas obtidas para essa questão:

Gráfico 20: Avaliação dos moradores em relação a estrutura física da casa onde residem: A) Bairro São João e B) Conjunto habitacional Vila São Pedro



Fonte: Danielli, (2019).

O gráfico 20, “A”, representa as respostas dos respondentes do bairro São João, que apresenta os seguintes dados: 50% das pessoas avaliam a estrutura física da casa onde moram como boa; 30% disseram que é regular; 15% consideram ruim; 5% avaliaram como muito ruim, sendo que nenhum dos entrevistados considerou sua moradia como muito boa.

O gráfico 20, “B”, representa as respostas dos respondentes do CHVSP. Neste caso, para 10% das pessoas a casa onde moram foi avaliada como muito boa; 65% avaliaram sua residência como boa; 10% como regular; 15% como ruim. Nenhum dos inquiridos afirmou considerar sua moradia como muito ruim.

Analisando comparativamente as respostas obtidas para a questão vinte e sete, se percebe uma avaliação positiva das casas do CHVSP em relação as casas do bairro São João. As imagens a seguir ajudam a ilustrar o padrão construtivo entre os dois locais e respaldar as respostas obtidas com a aplicação dos formulários. Veja-se as imagens que se seguem:

Figura 33: Padrão construtivo das residências do bairro São João



Fonte: Danielli, (2019).

As imagens da figura 33, denotam sobremaneira o padrão construtivo das moradias do bairro São João, refletindo aspectos claros da autoconstrução, que acompanham o ritmo de construção das áreas periféricas brasileiras.

A respeito da dificuldade de acesso à moradia e da autoconstrução, Arantes; Vainer; Maricato, (2013), sobre a escassez de moradias, onde afirmam que o trabalhador com a ajuda de sua família e amigos, constrói durante os finais de semana, feriados e em seu tempo de descanso, com os recursos que naquele momento se fazem disponíveis a sua residência, sem observar as leis de uso e ocupação do solo ou então seguir um projeto arquitetônico e/ou estrutural.

Um exemplo deste processo pode ser observado na figura 33, imagem “D”, onde a moradia de dois pavimentos está sendo edificada na frente de uma residência já existente,

ocupando parte da área do passeio público. A construção aparenta, já nessa fase, patologias como armadura estrutural exposta, rachaduras nos pilares estruturais e flambagem¹²⁴ das vigas da cobertura, reflexo de uma sucessão de negligências que podem futuramente acarretar um desastre.

A realidade é bem distinta, quando se analisa as residências do CHVSP. Veja-se:

Figura 34: Padrão construtivo das moradias do conjunto habitacional Vila São Pedro



Fonte: Danielli, (2019).

As residências do conjunto habitacional Vila São Pedro, contam todas com um padrão construtivo único, sendo que elas foram edificadas seguindo um projeto arquitetônico,

¹²⁴ A flambagem ou encurvadura são terminologias utilizadas no ramo da construção civil, elas buscam expressar fenômenos que ocorrem em peças esbeltas (peças em que a área de seção transversal é pequena em relação ao seu comprimento), quando submetidas a um esforço de compressão axial. A flambagem acontece quando a peça sofre flexão transversalmente devido à compressão axial.

urbanístico e projetos complementares, todos previamente aprovado junto à Secretaria de Planejamento Urbano de Pato Branco e pela Secretaria Municipal de Engenharia e Obras deste mesmo município.

As unidades habitacionais foram edificadas com o sistema construtivo pré-moldado e cobertas com telhas de barro. As residências têm aberturas de alumínio e vidro, pintura acrílica e sistema de aquecimento de água solar, exclusivo da segunda fase do PMCMV.

Com relação ao sistema de aquecimento solar, o entrevistado um relata que:

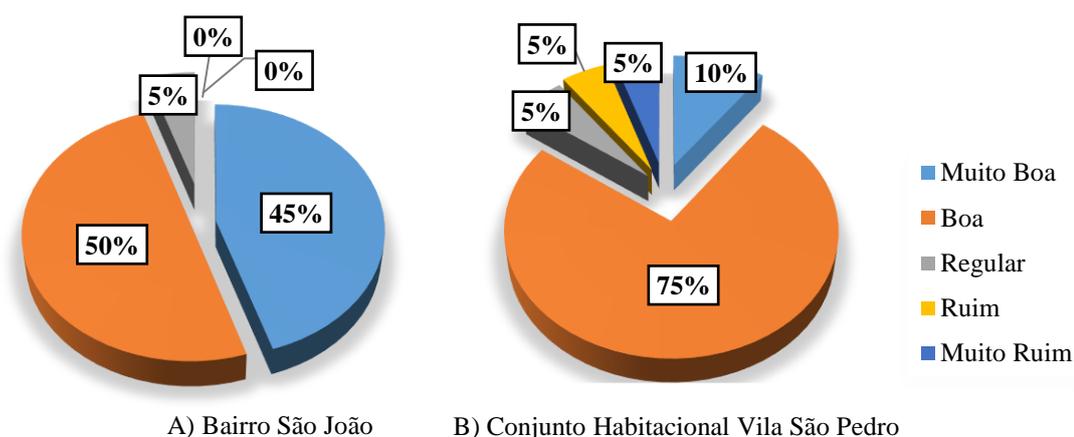
Pontualidade essa questão dos aquecedores o pessoal reclamou muito, foi algo que, que, não funcionou, um ponto bem negativo, que só gerou custo, acho que é um custo muito alto de manutenção para uma realidade de famílias que acabam não conseguindo manter o sistema, todos com problemas, mal instalados e infelizmente a maioria “sacou” fora e tiro. A questão do acabamento, o estrutural em si, bom, não há problemas, não tivemos problemas com questão chove dentro algo assim, a unidade habitacional é boa, outros problemas então: As pontualidades dos acabamentos, na questão do aquecedor [...] os problemas foram: vazamento, outros a questão elétrica, outros as mangueiras, outros porque o povo que foi lá também não tinha instrução de como usar, então são vários casos, não era um caso ou outro, eram várias situaçãozinhas pontuais, sabe.

Relatos informais dos moradores, obtidos no momento da aplicação dos formulários, afirmam que as residências começaram a apresentar problemas, como por exemplo, descolamento do revestimento cerâmico das paredes internas. Não obstante, a qualidade construtiva das UH não é uma vertente dessa pesquisa, apenas fora trazido para a discussão alguns pontos com objetivo de traçar alguns comparativos com as unidades autônomas construídas no bairro São João, expondo a vasta discrepância entre eles.

É de conhecimento, que problemas como o citado acima, acompanham as obras do PMCMV pelo Brasil como um todo. Inúmeras pesquisas estudaram, exclusivamente, o sistema construtivo das UH edificadas pelo programa, e levantaram os problemas mais comuns entre elas. Numa análise perfunctória a respeito do tema, o que se vislumbra é que há uma evidente falta de fiscalização por parte da CEF e da municipalidade no momento da execução das obras, pois a política federal, por si só, não dá conta de garantir um padrão de excelência construtiva das unidades nesse tipo de programa habitacional.

A pergunta de número vinte e oito avaliou como os respondentes se relacionam com seus vizinhos e como pode ser avaliada a relação de vizinhança no bairro. De acordo com gráfico a seguir, obteve-se a seguinte constatação:

Gráfico 21: Avaliação da vizinhança pelos moradores



Fonte: Danielli, (2019).

O gráfico 21, “A”, representa as respostas correspondentes aos moradores do bairro São João, os quais responderam ao questionamento da seguinte maneira: 50% das pessoas avaliam a sua relação pessoal com seus vizinhos como sendo boa; 45% disseram que é muito boa; 5% considerou como regular. Nenhuma pessoa afirmou considerar sua relação com os vizinhos como sendo ruim ou muito ruim. O gráfico 21, ” B”, representa as respostas dos moradores do CHVSP. Para 75% dos moradores desta categoria de inquiridos, a relação pessoal com seus vizinhos é boa; 10% disseram ser muito boa; 5% por categoria, disse ser regular, ruim e muito ruim.

Foi possível perceber que na área do bairro São João, há uma melhor relação entre os vizinhos, nenhum morador disse que as relações no bairro são ruins ou muito ruins. Contudo, o mesmo não ocorre quando analisamos os dados coletados no conjunto habitacional. Aqui, ainda que a maioria dos respondentes tenha avaliado como sendo uma relação boa, uma pequena porcentagem escolheu as opções regular, ruim e muito ruim. Sabe-se que o tempo de residência dos habitantes do bairro São João é consideravelmente maior quando comparado ao tempo de residência dos moradores no conjunto habitacional. Neste sentido, durante a observação de campo não participante se pode perceber que no bairro há uma maior interação e comunicação entre os vizinhos quando comparado com o conjunto habitacional.

Uma forte hipótese que pode explicar esse fenômeno, se concentra no fato de os moradores do CHVSP vieram de “todos os pontos da cidade. Todos, da Zona Sul à Zona Norte, ao São João, São Cristóvão, São Luís, Bortot, interior... de toda a cidade” (ENTREVISTADO UM), e apenas as famílias que residiam nas áreas de risco do bairro São João foram

contempladas sem passar pelo sorteio, atendendo aos dispostos da portaria 595¹²⁵, de 18 de dezembro de 2013.

Desta forma, evidenciou-se que novas relações sociais foram estabelecidas em números expressivos, o que pode ter gerado efeitos adversos aos esperados. Com vistas ao relacionamento interpessoal entre vizinhos, a entrevistada três explana que esse fato ocorreu pela falta de um trabalho social mais extensivo com os beneficiários antes da entrega dos imóveis, circunstância que corroborou para o desenvolvimento de outros problemas:

Não foi feito um preparo para essas famílias saírem do local onde residem desde pequenos, desde a sua infância, e ir para um local diferente e se adaptarem nesse local, que lá vai ter outros costumes, outra vivência, outros conhecimentos, outras famílias com conceitos de vida diferentes, conceito de limpeza, de organização de uma casa. Houve a falta de um trabalho social mais intenso, quando foi colocado essas famílias para irem residir lá (CHVSP) foi vindo e feito um pequeno levantamento, não um levantamento necessário e ideal como preconizava as leis federais, foi vindo aqui olhado quais as famílias que tavam perto dos córregos e em piores situações e foi levado para lá, sem um preparo social das famílias antes. Mas esse preparo social não é da noite para o dia com uma ou duas reuniões que tem que ser feitos, é todo um preparo, um trabalho social que dura de seis meses a oito meses pra estar preparando essa nova família para a nova condição social de vida, entende, explicar que iam tirar ela da antiga condição social e ela ia para uma nova, ela ia ter vizinhos que dê repente ela não ia conhecer esses vizinhos, porquê é processo de sorteio, você não sabe quem vai ser teu vizinho, se ele vai ser bom ou vai ser ruim, como que vai ser, e o mais difícil é que todas essas pessoas que conviviam juntas em um local foram divididas dentro do conjunto habitacional e as vezes não existia familiarização, a política da boa vizinhança e a maioria teve atrito com a vizinhança e saíram de lá e voltaram para a antiga vizinhança (Bairro São João). Muitas crianças, filhos dessas famílias que voltaram para cá acabavam tendo atrito com os filhos dos vizinhos, então a maioria das pessoas vai de volta para o antigo local de moradia.

Percebe-se a importância do trabalho técnico social, o qual deve ser realizado de forma extensiva com as famílias beneficiárias do PMCMV, antes da entrega do empreendimento, para que elas possam compreender desde a estrutura e a dinâmica do programa habitacional, até questões básicas de higiene, limpeza e manutenção da moradia, pois muitas dessas famílias residiam em residências improvisadas e sem condições mínimas de habitabilidade.

Outra questão que tem ligação direta com o problema acima descrito, relaciona-se com a venda, troca, consignação, aluguel e etc., das residências do CHVSP.

Muitas famílias ali venderam suas casas e mesmo eles sabendo que não poderiam vender, alugar e abrir comércio, eles fizeram isso, porque alguém chegou lá e ofereceu dois mil, três mil, cinco, seis mil, dinheiro que eles nunca viram de uma vez só, a pessoa chega lá com esse montante e faz a cabeça deles e eles pegam e vendem, só

¹²⁵ A qual “Dispõe sobre os parâmetros de priorização e sobre o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV” (BRASIL, 2013).

que é um recurso momentâneo que dali a pouco ela já não tem mais nada (ENTREVISTADA TRÊS).

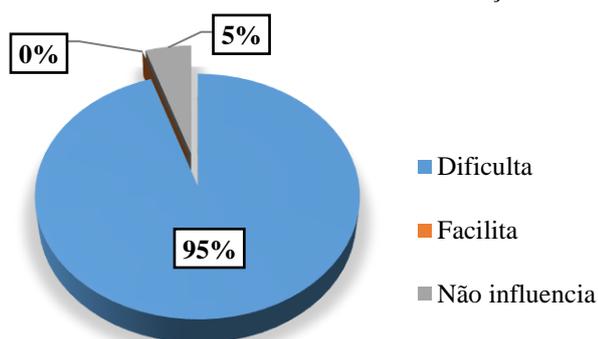
Sobre o tema, são plausíveis as colocações lançadas pela entrevistada três, quando afirma que muitos desses problemas poderiam ser evitados se houvesse a realização séria e correta do trabalho social com os beneficiários do programa habitacional. Atualmente, é grande o número de negociações dos imóveis do CHVSP identificadas pelo Departamento de Habitação da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Pato Branco.

Hoje nós temos trinta e duas situações, no empreendimento, de venda, de troca, de permuta, enfim, de negociações que houveram, trinta e duas, todas já estão com medidas de judiciais de reintegração de posse. Já existe um cadastro de reserva pra novas famílias para serem incluídas, a gente tem famílias habilitadas que passaram por um processo de seleção, sorteio, enfim todo aquele processo, estão só aguardando quando reintegrar à posse dos imóveis a gente já vai destinar essas famílias (ENTREVISTADO DOIS).

As negociações acima representam aproximadamente 18% do total de unidades habitacionais do conjunto. Lembrando que essas famílias que efetivaram as negociações de suas moradias, terão suas residências desapropriadas, via judicial, e não poderão em nenhum momento, participar novamente das concessões do PMCMV.

Seguindo a linha de questionário, a pergunta vinte e nove do formulário buscou saber se os moradores do bairro acreditam que seu local de moradia influencia ou não na oportunidade de conseguir um emprego. Observe-se:

Gráfico 22: A influência do local de moradia na obtenção de um emprego



Fonte: Danielli, (2019).

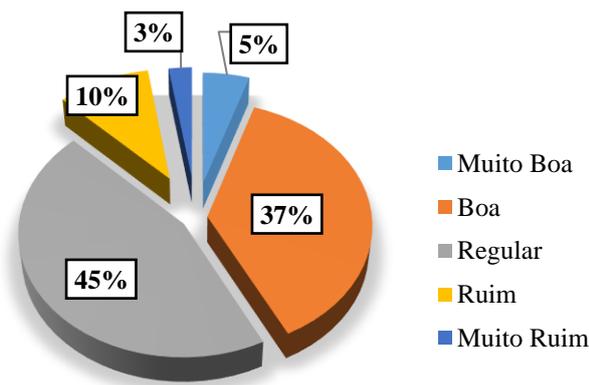
A grande maioria dos moradores, um público de 95% afirmou que seu atual local de moradia influencia na oportunidade de obtenção de um emprego, enquanto apenas 5% declarou que o local de moradia não tem influência sobre as oportunidades de conseguir trabalho.

Registre-se, por oportuno, que nenhuma pessoa afirmou que morar no bairro facilita ou fornece mais oportunidades de emprego.

Durante conversa informal com os moradores, alguns relataram que já omitiram dados ou ainda omitem, sobre seu local de moradia no momento em que estão buscando por um emprego, pois afirmam ser nítido o estigma social que se têm com os moradores do bairro São João. Muitos deles afirmaram já ter passado por situações como a de chegarem em algum estabelecimento que dispõe de alguma vaga de emprego e no momento em que revelaram o local de moradia, o recrutador alegar que a vaga não estaria mais disponível, o que ratifica o resultado obtido na amostragem gráfica.

A pesquisa também averiguou como os moradores avaliam o bairro de uma maneira geral. Veja-se o gráfico:

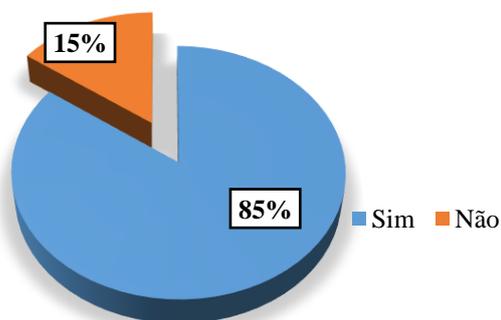
Gráfico 23: Avaliação do bairro São João pelos moradores



Fonte: Danielli, (2019).

Na entrevista, 45% das pessoas avaliaram o bairro como regular; 37% avaliaram como bom; 10% disseram ser ruim; 5% afirmaram que o bairro é muito bom e apenas 3% das pessoas relataram ser muito ruim. Com a finalidade de compreender melhor a avaliação dos moradores sobre o bairro, a questão trinta e um os levou a seguinte indagação - se gostavam ou não de residir no bairro e a resposta foi a seguinte:

Gráfico 24: Moradores que gostam ou não gostam de morar no bairro São João¹²⁶

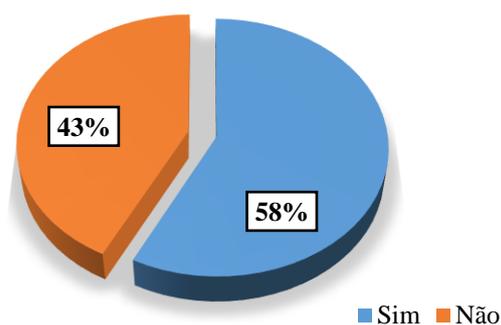


Fonte: Danielli, (2019).

Dos entrevistados, 85% das disseram que gostam de morar no bairro e apenas 15% afirmaram não gostar de morar no bairro São João. Com base nas respostas acima coletadas, pode-se concluir que os moradores, em sua grande maioria, gostam de residir neste local, mesmo com as inúmeras carências de infraestrutura urbana e ausência ou precariedade de equipamentos públicos.

A última pergunta do formulário, teve como objetivo saber se diante de uma oportunidade de se mudar para outro bairro da cidade, os moradores se mudariam ou não. Em caso de resposta positiva requisitou-se para que eles citassem o bairro ou local para qual gostariam de se mudar. A análise foi a seguinte:

Gráfico 25: Percentual de moradores que se pudessem, se mudariam para outro bairro da cidade



Fonte: Danielli, (2019).

Dentre todas as respostas, 58% dos moradores afirmaram que se tivessem a oportunidade, se mudariam de bairro, e a grande maioria deles citou o bairro centro ou então os

¹²⁶ As respostas obtidas para o bairro São João e para o conjunto habitacional Vila São Pedro foram idênticas e, portanto, apresentaram o mesmo percentual para cada categoria, por isso, justifica-se a apresentação de apenas um gráfico.

bairros próximos ao centro como locais os quais eles gostariam de morar. Ainda, 42% dos entrevistados afirmou que não se mudariam do bairro São João.

Quanto aos relatos informais, se pode destacar que várias pessoas disseram que não mudariam de bairro pelas relações sociais já estabelecidas nesses locais, assim como pela trajetória de vida que cada um construiu no bairro, o que revela um sentimento de pertencimento dessas pessoas àquele local. Já o público que afirmou que se mudaria, mencionou que o bairro é muito distante do restante da cidade e problemas de relacionamento interpessoal no bairro.

Visando completar as informações até o momento colhidas, o capítulo subsequente tem como premissa fazer o mapeamento e a análise dos equipamentos de uso comunitário. O produto final consistirá em um diagnóstico urbano da área.

6. DIAGNÓSTICO URBANO, UMA ANÁLISE NECESSÁRIA: AVALIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE USO COMUNITÁRIO

As cidades contemporâneas estão permeadas de constantes transformações. Em linhas gerais, o espaço urbano exterioriza fatores decorrentes de cenários de crises urbanas, onde cada cidade apresenta características próprias, por vezes, ligadas à sua origem histórica. Portanto, o planejamento urbano deve considerar ainda, a diversidade e a dinamicidade dos ambientes utilizados pela população, para que deste modo possa acompanhar a modernidade e a evolução da sociedade em diversos aspectos.

Arelado a isto, a CF de 1988, no Capítulo II, Título VII, atribui ao Estado a função de planejar e gerir a cidade por meio da política urbana, concentrando ações que promovam o bem-estar de seus habitantes, vinculando o direito à propriedade à chamada função social da propriedade, cuja garantia se constitui como cláusula pétrea¹²⁷ no ordenamento jurídico brasileiro. Destarte, “a função social da cidade e da propriedade não se confunde com a utopia do direito à cidade, mas é um elemento constitutivo para a construção coletiva do direito à cidade” (RODRIGUES, 2007, p. 83).

Nos meandros do ano de 2001, o EC pôs fim na disputa pela regulamentação dos dispositivos constitucionais que visam efetivar as funções sociais da cidade. Neste momento, o princípio do direito à cidade obteve novos contornos, passando a incorporar o direito à terra urbana, ao saneamento, à infraestrutura, ao lazer, ao transporte e aos serviços públicos (AMANAJÁS; KLUNG, 2018). Nessa perspectiva:

Considerando-se o formato da cidade, um desejo contextualizado pela sociedade que a compõe, o mesmo está presente na mente e nas relações de uso que existem entre seus habitantes e os espaços que a formam. Tudo que compõe a cidade deve correlacionar-se. Neste contexto incluem-se os equipamentos urbanos comunitários correlacionando-se com os outros entes físicos da cidade, para que possa se refletir na população, da melhor maneira possível em termos de uso, de acessibilidade, de segurança, de conforto e da boa aplicação do erário (MORAES; GOUDARD; OLIVEIRA, 2008, p. 93)

O EC delega aos municípios a responsabilidade da execução da política urbana. Nessa temática os gestores tem a incumbência de refletir acerca do crescimento e desenvolvimento

¹²⁷ Dispositivo constitucional que não pode ser alterado nem mesmo por Proposta de Emenda à Constituição (PEC). As cláusulas pétreas inseridas na Constituição do Brasil de 1988 estão dispostas em seu artigo 60, § 4º. São elas: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais (SENADO FEDERAL, 2019b).

das cidades, avaliando por meio de estudos técnicos as solicitações quanto aos equipamentos públicos comunitários, refletindo, por conseguinte, no atendimento das necessidades e demandas da população local. Segundo Moraes, Goudard e Oliveira (2008), esses equipamentos são essenciais e fazem parte da composição dos bairros e das cidades, constituindo-se em instrumentos capazes de proporcionar bem-estar social e atuar na organização territorial.

Entretanto, um cenário que se conhece bem é que na maioria das cidades a população de baixa renda não é beneficiada com o atendimento por esses equipamentos, os raios de abrangência¹²⁸ insidem somente nas áreas “nobres” da cidade, agravando os problemas socioeconômicos desta camada da sociedade e negando-os o direito do acesso à cidade, onde a carência dos mesmos exprime as desigualdades sociais.

Isso se deve ao fato de que no Brasil não se tem critérios, leis ou normas efetivamente claras e específicas sobre a implantação e locação destes equipamentos nas cidades. Mas, sabe-se que o fator localização e disposição desses equipamentos tem uma relação íntima e direta com a valorização do solo urbano.

Analisando de forma mais aprofundada algumas cidades brasileiras e tomando por base a realidade e a prática, é possível perceber que muitas vezes os equipamentos comunitários são implantados em áreas onde o município dispõe de terra pública e/ou pela existência de verbas federais destinada a essa finalidade. Raras são as exceções de municípios que realizam um diagnóstico urbanístico a fim de constatar a real necessidade e o melhor local no tecido urbano para implantação deste conjunto de equipamentos. Tal constatação também fora abordada por demais estudiosos da área, cuja afirmação é de que:

[...] a grande maioria das cidades não dispõe de uma ferramenta de monitoramento do espaço urbano, tornando a utilização dos equipamentos urbanos insustentáveis ao longo do tempo. Na maioria das vezes as prefeituras não possuem sistemas de bases de dados para um monitoramento adequado da situação (MORAES; GOUDARD; OLIVEIRA, 2008, p. 100)

O contexto atual põe em evidência a necessidade de um trabalho técnico capaz de transpor os anseios pessoais e políticos de uma gestão urbana em que a desigualdade é assente.

Nesse sentido, é ressaltado que em um curto lapso temporal não se poderia obter uma revolução colossal acerca do tema. O real sentido da busca realizada por uma gestão pública eficiente, deveria se pautar nas necessidades básicas da sociedade, permitindo assim, que todo

¹²⁸ É a área que um equipamento urbano deve atender a população, podendo ainda ser entendido como raio de influência.

cidadão possa se fazer valer do direito à cidade, reivindicando-o tal como proposto pelo geógrafo inglês David Harvey:

Reivindicar o direito à cidade no sentido que aqui proponho equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental (Harvey, 2014, p. 30).

Dáí sucede a primordialidade de um planejamento participativo sério, cujo instrumento de política pública só será possível com o levantamento das especificidades e peculiaridade de cada local e de cada comunidade, abrangendo a cidade como um todo.

Noutra sorte, as cidades reúnem as mais diversas formas de manifestação pelo direito de viver, produzir e se utilizar do espaço urbano, representando expressões da luta urbana em uma perspectiva prática do direito à cidade, a luta pela conquista de políticas públicas que ultrapassem o plano legal, bem como a efetivação dos espaços equipamentos públicos (CAFRUNE, 2016).

O direito à cidade é reiterado por Carlos (1994, p. 88), que explana:

É a luta pela cidadania, a luta por transformações socioeconômico-espaciais. Trata-se, de fato, do inalienável direito a uma vida decente para todos, não importando o lugar em que se encontre, na cidade ou no campo. Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. É o direito à participação numa sociedade de excluídos.

O autor Henri Lefèbvre propôs que as cidades são também um modo de vida. Diante disso, é nas cidades que estão as necessidades de trabalho, abastecimento, transportes, saúde, lazer, como afirmado por Ermínia Maricato. Observando isso, pode-se concluir que o direito à cidade não pode ser destituído das infraestruturas urbanas e dos equipamentos públicos de uso comunitário, pois são eles os instrumentos responsáveis por efetivar esse direito constitucional à todos os cidadãos.

Buscando o entendimento quanto à complexidade do ambiente urbano, o presente capítulo tem como objetivo explorar e analisar a disposição dos equipamentos públicos de uso comunitário nas áreas de estudo. Inicialmente, explicitou-se as definições entre equipamentos públicos urbanos e equipamentos públicos comunitários.

§ 1º *Consideram-se equipamentos públicos urbanos as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de águas pluviais, disposição e tratamento dos resíduos*

sólidos, transporte público, energia elétrica, rede telefônica, gás canalizado e congêneres. § 2º *Consideram-se equipamentos públicos comunitários as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de educação, saúde, cultura, assistência social, esportes, lazer, segurança pública, abastecimento, serviços funerários e congêneres* (BRASIL, 2010, grifos nosso).

Portanto, quando é referenciado equipamentos públicos urbanos, fala-se sobre às infraestruturas urbanas das cidades, enquanto que os equipamentos de uso comunitário representam os equipamentos destinados à prestação de serviços a população.

O Art. 4º da Lei Nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999, define que “as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por Lei Municipal para a zona em que se situem.” (BRASIL, 1999).

Identifica-se que novas funções são atribuídas aos PD municipais e que por vezes, essas funções não são consideradas no momento da sua elaboração ou revisão. No município de Pato Branco não é diferente. Ao analisar o PD não foram identificados normas ou critérios urbanísticos concretos para a implantação de equipamentos públicos, não existe na estrutura desta lei nenhum capítulo específico que trate detalhadamente sobre a implantação de equipamentos públicos de uso comunitário, apenas foram percebidas exigências de doação de áreas institucionais e RM no ato da aprovação do parcelamento do solo urbano.

O Poder Público Municipal carece de um planejamento estratégico e por hora, pode acabar deixando de responder as demandas por infraestrutura, serviços e equipamentos públicos de uso comunitário. Nesta perspectiva, o diagnóstico urbano se apresenta como uma ferramenta de apoio, pois traz consigo o levantamento e a análise dos principais equipamentos visando assim, evitar a desproporção destes no tecido urbano e conseqüentemente tornar mais eficiente a cobertura da população por estes serviços.

Após analisar e estudar alguns dos principais teóricos ligados a macro área do urbanismo, desenho urbano, planejamento de cidades e de equipamentos comunitários, à citar: Castello (2013), Gouvêa (2008), Guimarães (2004), Prinz (1986), Pitts (2004) e Santos (1988), com o objetivo de encontrar amparo teórico para elaboração do diagnóstico urbano, observou-se que apenas um dos autores apresenta critérios bem definidos para a construção de um diagnóstico, baseado na avaliação dos equipamentos públicos de uso comunitário.

É de conhecimento que um levantamento bem feito com diretrizes definidas corretamente, facilitam as decisões de projeto. Por isso, o diagnóstico baseia-se principalmente nos conceitos teóricos desenvolvidos por Gouvêa (2008), sendo esse um dos métodos mais eficazes para nossa análise, pois leva em consideração a densidade de ocupação para cálculo,

conforme prevê a lei, ao passo que indica raios de influência para os equipamentos, sempre que possível, traça-se paralelos com as observações dos demais autores, como modo de enriquecer a pesquisa.

Sinteticamente, este capítulo traz um mapeamento dos equipamentos públicos comunitários existentes no perímetro urbano do município, enfaticamente sob nossas áreas de estudo, onde foi observado equipamentos de educação, saúde, lazer, segurança, administração pública e trabalho, dentre outros. Nosso objetivo, sempre que possível, é sugerir medidas orientativas, corretivas, compensatórias e mitigadoras, visando auxiliar o município no fornecimento igualitário de equipamentos, serviços e infraestruturas que atuam como vertentes para efetivação do direito à cidade pelos habitantes das nossas áreas de estudo e conseqüentemente, à todos os residentes do município de Pato Branco.

Para efeito de cálculo, foi adotado os dados quantitativos de população obtidos durante a pesquisa de campo, descritos no capítulo quatro. Neste sentido, fora considerado 607 famílias e um total de 1.762 moradores para o bairro São João e o CHVSP.

6.1 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS EDUCACIONAIS

Os equipamentos de educação são essenciais para todas as cidades e para todos os cidadãos, visto que este é um direito assegurado pela CF. Na rede pública brasileira, dividem-se basicamente em escolas de ensino infantil, escola de ensino fundamental, colégios de ensino médio, escolas técnicas/profissionalizantes e escolas especiais.

No âmbito da educação, o município de Pato Branco concentra em seu território 25 escolas da rede municipal, as quais são responsáveis por atender 7.239 alunos, distribuídos da seguinte maneira: 2.992 alunos na educação infantil e 4.247 alunos na educação fundamental (de 1ª a 5ª série), bem como uma escola municipal de artes responsável por atender 150 alunos e uma escola com 16 turmas de ensino de jovens e adultos (139 alunos matriculados). Em relação à rede estadual de ensino os dados são os seguintes: 15 escolas e colégios estaduais que abrigam 470 turmas de ensino, as quais atendem 10.466 alunos (do 6º ao 9º ano do ensino fundamental) e 121 turmas que atendem 3.354 alunos no ensino médio (1º ao 3º ano) (PATO BRANCO, 2018).

Optou-se por organizar e categorizar os equipamentos observando as séries escolares. A análise fora iniciada com a categoria ensino infantil, o qual tem como público alvo crianças de 0 a 5 anos de idade e concentra nesta categoria creches maternais e o jardim de infância. No

município de Pato Branco, o Centro Municipal de Educação Infantil – (CMEI) é responsável por atender essa faixa etária.

O quadro 13, apresenta uma listagem de todas as CMEI's, com informações de localização na malha urbana.

Quadro 13: Informações e localização das CMEI's

| Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI | | | | |
|---|--------------------------------|---------------------------------|-----------------|------------------------------------|
| Ref. | Nome | Quadra / Lote ou Chácara | Bairro | Coordenadas Geográficas |
| 01 | Criança Feliz | QR. 885 / L.T. 222-H | Industrial | 26°14'17.0"S e 52°39'57.5"W |
| 02 | Eliza Rosa Colla Padoan | QR. 1626 / LT. 1 | São Cristóvão | 26°15'52.3"S e 52°41'24.2"W |
| 03 | Enedina Colla | QR. 795 / LT. 1 | Alvorada | 26°16'04.4"S e 52°40'57.8"W |
| 04 | Estação Criança | QR. 288 / LT. 10 | Santo Antônio | 26°15'28.2"S e 52°40'40.1"W |
| 05 | Frei Sérgio | QR. 873 / LT. 9 | Bela Vista | 26°14'14.2"S e 52°41'44.3"W |
| 06 | Madre Paulina | QR. 384 / LT. 8 | Sambugaro | 26°13'25.5"S e 52°40'55.2"W |
| 07 | Mãe Augusta Zanatta | CH – 189G | Pinheirinho | 26°14'40.4"S e 52°40'49.3"W |
| 08 | Menino Deus | QR. 782 / LT. 43-I | Menino Deus | 26°14'06.7"S e 52°41'12.7"W |
| 09 | Parque do Som | QR. 1567 / LT. 8 | Parque do Som | 26°14'08.6"S e 52°38'57.0"W |
| 10 | Raio do Sol | QR. 811 / LT. 5 | Bonato | 26°14'50.0"S e 52°40'02.0"W |
| 11 | <i>São João</i> | <i>QR. 1850 / LT. 8</i> | <i>São João</i> | <i>26°14'01.4"S e 52°42'46.8"W</i> |
| 12 | Toca do Coelho | QR. 658 / LT. 8 | La Salle | 26°13'45.8"S e 52°39'46.1"W |
| 13 | Três Marias | QR. 600 / LT. 6 | Novo Horizonte | 26°15'08.3"S e 52°40'20.3"W |
| 14 | Alvorada | QR. 964 / LT. 24 | Alvorada | 26°15'51.3"S e 52°40'49.5"W |
| 15 | Planalto | QR. 621 / LT. 1 | Planalto | 26°14'29.6"S e 52°42'10.0"W |
| 16 | Irmã Dulce | QR. 497 / LT. 1 | Cristo Rei | 26°14'48.4"S e 52°40'25.0"W |
| 17 | José Fraron | QR. 1197 / LT. 10 | Fraron | 26°12'28.9"S e 52°41'11.9"W |
| 18 | Lions Clube | CH 7-15 | Vila Esperança | 26°13'09.4"S e 52°41'17.7"W |
| 19 | Pequeno Príncipe | QR. 224 / LT. 1 | Bortot | 26°12'56.7"S e 52°40'31.8"W |
| 20 | União | QR. 915 / LT. 1 | São Roque | 26°15'19.4"S e 52°41'09.6"W |
| 21 | Vila Izabel | QR. 669 / LT. 6 | Vila Izabel | 26°12'53.0"S e 52°39'58.9"W |
| 22 | Vila Verde | CH 66-H | Jardim Floresta | 26°15'04.3"S e 52°41'24.4"W |

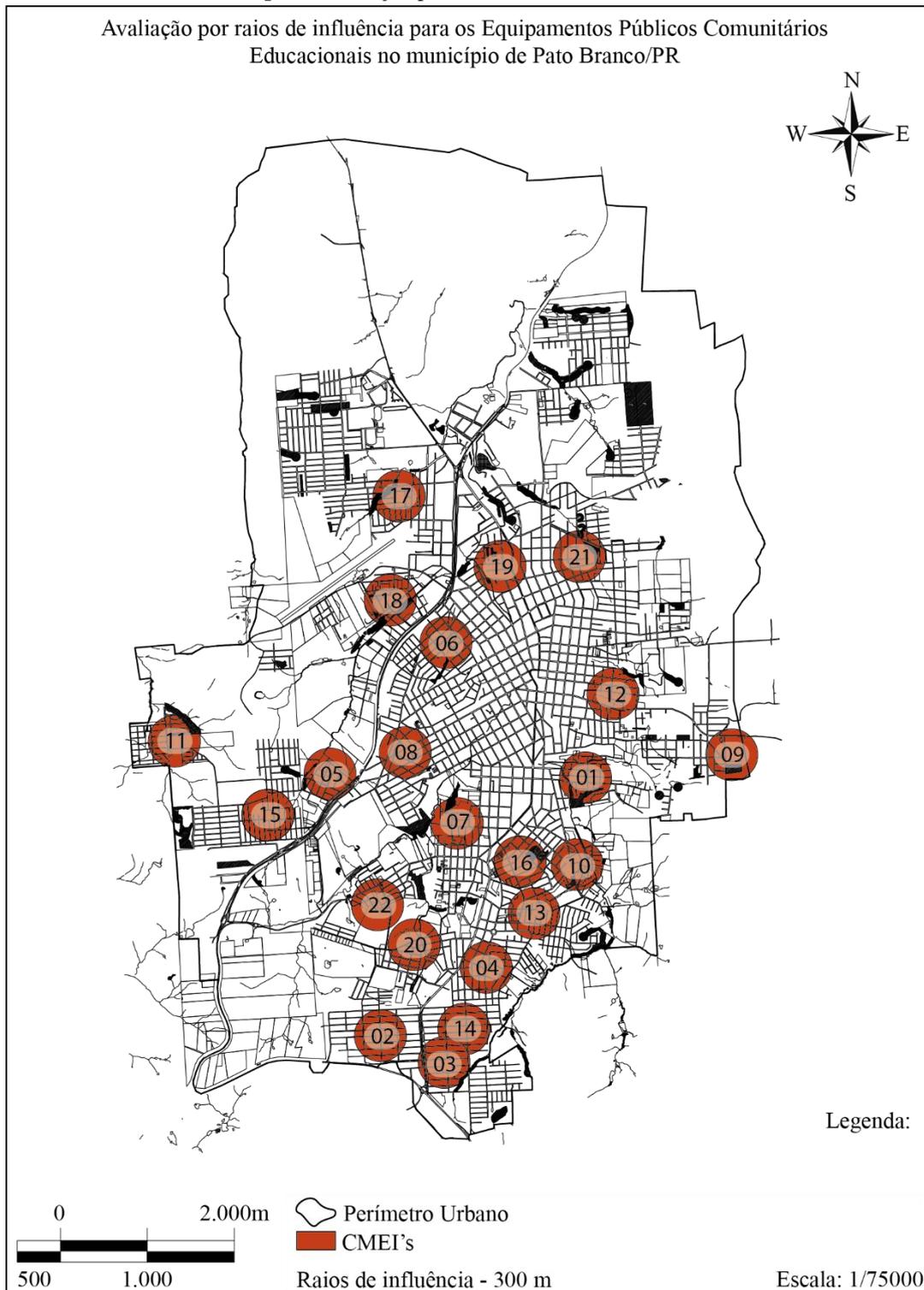
Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, (2019)¹²⁹; elaborado por Danielli, (2019).

De posse das informações, fora dado o início a construção e elaboração do mapa 5, que tem como finalidade localizar os 22 imóveis listados, atribuindo a eles o respectivo raio de influência de 300 metros (ver anexo II) sugerido por Gouvêa (2008). Sobre tais equipamentos Castello (2013), complementa, recomendando que o tempo de deslocamento pedonal não exceda 10 minutos, visto que as relações pessoais com esses equipamentos são frequentes e numerosas. Se julga ser análogo essa observação com o raio de influência atribuído por Gouvêa (2008), levando em consideração a distância de caminhada máximo.

Veja-se o mapa sequencial:

¹²⁹ Dados obtidos durante a Pesquisa de Campo e complementados pelo autor.

Mapa 5: Avaliação por raios de influência CMEI'S



Fonte: Danielli, (2019).

Compulsando o mapa 5, resta evidente a ausência de CMEI's no município, sendo as áreas orientadas a norte as que mais carecem dessas estruturas. Realizando uma análise das áreas de estudo fica nítido que uma porção de área do bairro São João não está coberta pelo raio

de influência da CMEI de referência 11, o que demonstra um déficit no atendimento dos moradores.

Paralelo a isso, através de cálculo matemático, que leva em consideração a densidade populacional da área em estudo, tem-se a como comprovada a falta deste equipamento no bairro São João e CHVSP. Gouvêa (2008, p. 94-98) aduz que deve ser considerada a renda da população do projeto para definir o índice de utilização do equipamento, pois quanto maior a renda da população menor a utilização do CMEI, e quanto menor for a renda, maior será a utilização, visto que essas famílias dependem da rede pública de ensino.

Dessa análise, tem-se como percentuais de utilização, seguido pela classe de renda: 12,6% - Alta; 18,1% - Média e 24,5% - Baixa. Diante disso, como objetos de estudo constituem áreas de interesse social, cuja população é de baixa renda, tomar-se-á por base o cálculo 24,5%.

$$\frac{(P.P.)}{(100)} = \text{Resultado X (I.U.E.)} = \text{Resultado} / (1) = \text{Resultado} / (300) = \textit{Total de equipamentos}$$

Onde:

(P.P.) = População do projeto

(I.U.E.) = Índice de utilização do equipamento com base na classe de renda da população

(1) = N° de turnos, neste caso, constante

(300) = alunos/turno, constante

$$\frac{(1.762)}{(100)} = 17,62 \times (24,5) = 431,69 / (1) = 431,69 / (300) = \textit{1,44 unidades, logo, 2 unidades}$$

Observando o resultado obtido para o cálculo em questão, é possível concluir que seria necessário dois CMEI'S para atender a população alvo do estudo, sem que houvesse déficit no fornecimento de vagas, corroborando o que se observa no Mapa 5.

Considerando integralmente a malha urbana, observa-se que a inexistência de CMEI's suficientes ocorre em todo o município, visto a pequena porção de áreas que estão cobertas por este tipo equipamento. Partindo dessa ideia, considerando a população total do município (82.881)¹³⁰, empregando-se o índice mediano de utilização do equipamento e tomando como base a renda da população (18,1%), o resultado obtido é bastante expressivo. Assim, seriam necessários 50 CMEI's para atender de forma satisfatória toda a população de Pato Branco.

¹³⁰ Com base na estimativa populacional do ano de 2019, para o município de Pato Branco/PR (IBGE, 2019).

A estrutura da CMEI São João ilustrado na figura 35, demonstra a qualidade do equipamento municipal que serve à população pesquisada. O centro de educação infantil se encontra em funcionamento e em excelente estado de conservação. Veja-se:

Figura 35: CMEI São João – Bairro São João



Fonte: Danielli, (2019).

Percebe-se que a edificação está estruturada com pátio interno coberto destinado ao desenvolvimento de atividades recreativas com os alunos, áreas de estacionamento e área do lote completamente cercado, fato que confere maior segurança para os alunos, professores e servidores.

Dando sequência na análise urbanística, buscou-se identificar e mapear os equipamentos de educação de Ensino Fundamental Municipais – (EMEF) e Estaduais – (EEEF), conforme pode ser observado no quadro 14:

Quadro 14: Informações e localização das Escolas de Ensino Fundamental - EMEF e EEEF

| Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF | | | | |
|--|-------------------------|---------------------------------|-----------------|--------------------------------|
| Ref. | Nome | Quadra / Lote ou Chácara | Bairro | Coordenadas Geográficas |
| 01 | Alvorada | QR. 964 / LT. 24 | Alvorada | 26°15'51.3"S e 52°40'49.5"W |
| 02 | Planalto | QR. 621 / LT. 1 | Planalto | 26°14'29.6"S e 52°42'10.0"W |
| 03 | Irmã Dulce | QR. 497 / LT. 1 | Cristo Rei | 26°14'48.4"S e 52°40'25.0"W |
| 04 | José Fraron | QR. 1197 / LT. 10 | Fraron | 26°12'28.9"S e 52°41'11.9"W |
| 05 | Lions Clube | CH 7-15 | Vila Esperança | 26°13'09.4"S e 52°41'17.7"W |
| 06 | Pequeno Príncipe | QR. 224 / LT. 1 | Bortot | 26°12'56.7"S e 52°40'31.8"W |
| 07 | União | QR. 915 / LT. 1 | São Roque | 26°15'19.4"S e 52°41'09.6"W |
| 08 | Vila Izabel | QR. 669 / LT. 6 | Vila Izabel | 26°12'53.0"S e 52°39'58.9"W |
| 09 | Vila Verde | CH 66-H | Jardim Floresta | 26°15'04.3"S e 52°41'24.4"W |
| 10 | Antonio Cadorin | QR. 1140 / LT. 2 | Cadorin | 26°13'26.4"S e 52°39'24.7"W |

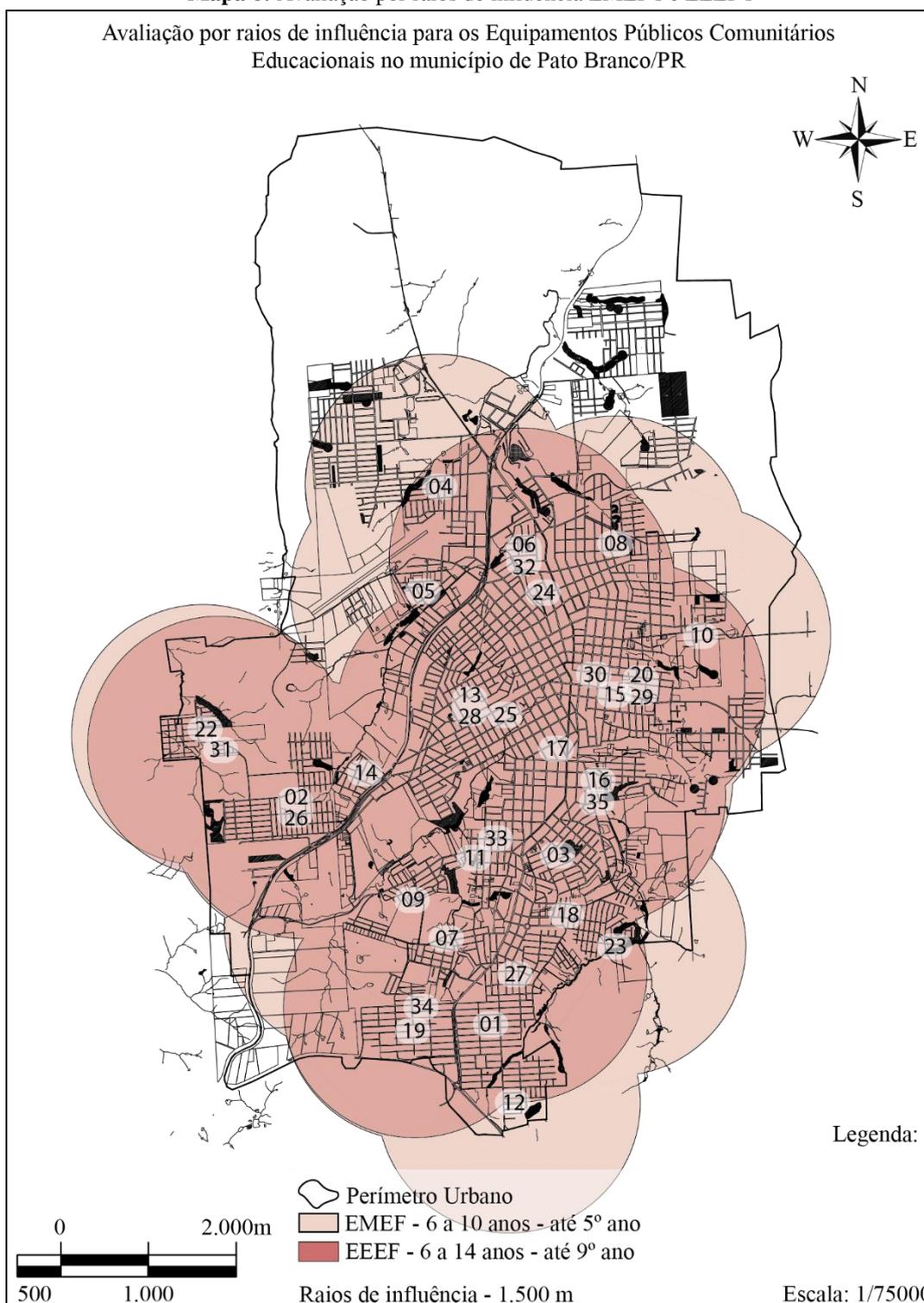
| | | | | |
|---|-------------------------------------|--------------------|---------------------|-----------------------------|
| 11 | Gênises | CH-62-P | Pinheirinho | 26°14'51.7"S e 52°40'56.5"W |
| 12 | Gralha Azul | QR. 1157 / LT. 17 | Gralha Azul | 26°16'20.0"S e 52°40'45.7"W |
| 13 | Jardim Primavera | QR. 429 / LT. 06-A | Jardim Primavera | 26°13'51.6"S e 52°40'56.9"W |
| 14 | Juvenal Cardoso | QR. 1032 / LT. 16 | Bela Vista | 26°14'18.9"S e 52°41'43.6"W |
| 15 | Maria Jurema Ceni | QR. 187 / LT. 01 | Centro | 26°13'47.0"S e 52°40'02.1"W |
| 16 | Olavo Bilac | QR. 370 / LT. 19 | Industrial | 26°14'20.5"S e 52°40'05.9"W |
| 17 | Rocha Pombo | QR. 093 / LT. 8-13 | Santa Terezinha | 26°14'07.0"S e 52°40'24.9"W |
| 18 | Santos Dumont | QR. 600 / LT. 6 | Novo Horizonte | 26°15'08.3"S e 52°40'20.3"W |
| 19 | São Cristóvão | QR. 1626 / LT. 1 | São Cristóvão | 26°15'52.3"S e 52°41'24.2"W |
| 20 | São João Batista de La Salle | CH 158 | La Salle | 26°13'48.1"S e 52°39'50.2"W |
| 22 | <i>Udir Cantu</i> | QR. 1850 / LT. 7 | <i>São João</i> | 26°14'01.5"S e 52°42'49.5"W |
| 23 | Veneza | QR. 1507 / LT. 1 | Veneza | 26°15'22.4"S e 52°40'01.3"W |
| Escola Estadual de Ensino Fundamental - EEEF | | | | |
| 24 | CEEBJA | QR. 131 / LT. 8 | Centro | 26°13'08.5"S e 52°40'28.3"W |
| 25 | Castro Alves | QR. 380 / LT. 19 | Centro | 26°13'56.7"S e 52°40'46.7"W |
| 26 | São João Bosco | QR. 621 / LT. 1 | Planalto | 26°14'29.7"S e 52°42'10.2"W |
| 27 | Carlos Gomes | QR. 322 / LT. 1 | Santo Antônio | 26°15'32.1"S e 52°40'42.0"W |
| 28 | Pato Branco | QR. 429 / LT. 6 | Jardim das Américas | 26°13'54.5"S e 52°41'00.4"W |
| 29 | La Salle | CH 158 | La Salle | 26°13'47.7"S e 52°39'51.7"W |
| 30 | Agostinho Pereira | QR. 032 / LT. 5 | Centro | 26°13'41.6"S e 52°40'07.8"W |
| 31 | São João | QR. 1281 / LT. 1 | Alto da Glória | 26°14'06.2"S e 52°42'42.9"W |
| 32 | Carmela Bortot | QR. 224 / LT. 4 | Bortot | 26°12'57.3"S e 52°40'37.8"W |
| 33 | Cristo Rei | QR. 543 / LT. 4 | Cristo Rei | 26°14'42.6"S e 52°40'49.1"W |
| 34 | Rui Barbosa | QR. 927 / LT. 1-3 | São Cristóvão | 26°15'44.7"S e 52°41'23.8"W |
| 35 | São Vicente de Paulo | QR. 482 / LT. 5 | Cristo Rei | 26°14'26.4"S e 52°40'09.2"W |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, (2019)¹³¹; elaborado por Danielli, (2019).

Dessa análise, foram identificados 23 escolas municipais de ensino fundamental e 12 escolas estaduais de ensino fundamental, totalizando 35 escolas instaladas e ativas no município. Na sequência foram mapeadas essas estruturas atribuindo a elas o raio de influência de 1.500 metros determinado por Gouvêa (2008), para as escolas de ensino fundamental. Veja-se o mapa 6, disposto na sequência:

¹³¹ Dados obtidos durante a Pesquisa de Campo e complementados pelo autor.

Mapa 6: Avaliação por raios de influência EMEF's e EEEF's



Fonte: Danielli, (2019).

O mapeamento demonstra uma boa cobertura para a malha urbana do município, sendo que apenas uma dessas áreas - o bairro São Francisco, localizado a norte do município, não reflete esse resultado. Contudo, a obra da escola e creche estão em andamento desde o ano de 2015, sendo que a mesma está sendo edificada no lote 01 da quadra 1487, na Rua Ilda Bazzo.

Destarte, é possível perceber que o Colégio Estadual São João instalado no bairro Alto da Glória acaba por ter influência sobre o bairro e o conjunto habitacional objetos da pesquisa, quando avaliado sob seu raio de abrangência, já que também atende a população pesquisada com ensino de nível fundamental e médio. Castello (2013) determina que as relações com esse tipo de equipamento de uso comunitário são de frequência média, admitindo deslocamentos de no máximo 30 minutos, o que condiz com o raio de influência de 1.500 metros.

Seguindo a lógica de cálculo para quantificação de equipamentos de uso comunitário trabalhado por Gouvêa (2008), buscou-se aferir quantas escolas seriam necessárias para atender a população de projeto, 1.762 moradores. A porcentagem de utilização do equipamento com base na classe de renda da população, fixada pelo autor é de: 16,9% - Alta; 18,8% - Média e 23,4% - Baixa. Nessa esteira de raciocínio, como se trata de áreas de interesse social e de baixa renda, será tomado por base o percentual de 23,4%.

$$\frac{(P.P.)}{(100)} = \text{Resultado X (I.U.E.)} = \text{Resultado} / (2) = \text{Resultado} / (1.050) = \textit{Total de equipamentos}$$

Onde:

(P.P.) = População do projeto

(I.U.E.) = Índice de utilização do equipamento com base na classe de renda da população

(2) = Nº de turnos, neste caso, constante

(1.050) = alunos/turno, constante

$$\frac{(1.762)}{(100)} = 17,62 \times (23,4) = 412,30 / (2) = 206,15 / (1.050) = \textit{0,19 unidades, logo, 1 unidade}$$

O resultado para o cálculo confirma o que foi constatado no mapa 6, de que a área objeto de estudo está assistida satisfatoriamente por escolas de ensino fundamental. O número de escolas é expressivo se considerar o resultado do cálculo de equipamentos para a população do município em geral (82.881 habitantes), utilizando-se do I.U.E mediano (18,8%) como base, o resultado majorado é de aproximadamente oito escolas de ensino fundamental, com dois turnos regulares. Atualmente, existem na malha urbana do município 35 escolas.

A Escola Municipal Udir Cantu (Ref. 22), representada na figura 36 é responsável por atender o bairro São João e o CHVSP.

Figura 36: Escola Municipal Udir Cantu - bairro São João



Fonte: Danielli, (2019).

A nova estrutura da escola foi inaugurada em março do ano de 2019, contando com amplas salas de aula, espaços recreativos, áreas de estacionamento e área do lote cercado. A escola também conta com áreas para prática esportiva e áreas livres para futuras expansões, exteriorizando o que Santos (1988) preconiza para essa tipologia de equipamento.

Tratando agora do atendimento na educação de nível médio, séries do 1º ao 3º ano¹³², a instalação e manutenção deste equipamento educacional no município é de caráter exclusivo do Estado do Paraná.

Hodiernamente, Pato Branco conta com um total de oito unidades distribuídas em todo o perímetro urbano, consoante mostra o quadro 15:

¹³² Com base na Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual “Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional” (BRASIL, 1996).

Quadro 15: Informações e localização dos Colégios Estaduais de Ensino Médio - CEEM

| Colégio Estadual de Ensino Médio - CEEM | | | | |
|--|--------------------------|---------------------------------|---------------------|--------------------------------|
| Ref. | Nome | Quadra / Lote ou Chácara | Bairro | Coordenadas Geográficas |
| 24 | CEEBJA | QR. 131 / LT. 8 | Centro | 26°13'08.5"S e 52°40'28.3"W |
| 25 | Castro Alves | QR. 380 / LT. 19 | Centro | 26°13'56.7"S e 52°40'46.7"W |
| 26 | São João Bosco | QR. 621 / LT. 1 | Planalto | 26°14'29.7"S e 52°42'10.2"W |
| 27 | Carlos Gomes | QR. 322 / LT. 1 | Santo Antônio | 26°15'32.1"S e 52°40'42.0"W |
| 28 | Pato Branco | QR. 429 / LT. 6 | Jardim das Américas | 26°13'54.5"S e 52°41'00.4"W |
| 29 | La Salle | CH 158 | La Salle | 26°13'47.7"S e 52°39'51.7"W |
| 30 | Agostinho Pereira | QR. 032 / LT. 5 | Centro | 26°13'41.6"S e 52°40'07.8"W |
| 31 | São João | QR. 1281 / LT. 1 | Alto da Glória | 26°14'06.2"S e 52°42'42.9"W |

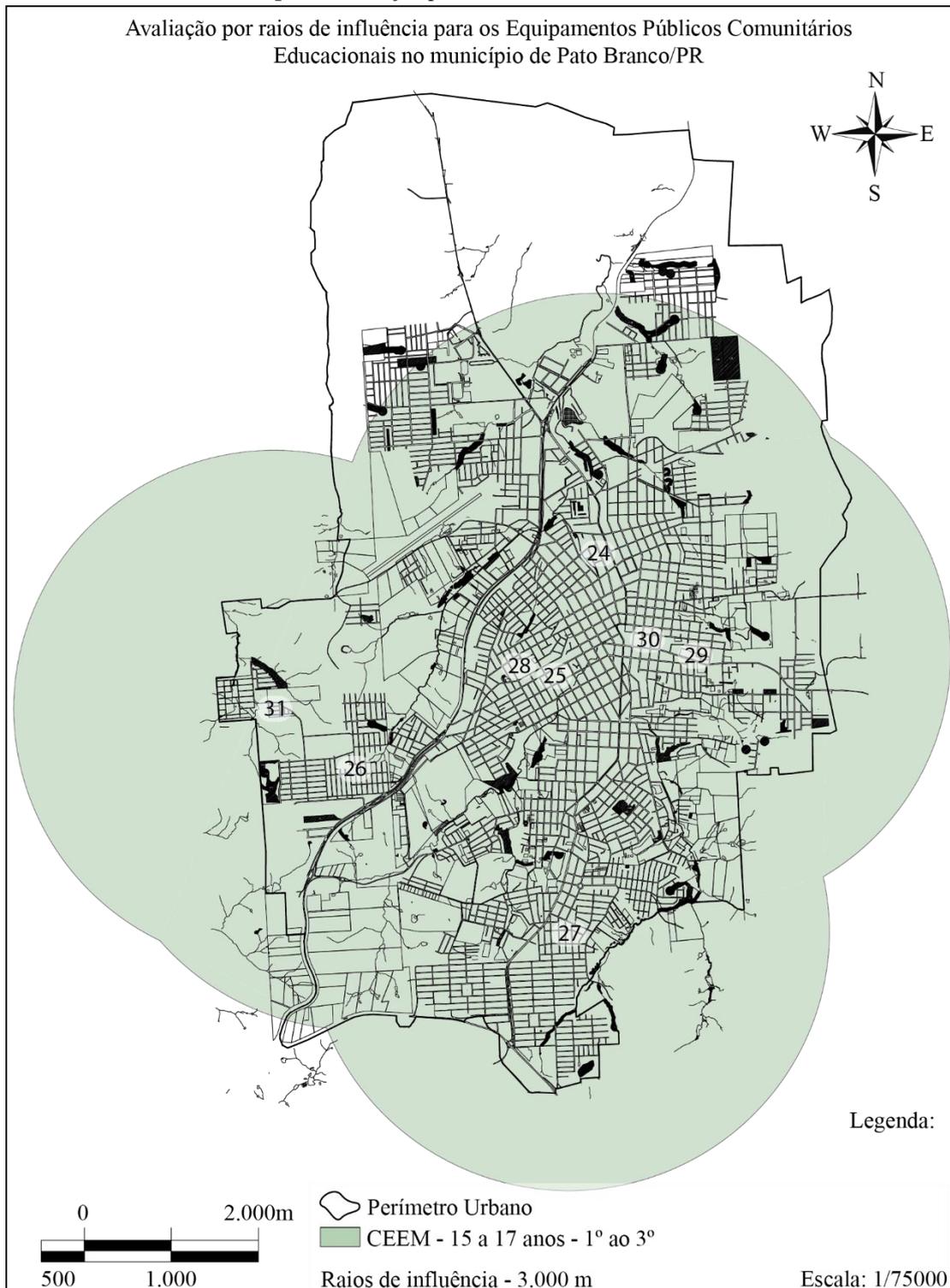
Fonte: Núcleo Regional de Educação, (2019)¹³³; elaborado por Danielli, (2019).

Há que destacar que, ainda que Santos (1988) reitere a ideia que deveria haver uma escola de ensino médio para cada bairro da cidade, o Colégio São João instalado no bairro Alto da Glória é responsável por atender a demanda da população pesquisada. Assim, mesmo não estando alocado no bairro São João, mas próximo a ele, a mencionada escola consegue suprir a demanda de matrículas, não representando, por conseguinte, como um dado deficitário.

A seu turno, o mapa 7 localiza e identifica os colégios do município, ao mesmo tempo que faz a demarcação da sua cobertura por meio de raios de abrangência de 3.000 metros, consoante classificação definida por Gouvêa (2008). Como complemento, cumpre enfatizar que as Escolas e Colégios são equipamentos de frequência média e que o tempo de deslocamento, via de regra, não deve exceder 30 minutos (CASTELLO, 2013).

¹³³ Dados obtidos durante a Pesquisa de Campo e complementados pelo autor.

Mapa 7: Avaliação por raios de influência - CEEM



Fonte: Danielli, (2019).

Ao analisar o mapa 7 se percebem uma boa cobertura por raios de influência de colégios estaduais de ensino médio. Nesse aspecto, poucas áreas do tecido urbano estão descobertas por este tipo equipamento público. As áreas descobertas representam áreas de expansão da malha urbana, permanecendo ainda com baixa ocupação residencial.

No intuito de verificar se a quantidade de colégios existentes na área de estudo é suficiente para atender a população pesquisada, procedeu-se com o cálculo para equipamentos públicos proposto por Gouvêa (2008). A porcentagem de utilização com base na classe de renda da população, (I.U.E), fixada pelo autor para este equipamento é de: 6,0% - Alta; 7,1% - Média e 5,8% - Baixa. Novamente, considerando a categoria de população abrangida neste pesquisa, será tomado por base o percentual de 5,8%. Confira-se a fórmula apresentada:

$$\frac{(P.P.)}{(100)} = \text{Resultado X (I.U.E.)} = \text{Resultado} / (3) = \text{Resultado} / (1.440) = \textit{Total de equipamentos}$$

Onde:

(P.P.) = População do projeto

(I.U.E.) = Índice de utilização do equipamento com base na classe de renda da população

(3) = Nº de turnos, neste caso, constante

(1.440) = alunos/turno, constante

$$\frac{(1.762)}{(100)} = 17,62 \times (5,8) = 102,19 / (3) = 34,06 / (1.440) = \cong 0,02 \textit{ unidades}$$

Com efeito, considerando o raio de influência para este equipamento e a localização do Colégio Estadual São João, figura 37, conclui-se que a região estudada está assistida satisfatoriamente por este tipo de equipamento, não havendo a necessidade de edificação de novas estruturas, máxime se considerar que a população do bairro Alto da Glória é pequena.

Figura 37: Colégio Estadual São João - bairro São João



Fonte: Danielli, (2019).

Atualmente o colégio destacado se encontra operante e em bom estado de conservação. A tipologia da edificação segue os padrões construtivos padronizados pelo Estado do Paraná, contando, inclusive, com ginásio de esportes coberto. Noutra ponta, verifica-se que ao longo do tempo o município de Pato Branco se tornou um polo universitário de ensino, o que contribuiu sobremaneira para o seu desenvolvimento.

Com relação ao atendimento por equipamentos educacionais de nível superior, o município conta com quatro unidades de ensino superior: a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – (UTFPR) que atualmente oferta dois cursos de tecnologia, 10 cursos de graduação, oito cursos de especialização, nove cursos de Pós-Graduação em nível de mestrado e dois cursos de Pós-Graduação em nível de Doutorado; Faculdade de Pato Branco – (FADEP), a qual oferece três cursos de tecnologia, 17 cursos de graduação, três cursos de especialização e um curso de graduação na modalidade de Educação à Distância – (EAD); Faculdade Mater Dei a qual oferta 11 cursos de graduação, 18 cursos de especialização e 10 cursos de graduação na modalidade de EAD, sendo que em Pós-Graduação, a faculdade disponibiliza quatro cursos de especialização e 14 cursos de especialização na modalidade de EAD; Universidade Aberta do Brasil - (UAB), que oferece 68 cursos de graduação, 20 cursos de especialização e oito cursos de Pós-Graduação em nível de mestrado¹³⁴ (PATO BRANCO, 2018).

Para esses equipamentos públicos Castello (2013) atribui como parâmetro de distância o fato das relações entre estas estruturas e a população da cidade serem pouco frequentes, menos numerosas ou excepcionais, e por tal razão, permite-se que os deslocamentos sejam efetivados via transporte público coletivo e transporte individual.

O quadro 16 lista informações sobre as faculdades e universidades instaladas no município. Registre-se, por pertinente, que consta nessa relação apenas os equipamentos educacionais de nível superior de maior relevância, geradoras de movimentos pendulares. Sendo assim:

¹³⁴ Os dados das universidades foram atualizados pelo pesquisador no ano de 2019, por meio de consulta eletrônica no site das universidades.

Quadro 16: Informações e localização das Faculdades e Universidades de Pato Branco/PR

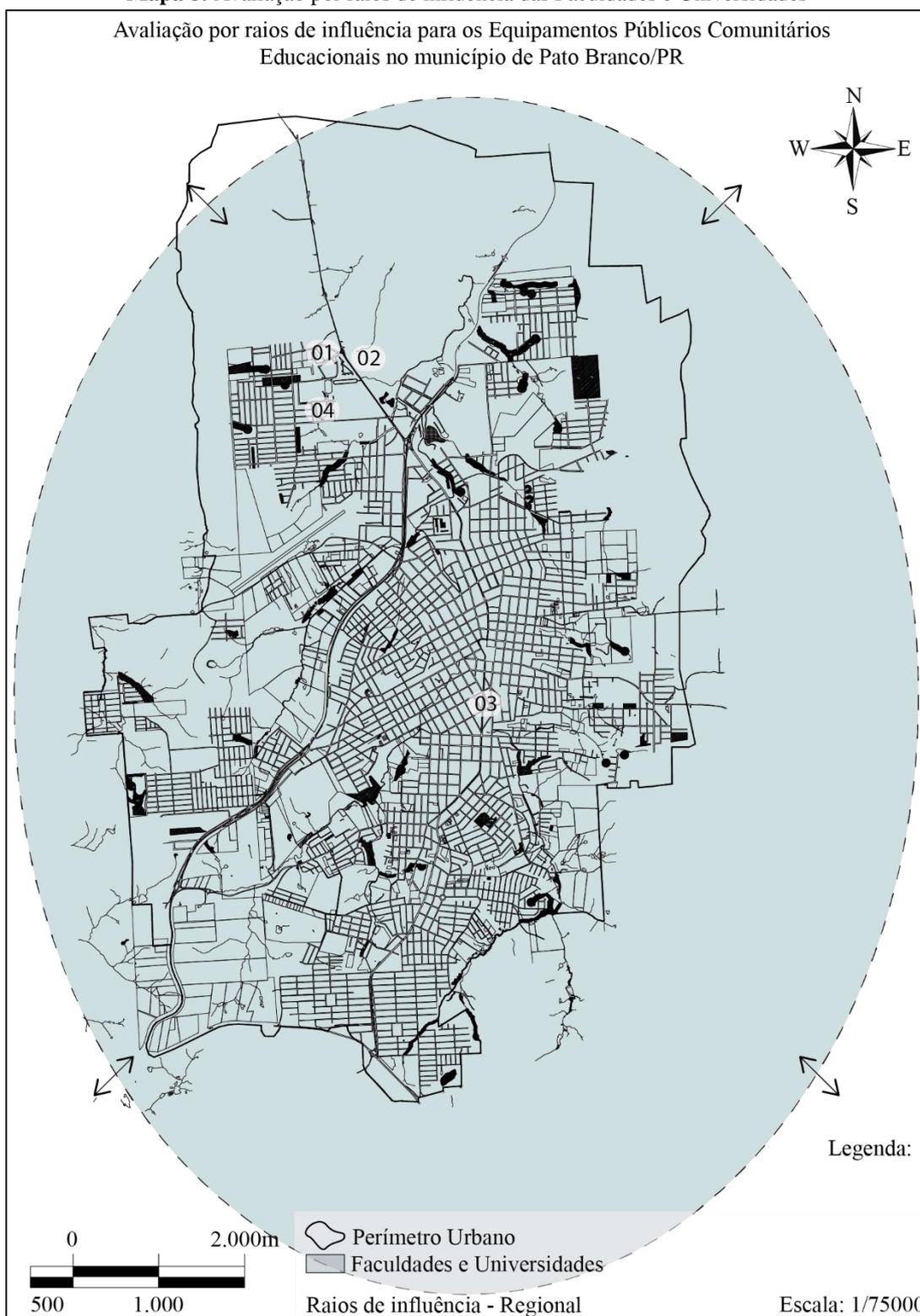
| Faculdades e Universidades | | | | |
|-----------------------------------|------------------|---------------------------------|---------------|--------------------------------|
| Ref. | Nome | Quadra / Lote ou Chácara | Bairro | Coordenadas Geográficas |
| 01 | UTFPR | IMOV. UTFPR | Fraron | 26°11'45.1"S e 52°41'22.8"W |
| 02 | UAB | - | Fraron | 26°11'46.1"S e 52°41'08.8"W |
| 03 | Mater Dei | QR. 047 / LT. 2 | Baixada | 26°14'01.2"S e 52°40'17.6"W |
| 04 | Fadep | LT. 64-A | Fraron | 26°12'07.4"S e 52°41'25.0"W |

Fonte: Danielli, (2019).

Seguindo a lógica do estudo, as informações do quadro 16 foram mapeadas com intuito de localizar e identificar esses equipamentos na malha urbana do município. Segundo Gouvêa (2008), os seus raios de influência são regionais, visto a importância e a relevância de tais equipamentos para a cidade e para todos os moradores da microrregião de Pato Branco.

Mapa 8: Avaliação por raios de influência das Faculdades e Universidades

Avaliação por raios de influência para os Equipamentos Públicos Comunitários
Educativos no município de Pato Branco/PR



Considerando o mapa 8 é possível perceber o caráter regional das universidades, dado a sua localização no tecido urbano, reforçando a conexão com os municípios da região. Nesse sentido, existe apenas uma faculdade implantada próximo ao centro da cidade. Contudo, há

previsão de construção de um novo câmpus em área próxima às demais, em função de ser uma atividade geradora de tráfego intenso, bem como por não se adequar às atuais regras de zoneamento da área onde está inserida.

Posto isso, a seção seguinte tem como objetivo fazer uma análise dos equipamentos comunitários da área de saúde no município, dando ênfase para as áreas de estudo.

6.2 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Assim como a educação, a saúde também é um direito básico fundamental garantido pela CF para todo e qualquer cidadão. Partindo dessa premissa, o objetivo da pesquisa é avaliar como as unidades básicas de saúde – (UBS), postos de saúde e os hospitais se distribuem na malha urbana do município. Para tanto, utilizou-se o método de Gouvêa (2008), através do mapeamento e inserção de raios de influência para cada equipamento listado.

Tratando das UBS e dos postos de saúde, Castelo (2013) categoriza como equipamentos de frequência média e assim sugere que o tempo de deslocamento máximo de acesso a essas estruturas não ultrapasse 30 minutos. No entanto, esse critério não se aplica para os hospitais, pois estes representam relações pouco frequentes, menos numerosas ou excepcionais, permitindo que tenham raios de influência maiores se forem acessíveis por transporte individual e coletivo.

Pato Branco atualmente conta com os seguintes equipamentos públicos na área de saúde, sendo eles: (Hospital São Lucas, Policlínica e Hospital Tereza Mussi), 16 unidades básicas de saúde - (UBS), 282 leitos, 28 unidades de terapia intensiva, 13 unidades de terapia intensiva neo-natal, 93 clínicas médicas, 312 consultórios médicos, seis clínicas odontológicas, 44 consultórios odontológicos e cinco laboratórios de análises clínicas. Registre-se que os dados representam os serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde - (SUS), convênios e particulares (IPARDES, 2019).

A classificação da prestação de serviço desta tipologia de equipamento comunitário foi realizada em dois níveis. No nível primário foram concentrados os postos de saúde, COAS, CAPS e as UBS. Já em nível secundário, foram referenciados os hospitais, os quais classificam-se como hospitais regionais (com atendimento de pronto socorro 24 horas) e hospitais especializados (incluindo particulares). O quadro 17 reúne e organiza esses dados:

Quadro 17: Equipamentos Comunitários de Saúde: Primários e Secundários

| Equipamentos Comunitários de Saúde | | | | |
|---|-------------------------------|---------------------------------|-----------------|------------------------------------|
| Ref. | Nome | Quadra / Lote ou Chácara | Bairro | Coordenadas Geográficas |
| Primários | | | | |
| 01 | Alvorada | QR. 964 / LT. 24 | Alvorada | 26°15'51.1"S e 52°40'49.7"W |
| 02 | Bortot | QR. 220 / LT. 14 | Bortot | 26°12'45.4"S e 52°40'32.4"W |
| 03 | Posto de Saúde Central | QR. 063 / LT. 5 | Centro | 26°14'00.6"S e 52°40'24.6"W |
| 04 | Fraron | QR. 1600 / LT. 6 | Fraron | 26°12'35.9"S e 52°41'31.1"W |
| 05 | Industrial | QR. 434 / LT. 7 | Industrial | 26°14'19.6"S e 52°40'00.6"W |
| 06 | Morumbi | QR. 300 / LT. 29 | Morumbi | 26°15'20.4"S e 52°40'54.1"W |
| 07 | Novo Horizonte | QR. 600 / LT. 7 | Novo Horizonte | 26°15'08.4"S e 52°40'18.2"W |
| 08 | Pinheirinho | QR. 1036 / LT. 2 | Pinheirinho | 26°14'41.1"S e 52°40'47.3"W |
| 09 | Planalto | QR. 621 / LT. 2 | Planalto | 26°14'29.8"S e 52°42'09.4"W |
| 10 | São Cristóvão | QR. 1626 / LT. 1 | São Cristóvão | 26°15'53.8"S e 52°41'24.3"W |
| 11 | <i>São João</i> | <i>QR. 1305 / LT. 01 e 23</i> | <i>São João</i> | <i>26°13'57.9"S e 52°42'57.3"W</i> |
| 12 | Vila Esperança | QR. 735 / LT. 7 | Vila Esperança | 26°13'07.2"S e 52°41'09.0"W |
| 13 | COAS | QR. 063 / LT. 5 | Centro | 26°14'00.6"S e 52°40'24.6"W |
| 14 | CAPS | QR. 345 / LT. 11 | Centro | 26°13'59.5"S e 52°40'46.6"W |
| Secundários | | | | |
| 15 | UPA | QR. 1449 / LT. 1 | Cristo Rei | 26°15'02.7"S e 52°40'32.3"W |
| 16 | Hospital Policlínica | QR. 057 / LT. 1 | Centro | 26°13'47.6"S e 52°40'31.3"W |
| 17 | Hospital São Lucas | QR. 012 / LT. 4-6 | Centro | 26°13'38.0"S e 52°40'14.5"W |
| 18 | Hospital Tereza Mussi | QR. 039 / LT. 11 | Centro | 26°13'48.0"S e 52°40'27.3"W |

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, (2019)¹³⁵; elaborado por Danielli, (2019).

Em nível primário foram identificadas 12 UBS em funcionamento e dois postos de saúde, sendo eles: Centro de Orientação e Apoio Sorológico – (COAS) e o Centro de Atenção Psicossocial – (CAPS); em nível secundário há quatro hospitais, sendo que três deles são hospitais regionais e um especializado.

Essa categorização foi estabelecida levando em conta as diretrizes de Castello (2013). O autor define que postos de saúde, ambulatórios, clínicas, entre outros, devem ter como parâmetros de distância deslocamentos com tempo máximo de 30 minutos, visto que são equipamentos de frequência de uso médio, enquanto que os hospitais gerais e especializados tem uma relação de uso pouco frequentes, menos numerosas ou excepcionais, podendo então estarem localizadas em áreas distantes, desde que assistidas por transporte público coletivo e individual.

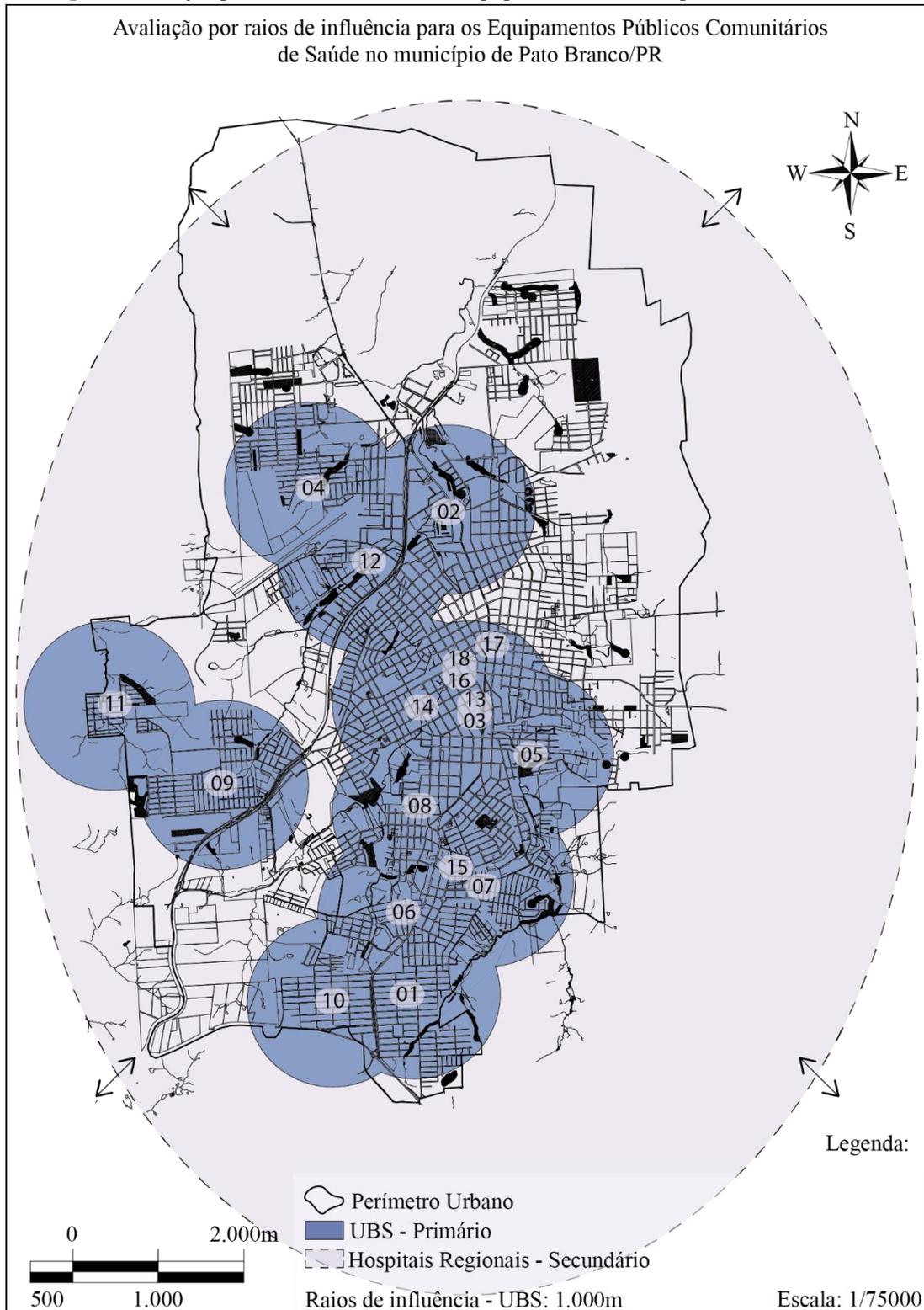
No decorrer da pesquisa de campo foi identificada a existência de 12 UBS e os dois postos de saúde. Desse modo, seguindo a orientação de Gouvêa (2008), restou constatado que ambos estão localizados com raios de abrangência de 1.000 metros¹³⁶, enquanto que os hospitais

¹³⁵ Dados obtidos durante a Pesquisa de Campo e complementados pelo autor.

¹³⁶ Com base em: Adrian Pitts, Planning Design Strategies (PITTS, 2004).

foram mapeados com raios de influência regional. O mapa 9 disposto na sequência reflete esses dados:

Mapa 9: Avaliação por raios de influência dos equipamentos de saúde primários e secundários



Fonte: Danielli, (2019).

O mapa visualizado reflete com clareza que o município apresenta uma cobertura razoável da malha urbana por equipamentos de saúde de ordem primária. Algumas áreas residenciais a norte e a leste estão descobertas por essas estruturas. Registre-se que as UBS e os postos de saúde são equipamentos específicos para áreas urbanas com baixa densidade populacional (50 hab./ha), sendo que o recomendado é de uma unidade para cada 3.000 habitantes.

Por outro lado, a Unidade de Pronto Atendimento – (UPA) tem ampla estrutura (1.465m² de área construída) e presta atendimento regional¹³⁷ pelo Sistema Único de Saúde – (SUS). O Hospital Policlínica e São Lucas são conveniados ao SUS e também realizam atendimentos via operadora de plano de saúde e atendimento particular, apresentando-se como hospitais de alta complexidade. O Hospital Tereza Mussi presta serviços para operadoras de plano de saúde e particulares, sendo referência na microrregião de Pato Branco¹³⁸ em tratamentos ortopédicos.

Analisando as teorias de Gouvêa (2008, p. 98-99), a UPA e os Hospitais São Lucas e Policlínica podem ser enquadrados como hospitais regionais, e por isso, seus raios de influência devem ser mapeados como tal. Nesse sentido, o Hospital Tereza Mussi se enquadra como um hospital especializado, não tendo sob ele um raio de influência pré-definido, logo, os equipamentos de saúde de nível secundário apresentam boa cobertura da malha urbana.

Analisando isoladamente as áreas objeto de estudo, pode-se afirmar que a instalação da UBS cumpre com todos os requisitos acima citados, respeitando, inclusive, o número máximo de habitantes atendidos¹³⁹ por unidade. A UBS São João (ver figura 38), encontra-se em bom estado de conservação, com expediente de segunda à sexta-feira das 07h30min às 17h00min, tendo em seu quadro de funcionários enfermeiros(as), agentes comunitários e técnicos administrativos, não dispondo, no entanto, de médico(a). No caso, durante a pesquisa de campo constatou-se que esta categoria de profissional realiza somente atendimentos agendados, em meio expediente, uma vez por semana.

¹³⁷ A UPA 24h de Pato Branco atende oficialmente os municípios de Bom Sucesso do Sul, Clevelândia, Itapejara D'Oeste, Mariópolis e Vitorino.

¹³⁸ A microrregião de Pato Branco é composta pelo próprio município, Coronel Vivida, Chopinzinho, São João, Itapejara D'Oeste, Vitorino, Mariópolis, Saudade do Iguçu, Sulina e Bom Sucesso do Sul.

¹³⁹ A UBS São João é responsável por atender também a população do bairro Alto da Glória, neste sentido, o número total de pessoas atendidas pela unidade é de 2.245. São 607 famílias e um total de 1.762 moradores do Bairro São João e do CHVSP que são somadas a 29 famílias e um total de 483 moradores do bairro Alto da Glória.

¹³⁹ Informação obtida na Unidade Básica de Saúde do bairro São João juntamente com uma das Agentes Comunitárias da Programa Estratégia da Saúde da Família do bairro São João juntamente com uma das Agentes Comunitárias da micro área. O total de moradores do bairro e do conjunto habitacional foi retirado de um relatório gerado pelo sistema de controle da Secretaria Municipal de Saúde de Pato Branco-PR em 22/08/2019 às 09:44 horas.

Figura 38: Edifício da UBS São João – bairro São João



Fonte: Danielli, (2019).

As informações inerentes ao quadro de funcionários da UBS puderam ser levantadas de acordo os relatos informais obtidos no momento da aplicação dos formulários aos moradores do bairro e do CHVSP. Na oportunidade, narraram extrema insatisfação quanto a falta de médico regular na UBS.

Por oportuno, não se pode olvidar as respostas tabuladas no capítulo 6 deste trabalho, onde foram elaborados formulários de coleta de dados da pesquisa. Neles, para a pergunta 24 foi verificado que 60% dos respondentes afirmaram que o bairro necessita de uma UBS, sendo essa a segunda categoria mais votada para esta pergunta. Destarte, nessa ótica de análise a conclusão é de que o problema não está na estrutura física da unidade, mas sim no quadro pessoal de empregados, mais especificamente na categoria de médico(a), situação que facilmente poderia ser revertida, ampliando-se os atendimentos deste profissional.

Finalizada esta etapa, a seção seguinte busca efetivar o levantamento e a análise dos equipamentos comunitários de segurança, trabalho e administração pública municipal.

6.3 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TRABALHO

Os equipamentos públicos de segurança têm como finalidade garantir a segurança e a ordem pública à sociedade, assegurando à população no combate ao crime, visando a promoção do bem-estar e a proteção dos cidadãos. Nesse sentido, faz-se necessário um planejamento eficiente para que haja uma abrangência de toda a malha urbana do município.

O quadro 18 reúne informações e lista os equipamentos existentes e em operação no município. Todavia, não se identificou nenhum equipamento desta categoria instalado em nas áreas de estudo, em razão do raio de influência atribuído para essas estruturas, consoante pode ser verificado a seguir:

Quadro 18: Equipamentos de segurança, administração pública e trabalho

| Equipamentos de segurança, administração pública e trabalho | | | | |
|--|--|---------------------------------|-----------------|--------------------------------|
| Ref. | Nome | Quadra / Lote ou Chácara | Bairro | Coordenadas Geográficas |
| Equipamentos de segurança | | | | |
| 01 | 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco – Polícia Civil | QR. 063 / LT. 9-10 | Centro | 26°13'59.3"S e 52°40'23.2"W |
| 02 | Delegacia da mulher | | | |
| 03 | Cadeia Pública de Pato Branco | | | |
| 04 | Polícia Científica – IML | | | |
| 05 | Rotam – 3º BPM + Posto Policial da Polícia Militar – (PM) | QR. 765 / LT. 01 | Menino Deus | 26°14'00.3"S e 52°41'09.2"W |
| 06 | Posto Policial Rodoviário Federal | QR. 424 / LT. 01 | Bortot | 26°12'24.8"S e 52°40'48.0"W |
| 07 | Delegacia da Polícia Rodoviária Federal | QR. 633 / LT. 03 | Centro | 26°13'15.8"S e 52°40'29.9"W |
| 08 | 6ª CIA Polícia Militar Rodoviária Estadual | QR. 116 / LT. 23 | Santa Terezinha | 26°14'24.2"S e 52°40'23.4"W |
| 09 | Instituto de Criminalística | QR. 054 / LT. 08 | Centro | 26°13'39.9"S e 52°40'04.1"W |
| 10 | Corpo de Bombeiros de Pato Branco | QR. 224 / LT. 03 | Bortot | 26°12'57.6"S e 52°40'33.3"W |
| 11 | 2º Subgrupamento de Bombeiros Independente - Pato Branco | QR. 970 / LT. 20 | Alvorada | 26°15'48.8"S e 52°40'48.0"W |
| Equipamentos de administração pública | | | | |
| 12 | Conselho Tutelar | QR. 048 / LT. 10 | Centro | 26°13'28.9"S e 52°40'03.3"W |
| Equipamentos de trabalho | | | | |
| 13 | Agência do Trabalhador - SINE | QR. 065 / LT. 02 | Centro | 26°14'07.9"S e 52°40'18.1"W |

Fonte: Danielli, (2019).

Para a classificação dos equipamentos do quadro 18 fora utilizado o critério estabelecido por Gouvêa (2008). Assim, na categoria de Posto Policial os equipamentos de referência 05 e

06, segundo o autor, se afiguram como ideais para que se tenha uma unidade de equipamento para cada 20.000 habitantes, considerando-se com raio de influência de 2.000 metros por unidade.

As Delegacias Circunscricionais foram classificadas com referência de 01 a 04 e 07, o recomendado para esta categoria é uma unidade para cada 50.000 a 100.000 habitantes, considerando que o raio de influência é regional. A categoria de Companhia Independente da Polícia Militar abrange as referências 05, 08 e 09, sendo que para este segmento o recomendado é uma unidade para cada 200.000 habitantes. Consoante expõe Gouvêa (2008, p. 100-01), as Delegacias Circunscricionais “devem-se localizar em áreas periféricas urbanas, evitando a vizinhança aos centros de ensino, creches e residência, devendo, entretanto, estar preferencialmente contíguas a uma via principal, com fácil acesso ao centro e demais partes da cidade”.

Cumpre frisar, entretanto, que esta situação não ocorre na cidade de Pato Branco, visto que o agrupamento de delegacia e cadeia pública estão localizados em área central, conforme mostra o quadro 18. Tal fato acaba causando inúmeros problemas relacionados à segurança da população, sobretudo porque são recorrentes as situações de rebeliões¹⁴⁰ na cadeia, impondo consequentemente, a evacuação das áreas do entorno em caráter de emergência.

O órgão do Conselho Tutelar enquadra-se na categoria de equipamento da administração pública, cujo raio de influência é regional e tem como recomendação a existência de apenas uma unidade por município, regra que também se aplica a agência do Sistema Nacional de Emprego – (SINE), a qual presta apoio aos cidadãos na obtenção de uma vaga de emprego. Para estas afirmações, fora adotado como base as definições pautadas por Gouvêa (2008).

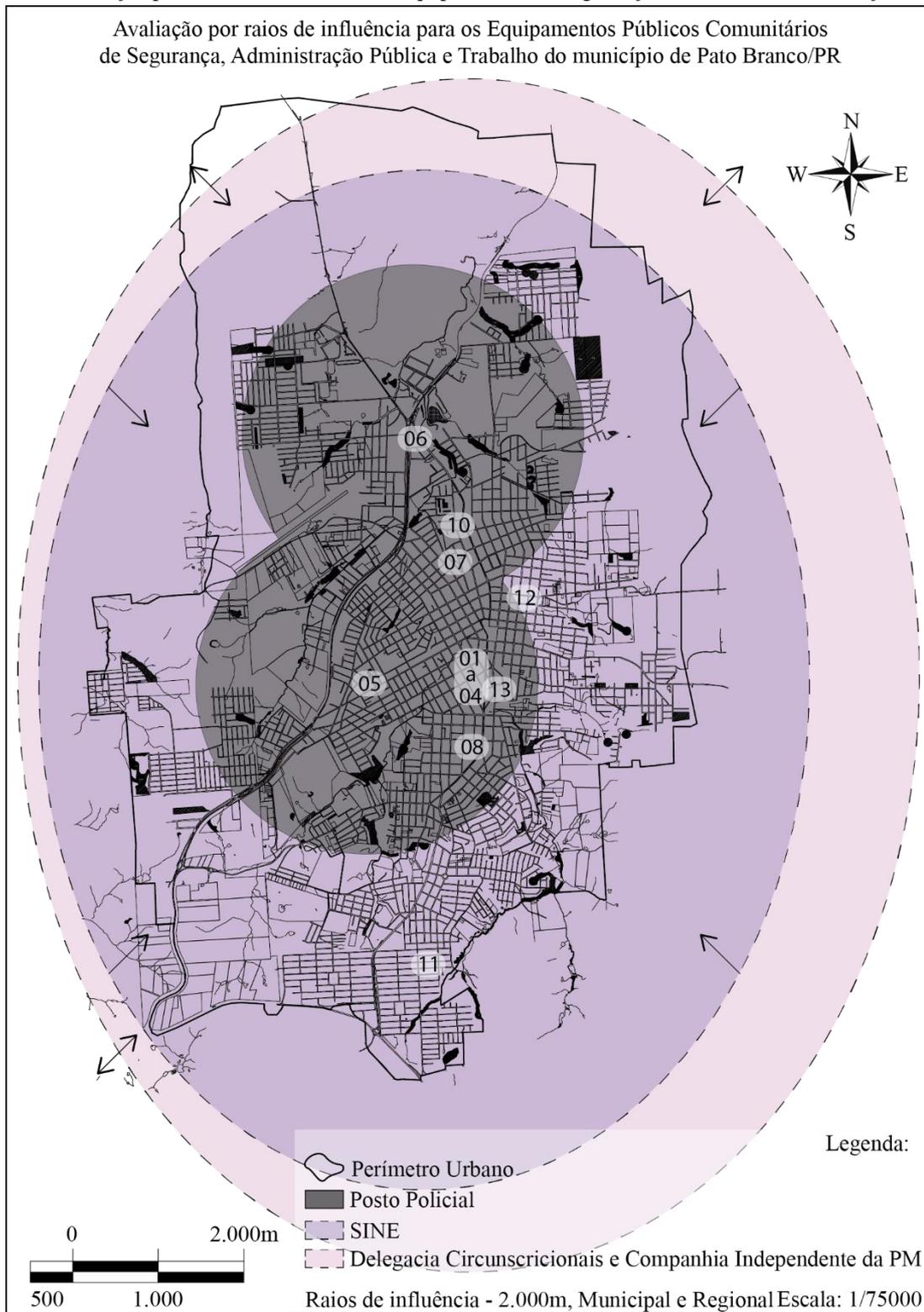
De posse dessas informações, foi realizado o mapeamento desses equipamentos na malha urbana do município, demarcando os raios de influência definidos pelo autor acima mencionado, baseado em parâmetros de localização.

¹⁴⁰

Fonte: 5^a SDP. Disponível em: http://radiovozdosudoeste.com.br/noticias.php?pg=vernoticia&id_noticia=6770.

em:

Mapa 10: Avaliação por raios de influência dos Equipamentos de Segurança, Trabalho e Administração Pública



Ao analisar o mapa 10, verifica-se a existência de um déficit de cobertura por raios de abrangência de postos policiais, cuja situação é corroborada se considerar que para essa categoria o indicado seria um equipamento para cada 20.000 habitantes.

Atualmente, observando o contingente populacional do município de Pato Branco, seria necessário aproximadamente cinco postos policiais para um atendimento satisfatória desse equipamento público de uso comunitário. Os moradores do bairro São João e do CHVSP relataram haver um tempo de espera considerável para atendimento por viatura policial. Alguns moradores indicaram que, por vezes, os policiais demoram algumas horas para chegar no bairro.

Tratando dos demais equipamentos de segurança, administração pública e trabalho, não houve déficit, uma vez que o indicado para essas estruturas é de apenas uma unidade por cidade.

Enfim, a seção seguinte visa mapear e identificar os equipamentos públicos comunitários de interesse social no município.

6.4 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS DE INTERESSE SOCIAL

Os equipamentos públicos comunitários de interesse social tem como objetivo prestar assistência à população de baixa renda. De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social – (LOAS), em seu § 3º “o Centro de Referência de Assistência Social – (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – (CREAS) são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – (SUAS), que possuem interface com as demais Políticas Públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social”.

Dessa feita, o objetivo desta seção é mapear os equipamentos públicos mantidos pelo município, excetuadas as entidades associativas e as Organizações Não Governamentais – (ONG’s), consoante se observa a seguir:

Quadro 19: Equipamentos públicos comunitários de interesse social

| Equipamentos públicos comunitários de interesse social | | | | |
|---|---|---------------------------------|---------------|--------------------------------|
| Ref. | Nome | Quadra / Lote ou Chácara | Bairro | Coordenadas Geográficas |
| 01 | CRAS Paulina Bonalume Andreatta | QR. 1326 / LT. 01 | São João | 26°14'00.4"S e 52°42'58.9"W |
| 02 | CRAS Carolina Ferrari Amadori | QR. 795 / LT. 02 | Alvorada | 26°16'06.4"S e 52°40'55.3"W |
| 03 | Secretaria de Assistência Social | QR. 712 / LT. 06 | Sambugaro | 26°13'34.1"S e 52°40'52.9"W |

Fonte: Danielli, (2019).

O CRAS Paulina Bonalume Andreatta¹⁴¹ está localizado na Rua Sadi Bertol, no bairro São João, e tem como intuito atender a população do bairro e do entorno próximo. Isso posto, nota-se que Gouvêa (2008) não determina um raio de influência, nem traça diretrizes claras sobre a implantação e a quantidade desses equipamentos nas cidades. Portanto, são buscadas referências que sejam capazes de fornecer uma base concreta capaz de subsidiar a análise proposta na presente pesquisa.

Nessa trilha de investigação, visando a partilha de recursos da União, a Norma Operacional Básica – (NOB) é que define o número mínimo de unidades do CRAS em virtude do porte do município e do número máximo de famílias nele referenciadas. Pato Branco se enquadra na categoria de pequeno porte II, necessitando de no mínimo uma unidade do CRAS para atendimento de até 3.500 famílias. A formação da equipe profissional que irá atuar no estabelecimento deve atender aos requisitos da norma, sendo três técnicos de nível superior, dois assistentes sociais e, preferencialmente, um psicólogo e três técnicos de nível médio (SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2005).

Nesta acepção, o município é atendido de forma satisfatória por este equipamento, considerando-se o porte da cidade e a categoria de enquadramento previsto pela NOB. Verificou-se a existência de duas unidades do CRAS, uma situada no bairro São João (ver figura 39) e outra no bairro Alvorada, ambos com capacidade de atender até 3.500 famílias.

Essas unidades são responsáveis por realizar os trabalhos técnico sociais com as famílias, realização de cursos, palestras e etc., enquanto que a Secretaria Municipal de Assistência Social é responsável por gerenciar e destinar os recursos orçamentários definidos pela LOA e pelas leis e diretrizes de Assistência Social. A seu turno, o Departamento Municipal de Habitação é responsável por gerir e coordenar os programas habitacionais.

¹⁴¹ De acordo com a Lei nº 3.242, de 30 de setembro de 2009, a qual “denomina Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, localizado o bairro São João de “Paulina Bonalume Andreatta”.

Figura 39: Edifício do CRAS Paulina Bonalume Andreatta – bairro São João



Fonte: Danielli, (2019).

No trabalho de campo, constatou-se que as instalações do CRAS São João estão em excelente estado de conservação, cuja estrutura conta com salas multiuso climatizada para aplicação de cursos, palestras e realização do trabalho técnico social. No corrente, em razão da transferência da escola do bairro para um novo local, seu edifício passou a pertencer ao CRAS e segundo informações obtidas com os colaboradores, este espaço passou a ser utilizado para a promoção de oficinas e minicursos para os moradores do local.

Doravante, a seção subsequente tem como objetivo levantar e mapear os principais equipamentos públicos de esporte e lazer implantados no município.

6.5 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS DE ESPORTE E LAZER

Com relação aos equipamentos de esporte e lazer, Gouvêa (2008, p. 104) traz a acepção de que a “ídeia central é organizar na cidade, e mesmo no campo, áreas de esporte e lazer para todos (todas as faixas etárias, ambos os sexos e para as pessoas com deficiência), procurando utilizar o esporte e o lazer, inclusive, como forma de encontro de diferentes faixas de renda”. O autor recomenda que seja implantado em áreas residenciais, quadras, campos poliesportivos e praças, em conjunto com equipamentos de ginástica e jogos, a fim de estimular o encontro, convívio e a sociabilidade dos moradores.

Complementando o pensamento do autor acima citado, Castello (2013) firma que áreas de praças, playground, áreas verdes devem estar localizadas nos bairros ou próximos deles, permitindo assim deslocamentos que não excedam o tempo máximo de 10 minutos, podendo

ser realizados de forma pedonal, cujas relações com esses equipamentos devem ser frequentes e numerosas, contribuindo com a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos.

Por sua vez, os parques da cidade e áreas de lazer e prática esportiva de maior porte devem estar implantados em áreas que não extrapassem o tempo de deslocamento de 30 minutos, visto que são equipamentos de média frequência. Neste sentido, é interessante que esses sejam atendidos por transporte público coletivo, mas, também permitam o acesso pedonal (CASTELLO, 2013).

Compulsando às respostas dos formulários de pesquisa, aplicados aos moradores, observou-se uma grande incidência de respostas para a pergunta de número 24, a qual exprime os anseios desta população para equipamentos voltados ao esporte e lazer. Nisso, a presente seção tem como propósito efetuar o levantamento de todos os equipamentos públicos comunitários para essa categoria, confrontando sempre a realidade do local de estudo, a fim de compreender com mais propriedade as demandas levantadas pelos moradores. Veja-se o quadro 20 disposto sequencialmente:

Quadro 20: Equipamentos públicos comunitários de esporte e lazer

| Equipamentos públicos comunitários de esporte e lazer | | | | |
|--|--|---------------------------------|-----------------|------------------------------------|
| Polos Esportivos | | | | |
| Ref. | Nome | Quadra / Lote ou Chácara | Bairro | Coordenadas Geográficas |
| 01 | Polo Esportivo | QR. 600 / LT. 06 | Novo Horizonte | 26°15'08.2"S e 52°40'20.0"W |
| 02 | Polo Esportivo | CH- 189G | Pinheirinho | 26°14'40.5"S e 52°40'49.4"W |
| 03 | Polo Esportivo | QR. 1197 / LT. 10 | Fraron | 26°12'28.8"S e 52°41'12.4"W |
| 04 | Polo Esportivo | QR. 621 | Planalto | 26°14'28.5"S e 52°42'10.7"W |
| 05 | Polo Esportivo | QR. 497 / LT. 01 | Cristo Rei | 26°14'50.4"S e 52°40'27.9"W |
| 06 | Polo Esportivo | QR. 1251 / LT. 01-02 | Santo Antônio | 26°15'29.6"S e 52°40'39.2"W |
| 07 | Polo Esportivo | CH- 78-B | Morumbi | 26°15'15.5"S e 52°40'51.9"W |
| 08 | Polo Esportivo | QR. 370 / LT. 19 | Industrial | 26°14'20.7"S e 52°40'06.6"W |
| 09 | Polo Esportivo | QR. 669 / LT. 06 | Vila Izabel | 26°12'53.3"S e 52°39'59.1"W |
| 10 | Polo Esportivo | QR. 1157 / LT. 17 | Gralha Azul | 26°16'19.5"S e 52°40'45.1"W |
| 11 | Polo Esportivo | QR. 965 / LT. 19 | Alvorada | 26°15'49.4"S e 52°40'49.4"W |
| 12 | Polo Esportivo | QR. 1140 / LT. 02 | Cadorin | 26°13'27.6"S e 52°39'25.0"W |
| 13 | Polo Esportivo | QR. 787 / LT. 01 | Anchieta | 26°13'30.6"S e 52°41'04.6"W |
| 14 | Polo Esportivo | QR. 782 / LT. 19 | Menino Deus | 26°14'08.0"S e 52°41'11.4"W |
| 15 | Polo Esportivo | CH 66-H | Jardim Floresta | 26°15'04.3"S e 52°41'24.1"W |
| 16 | Polo Esportivo | QR. 1626 / LT. 01 | São Cristóvão | 26°15'52.5"S e 52°41'25.5"W |
| 17 | Polo Esportivo | CH 136-E | La Salle | 26°14'01.3"S e 52°39'35.5"W |
| 18 | <i>Polo Esportivo</i> | <i>QR. 1326 / LT. 01</i> | <i>São João</i> | <i>26°13'57.9"S e 52°42'59.0"W</i> |
| 19 | Polo Esportivo | QR. 1507 / LT. 01 | Veneza | 26°15'22.5"S e 52°40'03.5"W |
| 20 | Ginásio Municipal Dolivar Lavarda | QR. 568 / LT. 01 | La Salle | 26°13'50.5"S e 52°39'39.0"W |
| Praças com Playground | | | | |
| 21 | Getúlio Vargas | QR. 014 | Centro | 26°13'37.1"S e 52°40'18.4"W |
| 22 | Santo Bertol | QR. 107 / LT. 17 | Santa Terezinha | 26°14'11.8"S e 52°40'34.6"W |
| 23 | Planalto | QR. 850 / LT. 06 | Planalto | 26°14'28.6"S e 52°42'16.9"W |

| | | | | |
|--|---------------------------------|------------------------|------------------|-----------------------------|
| 24 | Jardim Floresta | QR. 1097 / LT. 12 | Jardim Floresta | 26°14'59.3"S e 52°41'29.6"W |
| 25 | Alvorada | QR. 965 / LT. 19 | Alvorada | 26°15'49.2"S e 52°40'49.5"W |
| 26 | São Francisco | APRRH da QR. 1789 | São Francisco | 26°11'24.2"S e 52°39'56.2"W |
| 27 | Largo da Liberdade | QR. 1105 / LT. 05 | La Salle | 26°13'53.3"S e 52°39'39.0"W |
| 28 | Jardim Primavera | QR. 457 / LT. 23 | Jardim Primavera | 26°13'46.0"S e 52°41'09.7"W |
| Campos de Futebol | | | | |
| 29 | Complexo Esportivo Frei Gonçalo | QR. 568 / LT. 01 | La Salle | 26°13'47.9"S e 52°39'38.7"W |
| 30 | Campo de Futebol | QR. 680 / LT. 10 | Bortot | 26°12'42.6"S e 52°40'20.3"W |
| 31 | Campo de Futebol | QR. 1999 | Planalto | 26°14'24.9"S e 52°42'04.1"W |
| 32 | Campo de Futebol | QR. 1626 / LT. 01 | São Cristóvão | 26°15'54.7"S e 52°41'24.3"W |
| 33 | Campo de Futebol | QR. 787 / LT. 01 | Anchieta | 26°13'31.9"S e 52°41'06.2"W |
| 34 | Campo de Futebol | QR. 795 / LT. 04 | Alvorada | 26°16'04.0"S e 52°40'55.6"W |
| Academias da Terceira Idade – (ATI) | | | | |
| 35 | Academia 3ª idade | CH-25-J | Bela Vista | 26°14'15.5"S e 52°41'45.0"W |
| 36 | Academia 3ª idade | QR. 621 | Planalto | 26°14'28.5"S e 52°42'10.7"W |
| 37 | Academia 3ª idade | QR. 787 / LT. 01 | Anchieta | 26°13'31.9"S e 52°41'06.2"W |
| 38 | Academia 3ª idade | QR. 457 / LT. 23 | Jardim Primavera | 26°13'46.0"S e 52°41'09.7"W |
| 39 | Academia 3ª idade | PRAÇA ROTATÓRIA | Novo Horizonte | 26°15'14.7"S e 52°40'36.9"W |
| 40 | Academia 3ª idade | QR. 1291 / LT. 01 e 02 | Santo Antônio | 26°15'29.7"S e 52°40'39.4"W |
| 41 | Academia 3ª idade | QR. 492 / LT. 43 | Vila Izabel | 26°12'57.0"S e 52°39'51.7"W |
| 42 | Academia 3ª idade | QR. 384 / LT. 06 | Sambugaro | 26°13'25.7"S e 52°40'54.6"W |
| 43 | Academia 3ª idade | QR. 1228 | São Luiz | 26°12'33.6"S e 52°40'11.8"W |
| 44 | Academia 3ª idade | QR. 898 / LT. 08 | São Roque | 26°15'26.7"S e 52°41'18.4"W |
| 45 | Academia 3ª idade | QR. 1301 / LT. 05 | Santa Fé | 26°15'11.2"S e 52°41'48.1"W |
| 46 | Academia 3ª idade | CH- 78-B | Morumbi | 26°15'15.5"S e 52°40'51.9"W |
| 47 | Academia 3ª idade | QR. 795 / LT. 1 | Alvorada | 26°16'04.4"S e 52°40'57.8"W |
| 48 | Academia 3ª idade | QR. 485 / LT. 05 | Bonatto | 26°14'32.7"S e 52°40'06.0"W |
| 49 | Academia 3ª idade | QR. 107 / LT. 17 | Santa Terezinha | 26°14'11.8"S e 52°40'34.6"W |
| 50 | Academia 3ª idade | QR. 1140 / LT. 02 | Cadorin | 26°13'27.6"S e 52°39'25.0"W |
| 51 | Academia 3ª idade | QR. 1105 / LT. 05 | La Salle | 26°13'53.3"S e 52°39'39.0"W |
| 52 | Academia 3ª idade | QR. 1227 / LT. 01 | Centro | 26°13'42.9"S e 52°40'22.6"W |
| 53 | Academia 3ª idade | QR. 781 / LT. 01 | Fron | 26°12'21.1"S e 52°40'58.4"W |
| 54 | Academia 3ª idade | QR. 370 / LT. 19 | Industrial | 26°14'20.5"S e 52°40'05.9"W |
| 55 | Academia 3ª idade | QR. 269 / LT. 14 | Pinheirinho | 26°14'48.0"S e 52°40'41.9"W |
| 56 | Academia 3ª idade | QR. 497 / LT. 01 | Cristo Rei | 26°14'48.4"S e 52°40'25.0"W |
| 57 | Academia 3ª idade | QR. 1326 / LT. 01 | São João | 26°14'00.3"S e 52°42'58.4"W |
| Parques da Cidade | | | | |
| 58 | Cecília Cardoso | QR. 485 / LT. 05 | Bonatto | 26°14'32.7"S e 52°40'06.0"W |
| 59 | Centro Educacional Ambiental | QR. 580 | Fron | 26°12'36.0"S e 52°40'47.2"W |
| 60 | Parque do Alvorecer | PR-493 | Fron | 26°12'04.1"S e 52°40'58.6"W |
| 61 | Parque Ambiental Rio das Pedras | QR. 460 / LT. 05 | Jardim Primavera | 26°13'42.4"S e 52°41'03.1"W |

Fonte: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, (2019)¹⁴²; elaborado por Danielli, (2019).

Utilizando esses dados como base para a confecção do mapa 11, que identifica e delimita cada equipamento comunitário listado no quadro 20 com seus respectivos raios de influência, foi possível identificar a existência de 26 equipamentos esportivos, 20 unidades desse total

¹⁴² Dados obtidos durante a Pesquisa de Campo e complementados pelo autor.

foram categorizados como polos esportivos, sendo os outros seis categorizados como campos de futebol. Esse direcionamento se deu em razão de ser constatado que há apenas uma modalidade de prática esportiva nesses equipamentos, no caso, o futebol. Saliente-se que o campo de futebol do bairro São João não está incluso nesta listagem do quadro 20, devido a precariedade de estrutura e de conservação, como pode ser observado através da figura 40:

Figura 40: Área para prática esportiva de campo - bairro São João



Fonte: Danielli, (2019).

Analisando as imagens acima, nota-se a ausência de iluminação pública, marcações no gramado, rede nas traves, e as telas de proteção do campo estão totalmente danificadas, sendo que em muitos pontos foram arrancadas. Durante algumas visitas no bairro fora constatado a existência de inúmeras rochas lançadas no gramado, além da área de campo servir, inclusive, de alimento para animais, como cavalos e gado-doméstico.

Com efeito, durante a observação não participante notou-se que os hábitos e práticas “rurais” são mantidas pelos moradores como uma forma de garantir condições de subsistência das famílias do local objeto de estudo.

Noutro giro, para a categoria praça foram identificadas oito unidade com playground e 23 Academias da Terceira Idade – (ATI)¹⁴³. Em seguida, foram listados os quatro parques existentes no município. No mapa 11 foram referenciados cada equipamento e seu raio de

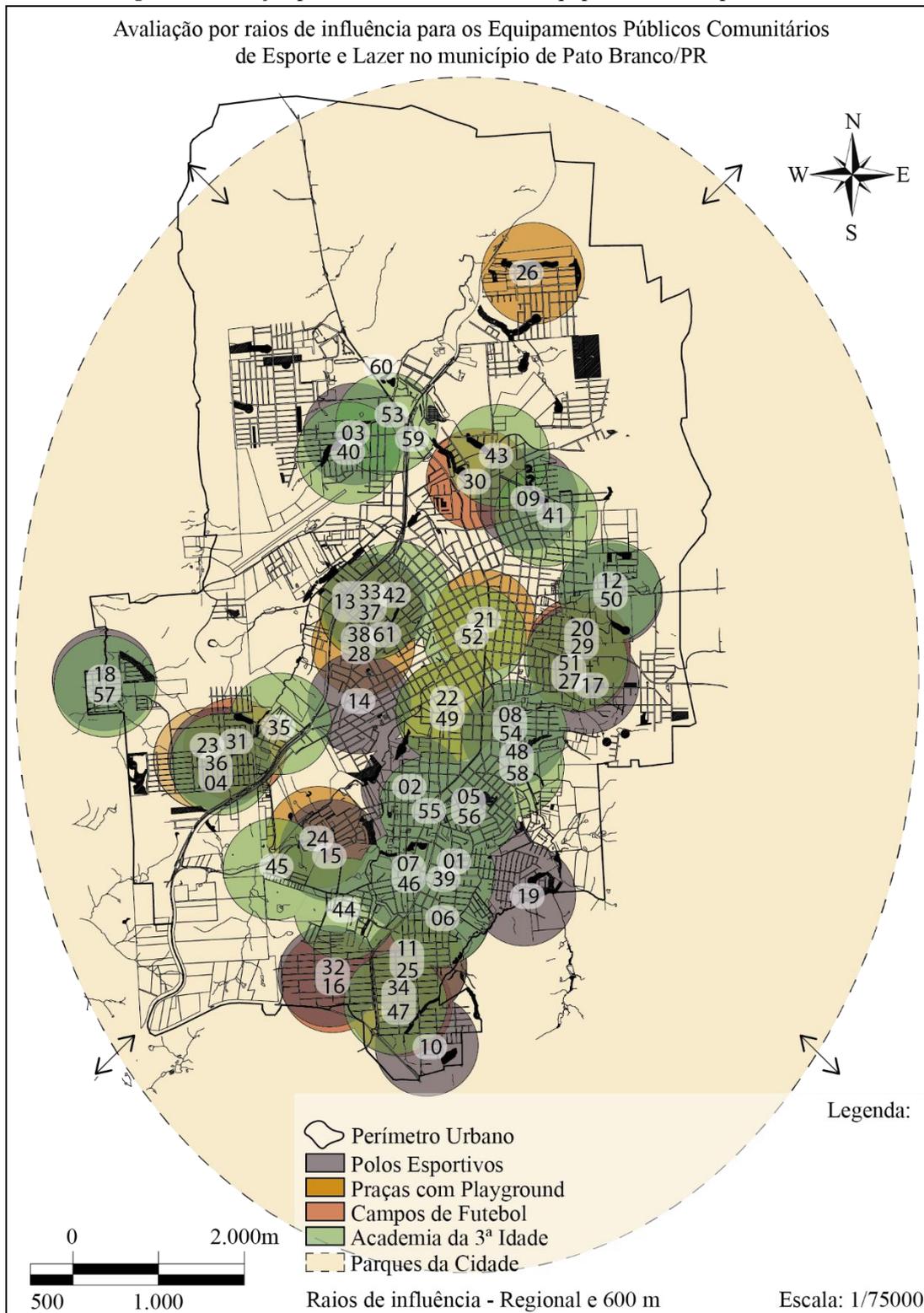
¹⁴³ A Academia da Terceira Idade – (ATI) nasceu do Projeto de Lei nº 461/2007 no Estado do Paraná com intuito de acordo com o Art. 2º “I - estimular o disposto no Estatuto do Idoso quanto à preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral e social em condições de plena liberdade e dignidade, através das atividades físicas e lazer para todos os idosos, conforme o previsto no artigo 10, IV da Lei nº 10741, de 1º de outubro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências; II - contribuir com a integração do idoso junto à sociedade, o Poder Público, assegurando os seus direitos ao respeito e à convivência familiar e comunitária.” (ESTADO DO PARANÁ, 2007).

abrangência, o que possibilita visualizar a sua respectiva disponibilidade e sua cobertura na malha urbana.

A ATI ou Academia ao Ar Livre, surgiu para incentivar os idosos a praticarem exercícios, evitando-se o sedentarismo. Estes equipamentos são instalados, preferencialmente, nas praças da cidade de Pato Branco com o objetivo de disponibilizar aparelhos para a realização de exercícios com equipamentos de musculação sem peso e que garantem a autonomia funcional e flexibilidade dos frequentadores. Em dias e horários específicos da semana, algumas ATIs dispõem de professores de educação física, técnicos de enfermagem e apoio que orientam e incentivam a realização de atividades esportivas e de cuidados com a saúde e o bem-estar, proporcionando condições favoráveis para a realização dos objetivos preconizados pelo projeto.

Em relação aos equipamentos públicos do tipo parque, de acordo com as definições de Gouvêa (2008) devem ser considerados o raio de influência regional, sendo que para equipamentos do tipo praças e campos de futebol, o raio de influência é de 600 metros. Assim, foi adotado como raio padrão 600 metros para a categoria de ATI, visto que esse tipo de equipamento, na maioria das vezes, está implantado em conjunto com praças de bairro. O mapa subsequente confere um panorama dessa realidade:

Mapa 11: Avaliação por raios de influência dos equipamentos de esporte e lazer



Fonte: Danielli, (2019).

Inerente aos parques da cidade, é pertinente trazer ao lume os pensamentos de Gouvêa (2008, p. 136). Afirma o autor que essa tipologia de equipamentos pertence à toda a cidade e por isso deve ter acesso pelo menos por dois modais, sendo eles: via pedonal e transporte

público. Ainda, devem ser equipados de forma simples, com iluminação, ciclovias, arborização, lixeiras e banheiros públicos, assim como devem prever áreas para instalação de equipamentos de “uso de fim de semana”, como parques de diversão, circos, entre outros.

Desse modo, no que atine à essa categoria de equipamento público, o município atende satisfatoriamente a demanda social, pois dispõe de dois parques (Ref. 59 e 61), com enfoque aos estudos e a preservação ambiental e dois parques urbanos (Ref. 58 e 60), voltados à promoção do lazer e o bem estar da população. Registre-se que os parques do município tem um caráter regional, uma vez que por meio dos estudos ambientais elaborados em parceria com universidades locais, atraem pesquisadores e estudiosos da área, o que fomenta a pesquisa e iniciação científica. O mesmo ocorre com parques destinados ao lazer e ao bem-estar, que localizados em áreas de passagem da cidade acabam por despertar a atenção de turistas. Nessa perspectiva, o parque do Alvorecer foi inaugurado no ano de 2018 e atualmente é um dos cartões postais do município.

Como já citado anteriormente, existe a previsão de instalação de um novo parque ambiental no município, com enfoque na preservação dos recursos naturais, ao lazer e bem-estar dos moradores do bairro São João. Entretanto, ainda não se tem uma previsão para o início das obras.

A título de sugestão, respaldado em Gouvêa (2008, p. 135), tem-se que o ideal para o parque do bairro São João tivesse como projeto nessa temática, um investimento com ênfase em áreas de paisagismo alimentar, os chamados pomares urbanos. Tal iniciativa teria como escopo “atrair a fauna alada silvestre e ensinar as crianças e adolescentes a desenvolver consciência ecológica [...], e na complementação de sua dieta alimentar”. Insta mencionar que um planejamento bem elaborado e eficiente de equipamentos públicos comunitários é capaz de atuar suprimindo diversas necessidades da população local, otimizando recursos e maximizando resultados.

Destarte, relacionando a disponibilidade de transporte público coletivo nos finais de semana no bairro e a distância dos parques percorrida até a cidade, nota-se que a segregação socioespacial dos moradores das áreas de estudo é uma realidade. Esse cenário de exclusão se contrapõe às recomendações de Gouvêa (2008) e Castello (2013), quando asseveram que os espaços destinados ao esporte e lazer podem servir como instrumento de encontro entre as diferentes camadas da sociedade e devem ter atendimento por transporte público coletivo com deslocamento máximo de 30 minutos, haja vista que a frequência de uso deste equipamento é mediana.

A análise acerca dos parques da cidade reforça o manifesto anseio dos moradores no momento da aplicação dos formulários de pesquisa. Na ocasião houve uma incidência de 65% de respostas afirmativas no sentido de que gostariam que o bairro contasse com mais infraestruturas dessa natureza, fazendo com que essa categoria ocupe a terceira posição no ranking de votação.

Tratando ainda de áreas de bem-estar, prática esportiva e a visão dos moradores sobre os equipamentos comunitários do bairro, foram identificados 20 polos esportivos que apresentam uma cobertura razoável da malha urbana do município. Alguns pontos da cidade estão descobertos por raios de influência deste equipamento. Desse modo, como ação futura, afigura-se razoável a edificação de novos polos esportivos nas áreas que apresentam déficit, podendo ser empregado o critério de prioridade de edificação que priorize as áreas onde não há incidência de campos de futebol e/ou campos poliesportivos.

O polo esportivo do bairro São João tem como intuito atender os moradores do bairro, do CHVSP e do Alto da Glória. Atualmente, a estrutura geral do ginásio encontra-se em bom estado de conservação, tendo apenas avarias externas, como janelas quebradas e refletores de iluminação deteriorados e/ou sem lâmpadas. Segundo relatos informais obtidos com técnicos do CRAS do bairro, muitas dessas avarias foram causadas pelos próprios moradores durante o período noturno. Esses atos de vandalismo se estendem também aos postes de iluminação pública das ruas, especialmente em frente ao ginásio de esportes, que funciona como ponto de venda de entorpecentes.

Figura 41: Polo esportivo - bairro São João



Fonte: Danielli, (2019).

Do ponto de vista arquitetônico e paisagístico, sugere-se a revitalização deste espaço, juntamente com a promoção de trabalho técnico social de conscientização dos moradores para com o espaço público. É interessante enfatizar que o espaço onde está instalado o polo esportivo é também o espaço onde localiza-se ATI, o CRAS e a UBS do bairro, configurando-se espacialmente como uma “centralidade” para o bairro São João, reunindo alguns dos principais serviços públicos e equipamentos comunitários.

Durante a tabulação dos dados dos formulários de pesquisa, percebeu-se que 83% dos moradores entrevistados requisitaram a construção de uma praça para o bairro, sendo que 63% afirmaram também que gostariam que o bairro tivesse um parquinho infantil e uma pista de caminhada.

Analisando a imagem B da figura 41, verifica-se a existência de um lote vago ao lado do ginásio que poderia ser utilizado para implantação de uma praça no bairro, contemplando uma pista de caminhada e playground, resolvendo o problema da carência do bairro no que se refere às áreas de lazer apontada pelo mapa 11.

Ademais, a malha urbana em geral do município é assistida satisfatoriamente por equipamentos públicos do tipo praças públicas e ATIs. As áreas ao norte - bairro Fraron (ver apêndice VI), que não estão cobertas pelo raio de abrangência destes equipamentos, são áreas de expansão, constituindo produtos do *boom* imobiliário do município de Pato Branco, fator vivenciado a partir dos anos 2000. Hodiernamente, essas áreas residenciais permanecem em sua grande maioria sem ocupação, o que justifica a inexistência desses equipamentos nesses locais.

A próxima seção visa promover o levantamento e mapeamento dos equipamentos públicos comunitários no município de Pato Branco, com intuito de completar o diagnóstico urbano da área objeto da pesquisa.

6.6 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS CULTURAIS E CINEMAS

Vertente do direito à cidade, os equipamentos públicos comunitários culturais tem como intuito garantir e proporcionar os meios de acesso à cultura garantidos pela CF. Esses equipamentos se apresentam como essenciais à toda e qualquer cidade e designam organizações culturais das mais diversas tipologias, como teatros, bibliotecas, cinemas, museus, galerias, salas de concerto e espaços polivalentes. São locais que se apresentam como fator determinante na dinamização dos territórios com os quais se relacionam e, por conseguinte, afiguram-se como pontos de encontro entre a produção artística, o público e a cidade.

De acordo com Gouvêa (2008), os equipamentos culturais, em geral, tem como padronização um raio de influência de 2.500 metros. Todavia, quando se trata de grandes equipamentos culturais o seu raio de abrangência pode ser ampliado para 5.000 metros. A cidade de Pato Branco, dispõe de poucos equipamentos para esta categoria sendo que nenhum deles se enquadra como equipamentos de grande porte.

No decorrer da pesquisa essa categoria acabou sendo dividida em duas sub-categorias, uma concentrando os equipamentos culturais de uso comunitário e outra reunindo uma categoria específica de equipamentos culturais privados, os cinemas. Veja-se o quadro abaixo:

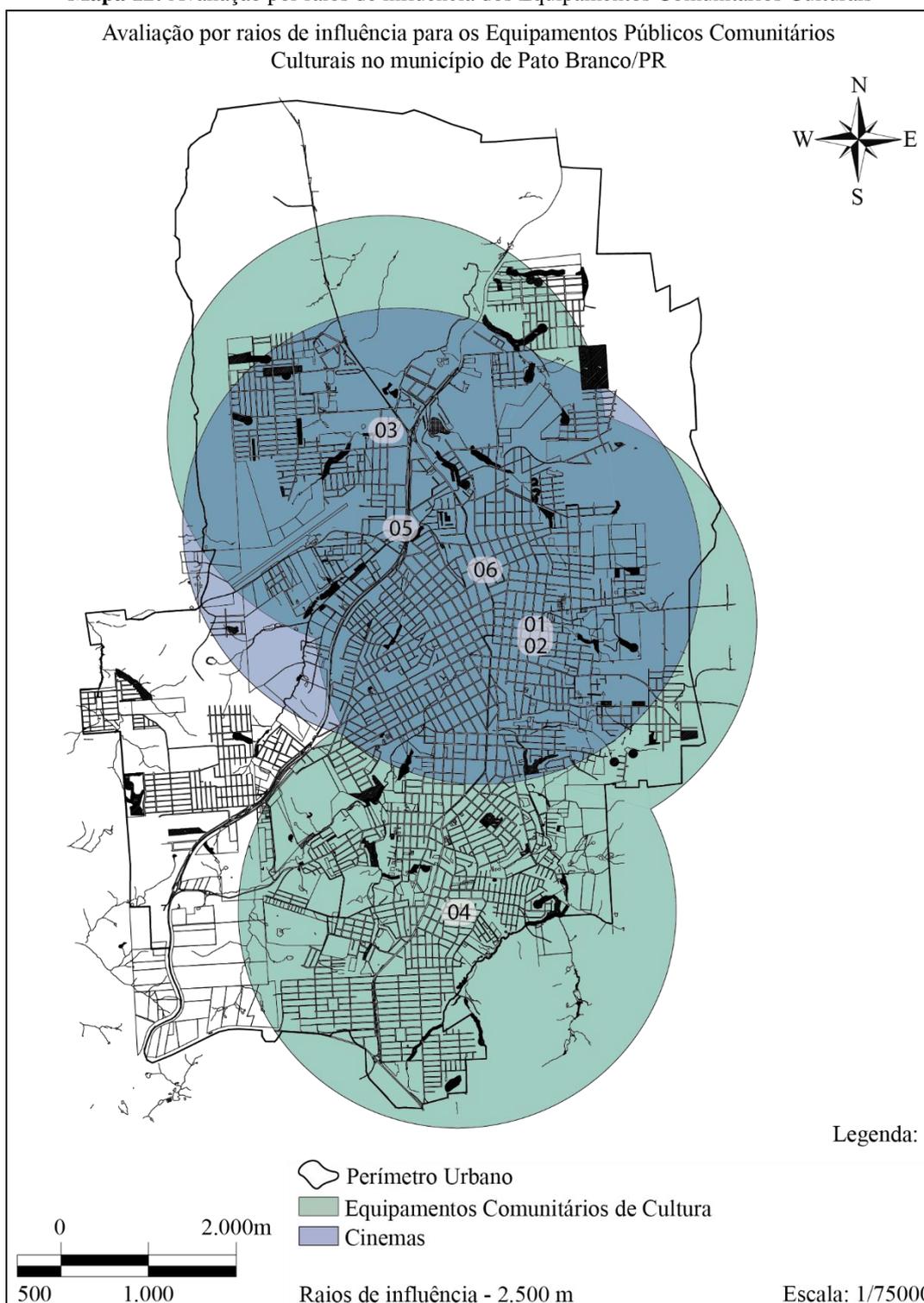
Quadro 21: Equipamentos públicos comunitários de cultura e equipamentos de cultura privados

| Equipamentos públicos comunitários de cultura | | | | |
|--|--|---------------------------------|---------------|--------------------------------|
| Ref. | Nome | Quadra / Lote ou Chácara | Bairro | Coordenadas Geográficas |
| 01 | Teatro Municipal | QR. 191 / LT. 14 | Centro | 26°13'31.3"S e 52°40'00.0"W |
| 02 | Biblioteca Pública Municipal | QR. 191 / LT. 03 | Centro | 26°13'31.7"S e 52°39'58.1"W |
| 03 | Escola municipal de Artes | QR. 695 / LT. 22 | <u>Fraon</u> | 26°12'19.9"S e 52°40'59.6"W |
| 04 | CEU – Centro Unificado de Artes | QR. 1656 / LT. 18 | Sudoeste | 26°15'19.1"S e 52°40'33.1"W |
| Equipamentos de cultura privados - Cinemas | | | | |
| 05 | Cine Gracher | QR. 406 / LT. 01 | Bortot | 26°12'54.7"S e 52°40'53.8"W |
| 06 | Cinemax | QR. 098 / LT. 04 | Centro | 26°13'10.5"S e 52°40'20.9"W |

Fonte: Danielli, (2019).

A listagem apresentada no quadro 21 faz referência aos equipamentos culturais, sendo que os primeiros (Ref. 1 á 4) são mantidos pelo município e por isso são públicos. Já os de referência 05 e 06 são estruturas ligadas à cultura, porém, são estruturas privadas. Como procedimento padrão adotado, o mapa 12 localiza essas estruturas na malha urbana, como forma de avaliar a cobertura no município:

Mapa 12: Avaliação por raios de influência dos Equipamentos Comunitários Culturais



Fonte: Danielli, (2019).

Analisando o mapa 12 é possível notar que as áreas a oeste estão totalmente descobertas quanto ao atendimento destes serviços, enquanto que o restante da malha urbana está abrangida por pelo menos um equipamento público de cultura. Os cinemas estão concentrados na área

central e a norte da cidade, com raios de influência que não incidem de forma direta sobre o bairro São João e o CHVSP.

Diante da análise, é plausível a sugestão no sentido de que haja no município investimentos em mais equipamentos públicos culturais, principalmente nas áreas oeste da cidade que atualmente não dispõem de nenhuma estrutura para essa categoria. Nesse ponto, a construção de um espaço polivalente seria capaz de atender a população pesquisada e os moradores do entorno com atividades não direcionadas a um fim específico, mas, ligado a disseminação da prática cultural.

A seção seguinte tem como objetivo completar e finalizar a presente análise, uma vez que atribui ao mapeamento dos pontos de transporte público urbano os raios de abrangência indicados para esta categoria, contribuindo para identificar áreas que estão desservidas por pontos de ônibus e, conseqüentemente, dificultando a locomoção da população que se utiliza deste serviço.

6.7 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS URBANOS: MAPEAMENTO DOS PONTOS DE ÔNIBUS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO

De acordo com Gouvêa (2008, p. 114) os pontos de ônibus são importantes e imprescindíveis em toda malha urbana, “principalmente nas zonas de menor renda. Tem de proteger o usuário do sol e da chuva e ser bem visível dia e noite – uma luminária urbana”. Concordando com os pensamentos do autor, revela-se que o ponto de ônibus não apenas se apresenta como uma obrigatoriedade do Poder Público, constituindo, também, um equipamento público de uso comunitário que deve ter infraestrutura condizente com seu uso.

O abrigo de passageiro de ônibus deve ser desenhado de acordo com o clima local¹⁴⁴ de cada região, e se possível equipado com pequenas áreas de comércio para venda de balas, doces, jornais, revistas e similares. O ponto de ônibus deve ter como infraestrutura assentos e iluminação de forma a destacá-lo na paisagem durante à noite (GOUVÊA, 2008). Nesse viés, cabe lembrar que além de assentos, os mesmos devem prever áreas exclusivas para Portadores

¹⁴⁴ Em Pato Branco, o verão é longo, morno e úmido; o inverno é curto e ameno, trata-se de um clima tipicamente subtropical úmido. Ao longo do ano, em geral a temperatura varia de 11 °C a 28 °C e raramente é inferior a 5 °C ou superior a 31 °C.

de Cadeira de Rodas – (PCR), desenhado em consonância com o passeio público, em conformidade com áreas de guia rebaixada¹⁴⁵ para cadeirantes e piso podotátil¹⁴⁶.

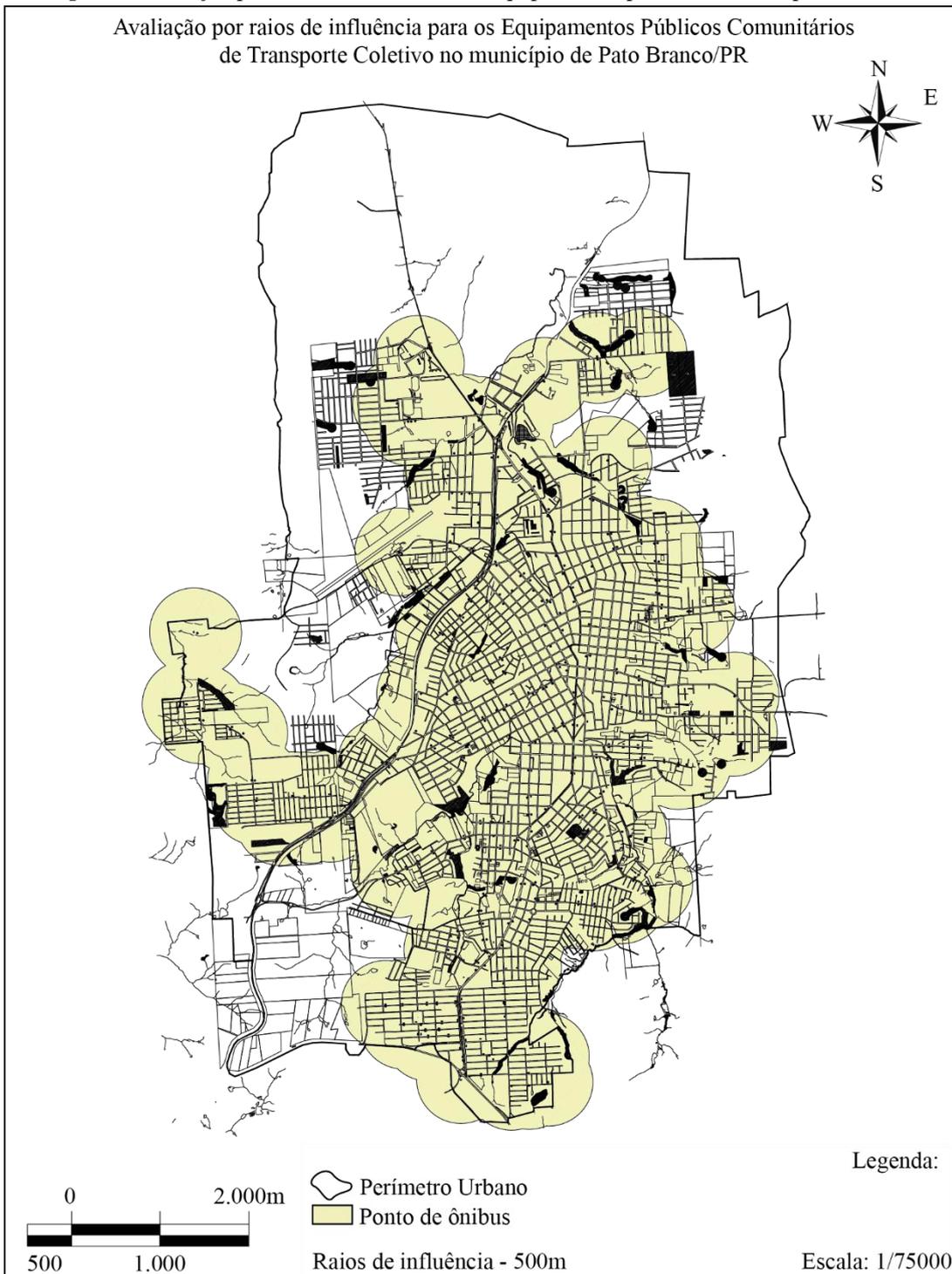
Isso posto, procedeu-se o levantamento dos pontos de ônibus existentes em Pato Branco, tomando como base o anexo X do PD - o mapa de transporte coletivo. Assim, foram mapeados os pontos de transporte de ônibus, inserindo os raios de influência, conforme as recomendações do autor supracitado, que recomenda localizá-los num raio de 400 à 600 metros. Neste mesmo sentido, Prinz (1986) estabelece como raio de influência 600 metros para pontos de parada de ônibus.

Com efeito, optou-se por adotar o padrão de 500 metros, visto que representa uma distância de caminhada confortável para pedestres que utilizam essa modalidade de transporte. A cobertura da área urbanizada por estes equipamentos pode ser visualizada no mapa 13, disposto a seguir:

¹⁴⁵ Borda ao longo de rua, rodovia ou limite de passeio, geralmente construída com concreto ou granito, que cria barreira física entre a via, a faixa e o passeio, propiciando ambiente mais seguro para os pedestres e facilidades para a drenagem da via (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2010). A guia rebaixada para cadeirantes conecta por meio de uma rampa, com inclinação nunca superior a 8,33%, a pista de rolamento e a calçada.

¹⁴⁶ A sinalização tátil no piso é considerada um recurso complementar para prover segurança, orientação e mobilidade a todas as pessoas, principalmente àquelas com deficiência visual ou surdo-cegueira. O piso tátil é caracterizado por relevo e luminância contrastantes em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha-guia, servindo de orientação perceptível por pessoas com deficiência visual, destinado a formar a sinalização tátil no piso, podendo ele ser de alerta ou direcional, dependendo de onde ele se aplica (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2010).

Mapa 13: Avaliação por raios de influência dos equipamentos públicos de Transporte Coletivo



Fonte: Município de Pato Branco, (2008); elaborado por Danielli, (2019).

Com base no mapa 13, verifica-se que a disposição e a quantidade de pontos de ônibus são adequadas à atual conjuntura, visto a extensão da malha urbana municipal. Tratando isoladamente dos objetos de estudo, reafirmando a análise realizada no capítulo 3 da pesquisa, quando afirmado que as linhas e os horários de circulação do transporte público urbano nos

finais de semana e feriados, especificamente no bairro São João e no CHVSP é ineficiente e deficitário.

Os pontos de ônibus dos locais de estudo estão distantes de terem as características citadas por Gouvêa (2008), deixando a desejar no que se refere à qualidade construtiva, o que pode ser observado na figura 42:

Figura 42: Ponto de ônibus - bairro São João



Fonte: Danielli, (2019).

É possível perceber a ausência de infraestruturas básicas, por exemplo, assentos, local exclusivo para PCR, calçada com guia rebaixada, iluminação pública e fechamentos laterais para proteção contra chuva. O cenário se agrava quando concentra-se a análise sobre a imagem “A” da figura 42, onde se nota a inexistência de calçada pavimentada em mais pontos do bairro. Tal circunstância, aliada às altas inclinações das vias e a pavimentação de calçamento que impossibilita trafegar com carrinho de bebê ou com cadeira de rodas, dificulta sobremaneira a circulação de pessoas com mobilidade reduzida.

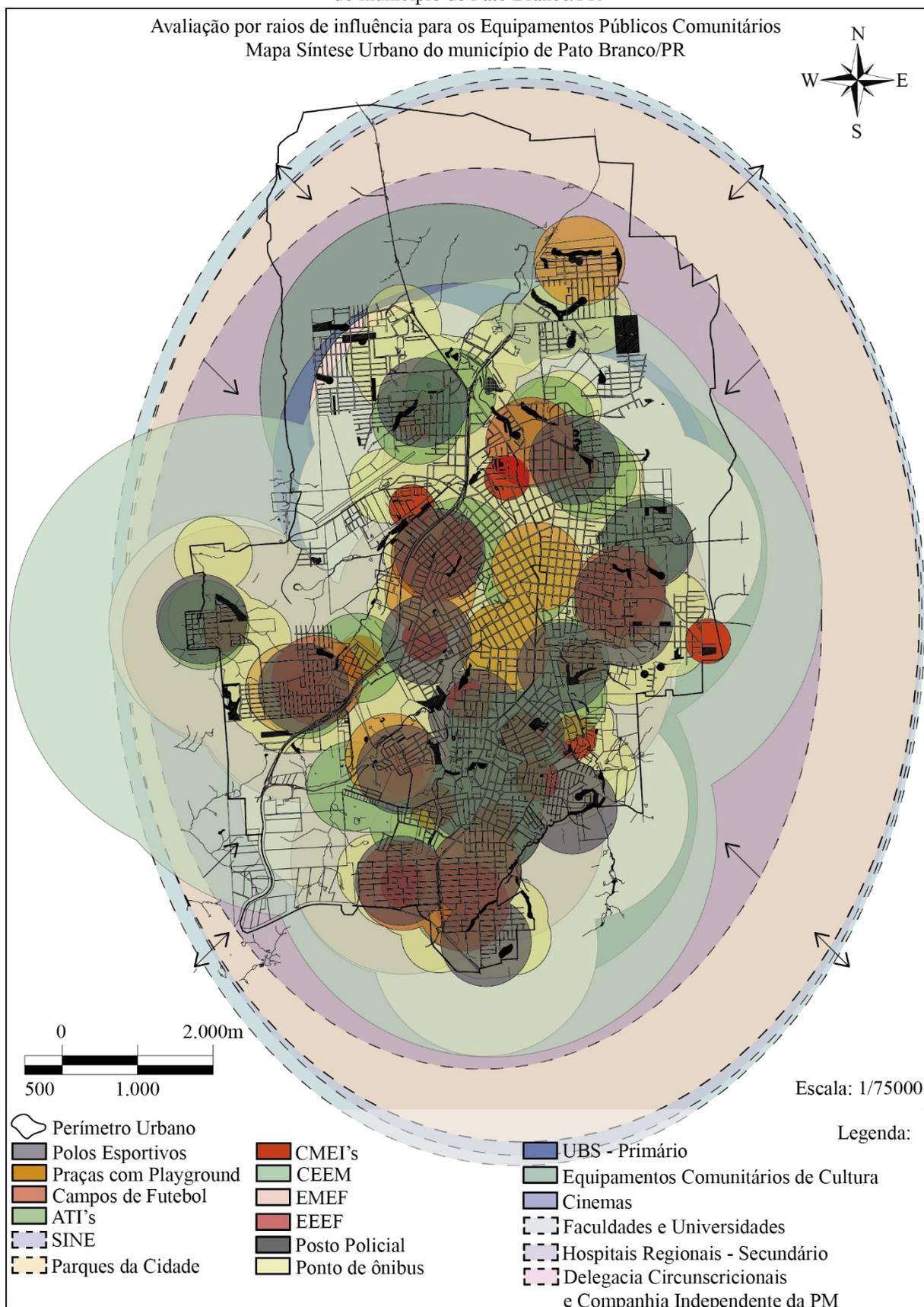
Naturalmente, poderia haver maiores investimentos na reestruturação dos pontos de ônibus da cidade, assim como a pavimentação e construção de calçadas em consonância com a legislação vigente no município, priorizando-se as áreas de interesse social, onde a população utiliza esse serviço com maior frequência do que as classes de renda média e alta.

Por fim, a seção seguinte tem como objetivo fazer a compilação da síntese de todos os mapas elaborados no presente capítulo, colacionados em um elemento único. Fez-se isto com o objetivo de obter uma visão geral sobre a disposição e a localização de todos os equipamentos públicos de uso comunitário existentes no município.

6.8 MAPA SÍNTESE DOS EQUIPAMENTOS DE USO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO/PR

Insta lembrar que o foco da pesquisa permanece concentrado nas áreas do bairro São João e do CHVSP. Contudo, se tratando do espaço urbano e dos equipamentos de uso comunitário, torna-se impossível destituir e analisar as áreas de estudo como um fragmento, isolado do todo, sobretudo constituindo a cidade um elemento único e indissociável. Com vistas à compreensão da totalidade dos objetos de estudo, faz-se uma análise do mapa síntese urbano disposto sequencialmente, cujo instrumento fornece uma visualização geral sobre os segmentos de equipamentos de educação, saúde, segurança, trabalho, esporte, lazer, cultura, equipamentos de interesse social e de transporte coletivo existentes no município. Observa-se na sequência a síntese de estudo representado pelo mapa 14:

Mapa 14: Avaliação por raios de influência para os Equipamentos Públicos Comunitários: Mapa Síntese urbano do município de Pato Branco/PR



Fonte: Danielli, (2019).

Tomando como base o mapa síntese, é pertinente neste momento inverter a lógica de análise espacial dos equipamentos comunitários. Sendo assim, primeiramente são tratados dos pontos de ônibus dispostos no município, visto que por meio deste modal de transporte deveria ser possível alcançar qualquer ponto da cidade e acessar qualquer equipamento de uso comunitário.

Dessa forma, é necessário frisar que o município deve investir maciçamente na melhoria do desenho e da qualidade construtiva dos pontos de ônibus da cidade, observando e levando em consideração o clima local. Igualmente, é interessante que se amplie a quantidade de pontos existentes, máxime se considerar que esse modal de transporte é primordial às cidades. É necessário que se faça ainda, um estudo específico destinado à reestruturação no planejamento das linhas de transporte coletivo que circulam no bairro São João, CHVSP e proximidades, com vistas a melhorar o atendimento e a circulação de ônibus nos finais de semana e feriados.

Observando a disposição dos equipamentos comunitários educacionais, revela-se interessante a ampliação do número de CMEI's, objetivando, assim, a reduzir do déficit dessas estruturas.

Noutro ponto, a quantidade de hospitais e a tipologia dos atendimentos prestados a população fazem com que o município seja referência em saúde na microrregião. Com relação às UBS, o ideal seria a construção, a longo prazo, de novas unidades, observando a não cobertura integral da malha urbana. Aliado a isso, seria produtora a avaliação e, se necessário, uma redistribuição no quadro de funcionários entre as unidades, buscando melhor atender os usuários do SUS.

Analisando a categoria de equipamentos públicos de segurança, administração pública e trabalho, seria ideal a existência de pelo menos mais três postos policiais, distribuindo-os de maneira a promover uma cobertura homogênea de toda a cidade, bem como que a cadeia pública fosse transferida do centro da cidade para local mais afastado.

Igualmente, poderia haver mais áreas no município destinadas ao esporte e ao lazer. Contudo, se faz necessário propiciar a existência de áreas dotadas de infraestrutura e atrativas para a população, visto que destinar um espaço para prática esportiva sem que a área seja devidamente preparada para tal função, não resolve o problema.

Assim, o município deveria priorizar as áreas onde não há incidência de campos de futebol e/ou campos poliesportivos. Referindo-se à carência de tais equipamentos no bairro São João e CHVSP, seria ideal a promoção gradativamente da edificação dessas estruturas, como

exemplo, o parque do bairro, a revitalização do campo de futebol, a revitalização do polo esportivo e a edificação de uma praça pública que contemple pista de caminhada e playground.

Por fim, sugere-se que o município invista em equipamentos públicos culturais, principalmente nas áreas oeste da cidade. Neste sentido, seria ideal a construção de um espaço polivalente para atender a demanda da população pesquisada. É importante citar que, aliado a reestruturação dos espaços públicos de uso comunitário o município deve atender as demandas por infraestruturas urbanas que atualmente se apresentam como deficitárias do bairro São João e do CHVSP. Nessa perspectiva, há esperança de que um dia o bairro São João possa servir como exemplo positivo de uma revitalização de área de interesse social.

A presente pesquisa tem como anseio demonstrar que ainda é possível acreditar na política urbana, ao mesmo tempo em que é necessário lutar para minimizar os efeitos de ações políticas desacertadas, errôneas, excludentes e segregacionistas, que ainda refletem de forma negativa na vida dos residentes do bairro e do conjunto habitacional.

Obras urbanas dependem da disponibilidade de recursos orçamentários e principalmente de boa vontade política. Por isso, espera-se que o mapa 14 seja capaz de subsidiar a elaboração de um plano de ação para o município, já que demonstra as áreas mais afetadas pela falta dessas estruturas. Desse modo, o presente trabalho tem por objetivo levantar também as deficiências e potencialidades do município, deixando a cargo do Poder Público Municipal a elaboração de diretrizes e políticas públicas de habitação, para conferir aos cidadãos equidade e justiça social.

Por fim, o quadro 22 objetiva-se em expor as macro categorias de análise as quais representam “pilares” do direito à cidade, bem como sintetizar e demonstrar de forma clara e consisa os resultados obtidos. Veja-se:

Quadro 22: Síntese geral: compilação dos principais resultados da análise urbana

| PRINCIPAIS RESULTADOS DA ANÁLISE URBANA | | | | | | | |
|--|--------------------------------------|------------|----------------|--------------------------------------|------------|----------------|--|
| MACRO CATEGORIAS DE ANÁLISE | BAIRRO SÃO JOÃO | | | CHVSP | | | BASE DE DADOS |
| | ATENDE DE FORMA SATISFATÓRIA? | | | ATENDE DE FORMA SATISFATÓRIA? | | | |
| | SIM | NÃO | PARCIAL | SIM | NÃO | PARCIAL | |
| Infraestrutura física das ruas | | | | | | | Formulários + Observação não participante |
| Moradia | | | | | | | Formulário + Pesquisa de campo + Observação não participante |
| Transporte público | | | | | | | Formulário + Análise documental + Diagnóstico urbano |

| | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|---|
| Saneamento básico – água potável | | | | | | | Formulários |
| Saneamento básico – esgoto | | | | | | | Análise documental |
| Energia elétrica | | | | | | | Formulários |
| Iluminação pública | | | | | | | Pesquisa de campo + observação não participante |
| Comunicação – telefone e internet | | | | | | | Formulários + pesquisa de campo |
| Equipamentos comunitários educação | | | | | | | Diagnóstico urbano |
| Equipamentos comunitários saúde ¹⁴⁷ | | | | | | | Formulários + Diagnóstico urbano |
| Equipamentos comunitários segurança pública | | | | | | | Diagnóstico urbano + Pesquisa de campo |
| Equipamentos comunitários de interesse social | | | | | | | Diagnóstico urbano |
| Equipamentos comunitários esporte e lazer | | | | | | | Diagnóstico urbano + formulários |
| Equipamentos comunitários culturais | | | | | | | Diagnóstico urbano |

Fonte: Danielli, (2019).

¹⁴⁷ Ainda que tenha boa cobertura por serviços de saúde no bairro e no CHVSP, os formulários demonstraram insatisfação no atendimento, em virtude da disposição de médico(a) na UBS do bairro.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do estudo, a metodologia e o método, empregados se mostraram fundamentais para que os objetivos delineados fossem alcançados em cada capítulo dessa pesquisa. A forma material, histórica e dialética, empregada pelo método de como meio de análise dos fenômenos que envolvem os objetos de estudo e os procedimentos metodológicos de revisão bibliográfica, análise documental, pesquisa de campo, aplicação dos formulários, realização de entrevistas em profundidade semiestruturadas, análise de conteúdo, observação não participante e registro fotográfico, mostraram-se plenamente adequados para subsidiar o estudo em questão, coadunando com a formulação de respostas para o problema de pesquisa inicial.

Em linha histórica, datando o início do século XXI, o Brasil passou a promover e implantar políticas urbanas e de habitação, ainda que inicialmente, dissociadas e por vezes com baixo impacto, não deixaram de representar um passo à frente na questão. Daquele período até os dias atuais, percebeu-se uma expansão do crédito imobiliário e a disponibilização ampliada de recursos oferecidos pelo Governo Federal, fator que estimulou e movimentou a economia do país, principalmente ligada a indústria da construção civil. Logo, cumprindo com seus principais objetivos, pautados na “superação” da crise de 2008 e a redução do crescente déficit habitacional, atendendo grupos sociais até então excluídos do mercado formal de habitação.

É fato que as contradições do modo de produção capitalista da cidade sempre estiveram em voga. Contudo, as constantes críticas proferidas ao PMCMV relacionadas à implantação de conjuntos habitacionais em áreas de expansão, consequentemente periféricas, trouxeram à tona as discussões da negação do direito à cidade, fato que acirrou esse debate histórico, trazendo para a discussão se o atual modelo de desenvolvimento das cidades pactua-se na exclusão ou inclusão perversa da população na malha urbana, garantindo o direito à cidade para alguns e preterindo-o para outros.

A questão habitacional brasileira sempre foi delicada. Nessa linha de ideias, partindo da análise do PMCMV e objetivando integralizar a política pública urbana, seria relevante que o programa fosse integrado ao PLANHAP e ao SNHIS, onde se exige da municipalidade uma contrapartida, sobretudo de planejamento de ações e de estabelecimento de metas para a concessão de recursos, sem induzir, é claro, a retirada das responsabilidades do município em implantar sua própria política habitacional.

Sugestiona-se a importância de serem estabelecidos incentivos relacionados à aplicação de padrões de localização urbana, tanto na escala do bairro quanto na escala da cidade, exigindo para o licenciamento a presença de infraestrutura básica já instalada e a oferta de mobilidade urbana através de oportunidades de deslocamento diversificadas para o acesso aos equipamentos urbanos e as oportunidades de comércio, serviços, educação, cultura, lazer, e de transporte coletivo.

Todavia, ainda que o PMCMV não tenha incorporado à sua estrutura ações estratégicas do PLANHAP, ele representou uma melhoria significativa da qualidade de vida de milhões de famílias, fato corroborado pelo “cenário urbano” de crescimento e desenvolvimento, motivados principalmente pelo estímulo à urbanização e as obras de infraestrutura do PAC, assim como pela construção de moradias de interesse social.

Analisando a escala local, a pesquisa compara a desigualdade socioespacial existente entre os objetos de estudo. É de conhecimento que a produção do espaço urbano desses locais fora intermediada pelo Estado, entretanto, em tempos históricos distintos, o bairro São João há aproximadamente quarenta anos, quando a gestão pública municipal daquele período idealizou um projeto intitulado de “desfavelamento”, cuja finalidade foi remover um determinado grupo social instalado às margens da rodovia BR-158 que corta a cidade, já a edificação CHVSP data o ano de 2015, fato que permite correlacionar e comparar a produção de áreas de interesse social antes e depois do PMCMV.

A propósito do assunto, a ação política realizada naquela ocasião culminou com a retirada de 30 famílias daquele ambiente urbano, dando azo à criação do que hoje se denomina Bairro São João. Evidentemente, essa ação se desenvolveu sob uma irracional e preconceituosa justificativa de “desfavelar” aquele espaço, denotando de maneira ainda mais acentuada a negligência do poder público, especialmente no que atine à ocupação do solo, ao direito à cidade e ao acesso à moradia, corolários da dignidade da pessoa humana.

Notadamente, esse vocábulo “desfavelamento” carrega contornos ainda mais marcantes, quando a própria lei feita pelos legisladores da época, exterioriza-se numa evidente estigmatização desse grupo de pessoas que daquele momento em diante se viram condenados a uma severa e cruel segregação, já não apenas socioespacial, mas também humana. Tais ações históricas, ainda trazem resultados negativos à situação de vida socioeconômica dos moradores.

Em linhas gerais, acredita-se que o reconhecimento do direito à moradia como pressuposto para a dignidade da pessoa humana em 1948, a aprovação da CF de 1988, e posteriormente, o sancionamento do EC em 2001, conduziram o Estado a transferir

gradativamente a responsabilidade de legislar em matéria urbana para os municípios. Esses planejam e implantam políticas urbanas baseada nos PD, que se bem elaborados e executados mostram-se capazes de reduzir as desigualdades socioespaciais. Não obstante, observou-se um descompasso entre as políticas urbanas e habitacionais no município.

De forma global, sugere-se em nível Federal uma reestruturação do programa e das linhas de financiamento habitacional. Espera-se que elas possam ser menos genéricas e mais rígidas com a esfera municipal, passando a exigir que sua implantação esteja estrategicamente articulada com os PD municipais e os respectivos planos locais de habitação, dessa forma direcionando-se as realidades locais. Busca-se que elas passem a considerar não somente a diversidade tipológica dos empreendimentos, mas sim, a flexibilização nos padrões de uso e a composição do grupo familiar que ocupará o imóvel.

Na esfera local ou em nível municipal, fora constatado que o problema habitacional é estrutural e agrava-se pela decorrência de dois fatores: a inexistência de um plano local de habitação atualizado, bem como, a completa desarticulação política marcada pela excessiva fragmentação do planejamento e da execução da política urbana entre as Secretarias Municipais de Planejamento Urbano e de Assistência Social.

Historicamente, percebe-se que a questão habitacional no município já obteve contornos de maior relevância, quando houve até mesmo a criação do FMHIS. Contudo, no decorrer da pesquisa foi possível notar que a lei que criou o Fundo de Habitação é totalmente inócua, mormente, porque a medida não passou do plano legal, não chegando o órgão a possuir sequer dotação orçamentária específica para o cumprimento de suas atribuições e competências legais. Nesse ponto, vê-se que a questão habitacional no município é negligenciada sob alguns aspectos, pois deixa a edificação de moradias de interesse social exclusivamente sob a responsabilidade do Estado através de políticas públicas como o PMCMV.

Identificou-se que a solicitação por habitações é muito maior do que se pode fornecer, logo, apenas uma pequena parcela da demanda é atendida, deixando a maioria sujeita a buscar soluções de moradia autônomas em um mercado especulativo ou ainda, informal. A informalidade pauta-se pela ausência ou insuficiência de infraestrutura urbana, irregularidade no ordenamento urbano, posse da terra e documental, falta de acesso aos equipamentos e serviços básicos, graves problemas de estrutura física e habitabilidade nas moradias em virtude do processo de autoconstrução.

Embora, ainda que se tenha um arcabouço jurídico cheio de boas intenções que legalmente garantem o acesso ao exercício do direito à cidade, não é o bastante, pois é

necessário que o planejamento saia do gabinete municipal, transpasse o papel e aplique-se no espaço urbano, por essência desigual.

É a função e dever de todo planejador do espaço urbano lidar com as várias faces e interferências do capitalismo, com a preponderância do setor imobiliário e da construção civil na disputa por localizações no solo urbano, de modo a reduzir as desigualdades e fornecer pelo menos o mínimo de direitos aos cidadãos, indo muito além do simples direito de habitação. Esse conjunto de direitos e necessidades englobam: direito ao entorno, aos meios de transporte, serviços de saneamento básico, coleta de lixo, energia elétrica, condições dignas de trabalho, alimentação, esporte, lazer, equipamentos de uso comunitário, saúde e etc., isso tudo com vistas a evitar a lastimável transformação e a redução do “habitat em mero habitar”.

É de fundamental importância que o município compatibilize os instrumentos e diretrizes da política urbana e habitacional, de modo a reduzir e amenizar os impactos sobre os moradores e os malefícios trazidos com a segregação espacial. Propõe-se a quebra da monofuncionalidade dos zoneamentos principalmente das áreas de interesse social transitórias entre urbano-rural, onde fora observado que isso acontece com maior ênfase, estimulando o desenvolvimento de centralidades e conseqüentemente atividades comerciais de baixo impacto.

Como já observado, a simples existência de regramentos urbanos por si só não são capazes de subverter a “ordem” de produção do espaço urbano. É preciso que cada dia mais os cidadãos tornem-se participativos e preocupados com a “causa urbana”, de modo a propiciar a construção de não somente uma cidade, mas bairros para todos, indo ao encontro de uma perspectiva de efetivação do acesso ao direito à cidade e a habitação, priorizando a reprodução social da vida.

Assim como todos os temas discutidos neste trabalho, a resposta para a pergunta formulada como problema de pesquisa envolve processos complexos e históricos. Identificou-se uma relação entre a produção capitalista do espaço urbano periférico, a legislação municipal e a práxis do exercício do direito à cidade, uma vez que a execução da política urbana em nível municipal contribuí em partes para a efetivação do direito à cidade e a moradia.

Sobre a relação supracitada, é possível observar que ela se articula em um processo histórico, linear e em constante movimento. Tem-se como início do processo a criação de áreas periféricas como as do bairro São João, seguido pelo sancionamento da LO que reconhece tais áreas em concordância com o PD de 1990, as sucessivas tentativas de regularização fundiária do bairro São João via ação municipal, a inclusão tardia da área em estudo no perímetro urbano no ano de 2008, o início de uma tentativa de urbanização e fornecimento de equipamentos de

uso comunitário, com a edificação da creche no ano de 2013 e a aprovação do CHVSP em 2015. As informações colhidas com a realização das entrevistas semiestruturadas são otimistas, pois apontam um forte processo de estímulo à urbanização da área, motivada principalmente pelas obras do contorno norte e revisão do PD.

Foi possível perceber que o direito à cidade é garantido no plano legal, contudo, não é efetivado em sua integralidade. Esse direito teórico e garantista se concretiza ao passo que os cidadãos usufruem de toda e qualquer possibilidade que a cidade pode oferecer como “obra”, incluindo nesta esfera a utilização das infraestruturas urbanas e equipamentos de uso comunitário, onde ao longo dos anos, de maneira lenta e gradual, transpuseram-se da esfera de planejamento e se concretizaram na malha urbana. Entretanto, na prática, passados aproximadamente 40 anos da criação do bairro São João e 30 anos da aprovação da LO, persistem inúmeros problemas decorrentes das ações históricas e da negligência na aplicação e no cumprimento das diretrizes estabelecidas pela legislação.

Dois exemplos claros ilustram essa negligência: a titulação dos terrenos do bairro São João, onde se evidencia que apenas uma parcela da população tem seus terrenos regularizados; e os direitos de acesso básico fornecidos parcialmente (ver apêndice VII), tais como, o transporte público urbano deficitário nos finais de semana, a inexistência de rede de coleta de esgoto, a precariedade e a carência de equipamentos de esporte e lazer, iluminação pública deficitária, a ineficiência na prestação de serviços telefônicos e de internet, a insuficiência de médico(a) na UBS do bairro, a distância e a quantidade de postos policiais do município, bem como a ausência de equipamentos comunitários voltados à promoção da cultura e entretenimento.

Segundo Rodrigues (2007), a desigualdade socioespacial tem formas e conteúdos, ela é a expressão do processo de urbanização capitalista, da presença e da aparente paradoxal ausência do estado capitalista no urbano. Neste sentido, a segregação socioespacial da população de estudo pode ser observada através da avaliação do posicionamento geográfico dos objetos de estudo; da sua relação limítrofe com as áreas agrícolas e conseqüentemente o cultivo de hábitos “rurais” mantidos como forma de garantir a subsistência da família; do mapa de valor venal do solo urbano o qual comprova que a população reside em áreas urbanas afastadas do centro da cidade, tendo como conseqüência o baixo valor venal; do padrão construtivo residencial do bairro São João e do CHVSP, além ainda, do estigma social e do preconceito atribuído aos moradores no momento em que recorrem ao mercado de trabalho.

É cediço que tais colocações tem ligação íntima com o direito à cidade, considera-se por fim, que os residentes detêm de mais direitos perante a lei do que na práxis, entretanto, não se pode deixar de frisar que comparado a década de 1970/1980 o cenário em estudo avançou significativamente em direção ao fornecimento de condições básicas para o exercício do direito à cidade.

A pesquisa revelou que 85% dos moradores gostam de morar no bairro, porém, sentem-se prejudicados pelo estigma social causado em razão da localização periférica das moradias, já que aliado a isso um público de 95% afirmou que seu atual local de moradia influencia negativamente na obtenção de uma vaga de emprego. Ainda, 58% dos respondentes afirmaram que mudariam de endereço caso tivessem a oportunidade. Inegavelmente, tem-se como resultado um lamentável estigma social dessa população em razão da origem e disposição de suas moradias na malha urbana.

Atingidos os objetivos de estudo, demonstrados os resultados da pesquisa e apontadas algumas recomendações, considera-se que o trabalho permitiu conhecer melhor os ambientes urbanos, objeto de exploração nesta longa empreitada. Nada obstante, insta salientar que mesmo em situação precária os objetos de estudo tem ocupado proporções territoriais cada vez maiores, consolidando-se e marcando a malha urbana do município.

Por fim, é preciso afirmar que a luta pelo direito à cidade é também a luta pelo direito à vida, tem como meta transformar o espaço segregado em um espaço que diminua a opressão, exploração e o preconceito, seja ele de classe, raça, etnia, gênero e etc., que esse mesmo espaço segregado, produto do desenvolvimento desigual capitalista, não progrida na condição de permanência, mas sim na condição de mudança (RODRIGUES, 2007). É isso que se almeja para o futuro do bairro São João e do CHVSP, ainda que o bairro tenha apresentado melhorias significativas ao longo dos anos, quando comparados a outros bairros da cidade, esses avanços parecem ínfimos.

Esse fragmento do espaço urbano segregado e desigual, por hora ainda “esquecido”, tem sido o ambiente de produção e (re)produção de relações sociais de milhares de famílias, espaço de convivência, *locus* de apropriação do espaço e a raiz de uma história. De maneira otimista, espera-se que o bairro São João e o CHVSP ainda possam ser exemplos de uma reforma urbana que deu certo, assegurando que ainda é possível acreditar na política urbana e habitacional brasileira.

Distante de eixaurir o tema, o debate sobre a presente dissertação chega ao fim, encorajando o início de um novo universo de estudos com a pretensão de explorar a produção

do espaço urbano, a garantia pelo direito à cidade e à moradia, considerando a malha urbana do município de Pato Branco como um todo, objeto ainda pouco explorado e com imensuráveis possibilidades de pesquisas a oferecer.

Finalmente, põe-se em relevo a possibilidade de o urbano promover uma nítida revolução social, ao congregar e expressar as contradições fundamentais da nossa sociedade. Nesse aspecto, há esperança de que a pesquisa não constitua um compilado de ideias e fragmentos teóricos que se exaurem em si mesmo, a ponto de negligenciar essa realística faceta social ora deparada. Sobretudo, que ela contribua para o desenvolvimento das políticas públicas de habitação municipal e, ainda que em singela parcela, traga os direitos da pessoa humana e o direito à cidade em toda sua plenitude aos moradores e aos demais grupos segregados nas arestas dos espaços urbanos, representando a estes grupos sociais um alento para dias melhores e de moradias melhores, porque “é sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar espaço” (RODRIGUES, 2017, p. 11).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE: FASE MUNICIPAL, 2016, Plenário de Sessões da Câmara Municipal de Pato Branco. **Relatório da 6ª Conferência Municipal da Cidade - Pato Branco** [...]. Pato Branco: [s. n.], 2016. Disponível em: http://patobranco.pr.gov.br/wpcontent/uploads/2016/10/RELAT%C3%93RIO_DA_6%C2%A A_CONFER%C3%8ANCIA_MUNICIPAL_DA_CIDADE.pdf. Acesso em: 4 de ago. de 2019.

ALVIM, Angélica Tanus Benatti; CASTRO, Luiz Guilherme Riveira de (org). **Avaliação de Políticas Urbanas. Contexto e Perspectivas**. São Paulo: Mackenzie; Romano Guerra, 2010.

AMANAJÁS, Roberta; KLUNG, Letícia. Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana. **Repositório de Conhecimento do IPEA**, [S. l.], p. 29-44, 14 set. 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8622>. Acesso em: 15 de set. de 2019.

AMÂNCIO, Júlia Moretto; AMÂNCIO, Cristhiane Oliveira da Graça; AMÂNCIO, Robson. Autonomia do Estado: As possibilidades de Relação Estado e Sociedade Uma discussão entre o neomarxismo de Poulantzas e Offe e o neoinstitucionalismo de Evans. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA - ENAPG, 2006, São Paulo/SP. **Artigo** [...]. São Paulo/SP: [s. n.], 2006. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ENAPG329.pdf>. Acesso em: 21 de jan. de 2019.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 192 p

ARAÚJO, Amorim James. **Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefèbvre**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 31, p. 133-142, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/21089574-Sobre-a-cidade-e-o-urbano-em-henri-lefebvre.html>. Acesso em: 14 de ago. de 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16537: Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação**. Rio de Janeiro, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENEVOLLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

BIALECKI, Karla. Regiane. **Planos Urbanos e o Espaço da Habitação**. A Questão Habitacional em Curitiba (1940-2007). (Dissertação de Mestrado) PUCPR: Curitiba, 2008.

BONDUKI, Nabil. **Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa Minha Vida**. Teoria e Debate, v. 82, 2009. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/TD82-Nacional.pdf>. Acesso em: 15 de set. de 2019.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

_____. **Avanços e desafios**: Política Nacional de Habitação. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. 2010. 96 p.

_____. **Cartilha Minha Casa Minha Vida**. Brasília: Caixa, 2013, 24 p.

_____. **Cartilha Minha Casa Minha Vida**. Brasília: Caixa, [s.d.], 40 p.

_____. **Decreto-Lei Nº 399, de 30 de abril de 1938**. Aprova o regulamento para execução da Lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-399-30-abril-1938-348733-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

_____. **Decreto-Lei Nº 2.291, de 21 de novembro de 1986**. Extingue o Banco Nacional da Habitação - BNH, e dá outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2291.htm. Acesso em: 05 de maio de 2018.

_____. **Decreto Nº 103, de 22 de abril de 1991**. Autoriza a instituição do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D103.htm. Acesso em: 15 de jun. de 2019.

_____. **Decreto Nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007**. Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6025.htm. Acesso em: 17 de jul. de 2019.

_____. **Decreto nº 7.341, de 22 de outubro de 2010**. Regulamenta a Lei no 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar no 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências. Brasília, 22 out. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7341.htm Acesso em: 02 de set. de 2019.

_____. **Decreto Nº 9666, de 02 de janeiro de 2019**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Regional, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9666.htm. Acesso em: 25 de set. de 2019.

_____. **Lei Nº 5107, de 13 de setembro de 1966**. Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5107.htm. Acesso em: 12 de jun. de 2019.

_____. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.** Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Brasília, 19 dez. 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm. Acesso em: 5 de ago. de 2019.

_____. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 7 dez. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em: 31 de jul. de 2019.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 29 de ago. de 2019.

_____. **Lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999.** Altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nos 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano). Brasília, 29 jan. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9785.htm. Acesso em: 29 de ago. de 2019.

_____. **Lei Nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001.** Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10188.htm. Acesso em: 15 de set. de 2019.

_____. **Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 15 de set. de 2018.

_____. **Lei nº 11.124, de 16 de abril de 2005.** Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Brasília, 16 abr. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm. Acesso em: 14 de maio de 2019.

_____. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.** Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: D.O.U., 8.7.2009.

_____. **Lei Nº 12.424, de 16 de junho de 2011.** Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis n.º 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de

janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12424.htm. Acesso em: 30 de jul. de 2018.

_____. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 25 maio 2012. Código Florestal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em: 19 de ago. de 2019.

_____. Ministério Das Cidades. **Portaria Nº 168**, Brasília, 12 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=15/04/2013&jornal=1&pagina=101&totalArquivos=148>. (2013b).

_____. Ministério de Estado das Cidades. **Portaria nº 595, de 18 de dezembro de 2013.** Dispõe sobre os parâmetros de priorização e sobre o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV. Diário Oficial da União: [s. n.], ano 247, n. ISSN 1677-7042, p. 99, 18 dez. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Programa Minha Casa, Minha Vida.** Brasília (DF); 2019. (2019b).

_____. Ministério Do Desenvolvimento Regional (Brasil). Secretaria Nacional da Habitação. Relatório Executivo. **Programa Minha Casa Minha Vida: Contratações Brasil (2009 - 2019)**, Brasília, 30 set. 2019. Disponível em: <http://sishab.cidades.gov.br/>. Acesso em: 15 out. 2019. (2019c).

BUONFIGLIO, Leda Velloso. **Da política urbana federal à produção do espaço municipal: a gestão habitacional no Rio Grande do Sul.** 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/287770>. Acesso em: 18 de out. de 2018.

CAIXA. **Demanda habitacional no Brasil.** Brasília: CAIXA, 2012, 170 p.

CAFRUNE, Marcelo. Eibs. O direito à cidade no Brasil: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 4, n. 1, p. 185-206, jan.-jun. 2016.

CALEGARI, Luiza (ed.). As 100 cidades mais inteligentes (e conectadas) do Brasil: Ranking elenca cidades que conseguem aliar inteligência e tecnologia em diversos aspectos, como urbanização e meio ambiente. **Exame**, [S. l.], p. 1-1, 16 jun. 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/as-100-cidades-mais-inteligentes-e-conectadas-do-brasil/>. Acesso em: 14 out. 2019.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, Adauto

Lúcio (Org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 17-66.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re) produção do espaço**. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria política**. Campinas: Papyrus, 1988.

CASTELLO, Iara Regina. **Equipamentos Urbanos, Grupos Hierárquicos, Parâmetros de Localização e Características Gerais**. 2013.

CMPB: Câmara Municipal de Pato Branco. Pato Branco, 2019. Disponível em: <http://camarapatobranco.com.br/>. Acesso em: 19 jul. 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004. 94 p.

_____. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: um texto para discussão. In.: CARLOS, A. F.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). **A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012.

DARTORA, Sueli Rosa. **Documentário sobre a história político-administrativa de Pato Branco**. 1. ed. Pato Branco: Midiograf, 2014. 418 p.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DAVOGLIO, Joana Ceni. Figura 21- Mapa de Declividade no Perímetro Urbano- Pato Branco-PR. In: **Habitação de Interesse Social: Aplicabilidade de projeto em vazios urbanos públicos no município de Pato Branco-PR**. Orientador: Claudinei Rodrigues de Aguiar. 2018. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco/PR, 2018. p. 157. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3433/1/PB_PPGEC_M_Davoglio%2C%20Joana%20Ceni_2018.pdf. Acesso em: 8 de out. de 2019.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em: 26 de jun. de 2015.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. **O delineamento de pesquisa qualitativa**. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. 2 ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2010.

ESTADO DO PARANÁ. **Projeto de Lei nº 461, de 25 de junho de 2007**. Fica criado o Programa Academia da Terceira Idade - ATI, que será executado em todo o estado do Paraná. Curitiba, 25 jun. 2007. Disponível em:

http://www.assembleia.pr.leg.br/sc_integras/projetos/PLO20070461.htm. Acesso em: 4 de set. de 2019.

FADEP. Pato Branco, 2019. Disponível em: [http:// https://www.fadep.br](http://https://www.fadep.br). Acesso em: 28 de set. de 2019.

FERREIRA, João. Sette. Whitaker. (coord.). **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos**. São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012.

FONSECA, João. José. Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANCESCHETTO, Jaqueline Menegazzo. **A Percepção Ambiental dos moradores do bairro São João no município de Pato Branco – PR**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Pato Branco, 2016.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit Habitacional no Brasil 2010**. Belo Horizonte, 2013.

_____. Centro de Estatística e Informações. **Déficit Habitacional no Brasil 2013-2014**. Belo Horizonte, 2016.

_____. Centro de Estatística e Informações. **Déficit Habitacional no Brasil 2015**. Belo Horizonte, 2018

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 120 p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 07 set. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOOGLE EARTH PRO. Disponível em: <https://earth.google.com/web/@-26.19769498,52.68485424,765.37769165a,41744.72506181d,35y,0h,0t,0r/data=ChMaEQoJL20vMDR4X2gxGAIgASgC>. Acesso em: 20 de ago. de 2019.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-26.2321379,-52.6959893,12226m/data=!3m1!1e3>. Acesso em: 20 de ago. de 2019.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Paixão da Terra: Ensaio Crítico da Ecologia e Geografia**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984. 160 p.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993.

_____. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997. 312 p. Tradução de: Geraldo Gerson Souza.

GOUVEA, Luiz Alberto de. **Cidade Vida: Curso de desenho ambiental urbano**. 2008: Nobel, 2008.

GOVERNO DO BRASIL. **Período republicano teve início em 1889, com a proclamação da República pelo Marechal Deodoro**. [S. l.], 18 nov. 2009. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/cultura/2009/11/brasil-republica>. Acesso em: 27 de fev. de 2019.

GRAVAS, Douglas. Déficit habitacional é recorde no país. **Estadão**, São Paulo, 7 jan. 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/01/07/deficit-habitacional-e-recorde-no-pais.htm>. Acesso em: 17 out. 2019.

GUIMARÃES, Pedro. Paulino. **Configuração urbana: evolução, avaliação, planejamento e urbanização**. São Paulo, (2004). ProLivros.

HARVEY, David. **A liberdade da cidade**. Tradução: Anselmo Alfredo, Tatiana Schor e Cássio Arruda Boechat. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 26, p. 9-17, 2009

_____. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. 291 p. Tradução de: Armando Corrêa da Silva

_____. **Cidades Rebeldes do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo - SP: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Revista Espaço e Debates**, n. 6, São Paulo: NERU, junho-dezembro.1982. pp. 6-35.

HERNANDEZ, Matheus de Carvalho; BUGIATO, Caio. Marxismo, Poulantzas e suas contribuições para o campo de Relações Internacionais. *In*: 38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2014, Caxambu - MG. **Artigo [...]**. Caxambu - MG: [s. n.], 2014. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt20-1/9016-marxismo-poulantzas-e-suas-contribuicoes-para-o-campo-de-relacoes-internacionais/file>. Acesso em: 15 de jan. de 2019.

IBGE. **Censo demográfico 2010: Aglomerados subnormais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 259 p. Primeiros resultados. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=792>>. Acesso em: 01 de dez. de 2018.

_____. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pato-branco/panorama>>. Acesso em: 21 de ago. de 2018.

_____. **Estimativas de população para o ano de 2019**: Tabelas de estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2019. [S. l.], 1 jul. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 11 de set. de 2019.

IPARDES. Sudoeste Paranaense: especificidades e diversidades. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. Paraná, 2009. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Sudoeste%20Paranaense_especificidades%20e%20diversidades.pdf. Acesso em: 21 de set. de 2019.

_____. **Perfil avançado do município de Pato Branco**. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Paraná, 2019. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=120&btOk=ok. Acesso em: 10 de out. de 2019.

IPEA. **Estimativas do déficit habitacional brasileiro (PNAD 2007-2012)**. Brasília: IPEA, 2013. 17 p.

LAKATOS, Eva. Maria.; MARCONI, Marina. de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFÈBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

_____. **A revolução urbana**; tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008b.

_____. **Espaço e política**. Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008c. 192 p.

_____. **O Direito à cidade**. Tradução de: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2008a. 141 p.

_____. **O pensamento Marxista e a Cidade**. Tradução: Maria Idalina Furtado. Editora Ulisseia, 1972.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Contestado: A aventura cabocla do Contestado: o conflito e seu desfecho**. 2019. Disponível em: <<http://brasilrepublicano.an.gov.br/temas/97-tema-contestado.html>>. Acesso em: 22 de jan. de 2019.

MARICATO, Ermínia. **A formação do pensamento crítico sobre a moradia precária**, 2009, mimeo.

_____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 204 p.

_____. O estatuto da cidade periférica. In: CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Ana Claudia. **O Estatuto da Cidade**: comentado. São Paulo: Ministério das Cidades/Aliança das Cidades, 2010, p.5-22

MARICATO, Ermínia. **O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano: políticas sociais, acompanhamento e análise**. Brasília: Ipea, 2006.

_____. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MATER DEI. Pato Branco, 2019. Disponível em: <http://www.materdei.edu.br/pt>. Acesso em: 28 de set. de 2019.

MELAZZO, Everaldo. Problematizando o Conceito de Políticas Públicas: Desafios à Análise e à Prática do Planejamento e da Gestão. **TÓPOS**, (online), v. 4, n. 2, p. 9-32, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Cadernos do Ministério das Cidades**. Brasília: MCidades/Governo Federal, 2004

MORAES, Anselmo Fábio de; GOUDARD, Beatriz; OLIVEIRA, Roberto de. Reflexões sobre a cidade, seus equipamentos urbanos e a influência destes na qualidade de vida da população. **INTERthesis: Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis - SC, ano 2008, v. 05, n. 02, p. 93-103, 30 ago. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2008v5n2p93/10881>. Acesso em: 13 de set. de 2019.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 09.

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO. **Projeto de engenharia do Contorno Norte começa a ser executado**. Pato Branco, 9 jun. 2015. Disponível em: <http://www.patobranco.pr.gov.br/noticias/projeto-de-engenharia-do-contorno-norte-comeca-a-ser-executado/>. Acesso em: 3 de ago. de 2019.

O'DONNELL, Guillermo. **Contrapontos, autoritarismo e democracia**. São Paulo: Vértice, 1986.

ONU (Nova Iorque). Centro Regional de Informação das Nações Unidas. Relatório da ONU mostra população mundial cada vez mais urbanizada, mais de metade vive em zonas urbanizadas ao que se podem juntar 2,5 mil milhões em 2050. **UNRIC**, [s. l.], 10 jul. 2019. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/actualidade/31537-relatorio-da-onu-mostra-populacao-mundial-cada-vez-mais-urbanizada-mais-de-metade-vive-em-zonas-urbanizadas-ao-que-se-podem-juntar-25-mil-milhoes-em-2050>. Acesso em: 16 out. 2019.

PARANÁ. **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social**. Curitiba, 2012. Disponível em: http://www.cohapar.pr.gov.br/arquivos/File/Banner%20Pehis/Partes_Pehis_fev_2013/PEHI_S_PARTE1.pdf>. Acesso em: 29 de jun. de 2018.

PARMEZANI, Eliane. Especulação explode nas periferias. **Caros Amigos**, v. 16, n. 190, p. 10-13, jan. 2013.

PATO BRANCO. Decreto nº 5.988, de 15 de março de 2012. **Regulamenta Dispositivos da Lei Complementar Nº 46 de 28 de Maio de 2011, Especificamente Sobre Parcelamentos do Solo e Dá Outras Providências.** Pato Branco, PR, 15 mar. 2012.

_____. Decreto nº 7.447, de 10 de Junho de 2014. **Altera o artigo 2º do Decreto nº 5.988, 15 de março de 2012, que regulamenta dispositivos da Lei Complementar nº 46, de 28 de maio de 2011, especificamente sobre Parcelamentos do Solo e dá outras providências.** Pato Branco, PR, 15 mar. 2012.

_____. **Informações gerais.** Pato Branco, 2018. Disponível em: <http://www.patobranco.pr.gov.br/omunicipio/informacoes-gerais/>. Acesso em: 15 de dez. de 2018.

_____. **Informações gerais.** Pato Branco, 2019. Disponível em: <http://www.patobranco.pr.gov.br/omunicipio/informacoes-gerais/>. Acesso em: 14 de out. de 2019.

_____. **Lei Complementar Nº. 997, de 30 de novembro de 1990.** Dispõe sobre a promoção do desenvolvimento urbano do Município de Pato Branco, e dá outras providências. Disponível em: <http://camarapatobranco.com.br/wp-content/uploads/laws/1/1990/997.pdf>. Acesso em: 01 de ago. de 2019.

_____. **Lei Complementar Nº. 01, de 17 de dezembro de 1998.** Dispõe sobre o sistema tributário do Município de Pato Branco e dá outras providências. Disponível em: <http://www.patobranco.pr.gov.br/>. Acesso em: 11 de ago. de 2019.

_____. **Lei Complementar Nº. 2.873, de 27 de novembro de 2007.** Cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, institui o Conselho Gestor do FMHIS e dá outras providências. Disponível em: <http://camarapatobranco.com.br/wp-content/uploads/laws/1/2007/2873.pdf>. Acesso em: 15 de ago. de 2019.

_____. **Lei Complementar Nº. 28, de 27 de junho de 2008.** Dispõe sobre o Plano Diretor de Pato Branco, sua revisão e adequação ao Estatuto da Cidade – Lei Federal nº. 10.257/01; cria o Conselho do Plano Diretor de Pato Branco e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; revoga a Lei nº. 997, de 30 de novembro de 1990 e dá outras providências. Disponível em: <http://camarapatobranco.com.br/wp-content/uploads/laws/2/2008/28.pdf>. Acesso em: 08 de set. de 2019.

_____. **Lei Complementar Nº. 46, de 26 de maio de 2011.** Regulamenta o Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo no Município de Pato Branco. 2011. Disponível em: <http://www.patobranco.pr.gov.br/>. Acesso em: 10 de ago. de 2019.

_____. **Lei Complementar Nº. 3.934, de 29 de outubro de 2012.** Dispõe sobre a concessão da Outorga Onerosa do Direito de Construir prevista na Lei Complementar nº 28, de 27 de junho de 2008 e na Lei Complementar nº 46, de 26 de maio de 2011, e dá outras providências. Disponível em: <http://camarapatobranco.com.br/wp-content/uploads/laws/1/2012/3934.pdf>. Acesso em: 09 de ago. de 2019.

_____. **Lei Complementar Nº. 53, de 06 de agosto de 2013.** Autoriza a delimitação de Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS2 na Macrozona Urbana do Município de Pato Branco e a participação do Município na implantação de loteamento de Interesse Social, e dá outras providências. Disponível em: <http://camarapatobranco.com.br/legislacoes/lei-no-532013/>. Acesso em: 06 de ago. de 2019.

_____. **Lei Complementar Nº. 55, de 02 de outubro de 2013.** Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 46, de 26 de maio de 2011, que dispõe a regulamentação do Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo no Município de Pato Branco em adequação à Lei Complementar nº 28, de 27 de junho de 2008. Disponível em: <http://camarapatobranco.com.br/wp-content/uploads/laws/2/2013/55.pdf>. Acesso em: 19 de ago. de 2019.

_____. **Lei Complementar Nº. 69, de 23 de dezembro de 2016.** Atualiza a Planta Genérica de Valores do Município de Pato Branco, que fixa os valores dos terrenos e edificações para efeito de cobrança do IPTU e ITBI no exercício de 2017, altera o Anexo VII da Lei Complementar nº 37, de 16 de dezembro de 2009 e dá outras providências. Disponível em: <http://camarapatobranco.com.br/wp-content/uploads/laws/2/2016/69P.pdf>. Acesso em: 19 de ago. de 2019.

_____. **Lei Municipal nº 2.284/2003, de 13 de outubro de 2003.** Autoriza ao Município de Pato Branco a doação a título gratuito, a moradores do Bairro São João, bem como efetuar a regularização com a averbação do Título e Propriedade junto ao Registro Geral de Imóveis. Lei Nº 2.284, de 13 de outubro de 2003. Pato Branco, PR, 12 out. 2003. Disponível em: <<http://camarapatobranco.com.br/legislacoes/lei-no-22842003/>>. Acesso em: 02 de jul. de 2019.

_____. **Lei Municipal nº 3.037/2008, de 19 de novembro de 2008.** Dispõe sobre a padronização e uso das calçadas no município de Pato Branco e dá outras providências. **Lei Nº 3.037, de 19 de novembro de 2008.** Pato Branco, PR, 19 nov. 2008. Disponível em: <<http://camarapatobranco.com.br/legislacoes/lei-no-30372008/>>. Acesso em: 02 de jul. de 2019.

_____. **Lei Municipal nº 3.645/2003, de 14 de julho de 2011.** Altera disposições da Lei nº 3037, de 19 de novembro de 2008, que dispõe sobre a padronização e uso das calçadas no Município de Pato Branco. Lei Nº 3.645, de 14 de julho de 2011. Pato Branco, PR, 14 jul. 2011. Disponível em: <<http://camarapatobranco.com.br/legislacoes/lei-no-36452011/>>. Acesso em: 02 de jul. de 2019.

_____. **Lei Nº 420, de 9 de outubro de 1981.** Autoriza o Chefe do Executivo Municipal a utilizar imóveis da reserva municipal, para Projeto de Desfavelamento e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camarapatobranco.com.br/uploads/laws/1/1981/420.pdf>> Acesso em: 22 de ago. de 2018.

_____. **Lei Nº 444, de 1º de julho de 1982.** Altera o nome do bairro de Independência para São João. 1982. Disponível em: <<http://www.camarapatobranco.com.br/uploads/laws/1/1982/444.pdf>>. Acesso em: 22 de ago. de 2018.

_____. **Lei Nº 1786, de 03 de dezembro de 1998.** Autoriza a regularização fundiária de parte do imóvel Independência denominado Bairro São João. 1998. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/pato-branco/lei-ordinaria/1998/179/1786/lei-ordinaria-n-1786-1998-autoriza-a-regularizacao-fundiaria-de-parte-do-imovel-independenciadenominado-bairro-sao-joao?q=s%E3o%20jo%E3o>. Acesso em: 09 de dez. de 2018.

_____. **Lei Nº 3.242, de 30 de setembro de 2009:** Denomina Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, localizado no Bairro São João, de “Paulina Bonalume Andreatta”. 2009. Disponível em: <http://www.camarapatobranco.com.br/uploads/laws/1/2009/3242.pdf>. Acesso em: 25 de jun. de 2018.

_____. **Lei Orgânica do município de Pato Branco, de 05 de abril de 1990.** Constituí o ordenamento político-administrativo básico do Município de Pato Branco. Disponível em: <http://www.patobranco.pr.gov.br/>. Acesso em: 11 de ago. de 2019.

PERNA, Marco Antônio. **O Sistema UTM.** [S. l.], 2019. Disponível em: <http://www.carto.eng.uerj.br/cgi/index.cgi?x=utm.htm>. Acesso em: 2 de out. de 2019.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e Existência.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. A Consciência, a Alienação do Trabalho e o Método Científico. Cap. XVI. p. 357 a 396.

PITTS, Adrian. **Planning and design strategies for: sustainability and profit.** [S. l.]: Architectural Press, 2004. ISBN 978-0750654647.

PIZATO, Elaine. **Das margens da BR 158 ao Bairro São João: direito à moradia e à cidade em Pato Branco – PR.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Toledo, 2016.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo.** São Paulo: Paz e Terra, 2015. 272p.

_____. **Poder político e classes sociais.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 1977.

_____. **Classes sociais no capitalismo de hoje.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. Poulantzas: sociologia / organizador [da coletânea] Paulo Silveira. SP: Ática, 1984.

POZZA, Alberto. **Memórias de Alberto Pozza em Vila Nova de Pato Branco.** Pato Branco: Imprepel, 2014.

PRINZ, Dieter. **Planificación y Configuración Urbana.** 3. ed. Naucalpan, México: Litoarte, 1986.

PRADO, Ana Laura. As 40 melhores pequenas cidades para envelhecer: Aumento da expectativa de vida exige mudanças na maneira como as cidades brasileiras são pensadas. Os municípios desta lista já perceberam isso. **Exame**, [S. l.], p. 1-1, 5 maio 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/as-40-melhores-pequenas-cidades-para-envelhecer/>. Acesso em: 14 out. 2019.

REIS, Dila. (coord.). Fim do Banco Nacional da Habitação (BNH). *In*: BOLAFFI, Gabriel; SANTOS, Cláudio Hamilton M. dos; BOTEGA, Leonardo da Rocha. **Cronologia do Pensamento Urbanístico**. [S. l.], [21--?]. Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1400>. Acesso em: 18 de abr. de 2019

RIBEIRO, Luiz. Cesar. Queiróz. **Desafios na construção da cidadania na metrópole brasileira**. Sociedade e Estado, v.22, n.3, p. 525-544, 2007.

_____. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ, FASE, 1997.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais: A luta pelo direito à cidade. **Cidades**, [S. l.], ano 6, v. 4, p. 73-88, 28 ago. 2007. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/571/602>. Acesso em: 10 de out. de 2019.

_____. **Moradias nas Cidades Brasileiras**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017. 72 p.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988. 88 p.

_____. “Estatuto da Cidade – Instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza”. *In*: SAULE Júnior, Nelson.; ROLNIK, Raquel. **Estatuto da Cidade: novas perspectivas para a reforma urbana**. São Paulo: Pólis, p. 5-9, 2001.

ROMERO, Marta; GUIA, George; ANDRADE, Liza; SILVEIRA, Ana. Construindo um sistema de indicadores de sustentabilidade Intra Urbana, pág. 12. **XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. Salvador, 2005. Disponível em: <<http://www.xienanpur.ufba.br/343.pdf>>.

SANTOS, Alexandre Rosa dos; SOUZA, Kaíse Barbosa de; SILVA, Rosane, Gomes da. Fundamentos teóricos de geotecnologias: Módulo 01 - Elementos de cartografia. **Departamento de Ciências Agrárias e Engenharias**: Modulo 01 - Elementos da cart, Alegre/ES, ano 2016, 1 ago. 2016. Aula 03 - Sistemas de coordenadas, p. 04-5. Disponível em: http://www.mundogeomatica.com.br/GeomaticaII/Modulo_Elementos_Cartografia/Apostila_%20Modulo_01_Capitulo_03.pdf#page=3&zoom=100,0,76. Acesso em: 2 de out. de 2019.

SANTOS, Carlos. Nelson. Freitas. **A cidade como um jogo de cartas**. São Paulo, (1988). Projeto Editores.

SANTOS, Janaina Matoso. **Direito à Moradia e localização urbana**: Reflexões sobre o programa minha casa minha vida na cidade do Rio de Janeiro. Orientador: Pablo Benetti. 2015. 292 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Pernambuco, 2015.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo, Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994. 94 p.

SANTOS, Milton. e SILVEIRA, Maria. Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO: Município de Pato Branco. Pato Branco, 2019. Disponível em: <http://www.patobranco.pr.gov.br/planejamento/>. Acesso em: 19 de jul. de 2019.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Julho de 2005. **Norma operacional básica NOB/SUAS**: Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social, Brasília: [s. n.], ano 2005, 2. sem 2005. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf>. Acesso em: 2 de set. de 2019.

SENADO FEDERAL (Brasil). Agência Senado (ed.). **Secretário nacional de Habitação anuncia mudanças no Minha Casa, Minha Vida**. Brasília, 22 maio 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/22/secretario-nacional-de-habitacao-anuncia-mudancas-no-programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 25 de set. de 2019.

_____. Agência Senado (ed.). **Cláusula pétrea**. Brasília. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/clusula-petrea>. Acesso em: 30 de set. de 2019. (2019b)

SHIMBO, Lúcia Zanin. Empresas construtoras, capital financeiro e a constituição da habitação social de mercado. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; COSTA, Heloísa S. de Moura (orgs.). **Estado e capital imobiliário**: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: C/ Arte, 2011, p. 41-62.

SILVA, Adriana Elias da. **A produção do Espaço Urbano pelo Programa Minha Casa Minha Vida (faixa 1) na região metropolitana de Recife/PE**: Entre a produção social da vida e a reprodução do espaço mercadoria. Orientador: Edvânia Torres Aguiar. 2016. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Pernambuco, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17857/1/Adriana%20Elias%20Dissertação%20Digital.pdf>. Acesso em: 7 de abr. de 2019.

SILVA, Allan Gustavo Freire da; MOTA, Leonardo de Araújo e; DORNELAS, Carina Seixas Maia; LACERDA, Alecksandra Vieira de. A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 25-42, 2017. DOI <https://doi.org/10.22456/1982-5269.72132>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/72132>. Acesso em: 11 de abr. de 2018.

SILVA, Daniele Dorotéia Rocha da; CASTRO, Alda Maria Duarte. Políticas Públicas no Brasil: o desafio de garantir os direitos da infância. **Contexto & Educação**, [S. l.], n. 79, p. 15-45, 30 nov. 2008.

SILVA, Dayane Gomes da; SOUZA, Lincoln Moraes de. ESTADO, INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS. In: XXXI CONGRESSO ALAS, 2017, Montevideo/UY. **Artigo** [...]. Montevideo/UY: [s. n.], 2017. Disponível em: http://alas2017.easyplanners.info/opc/tl/7879_dayane_gomes_da_silva.pdf. Acesso em: 29 de jan. de 2019.

SILVA, Maria Ozanira. **Política Habitacional Brasileira: verso e reverso**. São Paulo. Cortez. 1989.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização; ensaios**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

_____. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, p. 21-36.

SMITH, Adam. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. São Paulo: MetaLibri Digital Library, 2007. 754 p. Disponível em: https://www.ibiblio.org/ml/libri/s/SmithA_WealthNations_p.pdf. Acesso em: 28 de set. de 2018.

SOJA, Eduard. W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. 323 p. Tradução: Vera Ribeiro.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A Produção do Espaço Urbano: Escalas, Diferenças e Desigualdades Socioespaciais. In: CARLOS, A.F. et al. **A Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais**. In: O espaço no fim do século – a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001, p. 83-99.

SUGAI, Maria. Inês. **Segregação Silenciosa: investimentos públicos e distribuição sócio-espacial na área conurbada de Florianópolis**. (Tese de Doutorado), FAU-USP, São Paulo, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

TUPA: Transporte urbano de Pato Branco. 01/2019. Pato Branco, 1 set. 2019. Disponível em: <http://www.tupapb.com.br/images/PlanilhaAtualizada2019.pdf>. Acesso em: 17 de jul. de 2019.

UNESP (Câmpus de Presidente Prudente). **Conversão de coordenadas geodésicas em coordenadas UTM utilizando a Calculadora Geográfica do INPE e visualização dos marcadores no Google Earth**. [S. l.]: UNESP, 1 set. 2019. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/calcula/>. Acesso em: 18 de set. de 2019.

UTFPR. Pato Branco, 2019. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/campus/patobranco>. Acesso em: 28 de set. de 2019

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: StudioNobel, 1998. 391 p.

WEBER, Marx. **A política como Vocação in: Ensaios de Sociologia**. (org. H.H. Gerth e C.Wright Mills com trad. De Waltensir Dutra). Rio de Janeiro, 1979.

APÊNDICES

Apêndice I: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

TÍTULO DA PESQUISA: A produção capitalista do espaço urbano e a segregação socioespacial: um estudo sobre o bairro São João e o conjunto habitacional Vila São Pedro na cidade de Pato Branco/PR.

NOME DO PESQUISADOR: Leonardo Danielli

NOME DO ORIENTADOR: Prof. Dr. Solismar Fraga Martins

INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE

Eu Leonardo Danielli, arquiteto e urbanista, acadêmico do curso de Pós-Graduação em Geografia – (PPGGEO) da Universidade Federal do Rio Grande – (FURG), estou realizando uma pesquisa de mestrado sob a supervisão e orientação do professor Dr. Solismar Fraga Martins a qual se intitula “A produção capitalista do espaço urbano e a segregação socioespacial: um estudo sobre o bairro São João e o conjunto habitacional Vila São Pedro na cidade de Pato Branco/PR” e gostaria de convidá-lo(a) a participar como voluntário deste estudo. Esta pesquisa tem como objetivo investigar como o processo de produção do espaço urbano periférico do bairro São João e do conjunto habitacional Vila São Pedro se relacionam com a legislação municipal, e como estes relacionam-se com o fornecimento de condições básicas para o livre exercício do direito à cidade. Se julga que ela é importante porque pode oferecer, após sua conclusão, um diagnóstico urbanístico da área de estudo à municipalidade, visando melhorar a condição de vida da comunidade do bairro São João. Para sua realização será feita uma entrevista de caráter semiestruturado com perguntas abertas. A título de registro e a fim de analisar posteriormente os dados e informações, será solicitado a você para que nossa entrevista seja gravada. Suas respostas não serão objeto de avaliação quanto a acerto ou erro. Não existem respostas erradas para os questionamentos. O único risco de sua participação é de um pequeno desconforto ao responder as perguntas. Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Contudo, almeja-se que os resultados deste estudo possam contribuir com o conhecimento da realidade do bairro São João e a situação de vida de seus moradores. Ao participar desta pesquisa, o(a) sr(a). permitirá que o pesquisador utilize suas informações para contribuir para a construção da dissertação de mestrado baseada nesta pesquisa. O(A) sr(a). tem a liberdade para se recusar a participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser poderá solicitar mais informações e/ou esclarecimentos sobre a pesquisa, bastando para isso entrar em contato por meio do endereço eletrônico: leonardodanielli@icloud.com ou pelo telefone: (46) 99101-2709. As informações, dados, filmagens e fotografias desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicita-se o seu consentimento de forma livre e esclarecida para participar desta pesquisa. Em caso afirmativo preencha os itens que seguem:

Eu _____ após a leitura deste documento declaro ter conhecimento das informações contidas no mesmo e ter recebido

respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação direta (ou indireta) nesta pesquisa, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso deixar de participar deste estudo, manifestando por escrito meu desejo, até o momento do agendamento de defesa dessa dissertação, sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos benefícios e riscos, e dos procedimentos aos quais serei submetido e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Deste modo, expresso minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo, permitindo que os pesquisadores mencionados obtenham fotografia, filmagem ou gravação de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica. Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicadas sem que eu possa ser identificado por nome ou qualquer outra forma, em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos sem que haja nada a ser reclamado a título de direito conexos à minha imagem ou qualquer outro.

Nome completo: _____
RG: _____ Data de Nascimento: ____/____/____
Telefone: _____
Endereço: _____
CEP: _____ Cidade: _____
Estado: _____
Assinatura: _____ Data: ____/____/____

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às dúvidas dos participantes.

Assinatura do pesquisador: _____ Data: ____/____/____
Nome completo: _____

OBS: Este documento deve conter duas vias iguais, sendo uma pertencente ao pesquisador e outra ao sujeito de pesquisa.

Apêndice II: Roteiro de perguntas aplicado aos moradores do bairro São João e do conjunto habitacional Vila São Pedro

I) IDENTIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO PESQUISADA

- 01) Nome: _____
- 02) Idade: _____ 03) Sexo: Masculino () Feminino () Não declarado ()
- 04) Rua em que mora: _____
- 05) Qual sua escolaridade?
- () Não Alfabetizado () Alfabetizado
- () Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Médio Incompleto
- () Ensino Fundamental Completo () Ensino Médio Completo
- () Ensino Superior Incompleto () Ensino Superior Completo
- () Pós Graduação Incompleto () Pós Graduação Completo
- 06) Qual é a sua profissão? _____
- 07) Possui carteira assinada? () Sim () Não
- 08) Bairro onde trabalha? _____
- 09) Aonde você mora? () Bairro São João () Conjunto habitacional Vila São Pedro
- 10) Quantas pessoas moram na mesma casa que você? _____
- 11) A casa que você reside é:
- () Própria () Alugada () Empréstada/Cedida () Financiada

II) MORADIA NO CONTEXTO DO BAIRRO

- 12) Porque você veio morar no bairro? _____
- _____
- _____
- 13) Você já conhecia essa área da cidade? () Sim () Não
- 14) Como você avalia a qualidade da estrutura física da sua rua: Pavimentação da via, calçada, arborização (presença de árvores), iluminação pública, drenagem pluvial (bueiros)?
- () Muito Boa () Boa () Regular () Ruim () Muito Ruim
- 15) Como você avalia a qualidade da estrutura física do conjunto de ruas do bairro São João e do conjunto habitacional Vila São Pedro: Pavimentação da via, calçada, arborização (presença de árvores), iluminação pública, drenagem pluvial (bueiros)?
- () Muito Boa () Boa () Regular () Ruim () Muito Ruim
- 16) Você e sua família encontram alguma dificuldade em relação ao acesso de água potável e energia elétrica?
- () Sim () Não
- 17) Com relação aos serviços de internet e telefonia prestados no bairro, você tem dificuldade de utilização?
- () Sim () Não

18) Você e sua família encontram alguma dificuldade para se locomover do bairro onde residem até o centro ou para os demais bairros da cidade?

Sim Não

19) Na maior parte das vezes como você se locomove em curtas distâncias. Exemplo: Bairro ou proximidades do bairro.

A pé Outros Carro ou motocicleta
 Transporte Público Coletivo Bicicleta

20) Na maior parte das vezes como você se locomove em distâncias maiores. Exemplo: Centro da Cidade.

A pé De carona Carro ou motocicleta
 Transporte Público Coletivo Bicicleta

21) Como você avalia a proximidade do seu bairro até os equipamentos públicos tais como: Prefeitura municipal, delegacia de polícia, bancos, agência dos correios, hospitais e etc.? Atribua uma nota, entre uma escala que varia de 1 a 5, onde 1 representa extrema dificuldade de acesso e 5 representa total facilidade de acesso.

1 2 3 4 5

22) Como você avalia a proximidade do seu bairro até os equipamentos públicos de lazer/cultura/entretenimento tais como: Parques públicos, praças públicas, teatros, cinemas, e etc.? Atribua uma nota entre uma escala que varia de 1 a 5, onde 1 representa extrema dificuldade de acesso e 5 representa total facilidade de acesso.

1 2 3 4 5

23) Qual seu nível de satisfação quanto a quantidade e a qualidade dos equipamentos públicos do seu bairro? Exemplo: Escola, creche, praça, campo de futebol e etc.. Atribua uma nota entre uma escala que varia de 1 a 5, onde 1 representa extrema insatisfação e 5 representa extrema satisfação.

1 2 3 4 5

24) Você gostaria que seu bairro tivesse mais Infraestrutura de equipamentos? Se sim, qual ou quais tipos de equipamentos você sugeriria? Pode assinalar mais de uma opção.

Não, acho meu bairro completo

Parque Clube Campo de futebol

Quadra poliesportiva Pista de caminhada Igreja

Associação de Bairro Escola Pista de skate

Comércio UBS

Praça Parquinho Infantil

Outro, qual? _____

25) Como você avalia o serviço de transporte público coletivo prestado no bairro?

Muito Bom Bom Regular Ruim Muito Ruim

26) Você acredita que a gestão municipal deixa a desejar no atendimento em relação as infraestruturas e serviços por estar priorizando outros bairros que não o seu?

Sim Não

27) Como você avalia a estrutura física da casa onde mora?

Muito Boa Boa Regular Ruim Muito Ruim

28) Como você avalia a sua vizinhança e a sua relação com seus vizinhos?

Muito Boa Boa Regular Ruim Muito Ruim

29) O seu atual local de moradia favorece ou dificulta sua oportunidade de conseguir um trabalho formal?

Dificulta Facilita

O meu local de moradia não influencia na oportunidade de conseguir um trabalho

30) Como você avalia o bairro de maneira geral?

Muito Bom Bom Regular Ruim Muito Ruim

31) Você gosta de morar neste bairro?

Sim Não

32) Se pudesse, você se mudaria para outro bairro da cidade?

Sim Não

Se a resposta for sim, para qual bairro se mudaria? _____

**Apêndice III: Roteiro de perguntas para entrevista semiestruturada: Técnico do
Departamento de Habitação da Secretaria Municipal de Assistência Social de Pato
Branco/PR¹⁴⁸**

- 1- Como se articulam as Secretarias de Planejamento Urbano e a Secretaria de Assistência Social / Departamento de Habitação na produção de habitação de interesse social? As secretarias possuem articulação e trabalham em conjunto?
- 2- O município possui um plano local de habitação? Se sim, ele vem sendo posto em prática?
- 3- Qual o é o déficit habitacional do município? A municipalidade possui um cadastro social?
- 4- Quantas famílias aproximadamente residem no bairro São João?
- 5- Há previsão de instalação de mais algum conjunto habitacional do PMCMV no município de Pato Branco? Se sim, qual o local/bairro está previsto?
- 6- O conjunto habitacional Vila São Pedro foi aprovado e edificado com vistas à demanda municipal de habitação ou por interesse do mercado imobiliário? Houve contrapartida do município, como por exemplo doação do terreno nesse empreendimento exclusivamente?
- 7- Como se deu o processo de contratação da empresa que edificou o conjunto habitacional Vila São Pedro?
- 8- Como ocorreu o processo de trabalho social com os beneficiários, antes da entrega do empreendimento conjunto habitacional Vila São Pedro? Quanto tempo durou o trabalho social?
- 9- A Secretaria de Assistência Social e o Departamento de Habitação juntamente com os técnicos tem conhecimento sobre casos de pessoas que venderam, alugaram ou trocaram seus imóveis do conjunto habitacional Vila São Pedro?
- 10- De quais localidades vieram os moradores do conjunto habitacional Vila São Pedro?
- 11- O conjunto habitacional Vila São Pedro foi criado com intuito de melhorar a condição de vida dos moradores do bairro São João?

¹⁴⁸ Entrevista concedida em 16 de julho de 2019, as 13:30 horas, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Apêndice IV: Roteiro de perguntas para entrevista semiestruturada: Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano de Pato Branco/PR¹⁴⁹

- 1- De que forma o município busca atender aos parâmetros do Estatuto da Cidade, visando cumprir com a função social da propriedade e garantir condições básicas para o livre exercício do direito à cidade a todos os munícipes?
- 2- A Secretaria de Planejamento Urbano analisa as infraestruturas urbanas existentes, antes de aprovar os conjuntos habitacionais de interesse social? Se sim, em quais perspectivas e de que forma é feita essa análise?
- 3- O plano diretor do município dispõe de instrumentos de regulação da valorização dos terrenos urbanos?
- 4- Há previsão de expansão do perímetro urbano do município para os anos seguintes?
- 5- Com relação ao banco de terras pública municipal, a prefeitura possui terrenos vagos e disponíveis para doação a projetos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida?
- 6- Atualmente, existe algum plano de urbanização ou melhoria urbana do bairro São João e do seu entorno? Se sim, qual ou quais.
- 7- Porque o bairro São João não é caracterizado como uma ZEIS1 ou uma ZEIS2, enquanto que o conjunto habitacional Vila São Pedro e a nova área de edificação do conjunto habitacional Vila Nova II, possuem essa delimitação de acordo com o mapa de Zoneamento Municipal?
- 8- Com relação ao tamanho dos lotes do bairro São João, que atualmente é de 450,00m², há um planejamento para redução do tamanho desses lotes?
- 9- Como se deu o processo de tomada de decisão de escolha do local de edificação do conjunto habitacional Vila São Pedro e do conjunto habitacional Vila Nova II?
- 10- Sobre a construção do conjunto habitacional Vila Nova II, já se tem conhecimento da empresa que fará a edificação do empreendimento? O padrão de residências e a qualidade construtiva será mantido ou melhorado?
- 11- Existe algo que não tenha sido questionado e que o Sr. Gostaria de acrescentar/contribuir com a pesquisa?

¹⁴⁹ Entrevista concedida em 30 de julho de 2019, as 14:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

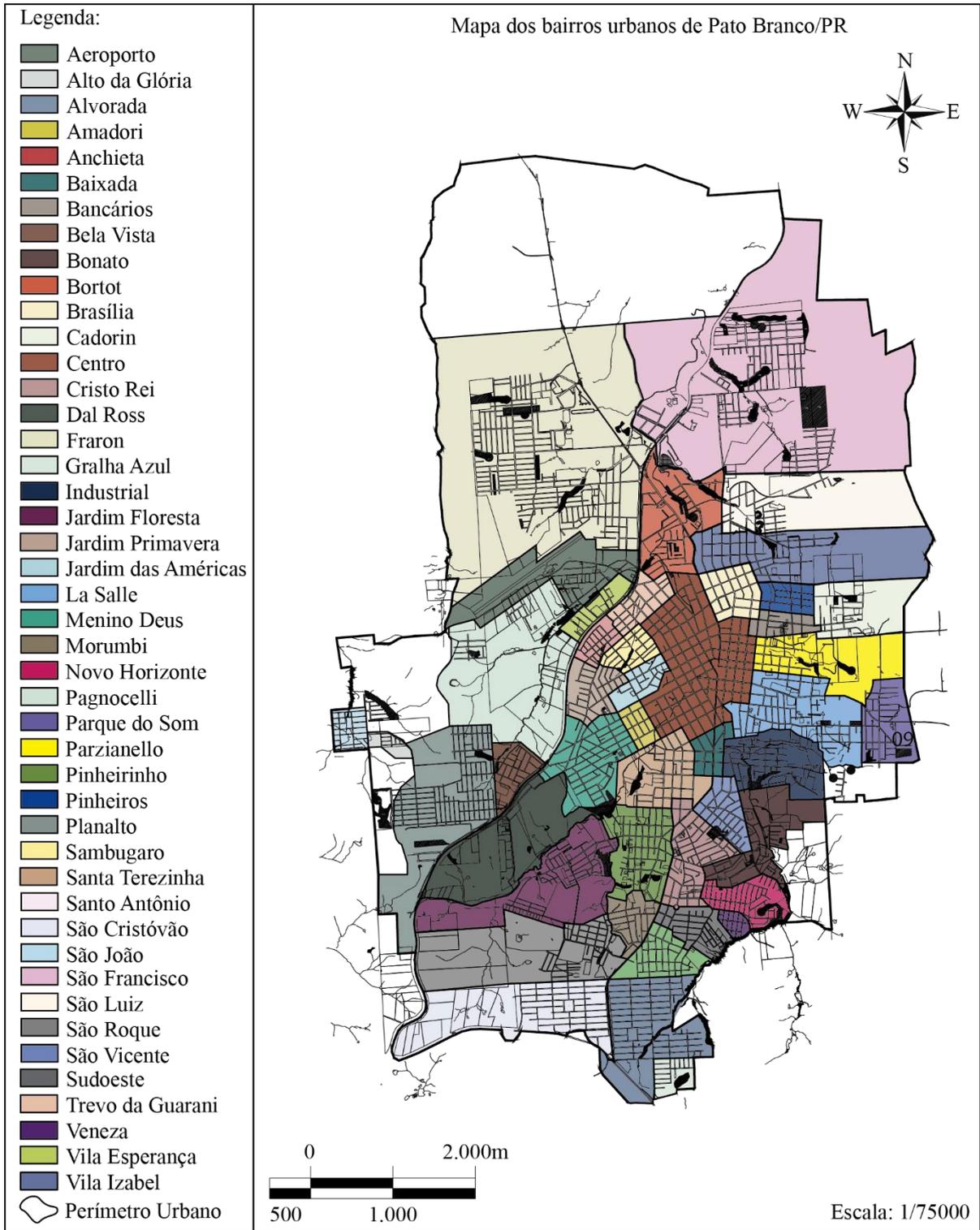
Apêndice V: Roteiro de perguntas para entrevista semiestruturada: Assistente Social do CRAS Paulina Bonalume Andreatta do Município de Pato Branco/PR¹⁵⁰

A Lei Nº 2.873, de 27 de novembro de 2007, “Cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, e institui o Conselho Gestor do FMHIS, e o Art. 41 do Plano Diretor institui o mantimento do FMHIS e designa ao fundo a responsabilidade de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais à população de menor renda. Sobre este fato, questiona-se:

- 1- O FMHIS está efetivamente ativo? Há ocorrência de reuniões periódicas para o levantamento e debate das necessidades da população de menor renda residente no município?
- 2- Qual a destinação anual de recursos para o FMHIS? E como ele é utilizado?
- 3- Com relação ao inciso V do Art. 42 do PD, o qual trata sobre: aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias; atualmente, de onde provém estes recursos?
- 4- O PMCMV estabelece critérios de atendimento prioritário para famílias em situação de vulnerabilidade, no caso do conjunto habitacional Vila São Pedro, se sabe que muitas dessas famílias que foram sorteadas e foram residir no conjunto, voltaram a morar no bairro São João. Qual a justificativa que esses moradores lhe relataram para defender essa ação?
- 5- Por quê passadas quase três décadas da data de criação do bairro, hoje ainda um terço das famílias ainda não possuem seu título de propriedade? Qual a maior dificuldade enfrentada durante o processo de regularização fundiária do bairro São João?
- 6- Como se articula a secretaria de Planejamento Urbano e a Secretaria de Assistência Social / Departamento de Habitação na produção de habitação de interesse social? As secretarias possuem articulação e trabalham em conjunto?
- 7- Existe algo que não tenha sido questionado e que o Sra. gostaria de acrescentar/contribuir com a pesquisa?

¹⁵⁰ Entrevista concedida em 06 de agosto de 2019, as 09:15 horas, na sede do CRAS Paulina Bonalume Andreatta.

Apêndice VI: Mapa dos bairros urbanos do Município de Pato Branco/PR



Fonte: Danielli, (2019).

ANEXOS

Anexo I: Linhas do Programa Minha Casa Minha Vida - PNHU E PNHR

PMCMV – PNHU - Empresas - famílias com renda mensal até R\$ 1.600,00 (área urbana)

| PMCMV EMPRESAS - FAMÍLIAS COM RENDA MENSAL ATÉ R\$ 1.600,00 | |
|--|---|
| Objetivo | Produção de empreendimentos para alienação das unidades habitacionais às famílias com renda mensal até R\$ 1.600,00 por meio de operações realizadas por Instituições Financeiras Oficiais Federais. |
| Abrangência | Todo o território nacional. |
| Como funciona | <ul style="list-style-type: none"> • União estabelece metas de aplicação dos recursos, por Unidade da Federação, com base no déficit habitacional. • Estados e municípios, a partir do seu cadastro habitacional, realizam o enquadramento das famílias nos critérios de priorização definidos para o Programa e inserem no Cadúnico, se for o caso. • Empresas do setor da construção civil apresentam projetos à Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil. • Após análise, a Instituição Financeira contrata a operação, acompanha a execução da obra e libera recursos conforme cronograma. <p>Concluído o empreendimento, a Instituição Financeira providencia a alienação das unidades para as famílias selecionadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Durante a execução das obras e após a entrega das UH, o trabalho social é realizado sob a responsabilidade dos Estados e Municípios. • Beneficiário paga mensalmente prestação equivalente a 5% da renda ou mínima de R\$ 50,00, durante 10 anos • Estados e municípios podem aportar contrapartidas sob a forma de recursos financeiros, terreno ou serviços. |
| Especificação do Empreendimento | <ul style="list-style-type: none"> • Casas ou apartamentos de acordo com especificações técnicas mínimas, contendo, no mínimo, sala, 2 quartos, cozinha, banheiro e área de serviço, adaptáveis ao uso por famílias de que façam parte pessoas com deficiência. • Quantidade máxima de 300 UH, por condomínio. |
| Valor das unidades habitacionais | <p>O limite máximo de aquisição das UH é de R\$ 76 mil e varia de acordo com a UF/localidade e a tipologia.</p> <p>Este limite compreende os custos de terreno, edificação, infraestrutura interna, legalização e trabalho social.</p> |

Fonte: Brasil, 2013.

PMCMV – PNHU - Entidades - famílias com renda mensal até R\$ 1.600,00 (área urbana)

| PMCMV ENTIDADES - FAMÍLIAS COM RENDA MENSAL ATÉ R\$ 1.600,00 | |
|---|---|
| Objetivo | Produção de empreendimentos destinados às famílias com renda mensal até R\$ 1.600,00, organizadas em cooperativas habitacionais ou mistas, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos, habilitadas previamente pelo Ministério das Cidades. |
| Abrangência | Todo o território nacional – áreas urbanas. |
| Como funciona | <ul style="list-style-type: none"> • União aloca recursos por meio da transferência de recursos ao FDS. • Entidades habilitadas pelo MCidades desenvolvem projetos e apresentam à Instituição Financeira que analisa os projetos e o enquadramento dos beneficiários. • MCidades faz a seleção das propostas e IF analisa e firma contrato com beneficiários. • Entidade e beneficiários fazem o acompanhamento da obra. • Beneficiário paga mensalmente prestação equivalente a 5% da renda ou mínima de R\$ 50,00, durante 10 anos |
| Especificação do Empreendimento | <ul style="list-style-type: none"> • Casas ou apartamentos de acordo com especificações técnicas mínimas, contendo, no mínimo, sala, 2 quartos, cozinha, banheiro e área de serviço, adaptáveis ao uso por famílias de que façam parte pessoas com deficiência. |
| Valor das unidades habitacionais | <p>O limite máximo de aquisição das UH é de R\$ 76 mil e varia de acordo com a UF/localidade e a tipologia.</p> <p>Este limite compreende os custos de terreno, edificação, infraestrutura interna, legalização e trabalho social.</p> |

Fonte: Brasil, 2013.

PMCMV – PNHU - Oferta Pública - famílias com renda mensal até R\$ 1.600,00 (área urbana)

| PMCMV OFERTA PÚBLICA - FAMÍLIAS COM RENDA MENSAL ATÉ R\$ 1.600,00 | |
|--|--|
| Objetivo | Produção de empreendimentos ou reposição de unidades habitacionais isoladas destinadas às famílias com renda mensal até R\$ 1.600,00, em parceria com Estados e Municípios. |
| Abrangência | Todo o território nacional – áreas urbanas. |
| Como funciona | <ul style="list-style-type: none"> • União realiza oferta pública destinada à Instituições e Agentes Financeiros habilitados. • Os proponentes, Estados ou municípios, apresentam propostas de projetos que são selecionadas pelo MCidades. • Instituições ou Agentes Financeiros fazem a análise de viabilidade técnica, jurídica e documental das propostas e firmam Termo de Acordo e Compromisso com os proponentes. • Os proponentes selecionam beneficiários que após enquadrados, firmam contrato com as Instituições ou Agentes Financeiros. |
| Especificação do Empreendimento | • Casas ou apartamentos de acordo com especificações técnicas mínimas, contendo, no mínimo, sala, 2 quartos, cozinha, banheiro e área de serviço, adaptáveis ao uso por famílias de que façam parte pessoas com deficiência. |
| Valor das unidades habitacionais | O valor da subvenção para a produção da unidade habitacional é de R\$ 25.000,00. |

Fonte: Brasil, 2013.

PMCMV – PNHU - Financiamento Habitacional - famílias com renda mensal até R\$ 5.000,00 (área urbana)

| FINANCIAMENTO HABITACIONAL - FAMÍLIAS COM RENDA MENSAL ATÉ R\$ 5.000,00 | |
|--|--|
| Objetivo | Oferecer acesso à moradia, em áreas urbanas rurais, por intermédio da concessão de subvenção nos financiamentos a pessoas físicas com renda até R\$ 5.000,00, individualmente por meio de Carta de Crédito Individual, ou organizadas sob a forma de grupos associativos por meio de Carta de Crédito Associativo. |
| Abrangência | Todo o território nacional – áreas urbanas. |
| Como funciona | <p>Ao contratar um financiamento habitacional o beneficiário tem acesso aos seguintes benefícios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Subsídio Complemento – aporte financeiro direto variando em função da renda, modalidade e UF/localidade. • Subsídio Equilíbrio – visando à redução da taxa de juros do financiamento. • Acesso ao Fundo Garantidor da Habitação FGHab – garante benefícios adicionais de redução de custos de seguro, além de refinanciamento de parte das prestações em caso de perda da renda ou desemprego. |
| Política de Descontos e Taxas de Juros | <ul style="list-style-type: none"> • Os descontos a serem concedidos nos financiamentos a pessoas físicas destinam-se à redução no valor das prestações ou ao pagamento de parte da aquisição ou construção do imóvel. • Serão beneficiárias de descontos as pessoas físicas com renda familiar mensal limitada a R\$ 3.275,00. • O desconto para fins de pagamento de parte da aquisição ou construção do imóvel está limitado a R\$ 25.000,00 e será concedido de forma inversamente proporcional à renda do beneficiário, garantindo-se o maior valor de desconto a famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1.600,00. • Famílias com renda mensal até R\$ 5.000,00 serão beneficiadas pela redução da taxa de juros do financiamento habitacional, variando de 5% a 7,16%, de acordo com a renda familiar. |
| Especificação do Empreendimento | • Unidade habitacional com até 180 (cento e oitenta) dias de “habite-se”, ou documento equivalente, expedido pelo órgão público empreendimento municipal competente ou, nos casos de prazo superior, que não tenha sido habitada ou alienada. |
| Valor das unidades habitacionais | Subvenção de até R\$ 25.000,00, variando de acordo com a renda da família e UF/localidade. O valor máximo de avaliação dos imóveis financiados varia de acordo com UF/localidade. |

Fonte: Brasil, 2013.

PMCMV - PNHR GI - famílias com renda anual bruta até R\$ 15.000,00 (área rural)

| PNHR GI - FAMÍLIAS COM RENDA ANUAL BRUTA DE ATÉ R\$ 15.000,00 | |
|--|---|
| Objetivo | Programa destinado à produção ou reforma de unidades habitacionais destinadas aos agricultores familiares e trabalhadores rurais cuja renda anual não ultrapasse R\$ 15.000,00. |
| Abrangência | Todo o território nacional – áreas rurais. |
| Beneficiário | <ul style="list-style-type: none"> • Agricultores familiares e trabalhadores rurais. • Os beneficiários deverão estar organizados de forma associativa por uma Entidade Organizadora – Cooperativas, Associações, Sindicatos, ou Poder Público. |
| Subsídios | <ul style="list-style-type: none"> • Até R\$ 25.000,00 para construção e de até R\$ 15.000,00 para reforma/ampliação. • R\$ 600,00 para contratação de Assistência Técnica; e R\$ 400,00 para execução do Trabalho Social. • O valor de avaliação da unidade habitacional, a ser atestado pelos Agentes Financeiros, não poderá ultrapassar R\$ 65.000,00. |
| Como funciona | <ul style="list-style-type: none"> • A Entidade Organizadora (EO) apresenta o projeto de engenharia, de Trabalho Social e documentação jurídica do empreendimento, ao Agente Financeiro Caixa ou Banco do Brasil. • O Agente Financeiro analisa e aprova o projeto para a contratação dos financiamentos com os beneficiários. • A EO inicia o Trabalho Social e institui a Comissão de Acompanhamento de Obra (CAO) e de representantes dos beneficiários, que presta conta aos demais beneficiários. • Conforme o andamento e as medições da obra, os recursos são repassados à EO. • O Trabalho Social finaliza após a conclusão e ocupação das UH. |
| Comprometimento da renda | Beneficiário retorna o equivalente a 4% do valor repassado em 4 pagamentos anuais. |

Fonte: Brasil, 2013.

PMCMV - PNHR GII - famílias com renda anual bruta entre R\$ 15.000,01 e R\$ 30.000,00 (área rural)

| PNHR GII - FAMÍLIAS COM RENDA ANUAL BRUTA ENTRE R\$ 15.000,01 E R\$ 30.000,00 | |
|--|---|
| Objetivo | Programa destinado à produção ou reforma de unidades habitacionais destinadas aos agricultores familiares e trabalhadores rurais com renda anual entre R\$ 15.000,01 e R\$ 30.000,00. |
| Abrangência | Todo o território nacional – áreas rurais. |
| Beneficiário | <ul style="list-style-type: none"> • Agricultores familiares e trabalhadores rurais. • Os beneficiários deverão estar organizados de forma associativa por uma Entidade Organizadora – Cooperativas, Associações, Sindicatos, ou Poder Público. |
| Subsídios | <ul style="list-style-type: none"> • Financiamento habitacional, com subvenção de R\$ 7.000,00 para edificação ou reforma da unidade habitacional. • R\$ 600,00 para contratação de Assistência Técnica; e R\$ 400,00 para execução do Trabalho Social. • O valor máximo de avaliação dos imóveis financiados varia de acordo com UF/localidade. |
| Como funciona | <ul style="list-style-type: none"> • A Entidade Organizadora (EO) apresenta o projeto de engenharia, de Trabalho Social e documentação jurídica do empreendimento, ao Agente Financeiro Caixa ou Banco do Brasil. • O Agente Financeiro analisa e aprova o projeto para a contratação dos financiamentos com os beneficiários. • A EO inicia o Trabalho Social e institui a Comissão de Acompanhamento de Obra (CAO) e de representantes dos beneficiários, que presta conta aos demais beneficiários. • Conforme o andamento e as medições da obra, os recursos são repassados à EO. • O Trabalho Social finaliza após a conclusão e ocupação das UH. |
| Comprometimento da renda | Até 30% da renda familiar bruta limitada à capacidade de pagamento do beneficiário. |

Fonte: Brasil, 2013.

PMCMV - PNHR GIII - famílias com renda anual bruta entre R\$ 30.000,01 e R\$ 60.000,00 (área rural)

| PNHR GIII - FAMÍLIAS COM RENDA ANUAL BRUTA ENTRE R\$ 30.000,01 E R\$ 60.000,00 | |
|---|--|
| Objetivo | Programa destinado à produção ou reforma de unidades habitacionais destinadas aos agricultores familiares e trabalhadores rurais com renda anual entre R\$ 30.000,01 e R\$ 60.000,00. |
| Abrangência | Todo o território nacional – áreas rurais. |
| Beneficiário | Agricultores familiares e trabalhadores rurais, organizados ou não de forma associativa por uma Entidade Organizadora – Cooperativas, Associações, Sindicatos, ou Poder Público. |
| Subsídios | <ul style="list-style-type: none">• Financiamento habitacional, com taxa de juros reduzida.• O valor máximo de avaliação dos imóveis financiados varia de acordo com UF/localidade. |
| Como funciona | <ul style="list-style-type: none">• Da mesma forma que os Grupos 1 e 2 quando os beneficiários estiverem organizados de forma associativa por Entidade Organizadora.• O beneficiário pode também, individualmente, contratar financiamento habitacional junto à Instituição Financeira. |
| Comprometimento da renda | Até 30% da renda familiar bruta limitada à capacidade de pagamento do beneficiário. |

Fonte: Brasil, 2013.

Anexo II: Parâmetros Urbanísticos para localização de Equipamentos Urbanos

Parâmetros Urbanísticos para localização de Equipamentos Urbanos

| 1 - EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO | |
|--|--------------------------|
| Escola de Educação Infantil (0 a 5 anos) | |
| Área mínima do terreno | 3.000,00 m ² |
| Raio de abrangência/influência máximo | 300 m |
| Número de alunos por sala de aula | 15 a 25 |
| Número de salas por equipamento | 12 |
| Escola de Educação Fundamental (6 a 14 anos) | |
| Área mínima do terreno | 8.000,00 m ² |
| Raio de abrangência/influência máximo | 1.500,00 m |
| Número de alunos por equipamento | 1.050 |
| Número de salas por equipamento | 15 |
| Escola de Ensino Médio (adolescente e adultos) | |
| Área mínima do terreno | 11.000,00 m ² |
| Raio de abrangência/influência máximo | 3.000,00 m |
| Número de alunos por equipamento | 1.440 |
| Número de alunos por sala de aula | 40 a 45 |
| Número de salas por equipamento | 18 |
| Centro de Ensino Especial | |
| Área mínima do terreno | 10.000,00 m ² |
| Número de alunos por equipamento | 100 |
| Número de alunos por sala de aula | 10 |
| Número de salas por equipamento | 10 |
| Uma unidade por região administrativa | - |
| 2 - EQUIPAMENTOS DE SAÚDE | |
| Posto de Saúde | |
| Localizar próximo às áreas residenciais e com baixa densidade | 50hab/ha |
| Uma unidade para cada | 3.000 hab |
| Área mínima do terreno | 360,00 m ² |
| Raio de abrangência/influência máximo | 8.000 m |
| Centro de Saúde | |
| Localizar próximo às áreas residenciais, preferencialmente no centro do bairro | - |
| Com fácil acesso por transporte coletivo | - |
| Uma unidade para cada | 30.000 hab |
| Área mínima do terreno | 2.400,00 m ² |
| Raio de abrangência/influência máximo | 5.000 m |
| Hospital Regional | |
| Disponer de Pronto-Socorro 24h | - |
| Uma unidade para cada | 200.000 hab |
| Área mínima do terreno | 30.000,00 m ² |
| Raio de abrangência/influência máximo | Regional |
| Hospital Especializado | |
| Uma unidade para cada | 50.000 hab |
| Recomenda-se convênio com consultórios particulares | - |
| Hospital Base | |
| Uma unidade para cada | 500.000 hab |
| Área mínima do terreno | 50.000,00 m ² |
| Raio de abrangência/influência máximo | Regional |

| 3 – EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA | |
|--|--|
| Delegacias | |
| Uma unidade para cada | 50.000 hab a 100.000 hab |
| Área mínima do terreno | 6.000,00 m ² |
| Raio de abrangência/influência máximo | Municipal |
| Batalhão de Incêndio | |
| Localização de fácil e rápido deslocamento aos locais de maior risco de incêndio e a toda região de modo geral. | - |
| Uma unidade para cada | 120.000 hab |
| Área mínima do terreno | 10.000,00 m ² |
| Raio de abrangência/influência máximo | Uma unidade por região – até 100.000 hab |
| Posto Policial | |
| Localização em área de concentração urbana e fácil acesso, evitando a proximidade aos Centros de Ensino Infantil, creches e residências. | - |
| Uma unidade para cada | 20.000 hab |
| Área mínima do terreno | 900,00 m ² |
| Raio de abrangência/influência máximo | 2.000 m |
| Companhia Independente da Polícia Militar | |
| Uma unidade para cada | 200.000 hab |
| Área mínima do terreno | 20.000,00 m ² |
| Raio de abrangência/influência máximo | Regional |
| 4 – EQUIPAMENTOS DE INTERESSE SOCIAL | |
| Casa Abrigo para Idosos / Adultos e Famílias / Casa de Passagem | |
| Área mínima do terreno | 850,00 m ² |
| Área mínima da edificação | 400,00 m ² |
| Uma unidade para cada | 20 Usuários |
| Casa Abrigo para Mulheres | |
| Área mínima do terreno | 800,00 m ² |
| Área mínima da edificação | 350,00 m ² |
| Uma unidade para cada | 20 Usuários |
| Centro de Convivência | |
| Área mínima do terreno | 500,00 m ² |
| Área mínima da edificação | 200,00 m ² |
| Uma unidade para cada | 50 Usuários / Turno |
| Centro Dia | |
| Área mínima do terreno | 800,00 m ² |
| Área mínima da edificação | 380,00 m ² |
| Uma unidade para cada | 20 Usuários / Dia |
| Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS | |
| Área mínima do terreno | 650,00 m ² |
| Área mínima da edificação | 250,00 m ² |
| Uma unidade para cada | 25 Usuários |
| Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (pequeno porte) | |
| Área mínima do terreno | 800,00 m ² |
| Área mínima da edificação | 280,00 m ² |
| Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (médio a grande porte) | |
| Área mínima do terreno | 3.500,00 m ² |

| | |
|---|--|
| Área mínima da edificação | 500,00 m ² |
| Uma unidade para cada | 1.000 Famílias (intercaladas) |
| Cemitério | |
| 1,2 m ² por habitante | - |
| Prever 50% da área total para sepulturas de aluguel e 20% para sepulturas peréguas e 30% vias e equipamentos (capelas, administração, sanitários e estacionamento). | 500,00 m ² |
| 5 – EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER, PRAÇAS E PARQUES | |
| Quadra Poliesportiva Comunitária | |
| Largura | 14 a 20 m |
| Comprimento | 24 a 40 m |
| Área de praças e parques de no mínimo | 4.000,00 m ² |
| Raio de abrangência/influência médio | 400 a 600 m |
| Parques, Praças de Vizinhança | |
| Uma unidade para cada | 10.000 hab |
| Área mínima do terreno | 6.000,00 m ² - que podem estar dissociados em áreas de até 600 m ² |
| Raio de abrangência/influência máximo | 600 m |
| Parques de Bairro | |
| Localização em área de fácil acesso ao bairro, seja a pé ou por transporte coletivo. | - |
| Uma unidade para cada | 20.000 hab |
| Área mínima do terreno | 20.000 m ² , que podem estar dissociados em áreas de até 6.000 m ² |
| Raio de abrangência/influência máximo | 2.400 m |
| Parques da Cidade | |
| Localização privilegiada em relação à cidade como um todo. | - |
| Dimensionamento deve seguir às diretrizes do Plano Diretor | - |
| Sugere-se implantá-lo em áreas contíguas aos cursos d'água existentes. | - |

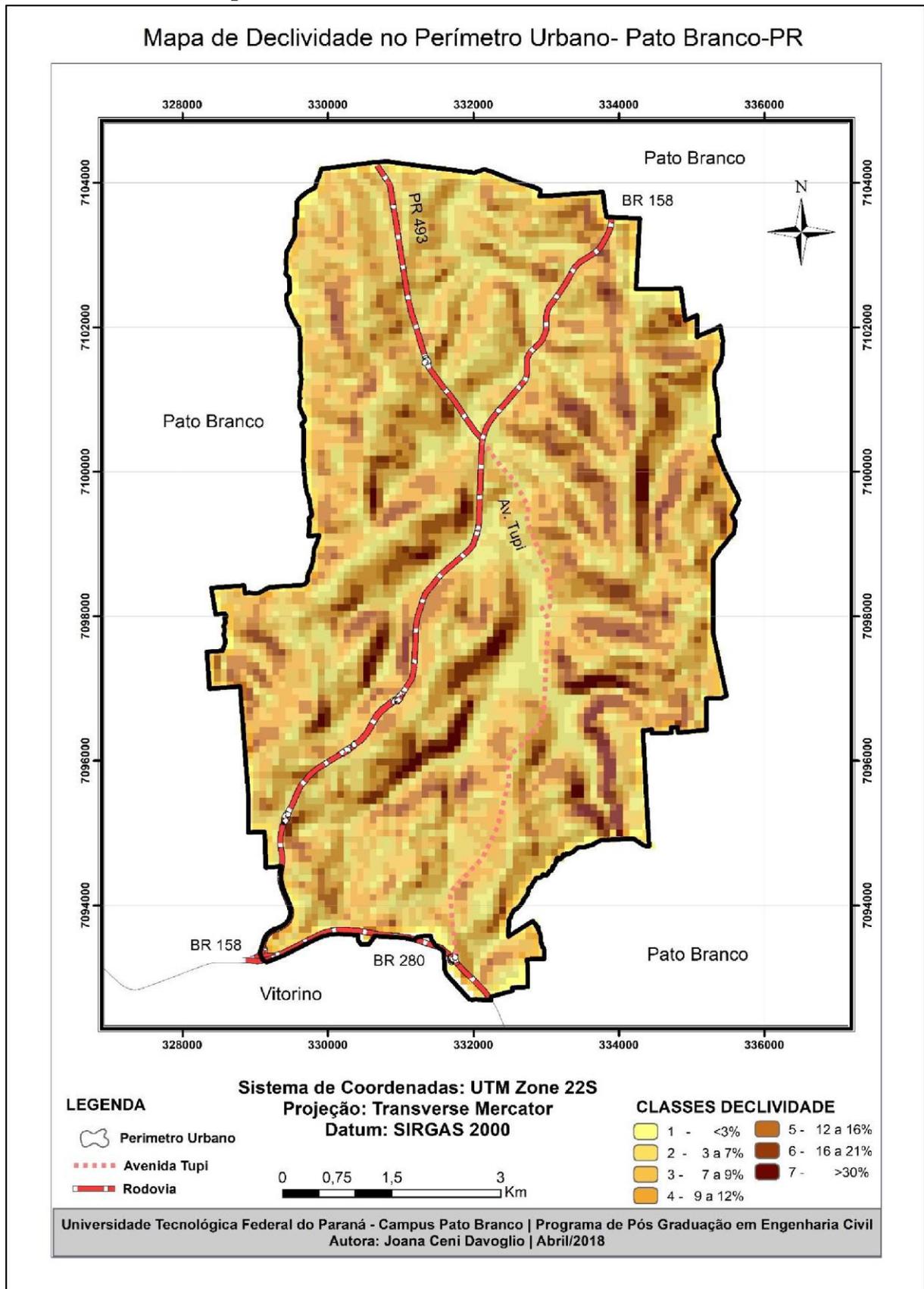
Fonte: Gouvêa, 2008; adaptado, GDF/ IPDG - “Cidade Vida”, Luiz Alberto de Campos Gouvêa; Gabinete Executiva do Programa de Aceleração do Crescimento – GEPAC Goiânia. Adrian Pitts, Planning Design Strategies; organizado por Danielli, (2019).

Parâmetros Urbanísticos para localização de Equipamentos Urbanos

| | |
|--|---------------------------------------|
| 6 – PARÂMETROS URBANÍSTICOS PARA LOCALIZAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS URBANOS | |
| EQUIPAMENTOS | RAIO DE INFLUÊNCIA/ABRANGÊNCIA |
| Ponto de Ônibus | 500 m |
| Correio | 700 m |
| Culto | 2.000 m |
| Centro de Esportes | 2.000 m |
| Equipamentos Culturais | 2.500 m |
| Grandes Equipamentos Culturais | 5.000 m |

Fonte: Gouvêa, 2008; adaptado, GDF/ IPDG - “Cidade Vida”, Luiz Alberto de Campos Gouvêa; Gabinete Executiva do Programa de Aceleração do Crescimento – GEPAC Goiânia. Adrian Pitts, Planning Design Strategies; organizado por Danielli, (2019).

Anexo IV: Mapa de Declividade no Perímetro Urbano de Pato Branco/PR



Fonte: Davoglio, (2018).